ISSN 2448-3907 | e-ISSN 2448-3923

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS

Brazilian Journal of African Studies



Porto Alegre, v. 6, n. 12
Jul./Dez. 2021

UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

CEGOV
CENTRO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS SOBRE GOVERNO

NERINT

CEBRAFRICA
UFRGS | BRASIL

Revista Brasileira de Estudos Africanos	Porto Alegre	v. 6	n. 12	p. 1-276	Jul./Dez. 2021

SOBRE A REVISTA

A Revista Brasileira de Estudos Africanos é uma publicação semestral, em formato digital e impresso, dedicada à pesquisa, à reflexão e à difusão de estudos sobre temas africanos. A RBEA publica artigos científicos e resenhas de livros de pesquisadores e professores doutores, ou em coautoria com estes, inéditos com ênfase nas análises de Relações Internacionais, Organizações de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e Correntes de Pensamento. A RBEA é um veículo estritamente acadêmico, ligada ao Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A RBEA tem como público alvo pesquisadores, professores e estudantes interessados nas especificidades do continente africano e de sua inserção internacional. Combinada a esta perspectiva, a Revista pretende ampliar o debate sobre a projeção brasileira e seus esforços de cooperação (inclusive em Defesa) com os países africanos no perímetro do Atlântico Sul e a construção de uma identidade regional frente a um cenário de transformações geopolíticas.

INDEXADORES

Este trabalho foi apoiado pelo Programa de Apoio à Edição de Periódicos (PAEP) - UFRGS

Programa de apoio à Edição de Periódicos

EQUIPE EDITORIAL /EDITORIAL TEAM

EDITORA CHEFE /CHIEF EDITOR

Analúcia Danilevicz Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

EDITOR ADJUNTO /DEPUTY EDITOR

Paulo Visentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL /EDITORIAL BOARD

Ajay Dubey (Jawaharlal Nehru University, Índia)
Ángel Dalmau Fernández (CIPI, Cuba)
Antônio Joaquim Calundungo (Universidade Agostinho Neto, Angola)
Beatriz Bissio (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Chris Landsberg (University of Johannesburg, África do Sul)
Cyril Obi (Social Science Research Council, EUA)
Fábio Morosini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Hilário Cau (Instituto Superior de Relações Internacionais, Moçambique)
Ian Taylor (University of St Andrews, Escócia) – IN MEMORIAM
Kamilla Raquel Rizzi (Universidade Federal do Pampa, Brasil)
Karl Gerhard Seibert (Universidade Federal da Bahia, Brasil)
Li Anshan (Peking University, China)
Luiz Dario Teixeira Ribeiro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Vladimir Shubin (Russian Academy of Sciences, Rússia)

ASSISTENTES DE EDIÇÃO /EDITION ASSISTANTS

Cecília Maieron Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Isabela Marcon Ciceri (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Larissa Kröner Bresciani Teixeira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Luiza Ferreira Flores (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Mariana Reali Vitola (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Rafaela Serpa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

CONSELHO CONSULTIVO /CONSULTATIVE BOARD

Alfa Oumar Diallo (Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil)
Andrei Tokarev (Russian Academy of Sciences, Rússia)
Aparajita Biswas (University of Mumbai, Índia)
Diego Pautasso (Colégio Militar de Porto Alegre, Brasil)
Eduardo Migon (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Brasil)
Fantu Cheru (American University, EUA)
Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosário, Argentina)
Henry Kam Kah (University of Buea, Camarões)
Igor Castellano da Silva (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil)
John Akokpari (University of Cape Town, África do Sul)
José Carlos dos Anjos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
José Rivair Macedo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Leila Hernandez (Universidade de São Paulo, Brasil)
Lito Nunes Fernandes (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Guiné-Bissau)
Lotfi Kaabi (Institut Tunisien des Études Stratégiques, Tunísia)
Mamadou Alpha Diallo (Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Brasil)
Mamoudou Gazibo (Université de Montréal, Canadá)
Marina de Mello e Souza (Universidade de São Paulo, Brasil)
Nathaly Silva Xavier Schütz (Universidade Federal do Pampa, Brasil)
Paris Yeros (Universidade Federal do ABC, Brasil)
Tim Murithi (Free State University, África do Sul)
Renu Modi (University of Mumbai, Índia)
Wolfgang Adolf Karl Döpcke (Universidade de Brasília, Brasil)

Esta edição também contou com a avaliação dos pesquisadores Ana Simão, Arnaldo Massangaie, Daniel Aguiar dos Santos, Eugénio da Costa, Maíra Baé Baladão Vieira, Nilton Cardoso, Rafael Cunha Almeida e Sylvio de Souza Ferreira.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS

Brazilian Journal of African Studies

© Centro Brasileiro de Estudos Africanos – UFRGS

Acompanhamento Editorial: Michele Bandeira
Capa: José Victor Ferreira de Oliveira
Projeto gráfico: Janaína Horn
Diagramação: José Victor Ferreira de Oliveira
Revisão de diagramação: Tayná Werlang
Arte: Tiago Oliveira Baldasso

A *Revista Brasileira de Estudos Africanos* está disponível on-line em português e inglês em www.seer.ufrgs.br/rbea

CONTATO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prédio ILEA – CEGOV
Av. Bento Gonçalves, 9500 Prédio ILEA, Sala CEGOV (115)
CEP 91501-970 – Porto Alegre/RS – Brasil
Fone: +55 51 3308.9860 / 3308.7988
E-mail: cebrafrica@ufrgs.br

seer.ufrgs.br/rbea
ufrgs.br/cebrafrica

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral,
Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

Revista Brasileira de Estudos Africanos / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro Brasileiro de Estudos Africanos. – Ano 6, n. 12 (Jul./Dez. 2021). – Porto Alegre : UFRGS/FCE/CEBRAFRICA, 2021.

Semestral.
ISSN 2448-3907.
e-ISSN 2448-3923

1. África. 2. Relações internacionais. 3. Integração regional. 4. Segurança internacional. 5. Política de defesa.

CDU 327

SUMÁRIO

EDITORIAL 7
Paulo Fagundes Visentini
Dezembro/2021

NIGÉRIA: POLÍTICA E HISTÓRIA

O PAPEL DA NIGÉRIA NA EXPULSÃO/RETIRADA
DA ÁFRICA DO SUL DA COMUNIDADE DAS NAÇÕES 9
Joshua Olusegun Bolarinwa
James Adewunmi Falode

O *NATION BRANDING* NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
O CASO DA NIGÉRIA 25
Bruna Coelho Jaeger
Izabela Mota Bastos

DOMÍNIO COLONIAL NA NIGÉRIA: O ENCONTRO DO REINO AUCHI
COM OS COLONIALISTAS BRITÂNICOS E SEUS IMPACTOS 55
Yakubu Suleiman

INTERCÂMBIO SOBRE ÁGUAS TURBULENTAS: OS ANIOMA
E O COMÉRCIO EM TEMPOS DE GUERRA COM BIAFRA, 1967-1970 71
Odigwe A. Nwaokocha

CONCEITOS E O DEBATE HISTORIOGRÁFICO
A PARTIR DA AUTOBIOGRAFIA
DE OLAUDAH EQUIANO (1745-1797) 91
Artur José Renda Vitorino
Gisele Maria Beloto

ARTIGOS

ESTUDOS AFRICANOS NA CHINA
EM UM CONTEXTO GLOBAL (1950-2020) 111
Li Anshan

ENTRE DIPLOMACIA E COMÉRCIO EXTERIOR:
UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA 175
Daniela Freddo
Guilherme Gomes de Barros de Souza

A CHEGADA DA PRIMAVERA ÁRABE NA ARGÉLIA E NO SUDÃO: PARALELOS COMPARATIVOS E INTUITIVOS 197
George A. Genyi

GESTÃO DO IMPASSE POLÍTICO ATRAVÉS DO DIÁLOGO: UMA VALIDAÇÃO DO CLIENTELISMO NA ÁFRICA 221
Jean-Marie Kasonga Mbombo

LA UNIVERSIDAD EN LA GÉNESIS DE LA CONCIENCIA NEGRA EN SUDÁFRICA 237
Luis Edel Abreu Veranes

NOVO NORMAL E OS DESAFIOS DA ARQUITETURA DO GOVERNO ELETRÔNICO NA ÁFRICA: EXPLORANDO POSSIBILIDADES SOCIOTÉCNICAS PÓS-COVID-19 EM PERSPECTIVA COMPARADA 253
Fidel Terenciano
Tania Muriezai

PARCEIROS 273

NORMAS DE SUBMISSÃO 275

EDITORIAL

Paulo Fagundes Visentini

Dezembro/2021

A Revista Brasileira de Estudos Africanos, com esta edição, completa seis anos bem-sucedidos de existência, dedicados à cooperação acadêmica e intelectual na perspectiva da Cooperação Sul-Sul, dando voz à África e aos africanistas de todo mundo. Para tanto, conta com artigos de autoria de acadêmicos do Brasil, da Nigéria, de Moçambique, de Cuba e da China. Os dois últimos países estão entre os que detém maior conhecimento sobre o continente africano. Neste segundo ano de Pandemia da Covid 19, a Revista constituiu um elo de integração entre estudiosos de vários países, em que o Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) produziu um importante estudo sobre os efeitos da atual crise sanitária na África.

A presente 12ª edição traz um importante dossiê sobre a Nigéria, com artigos que resgatam a História e a Política dessa importante nação africana, com artigos de acadêmicos nigerianos e brasileiros. Primeiramente, é abordada a intensa atividade internacional que o país conduziu contra a África do Sul do *Apartheid*, que muito contribuiu para o isolamento do regime racista. Na sequência, é analisada a ativa diplomacia de *Nation Branding* da Nigéria, que é referência não apenas africana, mas mundial. Quanto à dimensão histórica, há um artigo sobre a complexa relação do Reino Auchi com os colonialistas britânicos. O seguinte aborda o papel da comunidade Anioma com os separatistas de Biafra.

Por fim, o dossiê encerra com um interessante artigo sobre a autobiografia de Olaudah Equiano, natural do Reino de Benin (hoje parte da Nigéria), que viveu no século XVIII e foi vendido como escravo. Posteriormente, livre e residindo em Londres, se tornou um notável ativista na luta contra a escravidão. O que este conjunto de estudos mostra é a extrema complexidade da História e da vida política do país, enriquecendo uma visão acadêmica livre de etnocentrismos.

Na seção de Artigos gerais, há uma importante análise sobre os estudos africanos na República Popular da China (de 1950 a 2020), que muito contribui para o conhecimento da visão daquele país sobre a África, algo muito útil como contraponto às narrativas euro-norte-americanas contemporâneas sobre as Relações China-África. Na sequência há um estudo sobre a Relação Brasil-África, entre a dimensão diplomática e a comercial, explorando o componente dialético da mesma. Outro tema relevante é a reflexão sobre o impacto da chamada Primavera Árabe sobre a Argélia e o Sudão, duas importantes nações africanas, com efeitos sobre todo o continente.

No campo da análise política crítica, há uma importante reflexão sobre a gestão dos impasses políticos como uma forma de chancela da prática clientelista no continente africano, em contraponto com certas visões idealistas. Outra contribuição relevante é a análise do papel das universidades na formação da consciência negra na África do Sul, uma questão que segue sendo objeto de disputas narrativas, devido à problemática "transição inacabada" e sua dimensão situação sociopolítica. Por fim, um artigo extremamente atual aborda os desafios da construção do governo eletrônico na África sob o "Novo Normal" pós-Covid. Há escassas análises sobre tal situação nos países em desenvolvimento.

Esta edição é dedicada ao acadêmico britânico Ian Taylor, um dos mais renomados africanistas, que faleceu precocemente em março de 2021. Desde o início da publicação da RBEA, ele foi um entusiasta do projeto, prontificando-se a colaborar e, logo em seguida, passou a integrar o Conselho Editorial. Um humanista, com um olhar bem focado na realidade dos países do Sul.

A RBEA publica versão eletrônica bilíngue (português e inglês). Assim, esperamos a contribuição de colegas do Brasil e do exterior, com os quais pretendemos estabelecer vínculos para o aprofundamento do conhecimento e a construção de uma visão do Sul sobre o continente africano e das relações com eles.

***

Agradecemos à Assistente de Edição Mariana Vitola e o apoio de Cecília Pereira, Isabela Marcon, Larissa Teixeira, Luiza Flores e Rafaela Serpa. Agradecemos, também, à equipe do CEBRAFRICA, que trabalhou na tradução dos artigos, e à Pietra Ribeiro Studzinski, pela colaboração na tradução e revisão dos textos em inglês.

O PAPEL DA NIGÉRIA NA EXPULSÃO/ RETIRADA DA ÁFRICA DO SUL DA COMUNIDADE DAS NAÇÕES

Joshua Olusegun Bolarinwa[1]
James Adewunmi Falode[2]

Introdução

A segregação racial na África do Sul começou nos tempos coloniais. Os habitantes eram classificados em quatro grupos raciais ("nativos", "brancos", "coloridos" e "asiáticos") e as áreas residenciais eram também segregadas, por vezes através de remoções à força. A partir de 1970, a população negra foi privada de sua cidadania, tornando-se legalmente cidadãos de uma das dez pátrias autônomas de base tribal, chamadas não oficialmente de *bantustões* ou pátrias bantu, estabelecidas pelo governo do Apartheid como pátrias pseudo-nacionais, e áreas onde a maioria da população negra foi transferida para impedir que vivessem nas áreas urbanas da África do Sul, quatro das quais se tornaram estados nominalmente independentes (Baldwin-Ragaven 1999). O governo segregou a educação, a assistência médica, as praias e outros serviços públicos, fornecendo aos negros serviços inferiores aos dos brancos. O apartheid desencadeou uma resistência e violência internas significativas lideradas pelo Congresso Nacional Africano (ANC, na sigla em inglês), bem como um longo embargo comercial contra a África do Sul por alguns dos membros da Comunidade das Nações. Desde os anos 1950, uma série de revoltas e protestos populares foram enfrentados com a proibição

1 Departamento de Pesquisa e Estudos, Nigerian Institute of International Affairs. Lagos, Nigéria. E-mail: segunbolarinwa1985@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0082-3632

2 Departamento de História e Estudos Internacionais, Lagos State University. Lagos, Nigéria. E-mail: adewunmi.falode@lasu.edu.ng. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0649-1042

da oposição e da prisão de líderes anti-apartheid, que eram na sua maioria membros do ANC.

Assim, durante mais de quatro décadas, o apartheid foi a peça institucional central das políticas internas e externas da África do Sul, especialmente aquela discriminação e outras formas de violação contra os sul-africanos negros. A política anti-apartheid da Nigéria não evoluiu, porém, até outubro de 1960, quando o país alcançou a independência política. A Nigéria viu então a sua entrada independente na cena mundial como um acontecimento profundamente significativo, que proporcionou uma oportunidade única de elaborar uma política externa coerente para com a comunidade internacional em geral e para com a África em particular; a África tornou-se assim a peça central da política externa do país. Um dos objetivos fundamentais da política externa da Nigéria, tal como enunciado pelo Primeiro-Ministro Tafawa Balewa, foi a promoção da solidariedade africana e o trabalho para a descolonização de todos os Estados africanos (Akinboye 2005). O compromisso da Nigéria com a luta anti-apartheid tinha sido deixado absolutamente claro mesmo antes de alcançar a sua independência em 1.° de Outubro de 1960 e o seu papel na luta, particularmente no Comitê Anti-Apartheid das Nações Unidas, que a Nigéria dirigiu até 1994, é louvável.

Consequentemente, a Nigéria conduziu outros Estados africanos a muitos fóruns internacionais com o apelo ao fim de todas as formas de discriminação racial, apartheid e colonialismo. No processo, a Nigéria foi sujeita a uma forma de chantagem econômica por parte do Ocidente pelo seu papel na descolonização e libertação do continente africano. Apesar disso, a Nigéria permaneceu destemida no seu compromisso de ver o apartheid erradicado. Foi precisamente por este compromisso que a Nigéria foi considerada um membro dos Estados da Linha da Frente. Na realidade, a política externa da Nigéria tem estado, desde a independência, ancorada na luta anti-apartheid (Ajala 1992), que foi consistentemente mantida por diferentes regimes do país até ao completo desmantelamento do apartheid na África do Sul (Akinboye 2005).

O Massacre de Sharpeville de 1960 e os eventos que se seguiram

O Massacre de Sharpeville, incidente em 1960, quando a polícia sul-africana abriu fogo sobre uma multidão de manifestantes negros, foi um ponto crucial na luta contra o apartheid. O confronto ocorreu no município

de Sharpeville, na atual província de Gauteng, no nordeste da África do Sul. Como mencionado anteriormente, após a eleição do Partido Nacional para o cargo na África do Sul em 1948, foi introduzida uma política de segregação racial conhecida como apartheid. O apartheid foi concebido para regular a vida da maioria negra e para manter o domínio da minoria branca. Foi aprovada legislação que regulava onde os negros podiam viver e trabalhar, assim como foram impostas restrições massivas ao exercício das liberdades civis.

Durante os anos 1950, os protestos da população negra contra o apartheid aumentaram. Estes foram organizados pelo Congresso Nacional Africano (ANC, fundado em 1912) e pelo seu rival, o Congresso Pan-Africanista (PAC, na sigla em inglês, fundado em 1959). O PAC convocou uma manifestação nacional em 21 de março de 1960 contra as *leis de aprovação* da África do Sul, que controlavam o movimento e o emprego de negros e os obrigavam a levar "livros de referência" de documentos de identidade. Como parte dessa manifestação em massa, uma grande multidão se reuniu diante de uma delegacia de polícia em Sharpeville, algumas pessoas queimando seus livros de referência. A polícia, temendo que a multidão estivesse se tornando hostil, entrou em pânico e abriu fogo. Continuaram a disparar enquanto os manifestantes tentavam fugir e cerca de 72 negros foram mortos, incluindo mulheres e crianças. Mais de 184 pessoas também foram feridas.

O alvoroço entre os negros sul-africanos foi imediato e, na semana seguinte, houve manifestações, marchas de protesto, greves e motins por todo o país que levaram à morte de muitos outros negros. Em 30 de março de 1960, o governo declarou estado de emergência, detendo mais de 18.000 pessoas. O ANC e o PAC foram proibidos e forçados a ir para a clandestinidade ou para o exílio. Depois disso, ambos os movimentos abandonaram a estratégia tradicional de protesto não violento e se voltaram, cada vez mais, para a luta armada. Uma tempestade de protestos internacionais seguiu-se aos tiroteios em Sharpeville, incluindo a condenação pela Organização das Nações Unidas (ONU). Sharpeville marcou um ponto de inflexão na história da África do Sul; o país viu-se cada vez mais isolado na comunidade internacional durante os próximos 30 anos (Lemon 2008).

Em 1961, a África do Sul rompeu a sua ligação com a Inglaterra de 155 anos e tornou-se uma república fora da Comunidade das Nações. Foi um passo cujos resultados internacionais e econômicos, embora ainda não totalmente sentidos, foram prefigurados durante o ano. As rápidas críticas à África do Sul na ONU, as medidas financeiras rigorosas para salvar as reservas do país e o início de uma intensificação da acumulação militar foram os sinais mais óbvios do isolamento crescente do país. Embora as atividades políticas

não-brancas tenham sido menos espetaculares do que no ano anterior, uma profunda inquietação racial continuou a se expressar entre os africanos e os mestiços (uma população mista), e mais legislações para suprimir as manifestações políticas entre eles foram aprovadas. No entanto, as eleições no final do ano mostraram que o apoio ao governo estava crescendo entre os afrikaners, apesar da resignação moral e política entre a igreja e os grupos universitários, e do aparecimento de uma nova tendência liberal na oposição (Lemon 2009).

A Revolta dos Estudantes de Soweto de 1976

Outro divisor de águas na luta contra o apartheid foi o Levante do Soweto por estudantes, que a Nigéria e muitos outros países africanos utilizaram na luta contra o governo do Apartheid na África do Sul, especialmente na plataforma da Comunidade das Nações. Esta revolta foi outra grande luta desde o Massacre de Sharpeville. Na manhã de 16 de junho de 1976, milhares de estudantes do município africano de Soweto, nos arredores de Joanesburgo, reuniram-se em suas escolas para participar de uma manifestação de protesto organizada por estudantes.

Muitos deles levavam cartazes que diziam: "Abaixo os Afrikaners" e "Educação Bantu – para o inferno com isso"; outros cantavam canções de liberdade enquanto a multidão desarmada de crianças em idade escolar marchava em direção ao estádio de futebol de Orlando, onde uma manifestação pacífica havia sido planejada. A multidão aumentou para mais de 10.000 alunos (Bonner 1976). No caminho para o estádio, cerca de cinquenta policiais pararam os alunos e tentaram mandá-los embora. No início, as forças de segurança tentaram, sem sucesso, dispersar os alunos com gás lacrimogêneo e tiros de advertência. Sem sucesso, os policiais dispararam diretamente contra a multidão de manifestantes. Muitos estudantes responderam correndo para se abrigar, enquanto outros retaliaram, atirando pedras na polícia.

Nesse dia, dois estudantes, Hastings Ndlovu e Hector Pieterson, morreram devido aos tiros da polícia; mais centenas sofreram ferimentos durante o caos subsequente que envolveu Soweto. Os tiroteios em Soweto provocaram uma revolta maciça que logo se espalhou por mais de 100 áreas urbanas e rurais em toda a África do Sul.

A causa imediata da marcha de 16 de junho de 1976 foi a oposição estudantil a um decreto emitido pelo Departamento de Educação Bantu que impunha o Afrikaans como meio de instrução em metade das disciplinas

do ensino fundamental e médio. Como os membros do Partido Nacional no poder falavam afrikaans, os estudantes negros o viam como a "língua do opressor". Além disso, devido à falta de fluência em afrikaans, os professores e alunos africanos experimentaram em primeira mão o impacto negativo da nova política na sala de aula.

A revolta do Soweto veio depois de uma década de relativa calma no movimento de resistência, na sequência da repressão maciça do governo nos anos 1960. Contudo, durante esta "década silenciosa", um novo sentimento de resistência estava se formando. Em 1969, estudantes negros, liderados por Steve Biko (entre outros), formaram a Organização dos Estudantes Sul-Africanos (SASO, na sigla em inglês). Enfatizando o orgulho negro, a auto-suficiência e a libertação psicológica, o Movimento da Consciência Negra, nos anos 1970, tornou-se uma força influente nas cidades, incluindo Soweto. O contexto político das revoltas de 1976 também deve levar em conta os efeitos das greves dos trabalhadores em Durban em 1973; a libertação dos vizinhos Angola e Moçambique em 1975; e o aumento do número de alunos matriculados nas escolas negras, o que levou ao surgimento de uma nova identidade coletiva da juventude forjada por experiências e reivindicações comuns (Bonner 1976).

Embora as crianças em idade escolar possam ter sido influenciadas pelo Movimento da Consciência Negra dos anos 1970, muitos ex-alunos do Soweto não se lembram de qualquer envolvimento de organizações externas ou movimentos de libertação na sua decisão de protestar contra o uso de afrikaans nas suas escolas. Em suas memórias, Sifiso Ndlovu, ex-aluno da Escola Secundária Phefeni em Soweto, lembra como, em janeiro de 1976, ele e seus colegas esperavam ter um bom desempenho em seus estudos, mas notaram como o uso de afrikaans na sala de aula reduziu significativamente suas notas (Hirson 1979); isto foi reforçado por Brooks *et al.* em seu relato sobre a revolta em Soweto (Brooks 1980). Reiterando Ndlovu, atual deputado Obed Baphela lembrou: "Era bastante difícil agora mudar do inglês para o afrikaans naquele ponto e momento em particular" [Assista ao segmento de vídeo de Bapela]. A demissão de professores que se recusaram a implementar a política linguística do afrikaans no Soweto exacerbou a frustração dos alunos do ensino médio, que então organizaram pequenas manifestações e boicotes de classe já em março, abril e maio (Ndlovu 1998).

Para manter a resistência, os líderes do Conselho de Representantes dos Estudantes do Soweto (SSRC, na sigla em inglês, fundado em agosto de 1976) decidiram envolver os adultos nos protestos, a fim de construir a unidade intergeracional e dar um golpe econômico contra o regime do apartheid. De agosto a dezembro de 1976, os líderes da SSRC organizaram uma série de

campanhas, incluindo estadias em casas (greves curtas) para trabalhadores adultos, marchas para Joanesburgo, campanhas contra a bebida, funerais em massa (que se tornaram politicamente carregados e muitas vezes transformados em comícios de protesto), e um boicote ao consumo no Natal (SSRC 1976). Em preparação para a estadia em casa, a SSRC imprimiu panfletos para incentivar os adultos a participarem. Lê-se "[...] o desmantelamento da EDUCAÇÃO BANTU, a LIBERTAÇÃO de Prisioneiros detidos durante as demos [manifestações], e a derrubada da opressão, nós os estudantes apelamos aos nossos pais para que fiquem em casa e não vão trabalhar a partir de segunda-feira" (Carris 1972). Os confrontos esporádicos entre estudantes e policiais continuaram em 1977; no final do ano, o governo reconheceu que quase 600 pessoas haviam sido mortas, embora pesquisas recentes tenham mostrado que pelo menos 3.000 pessoas morreram. Milhares de pessoas foram presas e muitos sul-africanos negros fugiram para o exílio ou juntaram-se à luta armada.

A politização e o ativismo dos jovens sul-africanos no Soweto e para além dele incentivou os movimentos de libertação e pôs em marcha uma série de transformações que acabaram por levar ao desaparecimento do apartheid (Carris 1972). Está registrado que muitos dos estudantes que fugiram da África do Sul foram ajudados pelo Governo Federal da Nigéria, uma vez que todos receberam bolsas de estudo. Muitos dos líderes do Congresso Nacional Africano (ANC) receberam Passaportes Nigerianos para se deslocarem pelo mundo, entre outros benefícios.

Expulsão/Retirada da África do Sul da Comunidade das Nações

O compromisso da Nigéria com a luta anti-apartheid tinha sido deixado absolutamente claro antes mesmo de alcançar a sua independência em 1.° de Outubro de 1960 (Ajala 1992). Após os massacres de Sharpeville de 21 de março de 1960, quando a polícia sul-africana atirou e matou 72 negros e deixou 184 feridos (como mencionado anteriormente), houve um consenso geral entre todos os partidos políticos nigerianos, assim como entre os governos regional e federal, de que ações decisivas deveriam ser tomadas contra o regime de Pretória para forçar esse regime a mudar sua abominável política de apartheid. Este evento marcou o início do confronto da Nigéria contra a África do Sul branca. A Nigéria proibiu a importação de bens sul-africanos para o país e foi fundamental para as sanções políticas e econômicas aprovadas contra o regime racista.

Também em 1961, a Nigéria exigiu e liderou a forte expulsão/retirada da África do Sul da Comunidade na 11ª Conferência dos Primeiros Ministros da Comunidade das Nações, realizada em Março de 1961 em Londres. Na verdade, a Nigéria, ao mobilizar outros países da África negra, conseguiu isolar a África do Sul de tal forma que a levaria a perceber o absurdo de suas políticas racistas (Agbu 2010). Na continuação desta postura, a Nigéria pôs fim a todos os privilégios de membro da Comunidade que a África do Sul desfrutava na Nigéria antes da sua retirada forçada da Comunidade das Nações. A partir deste momento, todos os brancos sul-africanos foram tratados como estrangeiros na Nigéria.

A Nigéria conseguiu a sua independência num período em que a comunidade internacional já se encontrava armada contra o colonialismo, a discriminação racial e o apartheid. Os anseios de independência nos territórios dependentes restantes da Ásia e da África tinham ganho tal ímpeto que a Assembleia Geral das Nações Unidas não teve problemas em adotar a memorável resolução 1514 (XV) sobre "A Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais" em 14 de Dezembro de 1960 – não muito depois da independência da Nigéria. Assim, como a Nigéria se posicionou contra o regime de Pretória logo após os massacres de Sharpeville (já mencionados), ela também se juntou a outras nações defensoras da liberdade ao adotar esta resolução especial sobre a descolonização.

Apesar desta importante resolução, o ambiente internacional estava tenso. A Guerra Fria estava evidente, pois tanto o Oriente como o Ocidente estavam envolvidos em propaganda vil e hostil um contra o outro; tanto a OTAN como os blocos militares de Varsóvia tinham sido solidificados com bases nas suas respectivas esferas de influência; cada bloco tinha imposto restrições ao comércio entre ele e os seus amigos, por um lado, e os seus opositores, por outro. Cada bloco embarcou no desenvolvimento de armas nucleares, bem como se entregou extensivamente à espionagem contra o outro. Além disso, a guerra ideológica entre a democracia liberal capitalista do Ocidente e a democracia proletária comunista do Oriente estava no seu auge, como a crise cubana demonstrou habilmente.

A crise do Congo trouxe a dura realidade da situação muito mais perto de todos os novos Estados africanos independentes. O pouco conhecimento destas novas nações, que há muito se associavam ao Ocidente em oposição ao Oriente, tinha passado pelos canais preconceituosos e tendenciosos do Ocidente. A sua percepção do bloco oriental era, portanto, distorcida.

No caso da Nigéria, foi precisamente por esta e outras razões que a Nigéria proibiu a literatura soviética e comunista e recusou as bolsas de estudo do bloco oriental. Os nigerianos foram desencorajados de viajar para o bloco

oriental, enquanto os nigerianos, que tinham encontrado o caminho de volta, eram vistos nos círculos governamentais como "agentes comunistas". Foi também por causa dessa suspeita que a Nigéria atrasou o estabelecimento de relações diplomáticas com os países do bloco oriental, e quando finalmente estabeleceu essas relações, restringiu inicialmente o tamanho da Missão Soviética em Lagos. O ambiente internacional prevalecente também tornou impossível para a Nigéria praticar a política de não alinhamento que professava. Em vez disso, foi, para todos os efeitos, aliada ao Ocidente.

Outro fator importante, que forçou a Nigéria a entrar nesta posição, foi a expectativa de que só o Ocidente poderia fornecer a assistência financeira e material necessária para o desenvolvimento econômico da Nigéria. Para piorar a situação, o relatório da missão do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, que esteve na Nigéria nos anos 1950, tinha recomendado que "sem investimento estrangeiro, nem os esforços público e privado podem alcançar a taxa de crescimento econômico e desenvolvimento que o povo nigeriano deseja" (Ajala 1992).

Com todos esses fatores em mente, os líderes nigerianos abordaram os negócios estrangeiros com cautela. Eles não queriam tomar nenhuma medida que pudesse comprometer as suas hipóteses de obter ajuda e outras formas de assistência do Ocidente. As políticas adotadas pelo governo Balewa foram manifestações dessa abordagem. A Nigéria, porém, logo descobriu que precisava ser categórica e não afetada pelo ambiente internacional predominante em assuntos de interesse vital para o continente africano. Esta constatação nasce do fato de que, devido à dimensão do país e aos seus recursos humanos e materiais, a Nigéria não podia ficar de braços cruzados e permitir que Gana continuasse a desempenhar o papel de liderança nos assuntos africanos. Com a aproximação da independência, portanto, os líderes nigerianos resolveram não aceitar mais desculpas para a duplicidade britânica sobre a situação sul-africana, "mas adotaram uma linha mais firme não só sobre a questão do apartheid mas também sobre a descolonização dos restantes territórios dependentes em África" (Ajala 1986).

Em consonância com esta posição, o primeiro-ministro foi à Conferência dos Primeiros-Ministros da Comunidade em Londres, em Março de 1961, "determinado a opor-se à política de apartheid da África do Sul" (Ajala 1986). Consequentemente, "a Nigéria liderou o movimento que levou à retirada da África do Sul da Comunidade das Nações" (Adebisi 1980) na reunião. Na continuação desta mudança de postura, como mencionado anteriormente, a Nigéria acabou com todos os privilégios de membro da Comunidade das Nações que a África do Sul desfrutava na Nigéria antes da sua retirada forçada

da Comunidade. Doravante, todos os brancos da África do Sul seriam tratados como estrangeiros na Nigéria, enquanto que uma proibição comercial foi também imediatamente imposta à África do Sul. Alguns meses depois, a Nigéria apresentou uma resolução na Organização Internacional do Trabalho apelando para que a organização expulsasse a África do Sul com o fundamento de que o apartheid era uma violação flagrante da letra e do espírito da Constituição da OIT.

Em 16 de março de 1961, o Dr. Verwoerd, primeiro-ministro, retirou o pedido da África do Sul para continuar como membro da Comunidade das Nações depois de ter se tornado uma república. Isto foi feito numa reunião dos primeiros-ministros da Comunidade em Londres, na qual o Dr. Verwoerd participou para cumprir a sua promessa de manter a África do Sul como membro, se pudesse. Críticas consideráveis à política da África do Sul de separação racial ou apartheid foram expressas por outros membros da Comunidade das Nações, particularmente o Canadá e os domínios afro-asiáticos liderados pela Nigéria. Perante estas críticas, o Dr. Verwoerd retirou o seu pedido "para não colocar os nossos amigos, particularmente o Reino Unido, na posição ingrata de ter de escolher entre nós e os estados afro-asiáticos da Comunidade". A notícia da retirada foi recebida com choque pela oposição e com júbilo pela grande maioria do grande grupo branco, os afrikaners descendentes de holandeses.

Quase imediatamente as políticas raciais da África do Sul sofreram fortes ataques tanto no Comitê Político da ONU como na Assembleia Geral. Dentro de vinte e quatro horas após a retirada da Comunidade das Nações, a administração sul-africana da África do Sudoeste foi condenada por uma votação de 74-0 na Assembleia Geral. A maior votação já registada na Assembleia Geral da ONU condenou o *apartheid,* e até Portugal votou na divisão 94-0. O delegado sul-africano afirmou que se tratava de "interferência doméstica". O Conselho de Segurança também ordenou à sua Comissão para a África do Sudoeste que entrasse no território e investigasse as acusações relativas à aplicação do apartheid nesta área controlada pela África do Sul sob um mandato pós Primeira Guerra Mundial. O governo sul-africano recusou-se a conceder vistos ao comitê para entrar, embora tenha se oferecido para permitir a entrada de alguma pessoa de estatuto internacional. No final de outubro, logo após o reinício das sessões da ONU, houve um pedido de sanções contra a África do Sul por parte dos Estados afro-asiáticos, em um debate que durou mais de quinze dias. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, E. H. Louw, defendeu as políticas do seu governo como sendo do melhor interesse de todos no país (Lenon 2008).

Em 31 de maio de 1961, a África do Sul tornou-se uma república. Na verdade, esta foi uma restauração da forma republicana de governo, que havia sido encerrada no Estado Livre de Transvaal e Orange, as então duas províncias do Norte da África do Sul, no final da Guerra da Boer de 1899-1902. O novo Presidente do Estado, anteriormente Governador-Geral, Sr. C. R. Swart, fez o juramento de posse e prestou juramento no gabinete. A constituição continuava a ser a mesma parlamentar baseada num eleitorado branco, com quatro cadeiras comunitárias para o povo de cor (mulato), e sem qualquer representação para os 11.000.000 africanos e 500.000 asiáticos. O evento foi celebrado pelos afrikaners e em grande parte ignorado pela minoria branca inglesa e pelos não-brancos. Uma greve de três dias planejada pelos não-brancos como protesto para coincidir com o estabelecimento da república não correspondeu às expectativas, embora tenha sido cerca de 50% eficaz em algumas áreas. Este fracasso deveu-se em parte à exibição de força por parte do governo, que incluiu a convocação das forças cidadãs e o posicionamento de unidades blindadas em pontos-chave, bem como o policiamento severo das cidades não-brancas. O governo também aprovou uma lei pela qual qualquer pessoa poderia ser detida por até catorze dias sem uma audiência judicial. Este poder foi usado para assediar e prender muitos dos principais líderes da greve. No final de maio, cerca de 10.000 pessoas foram apreendidas em operações antes do amanhecer.

Imediatamente após o estabelecimento da república, a queda das reservas de ouro sul-africanas se acelerou. Era parte de um processo que vinha acontecendo desde a emergência de Sharpeville em março de 1960 e fez com que as reservas caíssem de cerca de US$ 450 milhões para US$ 220 milhões em meados de junho de 1961. Isto deveu-se em grande parte a uma saída de capital de quase 300.000.000 dólares no que foi chamado de "crise de confiança" na estabilidade do país. O Dr. Donges, ministro das finanças, ordenou imediatamente a todos os sul-africanos que retirassem todos os fundos colocados no estrangeiro e bloqueou a retirada de mais capital do país. Isto quebrou a ligação de 70 anos de duração entre as Bolsas de Valores de Joanesburgo e Londres. Depois deste desenvolvimento, estas medidas governamentais parecem ter sido eficazes e as reservas subiram agora para US$ 330.000.000, ou US$ 105.000.000, acima do que é considerado o nível de perigo. Durante o ano, o país mudou da moeda libra esterlina (£s.d.) para uma moeda decimal. A unidade é agora um rand (R1,00) que é igual a metade da antiga libra esterlina (£1,00). O rand é igual a 100 cêntimos sul-africanos (Lemon et al. 2009).

Conclusão

A partir do que foi exposto acima, é evidente que a Nigéria tem sido declarada como uma grande promotora dos assuntos africanos e tem dado historicamente grande importância à África (Saliu 2005). A Nigéria fez grandes contribuições para a emancipação dos países africanos das regras coloniais e do domínio racista dos colonizadores (Ezc 2011). Isto porque sempre se comprometeu a defender os interesses da raça negra no mundo e, mais importante ainda, antes da sua independência em 1960, os líderes políticos do país tinham desenvolvido uma ideia sobre a possibilidade de a Nigéria liderar a África após a conquista da independência (Saliu 2005). O apoio e as contribuições da Nigéria para as lutas anti-apartheid na África do Sul foram reconhecidos e notados pela comunidade internacional, especialmente pela Organização de Unidade Africana, agora a União Africana (OUA/UA), e também pela Organização das Nações Unidas (ONU), onde a Nigéria forneceu uma liderança eficaz nas lutas contra o colonialismo, o racismo e o regime do apartheid na África do Sul.

Assim, quando alguns países africanos alcançaram a independência em 1960, a descolonização dos demais territórios sob o colonialismo tornou-se um projeto comum e um ponto de encontro. A Nigéria tornou-se o líder indiscutível (mesmo trabalhando com outros países no estabelecimento da CEDEAO em 1975, a Nigéria liderou a prevenção e resolução do conflito na Libéria e Serra Leoa, a Nigéria foi o presidente do Comitê Anti-apartheid da ONU até 1994 e, acima de tudo, a orientação da política externa da Nigéria é centrada na África) na luta contra o colonialismo e especialmente o apartheid pela OUA. A Nigéria gastou enormes quantidades de recursos: políticos, diplomáticos e materiais na prossecução desta luta (Zabadi et al. 2012) Ao fazê-lo, tem sido condenada, por vezes louvada e, na maioria dos casos, por assim dizer, não reconhecida. No entanto, desde a sua independência, a Nigéria continua comprometida com a sua política afrocêntrica, que vem em diferentes formas e magnitudes.

A Nigéria tem feito imensas contribuições para o desenvolvimento internacional, a paz e a segurança, na África. Infelizmente, as contribuições da Nigéria, incluindo as que foram feitas para a descolonização do sul da África e a luta anti-apartheid na África do Sul, não foram devidamente documentadas e divulgadas dentro e fora da Nigéria. Consequentemente, a informação sobre o papel heróico e as contribuições da Nigéria não é transmitida com precisão às gerações seguintes de nigerianos e cidadãos de países que se beneficiaram dos gestos amáveis da Nigéria. De fato, existem hoje

provas que sugerem uma distorção[3] dos fatos históricos sobre o papel e as contribuições da Nigéria por parte de alguns dos países que se beneficiaram do apoio e assistência nigerianos.

Ademais, é surpreendente e lamentável que a política africana da Nigéria não envie uma mensagem clara a estes países africanos na sua missão, afetando a forma como eles deveriam retribuir os gestos da Nigéria e mostrar alguma gratidão (Saliu 2005) (como no caso da África do Sul, Zimbabué e Angola, etc.). Portanto, nos futuros compromissos da Nigéria há uma necessidade intransigente de uma revisão especial de sua política externa para refletir os tempos de mudança da política e dos eventos globais. Os gestos e as mãos de comunhão da Nigéria com outras nações, especialmente na África, também deveriam estar ligados ou refletir seus interesses nacionais e, de fato, aplicar o princípio da reciprocidade em tudo o que ela faz na arena internacional.

Em linha com a conclusão, são sugeridas as seguintes recomendações:

1. O Governo Federal deve sempre apoiar o Ministério Federal das Relações Exteriores a adquirir capacidade técnica adequada para a documentação e divulgação eficazes de informações sobre a contribuição da Nigéria para a paz, segurança e desenvolvimento internacional. Por exemplo, os papéis e contribuições da Nigéria podem ser memorizados em peças de teatro e filmes por trabalhadores da arte de Nollywood para que as pessoas dentro e fora da Nigéria saibam o que a Nigéria contribuiu para a libertação e descolonização da África Austral;
2. Além disso, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Informação e outras agências oficiais relevantes, como a Agência Nacional de Orientação (NOA, na sigla em inglês) devem intensificar o uso dos meios de comunicação e outros recursos culturais para divulgar informações sobre o papel e as contribuições da Nigéria dentro e fora da Nigéria,

3 As experiências pessoais dos autores como parte da delegação nigeriana à União Africana como observadores durante as eleições da Comissão da UA, quando o líder da delegação sul-africana à União Africana (UA) em Adis Abeba disse que o apoio da Nigéria ao ANC e à luta contra o regime do apartheid foi para ganhos econômicos. Isto foi uma tentativa de distorcer um fato histórico, porque a Nigéria tem sido contra o apartheid mesmo antes da sua independência.

especialmente na União Africana, das Nações Unidas e, em particular, na Comunidade das Nações;

3. Na verdade, o Ministério da Educação deve assegurar que os processos educacionais e de aprendizagem incluam informações sobre o papel e contribuições da Nigéria para o desenvolvimento internacional, a paz e a segurança. Neste sentido, a informação sobre a contribuição da Nigéria para as lutas de libertação e anti-apartheid pode ser integrada nos currículos dos programas de educação formal e informal.

REFERÊNCIAS

Adebisi, Busari. 1980. "Nigeria's Relations with South Africa, 1960-1975." *Africa Quarterly* 16, no. 3, 75.

Agbu, Osita. 2010. "Nigeria and South Africa: The Future of a Strategic Partnership." In *Beyond Fifty Years of Nigeria's Foreign Policy: Issues, Challenges and Prospects*, editado por Osita Eze. Lagos: NIIA.

Ajala, Adekunle. 1986. "Nigeria and Southern Africa." In *Nigeria's External Relations: The First Twenty-Five Years*, editado por G. O. Olusanya e R.A. Akindele. Ibadan: University Press.

Ajala, Adekunle. 1992. "Nigeria's Role in the Anti-Apartheid Struggle," trabalho apresentado no seminário *Nigeria/South Africa Relations: Post-Apartheid Era* realizado no National Institute for Policy and Strategic Studies (NIPSS), Kuru, Jos.

Akinboye, Solomon O. 2005. "From Confrontation to Strategic Partnership: Nigeria's Relations with South Africa-1960-2000." In *New Horizons for Nigeria in World Affairs*, editado por U. Joy Ogwu. Lagos: NIIA.

Baldwin-Ragaven, Laurel, Leslie London, e Jeanelle De Gruchy. "Learning from our Apartheid Past: Human Rights Challenges for Health Professionals in Contemporary South Africa." Ethnicity & Health 5 , 2000: 1-34. https://doi.org/10.1080/713667460.

Bonner, P. L. n.d. "The Soweto Uprising of June 1976: A Turning Points Event.' Turning Points in History: People Places and Apartheid." Accessed January 20, 2019. https://www.sahistory.org.za/archive/book-5-people-places-and-apartheid-chapter-2-soweto-uprising-june-1976-turning-points-event

Brooks, Alan e Jeremy Brickhill. 1980. *Whirlwind before the Storm: The Origins and Development of the Uprising in Soweto and the Rest of South Africa from June to December 1976*. London: International Defence and Aid Fund for Southern Africa.

Eze, C. Osita. 2011. "Nigeria's Contribution to the Liberation Movement in Africa." In *Nigeria in the Global Arena: Past, Present and the Future*, editado por Osita Agbu e Ogaba Oche. Lagos: FOG Ventures.

Hirson, Baruch. 1979. *Year of Fire, Year of Ash: The Soweto Revolt, Roots of a Revolution?* London: Zed Press.

Karis, Thomas e Gwendolen Margaret Carter. 1972. *From Protest to Challenge: A Documentary History of African Politics in South Africa, 1882-1964*. Stanford, CA: Hoover Institution Press.

Lemon, Anthony, Patrick O'Meara e N. Brian Winchester. 2009. *South Africa*. Microsoft Encarta [DVD]. Redmond, WA: Microsoft Corporation.

Lemon, Anthony, Patrick O'Meara e N. Brian Winchester. 2008. *South Africa*. Microsoft Encarta [DVD]. Redmond, WA: Microsoft Corporation.

Ndlovu, Sifiso Mxolisi. 1998. *The Soweto Uprisings: Counter-Memories of June 1976*. Ravan Local History Series. Ed. Monica Seeber and Luli Callinicos. Randberg: Ravan Press.

Saliu, A. Hassan. 2005. "Nigeria's Policy towards Africa: Some Reflections." In *Nigeria and the Development of the African Union,* editado por Bola A. Akinterinwa. Ibadan: Vantage Publishers.

The Soweto Students Representative Council (SSRC, founded in August 1976) decided to involve adults in the protests in order to build inter-generational unity and to strike an economic blow against the apartheid regime.

Zabadi, Istifanus S. e Freedom C. Onuoha. 2012. "Nigeria and South Africa: Competition or Cooperation." In *Perspectives on Nigeria's National and External Relations-Essays in Honour of Professor A. Bolaji Akinyemi,* editado por Thomas A. Imobighe e Warisu O. Alli. Ibadan: Twenty First Century Forum, University Press PLC.

RESUMO

O compromisso da Nigéria com a luta anti-apartheid havia sido deixado absolutamente claro antes mesmo de alcançar sua independência, em 1.° de outubro de 1960. Após os massacres de Sharpeville de 21 de março de 1960, quando a polícia sul-africana atirou e matou 72 negros e deixou 184 feridos, houve um consenso geral entre todos os partidos políticos nigerianos, assim como os governos regional e federal, de que ações decisivas deveriam ser tomadas contra o regime de Pretória para forçar esse regime a mudar sua abominável política de apartheid. Este evento marcou o início do confronto da Nigéria contra a África do Sul branca. A Nigéria exigiu e liderou a forte expulsão/retirada da África do Sul da Comunidade das Nações, mobilizando outros países africanos negros para isolar a África do Sul de tal forma que ela perceberia o absurdo de suas políticas racistas. É neste contexto que este trabalho avalia o papel da Nigéria na expulsão ou retirada forçada da África do Sul da Comunidade das Nações.

PALAVRAS-CHAVE:

Nigéria. Apartheid. Expulsão/Retirada. Comunidade das Nações.

Recebido em 26 de novembro de 2020
Aceito em 23 de março de 2021

Traduzido por Pietra Ribeiro Studzinski

O *NATION BRANDING* NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O CASO DA NIGÉRIA

Bruna Coelho Jaeger[1]
Izabela Mota Bastos[2]

Introdução

Desde o fim da Guerra Fria, novas formas de diplomacia pública foram elaboradas, principalmente com a ascensão da comunicação midiática. Como incremento para uma das funções da diplomacia pública, que é criação da imagem e da propaganda do Estado, inicia-se a aplicabilidade do *Nation Branding* nas Relações Internacionais. Pode-se então considerar esse método uma forma de reestruturar o ambiente de negócios de um país de modo a prospectar uma nova imagem internacional, uma imagem fiel à cultura e à história nacional. Dessa forma, seu objetivo é estimular uma reconstrução da política externa e do comércio internacional entre os Estados, através da sofisticação comercial do país. Sendo assim, são programas liderados, em conjunto, por atores de instituições governamentais e empresas privadas.

Existe uma luta constante por parte dos países que objetiva expor de forma positiva sua identidade e imagem (Dinnie 2008), pois não conseguem ser percebidos pelo Sistema Internacional de acordo com a sua verdadeira identidade cultural e política, essencialmente porque as identidades são subjetivas (Wendt 1992). Portanto, para compreender essa identidade de forma intersubjetiva, é necessário um sistema eficiente, como o *Nation Branding*. Assim, as crenças na identidade devem ser compartilhadas coletivamente,

1 Departamento de Relações Internacionais, Centro Universitário LaSalle do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Email: brunacjaeger@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7776-7213.

2 Departamento de Relações Internacionais, Centro Universitário LaSalle do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Email:izamotabastos@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6424-7382.

senão não haverá uma interação pautada em um interesse comum no Sistema Internacional (Wendt 1999). Logo, o *Nation Branding* é utilizado em primeira instância pela Nigéria para romper o paradigma colonial manipulado pelo Ocidente.

Em vista disso, esse artigo tem como objetivo central analisar o caso do *Nation Branding* na Nigéria, a fim de relatar o perigo da história única e seu impacto sobre o posicionamento do país no âmbito internacional. A Nigéria é terra de antigos reinos e múltiplos grupos étnicos[3], que até os dias atuais sofrem a consequência da partilha dos territórios do continente. Nesse sentido, a imagem que o Ocidente passa a propagar sobre a Nigéria é uma imagem de "corrupção, abuso, tribalismo, fanatismo religioso e a falta da maioria dos fundamentos básicos na vida cotidiana [...]" (Nation Branding 2009).

A pergunta que guia esse artigo é: de que forma a construção do *Nation Branding* na Nigéria, no período de 2009 a 2019, tem impactado na inserção internacional do país? Apresenta-se como hipótese que, a partir do uso do *Nation Branding* na criação de programas políticos, econômicos e de *marketing*, desenvolve-se uma união nacional em prol do sucesso da Nigéria no Sistema Internacional. Desse modo, tais programas melhoraram o ambiente de negócios, até mesmo com políticas de segurança. Com isso os setores se tornam mais atrativos, especialmente através da criação de políticas de incentivo à tecnologia e qualificação dos trabalhadores nigerianos. Por conseguinte, foi possível a melhora da harmonia político-social e competitividade econômica do país, que geraram uma nova imagem internacional. Sendo assim, essa análise será feita com base em dados quantitativos e qualitativos, principalmente por meio do banco de dados do *Trading Economics* e do CEIC (Global Economic Data), assim como, analisa-se as políticas de *Nation Branding* majoritariamente a partir das revistas do Penresa[4]. O objetivo é mostrar de forma explicativa a correlação entre o desenvolvimento da Nigéria pós-crise de 2008 e a aplicabilidade dos programas de *Nation Branding*, como por exemplo o YouWin! e o Plano de Recuperação Econômica e Crescimento. O recorte temporal da pesquisa entre 2009 e 2019 justifica-se pelos efeitos da crise de 2008 sobre a economia nigeriana, bem como por ser o período no qual as iniciativas de *Nation Branding* no país ganham maior estrutura político-institucional.

3 Os principais grupos étnicos da Nigéria são: os Iorubás, Igbos, Tiv, Ijaw, Kanuri, Ibibio, Igal e Hauçás (os mulçumanos) (CIA 2018).

4 O Penresa é um time multicultural de *Nation Branding* da África, que tem como objetivo nutrir uma imagem positiva sobre os países emergentes da África (Penresa 2020).

A aplicabilidade do *Nation Branding* encontra correspondência em Wendt, cuja teoria aponta que o fator principal na política internacional é a propagação de ideias no Sistema Internacional (Wendt 1999). Todavia, essas ideias que ditam o posicionamento dos países no Sistema Internacional, principalmente dos países em desenvolvimento, são ditadas pelo Ocidente, que escolhe quem possui o poder de construir as normas internacionais e quem pode ou não fazer política. A principal justificativa dessa pesquisa é o anseio por combater a narrativa única e preconceituosa que se faz presente em relação à Nigéria. Desse modo, a pesquisa é pautada especialmente em autores africanos. Não obstante, almeja-se contribuir para uma discussão mais aprofundada do conceito de *Nation Branding* nas Relações Internacionais, que normalmente é analisado como apenas um fator de influência cultural e turística. Bem como, como incremento à teoria construtivista, visa-se criar um novo debate nas Relações Internacionais e no campo dos estudos de África.

Na primeira seção deste trabalho, é estabelecido um diálogo entre a teoria construtivista de Wendt e a teoria decolonial, a fim de abordar o reflexo do perigo da história única e a colonialidade do poder. Explica-se a necessidade da queda das máscaras brancas que influenciam a percepção dos próprios africanos sobre si mesmos, pois as ideias que são narradas atualmente são eurocêntricas, xenófobas e dominadas pelas Grandes Potências ocidentais. Esse conjunto de fatores ideológicos influenciam diretamente no posicionamento atual da Nigéria, pois os estereótipos por muitas vezes podem dominar as percepções das nações (Wendt 1999). Consequentemente, a segunda seção tem como objetivo explicar o conceito de *Nation Branding* e evidenciar seus principais programas levados adiante pelo Estado nigeriano durante o período de 2009-2019. Desse modo, essa análise busca compreender como tais fatos se relacionam às políticas de aumento da estabilidade da moeda nacional; de recuperação da credibilidade internacional e da confiança dos investidores; e de reforço ao sentimento nacional (Dinnie 2008).

A terceira seção evidencia os impactos desses programas de *rebranding* de seu "produto, serviço ou organização considerada em associação com o seu nome, identidade e reputação" (Anholt 2007, 4), na inserção internacional da Nigéria. Nesse sentido, relata-se através de dados quantitativos o aumento da confiabilidade e de investimento direto estrangeiro, assim como o resultado desses investimentos para o capital humano nigeriano e para a diversificação da exportação. Esse é o caso da ascensão tecnológica por meio das *startups* que reposicionam a Nigéria como um Estado inovador e atrativo para investimentos, sobretudo com a criação da vila científica de Abuja, que busca ser um novo polo tecnológico. Ademais, é notório o aumento do multilateralismo comercial, que passa a andar lado a lado com o regionalismo

político, devido ao renascimento africano e ao anseio da Nigéria em resgatar o ideal panafricanista.

O poder das ideias e o perigo da história única: um debate entre o construtivismo e a teoria decolonial

Ao buscarmos compreender o papel das ideias na política externa da Nigéria e como a construção de imagens pode influenciar na forma como um país é encarado no ambiente internacional, é necessário o uso de uma teoria que fuja de uma análise racionalista, ou seja, que não abre a caixa preta do Estado. Isto posto, esta seção possui como principal objetivo estabelecer um diálogo entre o Construtivismo e a Teoria Decolonial, evidenciando como ambas se complementam em uma análise crítica sobre o poder da construção de ideias no Sistema Internacional.

Segundo o construtivismo de Wendt (1992), a Política Internacional é socialmente construída, bem como, as estruturas e a formação cultural são caracterizadas, principalmente, por ideias compartilhadas, e não apenas por forças materiais brutas ou maximização de poder propriamente ditas. As identidades e os interesses dos atores são construídos por essas ideias compartilhadas que criam normas, como no caso em que o autor cita que a anarquia é aquilo que os Estados fazem dela (Wendt 1999). Logo, as normas e as ideias ditam instituições, agentes e interesses do Sistema Internacional, que são feitos através de adaptações. Assim, a identidade constrói os interesses, promovendo suas bases. Por conseguinte, o conceito de identidade funciona como um vínculo entre as estruturas e os interesses (Jepperson, et al. 1996), principalmente porque não tem como o Estado definir seus interesses sem antes definir sua identidade. Não obstante, Wendt (1999) aborda o poder da fala e do discurso, e como podem ser readaptados e construídos de forma a refletir os interesses do propagador dessas narrativas. Tal questão pode ser observada a partir do discurso dos Estados revisionistas, devido ao desejo de conquistar, seja em relação apenas à conquista de territórios ou ao anseio de mudar as regras do Sistema Internacional (Wendt 1999).

Por meio desta perspectiva, o presente trabalho compreende a necessidade de analisar o uso da construção de discursos e mitos, que são utilizados para criar uma história única, a fim de gerar uma ideia compartilhada no Sistema Internacional. Nesse contexto, estabelece-se um paralelo entre o construtivismo de Wendt e a teoria pós-colonial e decolonial, pois segundo a teoria pós-colonial é necessário se atentar às diferentes formas de opressão

e dominação dos povos. De modo semelhante, a teoria decolonial corresponde a uma luta contínua na busca para superar as estruturas coloniais, que operam de forma econômica, militar e política, mas também cultural e identitária (Colaço 2012).

Essas estruturas coloniais refletem a construção dos interesses das Grandes Potências. Como abordado por Wendt, a estrutura e as normas do Sistema Internacional são caracterizadas por três principais elementos, que se correlacionam: condições materiais, interesses e ideias. Sem a criação de ideias não há interesses e sem interesses não existe a necessidade de possuir condições materiais, logo, sem esses pilares não há sistema (Wendt 1999). Nesse sentido, o conhecimento compartilhado de que a Nigéria é essencialmente "pobre" cria um mito e um questionamento sobre a capacidade do país em se posicionar na Política Internacional. Assim, constrói-se uma única história, na qual a projeção das Grandes Potências impõe quais países devem fazer política e quais não devem, e esse é o perigo da história única (Adichie 2019). Cada Estado possui seus interesses particulares e suas peculiaridades, ademais, a anarquia constrói sua própria estrutura, portanto, essas construções de identidades não podem anular a origem dos países e, sim, ser um conjunto de todas essas identidades e lógicas (Wendt 1999). Certamente o discurso é um ato de fala e poder. Onuf (1998) argumenta que tornamos o mundo o que ele é, pois dizer é fazer: falar é a forma mais importante de fazer do mundo o que ele é, falando de maneira que leve alguém a agir (Kubálková, Onuf, and Kowert 1998). O conhecimento comum não é nada mais do que crenças, abordadas como "modelos mentais" compartilhados que formam as forças motrizes para um único cenário, independentemente dos aspectos inerentes a essa crença (Wendt 1999). Nesse contexto, o poder das ideias, do discurso e da construção de identidades estão diretamente correlacionados com o período pós-colonial, pois um discurso é construído a partir do olhar do colonizador, no qual o próprio colonizado se constrói tendo por base o discurso do colonizador (Rosevics 2017). Para mudar a perspectiva das normas internacionais e as interpretações construídas pelo Ocidente é necessário assumir a responsabilidade de construir uma nova identidade (Reis e Andrade 2018) para a Nigéria, buscando unir a sociedade nigeriana através do patriotismo, mesmo com as suas diferenças sociais internas.

Existe uma tendência na literatura em presumir que certos Estados estão associados ao papel de identidade, à construção de uma identidade universal (Wendt 1999). Na Nigéria, existia pouco costume de acesso a obras literárias que não ocidentais; todas as histórias possuíam personagens brancos e realidades que eram vistas como universais (Adichie 2019). Diante disso, transparece que essa é a ideia genuína de uma civilização. Adichie relata que

apenas passou a perceber o estereótipo quando passou a ler livros de autores africanos, como Chinua Achebe e Camara Laye, e passou a se reconhecer naquelas histórias (Adichie 2019). Dentre o combate à visão pejorativa propagada pela história única, é de suma importância destacar autores africanos na pauta internacional. Busca-se representatividade, mas também ter domínio de sua própria história e auxiliar a construir uma sociedade que valoriza sua própria identidade, gerando aceitação e orgulho nacional. Quando os leitores encontram apenas livros que contam uma versão estereotipada, isso alcança os africanos, gerando um sentimento de colonialidade.

Tal construção de estereótipos gera o que Frantz Fanon (1952) chamava de "alienação colonial", que surge a partir de uma hierarquia entre brancos e negros, concedendo aos brancos o assentimento para subjugar os africanos e afrodescendentes, no qual era refletida em uma internalização dessa propagada inferioridade e o mito do encantamento quanto ao branco. Sendo assim, as ideias e as identidades passam a possuir muito mais força em ditar quem possui voz no cenário global do que forças mantidas através de recursos materiais (Wendt 1999). Em vista disso, Fanon afirma que o colonialismo não se trata apenas do uso de opressão econômica ou força bélica, mas sim, a criação da ideia de diferença de raça, gerando no africano um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural (Fanon 1952). Quijano (2002) descreve a matriz colonial de poder[5] também como o domínio do conhecimento e da subjetividade. Por conseguinte, esse domínio é legitimado pelo monopólio dos conhecimentos compartilhados na mesa de decisões do Sistema Internacional (Wendt 1992). Assim, obtém-se o eurocentrismo como forma hegemônica de controle do modo de se produzir conhecimento (Quijano 2002).

É necessário posicionar-se contra quaisquer estruturas de poder e opressão que silenciem alguém (Miglievich-Ribeiro 2014, 66-80), especialmente porque essas estruturas dispõem dos canais para que os atores transnacionais tenham acesso ao sistema político, tornando possível o alcance dos atores domésticos nas mudanças políticas. Entretanto, quanto mais a área de interesse for dominada por normas internacionais, mais difícil se torna realizar mudanças ideológicas (Risse-Kappen 1995). Logo, uma sociedade com uma cultura baseada no pensamento colonial tende a perpetuar a construção do sentimento e de políticas que visam satisfazer às Grandes Potências e não o interesse nacional. Nesse sentido, deve-se estimular a ampliação de novas ideias para ir além do estereótipo criado pelo Ocidente.

5 A colonialidade do poder, isto é, a ideia de "raça" como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social (Quijano 2002, 1).

Quanto à dominação do canal de informações, as identidades possuem uma estrutura hierárquica (Wendt 1999), principalmente porque essa perspectiva global é dominada pelo homem branco, responsável pela construção do racismo e da xenofobia (Adichie 2014). Adichie (2014, 38) destaca a seguinte fala: "Eu sou nigeriano porque um branco criou a Nigéria e me deu essa identidade. Sou negro porque o branco fez o negro ser o mais diferente possível do branco. Mas eu era igbo[6] antes que o branco aparecesse". Esse mito propagado sobre a África pode ser evidenciado no caso analisado por Achebe (1977), no qual Conrad (2007, 82) inferioriza os africanos, relatando que o povo era nada além de sombras pretas de doença e fome, que eram canibais e habitavam em ambientes desagradáveis. Sendo então uma história de inferiorização manipulada para que as atrocidades que o Ocidente fizesse no continente africano fossem justificáveis, pois os africanos precisavam de ajuda para alcançar a civilidade.

Ao conceder uma entrevista para o *The Economist*, em 2019, Chimamanda Adichie afirma que a identidade é um fator muito fluído e suscetível a adaptações, uma identidade possui múltiplas formas. Dependendo de qual local a pessoa está, alguns aspectos passam a ganhar mais destaque (Wendt 1999), construindo-se uma identidade que propaga os interesses do contexto presente no momento. Essas identidades são adaptáveis aos interesses da política externa, assim como as normas internacionais são interpretadas através de uma construção social (Wendt 1999). O contar de história raramente é feito de forma imparcial, sempre existirá questões de poder e interesses na criação dessas narrativas, principalmente devido à falta de acesso a outras vozes importantes da história. Assim, reduz-se os discursos e gera uma história reducionista e colonialista. De acordo com Soyinka (2012, 57, tradução nossa[7]): "A escuridão que foi tão facilmente atribuída ao 'Continente Escuro' ainda deve ser provada ser apenas uma catarata intencional nos olhos do espectador". Essa xenofobia intencional legitima as normas que só refletem exclusão e autoridade seletiva no Sistema Internacional.

Um exemplo dessa xenofobia intencional é relatado por Adichie (2019, 2) que, segundo a autora, ao se mudar para os Estados Unidos da América para estudar, sua colega de quarto a encarava com uma "arrogância bem-intencionada", com sentimento de piedade. Ademais, essa mulher conhecia uma única história sobre a África, uma história de catástrofe, no qual o único sentimento possível era pena; não existiria possibilidade de uma

6 Grupo étnico da Nigéria que representa 15.2% da população (CIA 2019).

7 No original: *"The darkness that was so readily attributed to the "Dark Continent" may yet prove to be nothing but the willful cataract on the eye of the beholder."*

conexão como humanos iguais. Essas pessoas absorveram apenas a informação selecionada para ser propagada, ao escolher quem conta e o quê contar, alterando a história da realidade para a história construída em sua realidade (Adichie 2019). Sendo assim, interesses são construídos na forma de ideias e são facilmente propagados. Durante uma entrevista para o *Channel 4 news*, em 2016, Soyinka afirma que ele, ao ser nigeriano, não possui uma visão positiva do Winston Churchill como pessoa e primeiro-ministro, pois foi um dos colonizadores mais incisivos e brutais, custando a vida de inúmeros africanos. Entretanto, apenas o discurso que apresenta Churchill como um herói é contado, gerando a adoração de muitos, pois apenas conheceram a imagem dele que foi compartilhada por aqueles que dominam a mesa de discussão no Sistema Internacional.

Quando uma história é contada por diferentes pontos de vista, toda a perspectiva é diferente, pois geram percepções distintas sobre a realidade. Todos deveriam ter acesso a todas essas histórias e culturas para formarem sua própria percepção de mundo, não apenas reproduzindo uma ideia compartilhada e dominada pelas Grandes Potências ocidentais. Para Wendt (1999), o conhecimento comum e compartilhado aborda as crenças dos atores sobre a construção de alguns aspectos de outros Estados, como por exemplo: racionalidade, estratégias, preferências e crenças e sua posição no mundo externo. Não obstante, essas crenças não precisam ser necessariamente verdadeiras, apenas aceitas como verdadeiras (Wendt 1999). "Às vezes as pessoas seguem normas não porque pensam que servirá como algo exógeno em algum momento, mas sim porque eles pensam que as normas são legítimas e, portanto, almejam as seguir" (Wendt 1999, 272, tradução nossa[8]).

A prática do *Nation Branding* na Nigéria (2009-2019)

Pautado no construtivismo, o uso do *Nation Branding* auxilia na construção de uma nova identidade para a Nigéria. Novas ideias, incluindo princípios, crenças, conhecimentos e novas identidades, geram construções mais suscetíveis de terem impacto e de serem incorporadas nas normas, conhecimento consensual e identidades coletivas (Risse-Kappen 1999). Em vista disso, essa seção busca explicar de que forma a Nigéria começa a se posicionar em um novo contexto global, pois o país pagou e continua a pagar o preço pela ficção Ocidental (Soyinka 2012). Essa mudança de posição inter-

8 No original: "*Sometimes people follow norms not because they think it will serve some exogenously given end but because they think the norms are legitimate and therefore want to follow them*" (Wendt 1999, 272).

nacional da Nigéria através do *Nation Branding* significa que uma mudança nas crenças, nos membros do Sistema Internacional ou no poder gera novas normas e perspectivas culturais (Wendt 1999). Ou seja, o *Nation Branding* é uma ferramenta política que busca fortalecer a posição econômica de um país, a fim de competir comercialmente, militarmente e economicamente com as superpotências (Volcic e Andrejevic 2011).

O conceito de Nation Branding

Através do *Nation Branding*, o Estado se posiciona como uma empresa que necessita de clientes, de modo a projetar influência no mercado. Entretanto, em relação a Estados soberanos, esses clientes são os diferentes povos de diferentes culturas, o produto são os programas de *Nation Branding*, e o mercado é o cenário internacional, buscando tornar-se atrativo e competitivo a nível global. Dessa forma, pode-se afirmar que o *Nation Branding* possui como pilar três P's: *People*, *Place* e *Product* (Pessoa, Lugar e Produto) (Kayode 2018). Além disto, no que tange ao Sistema Internacional, essas estratégias vão além da criação de artes e logos, sendo programas governamentais e privados com o enfoque no exterior (Oliveira 2017, 1-15). Como abordado por Wendt (1999, 225), a soma da identidade pessoal e corporativa é o que gera as demais identidades, como a identidade estatal. Assim, o *Nation Branding* busca repassar conhecimento e uma nova visão da história de um país e de uma cultura, dominando as ideias que são almejadas narrar, uma vez que, de acordo com o Construtivismo, quem domina as ideias e seus meios, constrói as normas do Sistema Internacional (Wendt 1999).

Para melhorar o ambiente doméstico é necessário melhorar o externo, e vice-versa, assim o *rebranding* auxilia no aprimoramento da identidade internacional a ser propagada. Segundo Dinnie (2008), o *Nation Branding* é um componente da política nacional, e não uma campanha de cunho empresarial ou eleitoral, pois não se deve separar a criação de identidades dos segmentos de planejamento governamental ou desenvolvimento econômico. No que tange a uma boa identidade, necessita-se primordialmente conquistar o público doméstico. Assim, cria-se narrativa que desmistifica o próprio sentimento colonial, gerando orgulho nacional.

Figura 1: Principais pilares do Nation Branding



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Dinnie (2008).

Vale ressaltar que, segundo Gilmore (2002), existe a importância de propagar uma nova imagem que seja verídica ao se construir o Nation Branding, pois é necessária uma ampliação dos valores culturais nacionais já existentes. Sob o mesmo ponto de vista, para o Estado implementar as políticas de Nation Branding de forma crítica, é necessário compreender seus anseios e o que o mesmo busca representar para o cenário global. A Nigéria necessitou chegar a um acordo com o seu passado. Somente isso permitiu que ela estabelecesse uma relação de honestidade e respeito mútuo com o cenário mundial, inaugurando uma nova era de interação. Deve-se conquistar espaço por meio dos valores do passado, demonstrando o orgulho pela sua ancestralidade, explorando o potencial e a criatividade da cultura africana. Diante disso, exaltando então suas riquezas e particularidades, e não através de adaptações ao esperado pelos demais Estados do Sistema Internacional (Soyinka 2012).

Programas de Nation Branding na Nigéria

As mudanças políticas e econômicas na Nigéria surgem antes da institucionalização do *Nation Branding* como forma de buscar fortalecer a recente democracia nigeriana. Em vista disso, um grande propagador dessa mudança foi o presidente Olusegun Obasanjo (1999-2007), que firmou políticas de retirada de poder dos militares, que ainda tinham poder de decisão política na Nigéria. Buscava-se assim afastar a Nigéria do anterior sistema ditatorial e da imagem de corrupção. Ademais, principalmente durante os anos 90, a Nigéria foi vista como um párea no sistema internacional, ao ter um governo declarado ilegal e inconstitucional na Alta Corte de Lagos (1993) devido ao abandono de medidas exigidas pelos Planos de Ajustes Estruturais (PAEs) (Oliveira 2014).

Obasanjo recuperou a influência da Nigéria mundialmente e regionalmente como o gigante da África (Penresa 2019), o que resultou na assinatura de um acordo no clube de Paris de 2006. Em outubro de 2005, a instituição financeira perdoou dois terços da dívida externa nigeriana (Millet e Toussaint 2006), o que auxiliou na retomada da posição de destaque econômico no continente e na relação do Estado com o FMI. Tal dívida ocorreu devido a medidas nacionalista mal sucedidas em 1994, que gerou a queda brusca das exportações de produtos não derivados do petróleo, a desvalorização da moeda e uma taxa de juros muito maior que o valor estabelecido pelo governo (Oliveira 2014). Ademais, a fim de criar uma estratégia para recuperar a credibilidade internacional e diminuir o índice de pobreza e de desemprego fomentado durante a ditadura militar nigeriana, Obasanjo e toda sua administração criam o *National Economic Empowerment and Development Strategy* (NEEDS) (Awojobi 2015).

Diante desse contexto, cultiva-se uma nova imagem internacional sobre a Nigéria, uma imagem que reflete a democracia e o anseio em participar da comunidade internacional, pois torna-se notória a interdependência entre o campo doméstico e o campo internacional, em virtude de que isolamento internacional afetou as crises internas no país. A participação do país em missões de paz da ONU também é um elemento dessa reestruturação da imagem internacional nigeriana. Um dos principais pontos de recuperação da imagem nigeriana foi a diplomacia presidencial e as constantes viagens a países apoiadores e não apoiadores, feitas por Obasanjo e Yar´Adua (Oliveira 2014), com o objetivo de recuperar as relações com os países que foram mais críticos à Nigéria nos últimos anos. Nesse sentido, tais viagens foram efetivas para recuperar a imagem da Nigéria, pois na posse de Obasanjo, em 1999, contou-se com a presença de Nelson Mandela, do príncipe Charles,

de uma delegação dos EUA e demais chefes de Estado de países africanos. Não obstante, em 2005, Obasanjo ocupou a presidência da União Africana, do Comitê de Chefes de Estado do NEPAD e da *commonwealth*, o que contribuiu para o estabelecimento de relações com países não ocidentais, obtendo parcerias principalmente com empresas asiáticas, que passaram a investir na infraestrutura nigeriana.

Atualmente, como consequência desse processo, é impossível ignorar o potencial nigeriano. Mais de 16% da população africana vive na Nigéria, possuindo também um vasto mercado consumidor com aproximadamente 190 milhões de habitantes (Penresa 2019). No presente momento, a Nigéria é o 10° país com as maiores reservas de petróleo do mundo. Entretanto, como na maior parte das regiões ricas no recurso, há disputas pelo domínio das riquezas naturais, como o conflito na região de Delta do Níger, em 2003. Por conseguinte, preocupados com a imagem internacional da Nigéria, que é constantemente atrelada à corrupção, o governo nigeriano passou a investir, desde 2016, em tecnologia financeira, buscando dificultar a transação de dinheiro ilegal (Penresa 2019). Um dos exemplos dessa ação é o incentivo ao *Economic and Financial Crimes Commission* (EFCC)[9], em 2017, órgão governamental que investiga a corrupção nigeriana (Senado Federal 2018). O EFCC torna-se necessário, visto que políticas domésticas como investimento em segurança e economia também fazem parte do escopo do *Nation Branding*. Sobretudo, através de programas financeiros, de infraestrutura e urbanização (Anholt 2007). Ademais, para um país se tornar atrativo no âmbito internacional é necessário que o âmbito doméstico esteja apto a receber esse público-alvo.

Outro exemplo é o plano de anistia, criado por Yar'Adua em 2009, projeto que englobava um aumento de lucro sobre o petróleo para Delta do Níger, o combate ao *Boko Haram* e projetos com investimentos voltados para a infraestrutura (Ghosh 2013). Sendo assim, esses programas buscam garantir a resolução de problemáticas estruturais internas, consequentemente atraindo mais investidores. Portanto, compete ao *Nation Branding* todos os setores que influenciam na reputação do Estado no comércio externo, desde políticas de defesa até políticas públicas, pois é de suma importância o contexto em que essa propaganda é enviada, ou seja, o contexto político do país no momento (Anholt 2005, 116-121).

A Nigéria vem se desvencilhando da dependência econômica ao setor de petróleo[10] e gás. Desde 2009, como forma de resposta à crise de 2008 e à

9 Comissão de crimes econômicos e financeiros.

10 Correspondente a 93% da exportação do país (Observatory of Economic Complexity 2018).

queda de 13% de seu PIB, a Nigéria passou a utilizar o *Nation Branding* como meio de implementar políticas econômicas mais ousadas, resultando em uma reforma na dinâmica do comércio internacional do Estado. Essas políticas englobam setores como: tecnologia, telecomunicações e serviços, políticas de reforma na agricultura, associações do setor industrial e políticas nacionais (Dinnie 2008, 37). Nesse sentido, posteriormente é criada a campanha "Agenda transformadora para Nigerianos", que continha o principal foco na geração de empregos de forma orgânica, na mudança da lógica de produção e do comércio, redução da pobreza, promoção da educação, saúde, energia e segurança (Awojobi 2015). Diante desse contexto, cultiva-se uma nova imagem internacional sobre a Nigéria, uma imagem que reflete a democracia e o anseio em participar da comunidade internacional, pois torna-se notória a interdependência entre o campo doméstico e o campo externo, e como o isolamento internacional dos anos 1980-1990[11] afetou as crises internas no país (Oliveira 2014).

Em 2011, Goodluck Jonathan criou programas como o "Esquema de Intercâmbio de Graduação" e o "Esquema de Serviço Comunitário", concedendo aos jovens estudantes oportunidades de estagiar em grandes empresas e aprimorar a infraestrutura do país, especialmente porque através do investimento em educação, alcança-se de forma mais eficaz os jovens e empresários, bem como, aprimora-se a capacidade profissional dos nigerianos (Penresa 2020). Outro programa importante é o YouWin! (*Youth Enterprise With Innovation in Nigeria*)[12], programa que facilita a inserção de novas empresas no contexto nacional e internacional (Awojobi 2015). Logo, ao explorar novas tecnologias, estes programas de *rebranding* aumentam a complexidade econômica e o poder de competitividade no mercado internacional da Nigéria, resultando em uma imagem mais participativa e inovadora. Similarmente às políticas de Goodluck Jonathan, segundo a Penresa (2019), em 2017, sob a administração e direção do presidente Muhammadu Buhari a Nigéria consegue se posicionar com mais êxito no mercado internacional[13]. O Plano de Recuperação Econômica e Crescimento (2017-2020) foi criado com o objetivo de gerar credibilidade no campo externo e doméstico através da dignidade do

11 Dentre o início da década de 80 até o fim dos anos 90, a Nigéria esteve afastada do cenário internacional, devido à queda do preço do petróleo nos anos 80, questão que gerou a descoberta de novas fontes de energia e consequentemente diminuindo a demanda e a produção do petróleo na Nigéria. Dessa forma, causou descontentamento por parte da população nigeriana devido ao aumento de mais de 50% da inflação, resultando na tomada do poder pelos militares (Oliveira 2014).

12 Empresas Jovens com Inovação na Nigéria.

13 Aumento de 5% do PIB de 2017 para 2018, segundo o Data World Bank.

trabalho, justiça social, tolerância religiosa, autoconfiança e patriotismo. As principais prioridades do plano são: estabilizar o ambiente macroeconômico, reduzir a inflação, taxas de câmbio estáveis e equilíbrio fiscal e das balanças comerciais. De modo similar, busca-se incentivar os setores não-petrolíferos, através da melhora na administração tributária e aduaneira, além de adicionar impostos aos produtos de luxo (Penresa 2017), questão necessária já que a Nigéria cobra baixos impostos, sustentando-se com o lucro do petróleo (Oliveira 2014). Como já citado anteriormente, uma das grandes promessas desses programas é o incentivo à agricultura, essencialmente para gerar mais empregos e cortar gastos com a importação de alimentos.

Nesse sentido, o governo nigeriano constantemente tem investido nas tecnologias da informação e comunicações (TICs), principalmente com a criação de parques tecnológicos em zonas especiais econômicas, como a vila científica e parque tecnológico de Abuja, e o vale do Yabacon (Penresa 2019). Salienta-se também a busca por uma maior ênfase no âmbito da segurança, defesa e tecnologia. Em 2006 com uma parceria entre a Agência Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Espacial e a *Surrey Satellite Technology Ltd*, a Nigéria fomentou seu programa espacial. Essa questão contribui diretamente para o aumento do orgulho nacional dos nigerianos, fomentando o interesse por estudos na área (Penresa 2020).

Semelhantemente, o governo da Nigéria começou a promover a campanha "*Change begins with me*", em 2016, e "*Made in Nigeria*", com o objetivo de evidenciar sua nova imagem de diversificação produtiva e tecnologia, através do *Nation Branding*, aprimorando seu posicionamento no comércio internacional (Penresa 2017). Para aumentar seu *world wide*, ocorre a implementação do Plano Nacional de Revolução Industrial conjunto às Zonas Econômicas Especiais, fomentando as exportações e ao menos 1,5 milhões de empregos até 2020. Uma importante demonstração de como a Nigéria procura enfatizar o "*Made in Nigeria*" é observada com a criação do OyaNow Logistics, em 2017, um aplicativo nigeriano que propõe uma ideia similar à do aplicativo Rappi (Penresa 2019). Outros exemplos são a empresa Jumia, conhecida como "Amazon da África" e a IRokoTV, conhecida como "Netflix da África". Quando escutamos a frase "*Made in*" automaticamente remetemos a países do Ocidente ou à China. Isto posto, a Nigéria criou essa campanha com o objetivo de apoiar as marcas nacionais a se posicionarem no campo internacional, as atrelando ao crescimento orgânico e às heranças artísticas.

Em vista disso, Lagos tem sido a sede para inúmeros eventos, como por exemplo, *Lagos Fashion Week* (Penresa 2019). Essas medidas de aprimo-

ramento são feitas através do programa político chamado de *T.H.EM.E.S*[14], com o foco de tornar Lagos uma economia do século XXI. Ainda nesse contexto, desde 2006, o governo nigeriano começou a aplicar leis de incentivo ao cinema. Logo, surge o termo Nollywood como uma forma de criticar a indústria Ocidental e a forma como exercem seu poder de criar ideias e interesses a partir dos filmes, buscando apenas lucro. Sendo assim, Nollywood é uma sátira, reconstruindo um termo ocidentalizado e o aprimorando de acordo com a cultura nigeriana, almejando uma nova história e o orgulho nacional, questão também fomentada no âmbito musical com o *afrobeat*. Nollywood é uma das maiores indústrias cinematográficas do mundo (Uechi 2020).

Os impactos das políticas de *Nation Branding* na inserção internacional na Nigéria

Desde o período anterior à crise de 2008, a Nigéria possuía uma economia bastante fragilizada, com baixa complexidade econômica e dependente essencialmente da exportação de *commodities*, principalmente do petróleo, o qual correspondia a 95% das exportações nigerianas neste período (Oliveira 2014). Dessa forma, pode-se definir que no *boom* da exportação de petróleo, durante os anos 80, a Nigéria (assim como todos os Estados) não estava preparada para encarar o livre mercado imposto pelos Programas de Ajustamento Estrutural (PAEs) (Chang 2010), e passava pela doença holandesa[15]. Assim, ao depreciar o setor manufatureiro de bens comercializáveis, houve aumento no desemprego e diminuição da taxa de crescimento desse comércio, reduzindo ainda mais a complexidade econômica do país e a industrialização de novos setores, como o da tecnologia (Gala 2018).

Devido a essa dependência econômica correlata a um recurso natural comercialmente instável, a Nigéria já nos anos 80 teve sua economia ultrapassada pela África do Sul e passou por um isolamento internacional (Oliveira 2014). A descoberta de novas reservas de petróleo no período de 1980-2003 culminou em uma disputa internacional pelo domínio do petróleo nigeriano.

14 Acrônimo em inglês para gestão de tráfego e transporte; saúde e infraestrutura; educação e tecnologia; tornar Lagos uma economia do século XXI; entretenimento e turismo; e segurança e governança (Penresa 2019).

15 A doença holandesa é uma falha no mercado conhecida como a maldição dos recursos naturais, em que a apreciação cambial gerada pela descoberta do novo recurso natural faz com que a economia fique voltada apenas para um setor. Como é o caso da Nigéria com a descoberta das reservas de petróleo, em 1979, obtendo 90% das suas exportações voltadas para petróleo (Gala 2020).

Com isso, inúmeras companhias internacionais de *offshore* passam a explorar as terras nigerianas de forma brutal, classificado como "o novo imperialismo" guiado pelas empresas petrolíferas (Alvarenga 2020, 1-12). Ademais, tais empresas incentivaram a produção nigeriana a se tornar sem diferencial e desigual, o que elevou a desigualdade social e os conflitos internos. Assim, a economia e a soberania nigeriana são enfraquecidas mais uma vez pelas ações do Ocidente, bem como é gerado um sentimento de que sem a participação dessas empresas estrangeiras a economia não cresceria (Quijano 2002). Ou seja, o surgimento do novo capitalismo neoliberal teve como base os lucros com a perpetuação do subdesenvolvimento de certos países.

Com a crise de 2008[16], houve uma estagnação na diversificação de bens e queda econômica devido à pauta exportadora com foco no petróleo, pois no início de 2008 o barril de petróleo era vendido a 140 dólares, já em 2009 esse valor sucumbiu para 40 dólares (Fernandes 2012, 20). Logo, em países como a Nigéria, tais fatores causaram a queda da receita, dos valores socioeconômicos e o aumento da dívida pública. Pode-se relacionar a queda drástica da economia nigeriana (2008-2009) com a crise de 2008, principalmente porque, com as potências financeiras em crise, houve uma diminuição do investimento externo, queda do fluxo de capital privado e queda do valor das *commodities* (Fernandes 2012, 20). A partir de então o posicionamento internacional nigeriano passa a ser focado na busca por sofisticar a produção nigeriana, bem como o uso do petróleo não apenas para garantir a sua segurança energética, mas também como matéria-prima na produção de produtos de alta qualidade. Ou seja, analisa-se estrategicamente como o petróleo poderia ser utilizado para elevar a capacidade tecnológica do país (Oliveira 2015), principalmente pela entrada de moedas estrangeiras que possibilitam a compra de novos equipamentos mais avançados (Chang 2010). Destarte, a necessidade da diversificação da economia e o aprimoramento do uso dos recursos naturais também se tornou evidente por conta da crise de 2014, que desacelerou a economia e resultou em uma recessão até 2016 (Senado Federal 2018).

16 Crise causada pela desregulação das especulações financeiras geradas pelos *subprimes*, no qual hipotecas eram oferecidas de forma desequilibrada para clientes de baixo poder de compra. Esse incentivo na economia gerou um superaquecimento, porém o falso sucesso logo caiu por terra. Os compradores não conseguiram pagar as hipotecas, especialmente porque com a alta demanda no mercado imobiliário os valores das casas subiram mais do que o esperado. Dessa forma, houve uma recessão na economia e os bancos começaram a acumular dívidas, que posteriormente eram vendidas em forma de títulos para bancos internacionais como um "investimento seguro". Portanto, quando ocorreu o colapso no mercado financeiro americano, esse colapso já estava interligado a outros países (Bresser-Pereira 2010).

Diante desses fatores há uma melhora no capital humano dos nigerianos através dos programas de *Nation Branding*, devido aos investimentos que são feitos por meio de educação, um ambiente laboral digno e treinamento profissionalizante sobre administração e empreendedorismo. Com isso, fomenta-se a mudança estrutural na política de assistência para as comunidades mais vulneráveis (Penresa 2019). Observa-se que de 2009 a 2014 houve um aumento de aproximadamente 95% do PIB nigeriano (World Bank 2020). Não obstante, de acordo com o relatório da US News, entre 2017 e 2019, a Nigéria foi de 77ffl para 74° lugar no ranking global de dinamismo comercial, de 69ffl para 67° em empreendedorismo e de 71ffl para 63° em influência cultural (Penresa 2019).

A década da sofisticação da produção nigeriana

Como afirmado por Muhammadu Buhari, as companhias investem na Nigéria há mais de 40 anos, pois a verdadeira riqueza da Nigéria não é o petróleo, mas sim a capacidade, a inteligência e a energia do povo (Penresa 2018). Desde 2006, Gates começou a expandir seus programas na Nigéria, com um investimento de mais de US$1.6 bilhões em educação, saúde e serviços digitais financeiros (Gates Foundation 2018). Isto posto, esses investimentos conjuntamente com os programas de *Nation Branding*, citados na seção anterior, geraram um aumento do capital humano. Além disso, a Nigéria subiu respectivamente de 225° a 157° no ranking de desenvolvimento humano (Country Economy 2017). Ou seja, é evidente como o discurso de uma Nigéria tribal e sem vida urbana é uma história única construída pelo Ocidente, com o único objetivo de subjugar os africanos e manter o conceito de primazia ocidental.

A partir do foco em tornar-se um grande mercado de produtos complexos, a Nigéria passa a investir primordialmente em setores de tecnologia e comunicação. Em 2018, o número de *startups* na Nigéria cresceu exponencialmente, bem como, companhias tecnológicas arrecadaram cerca de 306 milhões de dólares em fundos de investimento (Penresa 2019). Ademais, observa-se um aumento no investimento direto estrangeiro entre 2017 e 2019. Em 2017 esses investimentos correspondiam a 808.564 milhões de dólares e em 2019 chegaram a 1.266.824 bilhões de dólares (CEIC 2020). O resultado desses fundos estrangeiros é observado nos dados sobre a confiança do setor privado na Nigéria, que em 2017 correspondia a -2,6% e em 2018 passou a corresponder a 34,7% (Trading Economics 2020a). Tal mudança na perspectiva comercial nigeriana ocorre principalmente devido aos investimentos com ênfase em infraestrutura e segurança do ambiente comercial.

Em vista disso, em 2016, a Nigéria sediou 23 novos centros tecnológicos, que fomentaram o sucesso e crescimento profissional da juventude nigeriana nas *startups* (Penresa 2019). Como exemplos desse impulsionamento podemos observar a presença dos jovens em empresas como Google, Microsoft e Booking, devido às oportunidades de emprego em Lagos (Penresa 2019). Não obstante, ainda no mesmo ano, a empresa americana General Electric (GE), fundou a Garagem de Lagos, com o objetivo de formar uma geração de empreendedores, com um ensino baseado na inovação, em manufatura avançada e desenvolvimento estratégico (GE 2018), incluindo curso de impressão 3D, finanças, *Branding*, *Marketing* e inovação. Além disso, através do mesmo objetivo a empresa nigeriana de cimento, Dangote, criou um instituto de ensino, a fim de aprimorar o conhecimento e habilidade dos funcionários (Augusto e Gala 2020).

Nesse contexto, ao mencionar *startups* nacionais na Nigéria, é indispensável citar Interswitch, OPay, Andela, Palmpay (EMI 2020) e Mobihealth International. Em 2019, tais empresas arrecadaram cerca de 663.24 milhões de dólares de todo o fundo de investimento na África (Wee Tracker 2019). Logo, atualmente a Nigéria possui o maior setor de tecnologia da informação e comunicação do continente africano, correspondendo a 82% do mercado de telecomunicações da África (ITA 2020). Nesse sentido, influencia diretamente na produção interna do país em relação ao PIB, pois em 2019 o setor de TI foi responsável por 14% do PIB nigeriano (ITA 2020). Essa promoção da industrialização e nos setores tecnológicos são evidentes na taxa de produção industrial da Nigéria. Em 2010, a porcentagem de industrialização encontrava-se estagnada em 0, em termos de crescimento, porém no período de agosto de 2019 a janeiro de 2020 alcançou um ritmo de crescimento de 25,1% da produção total nigeriana (Trading Economics 2020b). Ademais, de 2002 a 2018, a produção doméstica subiu de 3 milhões para 45 milhões de dólares, na qual 95% das matérias primas para a produção têm origem local. Houve uma significativa queda nas importações, que em 2002 representava 76,5% do consumo nacional e em 2018 chegou a representar apenas 3,5% (Augusto e Gala 2020).

Paralelamente, por meio do posicionamento global quanto ao desenvolvimento sustentável, o país passa a atrair igualmente investimentos no segmento da energia renovável. O Banco Mundial aprovou 3 bilhões de dólares em empréstimos para a expansão do sistema de energia renovável da Nigéria (Yakubu e Idowu 2019). Assim como, a Microsoft, por meio da iniciativa 4Afrika, iniciou uma parceria com a *ICE Commercial Power*, uma empresa nigeriana com foco em energia renovável, principalmente energia solar para pequenas e médias empresas (Laba 2019).

A ampliação do multilateralismo comercial e político na pauta nigeriana

É notório que com os incentivos do *Nation Branding* a Nigéria tem conseguido superar as crises econômicas da última década. O país tem retomado o anseio em se aliar ao panafricanismo, com a finalidade de construir uma relação mais diplomática com os países africanos. Esse processo tem início no governo de Olusegun Obasanjo (1999-2007) e é aprimorada no governo de Goodluck Jonathan (2010-2015), pois durante os anos 80 e 90 a Nigéria mantém o foco político em um protecionismo e isolacionismo (Oliveira 2014). Alguns exemplos de ações para incrementar as relações regionais da Nigéria são: as inúmeras viagens diplomáticas com o objetivo de demonstrar amistosidade (Senado Federal 2018), bem como a entrada, em 2019, na Zona de Comércio Livre Continental Africana[17] (Penresa 2019). Nesse contexto, essa aproximação ocorre devido ao renascimento africano[18], que possui como principal foco a diminuição da dependência econômica e política dos países africanos em relação ao Ocidente. A busca pela integração intensifica uma maior aproximação cultural e uma integração com a participação de empresas africanas. Assim, aumenta-se a interdependência entre os países africanos, gerando uma maior estabilidade na balança comercial devido aos ganhos de escala (Diallo 2016, 243-263). O acordo garante a proteção de alguns produtos nacionais que são necessários para subsídios no país, ou seja, garante um comércio saudável que visa a estabilidade comercial. Logo, há uma diminuição na dependência em relação ao livre mercado incisivo das Grandes Potências. Ademais, dentro da Zona de Comércio Livre Continental Africana, a Nigéria possui maior poder de competitividade quanto aos seus

17 Um dos maiores acordos regionais desde a União Africana (2002). Tal acordo busca criar um mercado único que abranja mercadoria e serviços, como consequência da facilitação da circulação de pessoas. Busca-se integrar a África economicamente e culturalmente através do panafricanismo. Desse modo, possui como objetivo específico eliminar gradualmente as barreiras tarifárias e não tarifárias, fomentar investimentos, propriedade intelectual, política de concorrência, dentre outros (União Africana 2018).

18 O renascimento africano passa por quatro principais fases, iniciando-se no pós-descolonização devido ao sentimento antiocidental. O continente africano se une em prol de um mesmo objetivo: diminuir a dependência externa e exaltar a cultura e comércio africano. Quanto às fases podemos ressaltar as seguintes: a primeira como o momento de independência dos países africanos, em 1960, a Organização da Unidade Africana em 1963, o fim do *Apartheid* em 1990 e na última fase a criação da União Africana em 2002 (Diallo 2011, 93). Vale ressaltar que mesmo a independência africana sendo algo novo, o processo de integração africano é considerado um dos mais antigos, pois desde suas raízes tinha como objetivo ser uma forma de resistência a escravidão, ao imperialismo e a dominação colonial ocidental. Fator que na década de 90 passou a compreender um desenvolvimentismo econômico, político e cultural frente a mundialização (Diallo 2016, 243-263).

produtos industrializados. Inclusive, vem intensificando suas exportações à África do Sul, que aumentou em 126%, de 2017 para 2018 (OEC 2018). Questão que pode ser observada desde o papel de liderança assumido pelo país na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (1975), no qual a Nigéria concedia auxílio financeiro aos demais países da África, aumentando o seu mercado consumidor (Diallo 2015). Além disso, a Nigéria foi uma liderança política no combate a regimes racistas frutos do neocolonialismo[19] (Oliveira 2014).

Em um contexto extrarregional, devido ao crescimento da Nigéria, em 2014, o país chegou a alcançar a posição de 26.ª maior economia do mundo e a maior economia do continente africano. Durante o governo de Goodluck Jonathan (2010-2015), a economia nigeriana obteve um aumento de aproximadamente 7% em relação ao PIB (Oliveira 2014). Vale ressaltar que no contexto global, nesse período, a Nigéria conseguiu recuperar a confiabilidade no comércio internacional. Por outro lado, entre o período de 2009-2011, devido ao enfraquecimento da relação com os EUA no contexto da crise financeira, houve uma maior aproximação com os países do Leste e Sudeste asiático, e do BRICs. Principalmente com a China e Índia, através de importações[20] e exportações, visto que a atuação chinesa vai além das *commodities*, abarcando também setores de comunicação e infraestrutura pública e quanto a Índia, especialmente devido a dependência energética (Brites, et al. 2012, 95-116). O país elevou sua competitividade, em 2014, ao conquistar novos parceiros comerciais, a fim de se tornar um *Global Trader*, visto que em 2008, a Nigéria dependia significativamente de poucos parceiros comerciais e não conseguia expandir seus parceiros econômicos, devido à baixa industrialização.

19 O Neocolonialismo ocorre no século XIX após o processo de descolonização das antigas colônias. Nesse sentido, inicia-se um ciclo imperialista, em que as antigas colônias conjuntamente com a Europa ocupam principalmente os territórios africanos e asiáticos, com o objetivo de explorar a matéria prima, buscar um novo mercado consumidor, mão de obra barata e dominação política, econômica e cultural. Esse fato se dá especialmente devido ao momento de revolução industrial. (Sauerbronn, et al. 2017).

20 As importações chinesas para a Nigéria correspondem a 27,5% do total de origem das importações nigerianas (OEC 2018).

Figura 2: Principais parceiros comerciais da Nigéria (2008/2014/2018)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Resource Trade Earth (2018).

Quanto à participação da Nigéria nas organizações internacionais, o país atualmente participa da Organização das Nações Unidas, do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, da Organização Mundial do Comércio, é um membro observador na Organização dos Estados Americanos e tem participação na União Africana. Mediante o exposto, a estratégia do *Nation Branding* como uma política além do viés cultural possibilitou a queda da colonialidade e da dependência nigeriana quanto ao Ocidente. Com a implementação das políticas de *Nation Branding,* a Nigéria elevou sua soberania sobre a própria história e provou o seu potencial econômico e político. Isto posto, recupera-se a confiabilidade comercial, o crescimento industrial e a atração de investimentos estrangeiros, logo, no caminho para um combate à doença holandesa na Nigéria. Essa mudança de pensamento dos políticos nigerianos é direcionada para uma ascensão tecnológica das *startups* sediadas no país, com o objetivo de obter uma produção sofisticada e levar o *Made in Nigeria* para o comércio internacional. Em suma, a Nigéria está no caminho de reposicionamento estratégico e soberano nas decisões internacionais, especialmente com o renascimento africano e com o combate aos efeitos da colonialidade do poder e dos estereótipos construídos pelo Ocidente.

Conclusão

Em síntese, atualmente grande parte dos Estados que mais investem no *Nation Branding* são os que anteriormente obtinham uma política mais restritiva e opressora, no qual são recordadas por esses atos, como é o caso da Nigéria e da Alemanha. Entretanto, faz-se necessário compreender que tais políticas incisivas foram perpetuadas pelas potências centrais da política internacional, que se favorecem com o subdesenvolvimento do país, de modo a possuir controle sobre ele. Portanto, o *Nation Branding* é utilizado como uma forma de *Soft Power*, a fim de influenciar a percepção universal sobre a imagem da Nigéria. Ademais, é vital uma reconstrução da estrutura do Sistema Internacional, para conceder mais espaço aos países africanos. Nesse viés, a Nigéria cria uma propaganda sobre a magnitude do país, bem como reestrutura o seu ambiente de negócios, para que o *rebranding* seja uma consequência de seus programas de industrialização, visto que o setor industrial é a escola produtiva da economia (Gala 2020). Sendo assim, essas mudanças geram resultados na inserção comercial da Nigéria devido ao aumento da sua competitividade econômica, do poder de compra do mercado consumidor e da sua facilidade em fazer negócios.

Isto posto, o *Nation Branding* auxiliou na unificação da Nigéria, por meio da queda das desavenças étnico-culturais entre o Norte e Sul[21], que se fazem presentes desde a guerra de Biafra, logo, prospectando a retomada do discurso panafricano. Sendo assim, a união é a parte primordial para a reconstrução de uma identidade, pois melhores condições domésticas refletem nas decisões internacionais. Ademais, os grupos de interesse passaram a possuir uma voz mais ativa após reconhecerem que possuem o mesmo objetivo, sendo este a melhora do posicionamento da Nigéria no Sistema Internacional. Por fim, uma estrutura doméstica mais unificada resulta no fortalecimento do país e no resgate de sua própria essência. Além disso, auxilia a modificar a construção das ideias no Sistema Internacional, pois as ideias constroem as imagens projetadas no mundo, que por fim afetam decisões e resultados políticos (Wendt 1999). Tal qual é evidente a represen-

21 Como pode ser observado atualmente, em outubro de 2020, a união de todos os diferentes povos da Nigéria em prol do mesmo objetivo, sendo esse objetivo o fim da violência policial do Esquadrão Especial Antirroubo (SARS, na sigla em inglês). Desse modo, solicita-se uma reforma policial e o fim do SARS, não obstante, uma lei escrita sobre o acordo político entre as regiões norte e sul do país, a fim de obter um governo inclusivo para todas as tribos e com 50% do governo ocupado por jovens, visando uma mudança estrutural (Ogunyinka 2020). Por fim, por meio da estrutura doméstica unificada, o presidente Buhari assinou a nova Lei da Polícia da Nigéria, em setembro de 2020, revisando as leis e a brutalidade policial, bem como, exigindo a dissolução imediata do SARS (Olaniyi 2020).

tação nigeriana na mesa de decisões mundial com a presença da nigeriana Ngozi Okonjo-Iweala na disputa pela posição de líder da OMC, na qual seria a primeira mulher e africana a liderar a OMC. Ngozi já vem quebrando barreiras epistemológicas há muitos anos, pois foi a primeira mulher ministra das Finanças e Relações Exteriores da Nigéria, foi diretora de operações do Banco Mundial durante 25 anos e membro da Aliança Global pela Vacinação e Imunização (Migliacci 2020).

Além disso, a Nigéria reconheceu no *Nation Branding* a oportunidade de fortalecer o segmento industrial do país, o capital humano nacional e a diversificação da sua produção. Nesse sentido, o país volta a obter poder sobre suas próprias riquezas naturais, que em 2020 foi dito como o ano do crescimento do gás natural na Nigéria (Penresa 2020). Ademais, vale ressaltar que o *Nation Branding* confere políticas que ultrapassam o limite cultural e midiático. Um dos maiores fatores para o fracasso do programa "*The Heart of Africa*" foi a visão rasa quanto ao conceito, pois pensava-se que as políticas de *branding* apenas abordavam a exaltação cultural e geográfica do país. Ou seja, é evidente a necessidade de compreender o *Nation Branding* como um aglomerado de políticas que visam fatores como: programas econômicos e financeiros; inovação tecnológica; exaltação cultural; infraestrutura e segurança no ambiente comercial. Destarte, o resultado desse conjunto de ações criou um espaço propício e atrativo para negócios, uma imagem genuína do país e não apenas uma propaganda manipulada de um produto que não condiz com o promovido. A cada dia a Nigéria se liberta mais das amarras das imposições das Grandes Potências e prova o avanço tecnológico do país. Não obstante, em ambientes econômicos que possuem um alto índice de violência, os investidores preferem reter seus investimentos, ou preferem investir em programas que possuem um pequeno ciclo e podem ser facilmente desfeitos (Wafure e Nurudeen 2010). Porém com o investimento público feito a partir do *Nation Branding* na infraestrutura nigeriana (portos, energia, estradas e aviação) (Penresa 2020) ocorre o fortalecimento da logística, da produção e da distribuição, de modo a criar um ambiente atrativo para investimentos privados (Wafure e Nurudeen 2010).

Por fim, atualmente em 2020, com a pandemia da COVID-19, compreende-se que houve uma ascensão da importância da tecnologia no mundo globalizado. Logo, é possível prever o aumento da indispensabilidade da diversificação produtiva nos países. Portanto, o investimento no *Nation Branding* posicionou a Nigéria em uma revolução digital, que a preparou para sobreviver e competir no mercado internacional quando muitos países perdem o seu poder de competitividade. A Nigéria, obtém a possibilidade de mostrar o potencial do *Made in Nigeria* e das suas *startups*. Fator que conjuntamente

com os programas citados na segunda seção, auxiliaram o povo a ter os meios para prevenir de forma segura contra a COVID-19, visto que a Nigéria, o país mais populoso da África, teve 60.834 casos e 1.116 mortes, números bastante inferiores à média de outros países populosos (NCDC 2020). Como conclusão, é necessário deixar de se basear apenas em autores eurocêntricos que ofuscam o protagonismo da África como propagadora de conhecimento sobre educação, cultura e inovação. Observa-se pessoas e autores que vivem em uma espécie de mito da caverna de Platão. Principalmente porque as construções das normas formam o sistema político e as normas são interpretadas de forma epistêmica (Adler 1999), em um cenário que prevalece o epistemicídio[22] da voz dos africanos.

REFERÊNCIAS

Achebe, Chinua. 1977. *An image of Africa: Racism in Conrad's Heart of Darkness*. Massachusetts: The Massachusetts Review

Adichie, Chimamanda. 2014. *Meio sol amarelo*. São Paulo: Companhia das letras.

_____. 2019. *O Perigo de uma única história*. São Paulo: Companhia das Letras.

Adler, Emmanuel. 1999. *O construtivismo no estudo das relações internacionais*. São Paulo: Lua Nova: revista de cultura e política.

Alvarenga, Alexandre. 2020. "Guerra por recursos: o petróleo no Brasil". *Mural Internacional* 11: 1-12. https://doi.org/10.12957/rmi.2020.47369.

Anholt, Simon. 2007. *Competitive Identity: The New Brand Management for Nations, Cities and Regions*. Londres: Palgrave Macmillan.

_____. 2005. "Some important distinctions in place branding". *Place Branding and Public Diplomacy* 1: 116-121. https://doi.org/10.1057/palgrave.pb.5990011.

Augusto, Felipe e Paulo Gala. 2020. "Um projeto nacional de desenvolvimento para a Nigéria". *Paulo Gala,* 1 de novembro, 2020. https://www.paulogala.com.br/um-projeto-nacional-de-desenvolvimento-para-a-nigeria/.

22 A tentativa de silenciar os saberes não hegemônicos dos povos subjugados. "Epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender" (Carneiro 2005, 97).

Awojobi, Oladayo. 2015. *Cultivating policy for development in Nigeria: an Fappraisal of president Goodluck Jonatha's transformation agenda (2011-2014)*. N.p: International Research Journals of Humanities, Engineering & Pharmaceutical Sciences.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos. 2010. *A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?*. Brasil: Revista Novos Estudos.

Brites, Alessandra Scangarelli, Edson José Neves Júnior, Fernanda Bart Barasuol e Mamadou Alpha Diallo. 2012. "Os BRICS na África: A diversificação das parcerias e a contribuição da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento do continente". *Biblioteca ESPM Sul, Século XXI* 3, no. 2 (Dezembro): 95-116. http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1851/127.

Carneiro, Sueli Aparecida. 2005. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

CEIC. 2020. "Nigéria investimento direto estrangeiro". *CEIC*, 2020. https://www.ceicdata.com/pt/indicator/nigeria/foreign-direct-investment.

Chang, Ha-Joon. 2010. *23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo*. São Paulo: Editora cultrix.

CIA (Central Intelligence Agency). 2018. "Africa: Nigeria". *CIA,* 2018. https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ni.html.

_____. 2019. "The world factbook: Nigeria". *CIA,* fevereiro, 2019. https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/attachments/summaries/NI-summary.pdf

Colaço, Thais Luzia. 2012. *Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial*. Florianópolis: Fundação Boiteux.

Conrad, Joseph. 2007. *Heart of darkness*. Califórnia: Createspace Independent Publishing Platform.

Country Economy. 2017. "Nigéria -Índice de Desenvolvimento Humano". *Country economy,* 2017. https://pt.countryeconomy.com/demografia/idh/nigeria.

Data World Bank. 2020. "Nigeria". *Data World Bank*, 2020. https://data.worldbank.org/country/nigeria.

Diallo, Alfa Oumar. 2011. *Renascimento africano e desenvolvimento*. N.p: Revista Conjuntura Austral.

Diallo, Mamadou Alpha. 2015. *África Ocidental: Oportunidades e desafios da integração regional frente às relações interafricanas (desde os anos 1960)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

_____. 2016. "A integração regional na África Ocidental (1960-2015): Balanços e Perspectivas". *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 1, no 1 (Junho): 243-263. https://doi.org/10.22456/2448-3923.61139

Dinnie, Keith. 2008. *Nation Branding: Concept, issues, practice*. Oxford: Butterworth-Heinemann is an imprint of Elsevier.

Emi, Ishioma. 2020. "Nigerian tech startups got over 50 percent of Africa's venture fund in 2019". *Ventures Africa,* 9 de janeiro, 2020. http://venturesafrica.com/nigerian-tech-startups-got-over-50-percent-of-africas-venture-fund-in-2019/.

Fanon, Frantz. 1952. *Peles negras, máscaras brancas*. Paris: Éditions du Seuil.

Fernandes, Lito Nunes. 2012. "As consequências da crise financeira internacional nas economias da África subsaariana". *Qualitas Revista Eletrônica* 13, no 2, 20. http://dx.doi.org/10.18391/qualitas.v13i2.916.

Gala, Paulo. 2020. "Doença holandesa: Indonésia, Nigéria e Noruega". *Paulo Gala,* 19 de junho, 2020. https://www.paulogala.com.br/doenca-holandesa-indonesia-nigeria-e-noruega/.

_____. 2018. "O papel dos Recursos Naturais na Riqueza das Nações e a Doença Holandesa''. *Paulo Gala,* 2018. https://www.paulogala.com.br/doenca-holandesa-aspectos-teoricos/.

Gates Foundation. 2018. "Nigerian Human Capital Event". *Gates Foundation*, 22 de março, 2018. https://www.gatesfoundation.org/Media-Center/Speeches/2018/03/Nigeria-Human-Capital-Event.

Ghosh, P.K. 2013. *Waiting to Explode: Piracy in the Gulf of Guinea*. New Delhi: Observer Research Foundation.

Gilmore, F. 2002. *A Nation - Can it be Repositioned? Spain—the Success Story of Nation branding*. N.p: Journal of brand management.

ITA (International Trade Administration). 2020. "Nigeria: Commercial guide - information and communications technology". *International Trade Administration*, 2020. https://www.trade.gov/knowledge-product/nigeria-information-and-communications-technology.

Jepperson, Ronald L, Peter J Katzenstein e Alexander Wendt. 1996. *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. Nova Iorque: Columbia University Press.

Kayode, Muyiwa. 2018. "The three Ps of Nation Branding 2". *The Guardian,* 7 de agosto, 2018. https://guardian.ng/features/the-three-ps-of-nation-branding-2/.

Kubálková, Vedulka, Nicholas Onuf e Paul Kowert. 1998. *International Relations in a Constructed World*. Nova Iorque: M.E. Sharpe.

Laba, Eseoghene. 2019. "ICE Commercial Power, Microsoft partner to improve SMEs' access to solar energy". *The Guardian,* 3 de julho, 2019. https://guardian.ng/energy/ice-commercial-power-microsoft-partner-to-improve-smes-access-to-solar-energy/.

Migliacci, Paulo. 2020. "EUA se opõem a nigeriana para dirigir a OMC e irritam países membros". *Folha de São Paulo,* 29 de outubro, 2020. https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/eua-se-opoem-a-nigeriana-para-dirigir-a-omc-e-irritam-paises-membros.shtml.

Miglievich-Ribeiro, Adelia. 2014. "Por uma razão decolonial: desafios ético, político epistemológicos à cosmovisão moderna". *Civitas - Revista de Ciências Sociais* 14, no. 1 (abril): 66-80. https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.1.16181.

Millet, Damien e Eric Toussaint. 2006. "Cinquenta anos do Clube de Paris". *Le Monde Diplomatique Brasil*. 1 junho, 2020. https://diplomatique.org.br/cinquenta-anos-do-clube-de-paris/.

Nation Branding. 2009. "Branding Nigéria". *Nation Branding,* 25 de fevereiro, 2009. https://nation-branding.info/2009/02/25/branding-nigeria/.

NCDC (The Nigeria Centre for Disease Control). 2020. "COVID-19 Nigeria: confirmed cases by state". *NCDC,* 2020. https://covid19.ncdc.gov.ng/#!.

Observatory of Economic Complexity. 2018. "Nigeria". *Observatory of Economic Complexity*, 2018. https://oec.world/en/profile/country/nga?yearSelector1=exportGrowthYear24&yearSelector2=importGrowthYear24.

Ogunyinka, Victor. 2020. "Nigeria: #EndSARS - 23 Key Demands Nigerian Youths Want From Govt". *All Africa*, 18 de outubro, 2020. https://allafrica.com/stories/202010190081.html.

Olaniyi, Muideen. 2020. "Nigeria: #EndSARS - Buhari Speaks, Calls for Calm As Protests Get Bloodier". *All Africa,* 21 de outubro, 2020. https://allafrica.com/stories/202010210675.html?utm_campaign=allafrica%3Aeditor&utm_medium=social&utm_source=twitter&utm_content=promote%3Aaans%3Aabkgta.

Oliveira, Ana Sofia Confraria. 2013. "A dependência petrolífera da Nigéria e o conflito do Delta do Níger". Tese de mestrado, Universidade de Coimbra.

Oliveira, Cristina. 2017. "Nation Branding: O Poder das Ideias nas Relações Internacionais Contemporâneas." *Observatório Político*, no. 71 (Maio): 1-15.

Oliveira, Guilherme Ziebell. 2014. *A política externa da Nigéria: desafios de um gigante africano*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Oliveira, Lucas Kerr. 2015. *Geopolítica energética dos países emergentes*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Penresa. 2019. *Nigeria, next level*. N.p: Forbes Africa.

_____. 2020b. *Nigeria, the year of gas. Africa's next level*. N.p: Forbes Africa, 2020.

_____. 2017. *The future is made in Nigeria*. N.p: Forbes Africa.

_____. 2018. "The Rebirth and Remaking of a Nation". *Penresa*, 2018. https://www.penresa.com/the-rebirth-and-remaking-of-a-nation/.

_____. 2020a. *60th anniversary*. N.p: Forbes Africa.

Quijano, Aníbal. 2002. *Colonialidade, poder, globalização e democracia*. N.p: Editora novos rumos.

Reis, Maurício de Novais e Marcilea Freitas Ferraz Andrade. 2018. *O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas*. N.p: Revista Espaço Acadêmico.

Resource Trade Earth. 2018. "Nigeria". *Resource Trade Earth*, 2018. https://resourcetrade.earth/data.

Risse-Kappen, Thomas. 1995. *Bringing Transnational Relation Back In: non-state actors, domestic structures and international institutions*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. 1999. *International Norms and Domestic Change: Arguing and Communicative Behavior in the Human Rights Area*. N.p: Politics & Society.

Rosevics, Larissa. 2017. "Do pós-colonial à decolonialidade". In Diálogos internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo, editado por Glauber Carvalho e Larissa Rosevics, 187-192. Rio de Janeiro: Perse.

Sauerbronn, Fernanda Filgueiras, Rosangela Mesquita Ayres e Rosenery Loureiro Lourenço. 2017. *Perspectivas pós-coloniais e decoloniais: uma proposta de agenda de pesquisa em contabilidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Custos e agronegócio on-line.

Senado Federal. 2018. "Informação ostensiva: Nigéria". *Parte integrante do Avulso da MSF*, no. 4. https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7573074&disposition=inline.

Soyinka, Wole. 2012. *Of Africa*. Yale: Yale University Press.

Trading Economics. 2020a. "Nigéria - Confiança do empresário". *Trading Economics,* 2020. https://pt.tradingeconomics.com/nigeria/business-confidence.

_____. 2020b. "Nigéria - Produção industrial". *Trading Economics,* 2020. https://pt.tradingeconomics.com/nigeria/industrial-production.

Uechi, Gabi. N.d. 2020. "Nollywood: a explosão do cinema nigeriano". *Afreaka,* n.d. http://www.afreaka.com.br/notas/nollywood-a-explosao-do-cinema-nigeriano/.

União Africana. 2018. "Acordo que cria a Zona de Comércio Livre Continental Africana". *União Africana*, 2018. https://au.int/sites/default/files/treaties/36437-treaty-cfta_consolidated_text_-_portuguese.pdf.

Volcic, Zala e Mark Andrejevic. 2011. *Nation branding in the era of commercial nationalism*. Austrália: International Journal of Communication.

Wafure, Obida Gobna e Abu Nurudeen.2010. *Determinants of Foreign Direct Investment in Nigeria: An Empirical Analysis*. N.p: Global Journal of Human Social Science.

Wee Tracker. 2019. *Decoding Venture Investments in Africa - 2019*. N.p: Wee Tracker.

Wendt, Alexander. 1992. *Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics*. Cambridge: the MIT press.

Wendt, Alexander. 1999. *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Yakubu, Abdullahi e Bukola Idowu. 2019. "Nigeria: World Bank Approves $3 Billion Loan For Nigeria's Power Sector". *All africa,* 21 de outubro, 2019. https://allafrica.com/stories/201910210032.html.

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo analisar como a Nigéria tem utilizado o *Nation Branding* na reconstrução da sua imagem e na reorientação da sua política, sobretudo no contexto pós-crise de 2008 e na sua inserção no comércio internacional. Dessa forma, a análise será feita de forma explicativa e através de uma crítica histórica, a partir do construtivismo de Wendt e a teoria sobre construção de ideias e poder. De modo complementar, propõe-se um diálogo entre o construtivismo e a teoria decolonial, pois as normas e ideias construídas pelas grandes potências perpetuam uma estrutura de poder colonial. Isto posto, a pergunta que guia o artigo é: de que forma a construção do *Nation Branding* na Nigéria, no período de 2009 a 2019, tem impactado na inserção internacional do país? A hipótese apresentada é que, ao implementar o *Nation Branding*, com políticas além de turismo, ocorreu consequentemente o fomento do capital humano e da independência econômica do país, bem como uma revolução digital através das *startups* nigerianas. Por fim, realiza-se pesquisas quantitativas e qualitativas, através de autores nigerianos, a fim de evidenciar a versão africana da história, bem como contribuir para a superação de estereótipos enraizados em nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE:

Nation Branding. Nigéria. Teoria decolonial.

Recebido em 10 de maio de 2021
Aceito em 27 de julho de 2021

DOMÍNIO COLONIAL NA NIGÉRIA: O ENCONTRO DO REINO AUCHI COM OS COLONIALISTAS BRITÂNICOS E SEUS IMPACTOS

Yakubu Suleiman[1]

CC BY

Introdução

Os anos finais do século XIX e os anos iniciais do século XX testemunharam o estabelecimento do domínio colonial britânico na Nigéria. Não há dúvidas de que a colonização da Nigéria pelos britânicos não foi uma tarefa fácil. Os britânicos encontraram muita oposição ou resistência de vários grupos étnicos ou políticos, enquanto alguns receberam de boa vontade os britânicos. A conquista e a subjugação dos maiores grupos étnicos e políticos tem sido uma tendência comum à maioria dos historiadores africanos. Porém pouca atenção tem sido dada para a minoria e grupos pequenos como o Reino Auchi, no atual estado de Edo, Nigéria. Na região sul da Nigéria, grande atenção tem sido dada ao Reino Benin, enquanto pouca atenção é dada para a terra Etsaki, onde o Reino Auchi está localizado (Egbefo 2015, 1).

A atenção será focada para as consequências políticas e socioeconômicas do domínio colonial no Reino Auchi e no significado dessas consequências após a Nigéria ter conquistado sua independência em 1960. O domínio colonial deixou para trás um rastro de desenvolvimento que teve sérias implicações no desenvolvimento evolutivo do Reino Auchi para um reino moderno. Este artigo possui, portanto, o objetivo de explicar o impacto das inovações britânicas no Reino Auchi apesar de seus motivos interiores e de como essas inovações impactam a vida da população, mesmo após a independência da Nigéria em 1960.

1 Departamento de Ciências Históricas, Universidade de Pardubice. Pardubice, República Tcheca. E-mail: susukhaldun@yahoo.com. ORCID: 0000-0002-9184-6460

Conceptualizando o colonialismo e o imperialismo

Colonialismo e imperialismo são dois conceitos muito similares, mas colonialismo é quando um país exerce fisicamente controle total sobre outro país e Imperialismo é a dominação econômica e política formal ou informal de um país sobre o outro. Resumidamente, colonialismo pode ser entendido como a prática de dominação e imperialismo como a ideia por trás da prática. O conceito de Colonialismo na África tem uma longa história, que se estendeu por muitos séculos e fases. À luz dessa consideração, a história mais famosa sobre colonialismo é a colonização europeia da África, que ocorreu entre o final do século XIX e o início do século XX (Boardman 1973,114). O continente africano foi segmentado em esferas de influência e colônias entre as potências europeias com o único propósito de exploração, subjugação e dominação. Enquanto os próprios africanos se tornaram escravos dos invasores europeus, os europeus se tornaram senhores do continente e donos de praticamente tudo na África que possuísse algum valor (Ozumba and John 2013, 50-51).

Vários autores escreveram sobre esta subjugação forçada, exploração e dominação da África. Foi durante este período que governos e instituições tradicionais foram compulsivamente tomados dos governantes africanos *bona fide* pelos colonialistas que se tornaram mestres autodeclarados. Os africanos que ousaram resistir à infiltração e à desumanidade europeia foram tratados impiedosamente. Isto significa que alguns governantes e personalidades africanas notáveis foram depostos e exilados ou, em muitos casos, mortos (Mbiti 1969, 128). Tendo dominado as nações africanas com suas armas sofisticadas, os colonialistas passaram para a segunda etapa de sua ambição, a saber: humilhação – dividir, governar e explorar os africanos ao máximo. Está registrado que este processo de humilhação começou com o enfraquecimento máximo das culturas e dos valores africanos. E tudo isso marcou o ritmo para o subdesenvolvimento do continente. Rodney (1972, 52-82) indica que a civilização, a cultura, a crença e os valores africanos foram pisoteados. Para que os invasores europeus efetivamente realizassem seus objetivos, eles precisaram se estabelecer firmemente no continente africano através da introdução e da imposição de seus sistemas religioso, político, econômico, social, linguístico e administrativo, superando as nobres e invejáveis instituições africanas familiares.

O conceito de Imperialismo, de acordo com Merriam-Webster (1828), refere-se à "política, prática ou defesa da extensão do poder e da dominação de uma nação, especialmente por meio de aquisições territoriais diretas ou pela

obtenção de controle indireto sobre a vida política ou econômica de outras áreas" (Merriam-Webster Dictionary 1828). Reill e Wilson (2004), definiram o imperialismo como "a dominação política, cultural e econômica de outros países por uma nação, alcançada através de meios militares e outros" (Reill e Wilson 2004, 294). O imperialismo denota a dominação de um país ou povo sobre outros (Lenin 1999, 8). Embora tenha sido definido em grande parte por seus interesses políticos e econômicos, o imperialismo tinha um componente civilizacional, que não se concentra simplesmente na aquisição de territórios, mas também na transformação das normas culturais e religiosas (Corrie 2007, 62; Porter 2004, 316; Gorringe 2004, 188). Estudiosos como Oduro, Pretorius, Nussbaum e Born (2008, 37) sustentam que o colonialismo foi impulsionado pelos "três Cs" – Cristianismo, Comércio e Civilização. A ideia principal por trás destes "Cs" era que os três deveriam ir juntos e promover uns aos outros: o cristianismo deveria preparar o caminho para o comércio para que a civilização ocidental pudesse substituir a cultura africana, isto é, a "falta de civilização" africana (Oduro et al. 2008, 37).

O importante a notar aqui, talvez, seja que durante este período colonial na África, alguns africanos foram para o exterior e estudaram ciência política, história, filosofia, etc., sendo inclinados para uma direção: a suposta superioridade "divina" dos brancos sobre os negros. Porém, estes africanos recusaram-se conscientemente a imbuir-se deste tipo de doutrinação intelectual duvidosa e insinuações a que estavam expostos. Desta forma, todos eles deram interpretações e considerações diferentes às coisas que lhes foram ensinadas. A questão aqui é que o colonialismo e o imperialismo tiveram grande significado na África: eles deixaram um legado duradouro no modo de pensar, no desenvolvimento e na civilização.

Metodologia

Este artigo está ancorado na disciplina de História. É importante notar que fontes orais são muito importantes na reconstrução da história africana. Sem as fontes orais não há história africana. O trabalho de campo deste artigo foi realizado em várias cidades da Nigéria. Foi muito difícil de alcançar os participantes para conduzir entrevistas devido à tendência atual e à situação pandêmica. A pesquisa combina desenhos etnográficos e históricos através do uso de diferentes técnicas de pesquisa, como entrevistas semi-estruturadas, estruturadas e não estruturadas. Ademais, todos os entrevistados participaram de livre vontade. Informações demográficas básicas, como idade, religião, estado civil, ocupação, etc., foram coletadas dos participantes. Durante a

pesquisa, nós[2] realizamos dez entrevistas com diferentes candidatos. Os depoimentos orais dessas pessoas foram muito úteis e contribuíram muito para provar que o Reino Auchi esteve sob domínio colonial britânico de 1897 a 1960, um período de 63 anos, até a Nigéria conquistar sua independência.

Tanto fontes primárias como secundárias foram consultadas para a redação deste artigo. Os livros consultados foram muito úteis a este respeito. Isto foi feito a fim de ter uma visão equilibrada da história do Reino Auchi, dando maior credibilidade a sua história. Ainda durante as entrevistas, eu decidi analisar não apenas narrativas pessoais, mas também a atitude, idade, comportamento e a mentalidade de todas as pessoas entrevistadas a fim de identificar discrepâncias em suas narrativas.

O Reino Auchi antes da chegada dos Mestres Coloniais Britânicos

Auchi está localizado na latitude 70, ao norte da linha do Equador, e na longitude 6.250, ao leste do Meridiano de Greenwich. A cidade é cercada por vilarejos Etsako e divide a fronteira com o Ibie Sul a Leste; a Nordeste com Jattu; a Norte com Ayua, Iyuku e Imehke; a Nordeste com Ikpeshi e Ihievbe Ogben; a Sul com Era e Ayuele-Ugioli (Sule 2021). A topografia de Auchi é montanhosa, com vales e planícies planas (Momodu 1987, 3). A cidade de Auchi é formada por cinco vilarejos tradicionais, que possuem o nome dos cinco filhos de Uchi, o fundador de Auchi (Aruna 2006, 1). Os vilarejos são Utsogu, Akpekpe, Aibotse, Igbhei e Iyekhei. Utsogu é o bairro real do qual o Otaru (Rei) de Auchi é habitualmente escolhido e levado ao trono desde a Era de Ikelebe I, em meados do século XIX (Oseni 1998, 28).

Auchi é um dos centros urbanos de mais rápido desenvolvimento no Estado de Edo. Auchi tem uma população estimada de cerca de 150.000 pessoas (Auchi, wikipédia). A próspera atividade comercial na cidade começou há muito tempo. A cidade foi um centro comercial de escravos durante o comércio transaariano de escravos (Dawood 2020). Isto também explica o caráter administrativo da cidade, pois o governo colonial britânico na Nigéria fez de Auchi a sede da administração local para Etsako após a abolição do

2 As entrevistas em Auchi foram realizadas com a assistência de um amigo, Edagese Alex. Nós frequentamos a mesma universidade na Nigéria.

tráfico de escravos[3]. Desde aquela época, Auchi continuou a ser a sede administrativa local do Distrito Senatorial de Edo do Norte; a sede administrativa do Comando da Área de Polícia de Edo Norte e a Área do Governo Local de Etsako Oeste; a sede administrativa para muçulmanos e o Centro Islâmico no Estado de Edo, Nigéria (Seghosime 2006, 2).

Há diversos relatos sobre a fundação do Reino de Auchi, mas o que é interessante sobre esses relatos é que eles estão todos relacionados com a descrição que eles dão sobre a origem da cidade. A cidade recebeu o nome de um homem chamado Uchi, que migrou de Udo no Reino de Benin por volta do século XIV, antes do reinado de Oba Ewuare no Reino de Benin (Oseni 1998, 61). Outra fonte diz que Auchi é uma contração do nome Evbo-Uchi, que significa "o povoado fundado por Uchi", que é o nome Bini para "Usi", que significa "fama", associado à nobreza no curso natural da vida nativa[4]. Dessa forma, Uchi e sua família migraram de Benin e se estabeleceram no cinturão de Guiné Savannah, na terra de Etsako. Uchi deixou Benin por causa das duras políticas do governo Oba, das guerras incessantes e da intimidação e desumanização prevalecentes no Reino de Benin, as quais ele não podia suportar (Aruna 2006, 1).

Esta emigração de Benin ocorreu no século XV. Após uma longa caminhada e busca por um local apropriado para se estabelecer, Uchi e seus seguidores se estabeleceram em um lugar a cerca de 130 quilômetros do Reino Benin, no topo de uma colina, logo atrás do atual *Guarantee Trust Bank* (Garba 2021). Um mercado se desenvolveu no local onde Uchi e seus seguidores se estabeleceram. O mercado é conhecido como "Aku-Uchi" (Mercado de Uchi).

3 O Reino de Auchi é conhecido por ter experimentado crescimento e desenvolvimento desde o século XX. Isto é evidente no crescimento populacional e nas atividades comerciais. O Reino Auchi é também a sede administrativa do conselho local. Auchi também é a sede de todos os órgãos religiosos da região. O Reino tem cinco vilarejos que são supervisionados por chefes que se reportam ao Rei de Auchi. Os vilarejos também são compostos de numerosos grupos de pessoas que são supervisionados por chefes menores, que se reportam aos chefes dos vilarejos. A família real é de uma determinada aldeia/quarteirão conhecido como Utsogu. O rei é sempre escolhido da família real e do quarteirão de Utsogu. A ascensão para o trono não é hereditária. Qualquer homem adulto pode ser escolhido da família real. Ver Oseni 1998.

4 Há diversas versões da origem do Reino Auchi, mas a mencionada acima é a mais popular. Mais informações sobre a origem do Reino Auchi podem ser obtidas de fontes orais. A fonte mais comum para a reconstrução da história africana é a tradição oral. A incidência histórica da fuga de Uchi do Reino de Benin foi durante um período de caos, guerras e crises conhecido como "Igodomigodo" na língua Bini. A maioria dos reinos e assentamentos na África anteriores ao século XVIII foram produtos da migração como resultado de guerras, crises, etc. Estas são as principais cidades e vilarejos que cercam o Reino Auchi. O Reino é conhecido por sua localização central e estratégica. Ver Aruna 2006.

O mercado ainda existe e continua sendo o maior mercado em Auchi. Após o desaparecimento de Uchi, ele foi transformado em divindade e um santuário foi construído na residência original do mercado de Uchi. Adoradores da divindade Uchi iam ao santuário de Uchi com giz nativo e sal e faziam pedidos acreditando fortemente no seu poder (Charity 2021). O santuário acabou sendo destruído com a propagação da religião islâmica no início do século XX (Ornoruan 1986, 48).

A chegada dos Mestres Coloniais Britânicos ao Reino Auchi

Os europeus invadiram a África como comerciantes de escravos desde o século XV até o final do colonialismo. Após a exploração da África através da escravidão por aproximadamente 400 anos, ela foi substituída pela exploração através do colonialismo. Dessa forma, apesar dos europeus terminarem com o tráfico de escravos, seu interesse na África permaneceu intacto. A Revolução Industrial, iniciada pela Grã-Bretanha no século XVIII e, posteriormente, seguida em outras partes do mundo, desempenhou um papel central no fim do tráfico de escravos e no começo do colonialismo. A Revolução Industrial na Europa acelerou a produção, o que acarretou no aumento da demanda por matérias-primas e mercados. Isto, por sua vez, voltou a atenção dos europeus para a África como fornecedora de tanto matérias-primas, quanto de novos mercados para os seus produtos excedentes. Portanto, o colonialismo surgiu da necessidade dos países europeus de ter controle político direto sobre suas colônias para garantir a proteção de seus interesses econômicos (Endalcachew 2015, 23).

A natureza exploradora da economia colonial garantiu pouco espaço para que o desenvolvimento sustentável ocorresse durante o período colonial. Nem as empresas europeias lucrativas e nem o mesquinho governo colonial estavam dispostos a investir em um desenvolvimento de longo prazo na Nigéria no período anterior à Segunda Guerra Mundial. As empresas europeias levaram seus lucros de volta para a Europa, enriquecendo os acionistas à custa do trabalho nigeriano. Como grande parte da riqueza da Nigéria estava sendo extraída para lucros europeus, poucos nigerianos ganhavam o suficiente para investir em seus próprios projetos de desenvolvimento (Falola e Heaton 2008, 121).

Como o principal objetivo dos países europeus era satisfazer seus interesses econômicos, cada um deles competia para conseguir as maiores e mais ricas colônias. Consequentemente, para evitar guerras intra-euro-

peias, os colonialistas realizaram uma conferência em Berlim em 1884-1885, visando uma divisão pacífica da África (Thomson 2010, 25). A luta pela África na conferência mencionada acima e em outras formações sucessivas de muitos países pequenos na África foi baseada em intenções imperialistas puras e numa busca voraz pela riqueza (Baah 2003, 1). Isto resultou na divisão arbitrária do povo africano sem levar em conta a coesão social que tinha mantido os africanos juntos por um longo período de tempo[5]. Os africanos não foram consultados, mas divididos cegamente para satisfazer o interesse egoísta dos imperialistas. Assim, o colonialismo tinha como principal objetivo explorar o continente e mandar de volta os lucros para os países de origem dos imperialistas (Rodney 1973, 231).

Deve ser dito que o povo Nupe, que tinha firme controle sobre o Reino de Auchi, era uma ameaça aos movimentos imperiais dos britânicos no final do século XVIII (Audu 2020). Os britânicos sentiram que havia uma grande necessidade de desalojar os Nupe para ganhar controle sobre o Reino de Auchi por causa da sua localização estratégica. A *Royal Niger Company* foi estabelecida pelos britânicos em 1886 e foi fundamental para a formação da Nigéria Colonial, pois permitiu aos colonialistas britânicos estabelecer controle sobre a Nigéria para fins comerciais e administrativos (Shaibu 2021).

Sir George Tubman Goldie, quem estabeleceu a *Royal Niger Company*, resumia o espírito da nova era do mercantilismo e do darwinismo social que se espalhou pela África Ocidental durante a depressão global. Ele fundiu empresas britânicas que negociavam no Baixo Níger em 1879, formando a *United African Company* (UAC). As políticas monopolistas da UAC, no entanto, empobreceram os comerciantes locais de palma, que começaram a pilhar suas fábricas. A UAC então apelou ao Escritório Consular para uma intervenção militar a fim de proteger a vida e a propriedade das empresas britânicas que comercializavam no Níger. Goldie reorganizou a UAC e mudou seu nome em 1882 para *National African Company* (NAC) devido às instruções francesas no Níger e em Dahomey e dos alemães em Camarões. Ele então usou a empresa para minar os interesses comerciais de empresas estrangeiras rivais, diminuindo suas vendas em 24%. Goldie mudou o nome da empresa de NAC para Royal Niger Company (RNC) e solicitou ao governo britânico

5 Esta é basicamente a descrição das tendências e intenções de exploração dos europeus na África. As intenções e as ações europeias foram orientadas fundamentalmente pelo lucro e isso empobreceu os africanos, tornando-os incapazes de investir em suas muitas comunidades e isto mostra claramente que os europeus usaram a África como um lugar para obter todos os recursos e matérias-primas de que necessitavam. Ver (Falola e Heaton 2008).

um alvará real que lhe permitiria administrar a região do Níger[6]. O alvará foi concedido em 1886, e ele usou o RNC para estabelecer um império comercial paramilitar sobre o Níger e as comunidades costeiras (Oriji 2011, 156).

A *Royal Niger Company,* sob o controle de Sir George Tubman Goldie, ordenou que suas forças militares atacassem o Reino Nupe em Bida, que havia emergido como o reino mais poderoso da área durante esse período. Foi esta expedição militar contra Bida que levou à retirada de todos os soldados de Nupe e de seus comandantes de guerra do Reino Auchi e das terras Etsako como um todo em 1897. Essas tropas, como as que foram igualmente retiradas de outras partes da Nigéria naquela época, deveriam aumentar o poder numérico do exército em Bida para permitir uma forte defesa contra o exército da *Royal Niger Company* em 1897. Apesar da forte resistência contra os britânicos, seu Reino entrou em colapso devido às armas superiores dos colonizadores. Os britânicos então assumiram a administração política sobre o Reino Nupe em 1897. É muito importante notar que a retirada das tropas de Nupe do Reino Auchi e de outras comunidades permitiram não apenas a queda de Bida, mas também a incursão dos britânicos no Reino Auchi e em outras comunidades em 1897[7].

Deve-se notar que existem duas razões lógicas pelas quais a ocupação britânica de Auchi e das outras partes da terra de Afenrnai foi convenientemente feita sem resistência do povo. Primeiro existia o medo de entrar em guerra contra um poder militarmente superior do que até mesmo seu antigo conquistador, o Nupe. A segunda razão, e talvez a mais importante, era o desejo de ver um fim ao processo de entrega de seus parentes e de suas crianças como escravas, que tinha sido o principal passatempo do governo de Bida na região. Ainda, apesar da posição que Auchi já ocupava durante o período de governo colonial de Nupe, a chegada de colonialistas britânicos foi bem-vinda como um verdadeiro passo para salvar as pessoas do jugo do opressivo domínio Nupe.

O resultado disto, portanto, foi que, no final de 1904, o então Otaru de Auchi, Ikharo Ikelebe, em consulta com seu Conselho de Chefes, assinou o

6 Os europeus procuraram territórios para exercer seu poder e domínio militar e a África foi a localização mais ideal. Isto explica como a Europa subdesenvolveu a África para desenvolver a Europa. Veja o livro de Walter Rodney para mais informações. Também veja *The Royal Niger Company* na Wikipedia.

7 A estratégia britânica era atacar e conquistar o Reino Nupe, a terra natal do povo de Nupe. Os britânicos foram bem sucedidos nisso apenas em 1897 e isto resultou no estabelecimento do governo da firma imperial sobre o Reino Auchi. O ano 1897 é muito significativo para a história nigeriana porque a Grã-Bretanha usou seu poderio militar para conquistar a maioria dos reinos em 1897. Alguns desses Reinos incluem o Nupe, Benin, Opopo, etc.

tratado de proteção britânico em reconhecimento formal do domínio colonial britânico[8]. Embora não tenha sido fácil interpretar a natureza completa do tratado assinado por Otaru Ikharo com os colonizadores britânicos, o fato é que quase todos os tratados assinados pelos britânicos com os governantes africanos foram feitos com o mesmo entendimento da estrutura central. O conteúdo desses tratados era raramente compreendido pelos governantes africanos, que não percebiam estar simplesmente assinando a perda de sua soberania através da persuasão. Porém, como já foi dito, Otaru Ikharo e os membros de seu conselho podem ter previsto com muita satisfação a proteção britânica concedida para seus familiares e suas crianças à escravidão imposta pelas autoridades de Bida. Assim, a assinatura do tratado de proteção de Otaru Ikharo em 1904 levou à destituição dos representantes de Bida, Azenis, de Auchi e ao estabelecimento formal do domínio britânico no Reino, tendo Ida como sua sede administrativa (Omoruan 1986, 1970).

O impacto positivo do domínio colonial britânico sobre o Reino Auchi

Há muitos legados criados e deixados para trás pelos mestres coloniais britânicos que ainda existem até os dias atuais. Primeiro, a criação do Reino Auchi como sede administrativa em terras Etsako foi feita pelos britânicos em 1920. O colapso do Império Nupe em 1897 levou ao surgimento do domínio e administração colonial britânica em todas as áreas que o Nupe tinha um forte domínio. Em janeiro de 1900, os britânicos proclamaram os Protetorados do Norte e do Sul. Esses protetorados foram governados separada e independentemente por administradores coloniais britânicos. Sob este arranjo, o Reino Auchi, sob terras Etsako, foi parte do Protetorado Norte e governado de Idah, uma cidade localizada do outro lado do rio Níger[9].

8 A Grã-Bretanha estava pronta para remover todos os obstáculos que estivessem no caminho de impedi-los de estabelecer controle imperial sobre o Reino Auchi e sobre a Nigéria como um todo. Isto fez com que Tubman Goldie estabelecesse e ligasse um grupo militar à *Royal Niger Company*. Isto foi para assegurar que as regiões resistentes fossem conquistadas e que o controle imperial firme fosse estabelecido em tais regiões. Isto implica que os britânicos não queriam apenas relações comerciais, mas também um firme controle sobre o Reino Auchi e além dele. Veja *The Royal Niger Company* na Wikipedia.

9 A proclamação dos protetorados do Sul e do Norte e sua posterior amálgama foi para auxiliar um controle administrativo mais eficaz sobre as duas regiões com um custo menor de administração do governo e o povo não foi sequer consultado. Isto foi feito para tornar a administração menos dispendiosa e mais fácil de realizar devido a razões egoístas. Veja (Adewumi e Egwurube 1985).

A penetração britânica na terra de Etsako, da qual Auchi se tornaria sede, começou em 1904, sete anos após a derrota do Emirado de Bida. Esta data marcou o tempo em que as patrulhas imperiais britânicas se mudaram de sua estação em Idah, então nas províncias do sul da Nigéria, mas agora parte do atual estado de Kogi, para a terra de Etsako. Quando os britânicos chegaram na terra de Etsako, eles acharam o povo muito amigável e acomodado. A terra de Etsako foi esculpida no Distrito de Esan como um distrito separado.

Os britânicos descobriram que Ubiaja era muito longe das terras Etsako, então o distrito administrativo foi movido para Iddo-Okpella, uma cidade no extremo norte da terra de Etsako, naquele mesmo ano, 1904. No entanto, os britânicos não acharam o local muito adequado para sua sede. Em 1916, a sede administrativa foi realocada para Fugar, uma cidade na parte leste de Etsako. Os britânicos, ainda não satisfeitos após dois anos em Fugar, começaram a procurar um local ideal para alocar seu distrito administrativo. Dois locais foram propostos, Auchi e Ayua, o último é uma cidade localizada a alguns quilômetros de Auchi. Auchi foi eventualmente escolhida como nova sede por causa da sua localização geográfica estratégica no coração da terra de Etsako. Em 1920, o escritório administrativo do Distrito foi transferido a Auchi e Major C. M. Dunn se tornou o primeiro Oficial Distrital[10].

A segunda coisa importante a notar aqui é que o estabelecimento do governo colonial britânico em Auchi trouxe a introdução de novas políticas administrativas, que, como aquelas do antigo senhor de Nupe, eram totalmente alheias ao povo. Uma dessas políticas administrativas foi o sistema de governo indireto, que os colonialistas britânicos consideraram adequado. Deve-se notar que, ao contrário do que tem sido compartilhado por algumas pessoas, o sistema de governo indireto não foi desenvolvido pelos britânicos em reconhecimento aos valores africanos, pois respondia a uma disponibilidade inadequada de fundos e de funcionários britânicos que tinham sido assustados pelo clima quente da África Ocidental e pelos mosquitos. Daí o uso do termo "fardo do homem branco" para descrever a região quente.

Em terceiro lugar, houve a criação de um moderno complexo de edifícios oficiais, alojamentos e uma prisão moderna pelo Major C. M. Dunn. Esta foi a primeira vez que algo assim aconteceu no Reino Auchi. Antes daquela época, não havia edifícios em todo o Reino Auchi. Tudo isto foi feito

10 A pesquisa pela localização ideal para alocar a sede foi necessária para garantir que um sistema administrativo eficaz fosse estabelecido. O Reino de Auchi foi escolhido por causa de sua localização central e estratégica. O sistema de regras indiretas tinha como objetivo reduzir o custo da administração e economizar recursos limitados. Ver (Momoh 2016).

durante o período do Major C. M. Dunn como oficial distrital, entre 1920 e 1921. Pode ser interessante notar que a maioria destes edifícios ainda está de pé até hoje. Alguns deles que ainda estão em uso foram modificados para atender aos padrões modernos, enquanto outros são preservados como locais históricos para atração turística (Momoh 2016, 113).

Em quarto lugar, os britânicos introduziram a educação ocidental no Reino Auchi. Após a saída do Major C. M. Dunn em 1921 como oficial distrital, seu substituto foi um advogado formado pela Universidade de Oxford chamado Barrister Archer. Era o desafio de Archer desenvolver seu distrito no âmbito da educação e outras questões. O escritório distrital precisava de escriturários, intérpretes e cobradores de impostos e não havia ninguém em Auchi para desempenhar tais funções. Ele acabou procurando pessoas em Agbede, Okpella e outras cidades para recrutamento urgente. Assim, ele prosseguiu com o estabelecimento de uma Escola Estadual no Reino Auchi em 1922. Esta era a primeira escola estabelecida no Reino Auchi, o que marcou o início da educação ocidental no Reino e, em seguida, outras escolas primárias e secundárias foram estabelecidas nos anos posteriores.

Novamente, Barrister Archer embarcou na criação de uma rede de estradas que ligavam outras cidades e vilarejos à sede do distrito no Reino Auchi. A estrada Auchi-Ikpeshi que foi iniciada por D. H. Momoh, o então Otaru de Auchi, em 1919, foi assumida pelo Barrister Archer e expandida para Igarra, uma cidade localizada em direção à fronteira da terra Afemai em 1923. Archer também embarcou na construção da estrada para Agenebode através de Ibie do Sul, Ekperi. Outra estrada foi construída para ligar Sabongida Ora através de Warrake, Ihievbe e Afuze-Emai. Deve-se dizer que muitas dessas estradas ainda são utilizadas nos dias atuais[11].

Além disso, o comércio transatlântico de escravos foi abolido no começo do século XIX, mas a escravidão doméstica continuou. Antes da chegada dos europeus, o Nupe, que havia estabelecido a hegemonia sobre o Reino Auchi, continuou com práticas de escravidão e de comércio de escravos, mas os britânicos puseram um fim a esta prática quando chegaram. Em 1900, a administração colonial acabou com a prática da escravidão e do

11 O período em que o novo complexo de edifícios oficiais foi construído foi considerado como moderno porque não havia nenhuma construção desse tipo naquela época. O edifício ainda está de pé atualmente. Eu visitei o edifício algumas vezes. O estabelecimento de escolas no Reino Auchi foi um evento significativo e muitas pessoas se beneficiaram disso. A principal razão era treinar pessoas que seriam usadas para administrar as atividades e os assuntos do distrito. O estabelecimento da rede de estradas entre o Distrito foi para ter fácil acesso às aldeias do interior do Reino Auchi, a fim de facilitar a cobrança de impostos e tornar o comércio mais conveniente. Ver relatório Denton (1936).

comércio de escravos dentro e fora do Reino Auchi, porque acreditavam que era uma prática maligna e que havia perdido seu propósito. Este foi, de fato, um dos maiores e mais duradouros legados dos britânicos no Reino Auchi e nas terras de Etsako (Denton 1936).

Além disso, em 1921, a administração colonial aboliu a prática do julgamento por provações. Archer, o então oficial do distrito, foi confrontado com o problema de pessoas serem acusadas de bruxaria, porque naquela época o povo do Reino Auchi tinha uma forte crença na bruxaria e na feitiçaria e isso ofuscou o seu senso de raciocínio. Isto surgiu da ignorância e da superstição do povo e prosperou sobre sua pobreza. Pessoas que eram acusadas de bruxaria eram levadas à força diante de um santuário onde o padre *juju* obrigava a pessoa a beber "Osaki", uma mistura venenosa extraída da casca de árvores (Binta 2021). Esta era cozida com outros itens sagrados e ervas durante vários dias em uma panela de barro. A mistura venenosa era então administrada sobre a vítima indefesa. A vítima que tinha um sistema imunológico forte e sobrevivia, era então declarada como não-bruxa, mas a vítima com o sistema imunológico fraco, que morria do veneno, era declarada como bruxa. A família do falecido lamentava sua perda e viva em vergonha porque um dos membros de sua família havia sido marcado como bruxa[12].

Por fim, a fim de alcançar justiça e equidade, foram criados tribunais nativos em todo o Distrito. Estes tribunais nativos eram administrados por chefes que se acreditava serem homens de integridade. Os tribunais nativos não receberam jurisdição para ouvir e determinar ofensas graves e criminosas, como incêndio culposo e assassinato. Essencialmente, sua jurisdição civil era restrita a casos relacionados a questões conjugais, sucessórias e questões de chefia menores. Casos criminais sérios como assassinatos, por exemplo, só podiam ser julgados pelo tribunal superior, sediado em Idah. A administração da justiça nos tempos coloniais era curta e rápida. Havia pouco ou nenhum espaço para tediosas questões técnicas jurídicas. Assim que os fatos eram cuidadosa e honestamente apurados, a lei em sua forma bruta era friamente aplicada (Omo-Ananigie 1936, 98).

Conclusão

A situação que os britânicos encontraram no Reino Auchi foi a de uma sociedade que ainda passava por mudanças como resultado da presença dos Nupe. Os Nupe, após a intrusão, introduziram princípios e ideias inova-

12 Ver Momoh (2016) para mais detalhes.

doras, às quais o povo ainda estava se acostumando quando os britânicos chegaram. As origens de alguns dos traços característicos do atual Reino Auchi podem ser encontradas nesse período. Ao avaliar a extensão da influência britânica sobre o povo do Reino Auchi no âmbito social, político, cultural etc, é importante considerar também a influência dos Nupe nas suas inovações administrativas mesmo após 1897, quando os Nupe não tinham mais controle sobre Auchi. Os colonialistas britânicos se basearam nestas inovações administrativas para governar o povo com sucesso. Houve algumas práticas ruins que foram abolidas, como o julgamento por provações e o comércio de escravos. Houve também a introdução da educação ocidental e um novo meio de administrar a justiça. Como o domínio colonial não resultou no apagamento total das práticas indígenas do povo Auchi, sua sociedade atual ainda exibe muitos desses traços adquiridos como resultado dos contatos com os Nupe no final do século XIX. Deve-se dizer que, apesar da tendência exploradora dos britânicos, eles ainda assim tiveram um impacto positivo sobre o Reino Auchi.

REFERÊNCIAS

Audu, Oroh (Politician, Former Member of the House of Representative in Nigeria, 65 Years Old, Married, *interviewed on 15 August, 2020* at Abuja, Edo State, Nigeria.

Adewumi, J. B. and Joseph Egwurube. "The Roles of Traditional Rulers in Local Government: Historical Perspective in Aborisade O." (Ed.) Local Government and Traditional Rulers in Nigeria. Ile-Ife: Unife Press.

"Government in Historical Perspective". In *Local Government and the Traditional Rulers in Nigeria* edited by Oladimeji Aborisade. Nigeria: University of Ife Press.

Baah, Anthony. 2003. "History of African Development Initiatives." Johannesburg: Africa Labor Research Network Workshop, 22-23.

Binta, Fatima Yakubu (Tailor, Housewife and Mother, 71 Years Old, Widow, *interviewed on 17 March, 2021* at Auchi, Edo State, Nigeria).

Boardman, John. 1973. *The Greeks Overseas*. Harmondsworth: Penguine Books.

Charity, Momoh (Civil Servant, 48 Years Old, Married, *interviewed on 19 March, 2021* at Auchi, Edo State, Nigeria).

Corrie, J. 2007. *Dictionary of Mission Theology - Evangelical Foundations*. Nottingham: Inter-Varsity Press.

Dawood, Omolumen. Egbefo (Professor of History and Researcher, 58 Years Old, Married, *interviewed on 16 October, 2020* at Iyhamo, Edo State, Nigeria).

Denton, N. 1936. A Political Intelligence Report on the Etsako Clans of the Kukuruku Division. Nigeria: National Archives, Ibadan.

Egbefo, Dawud, O. 2015, "Resistance to Colonial in Nigeria: Esanland Encounter with the British Colonialists and its Effects on Intra-Inter-Group Relations". *Academic Horizon*, A Journal of the School of Postgraduate Studies 1(1). https://www.researchgate.net/publication/323392988_Resistance_to_Colonial_in_Nigeria_Esanland_Encounter_with_the_British_Colonialists_and_its_Effects_on_Intra-Inter-Group_Relations

Endalcachew Bayeh. 2015. "The Legacy of Colonialism in the Contemporary Africa: A case for intrastate and interstate conflicts". *International Journal of Innovative and Applied Research* 3(2). ISSN 2348 – 0319.

Falola, T and Heaton, M. M. 2008. *A History of Nigeria*. Cambridge: University of Cambridge Press.

Garba, S. Zibril, (Politician, 62 Years Old, Married, *interviewed on 29 march, 2021* at Auchi, Edo State, Nigeria).

Gorringe, T. J. 2004. *Furthering Humanity: A Theology of Culture*. Aldershot: Ashgate Publishing.

Lenin, V. I. 1999. *Imperialism: The Highest Stage of Capitalism*. Sydney: Resistance Books.

Merriam-Webster Dictionary. 1828. Imperialism | Definition of imperialism Available at: https://www.merriam-webster.com/dictionary/imperialism

Momodu, A. O. 1987. The Role of Otaru Momoh in the Islamization of Auchi and its Environs, (unpublished) a B.A. Long Essay Submitted to the Department of Religions, University of Ilorin.

Momoh, Robson. 2016. *New perspectives on the history and politics of Nigeria: The Etsako Experience*. Edo: Afenmai Grafix.

Mbiti, John S. 1969. *African Religions and Philosophy*. London: Heinemann Books.

Oduro, T., Pretorius, H., Nussbaum, S. & Born, Bryan. 2008. *Mission in an African Way: A Practical Introduction to African Instituted Churches and their Sense of Mission*. South Africa: Christian Literature Fund and Bible Media Publication.

Omoruan, J. O. B. 1986, "The Planting of Islam in Afenmai land: Ihievbe, A case Study" (unpublished) B. A. (Hons) Long Essay, Department of History, University of Ilorin, Ilorin, Nigeria, 1986.

Oseni, Zakariyav Idrees-Oboh (Professor of Arabic and Islamic Studies and Researcher, 71 Years Old, *interviewed on 19 July, 2020* at Ilorin, Kwara State, Nigeria).

Oseni, Zakariyav. I. 1998. "The Islamization of Auchi Kingdom in South Central Nigeria" A paper presented at the First Auchi Day celebration in the Auchi Kingdom, Lagos, https://www.researchgate.net/publication/337199323_Traditional_Humano-Communal_Ethics_In_Inter-Faith_Relations_The_Etsako_Edo_Experience

Oriji, J, N. 2011. *A Political Organization in Nigeria since the late stone age*. New York: Palgrave Macmillan.

Ozumba, Godfrey. O. and John, Elijah. O, (eds). 2012. *African Political Philosophy*. Uyo: El-Johns Publishers, 45-79.

Reill, P. H. & Wilson, E. J. 2004. *Encyclopedia of the Enlightenment*. New York: Facts on File, Incorporated.

Rodney, Walter. 1973. *How Europe Underdeveloped Africa*. London: Bogle-L'Ouverture Publications.

Seghosime, K. M. 2011. *Origin and Development of Auchi*. Auchi: Smilestal Global Digital.

Shaibu, Saliu, (Civil Servant, 50 years Old, *interview on 24 March, 2021* at Edo State, Nigeria).

Sule Richard Expomah, (Civilian Servant, 59 Years Old, *interview on 30 March, 2021* at Edo State, Nigeria).

Thomson, Alex. 2010. *An Introduction to African Politics*, Third Edition. London, Routledge.

Wikipedia. 2020. From Wikipedia, the free encyclopedia, "Auchi", edited on 25th September 2020, https://en.wikipedia.org/wiki/Auchi

Wikipedia. 2020. From Wikipedia, the free encyclopedia, "Royal Niger Company," edited 7th November, 2020, https://en.wikipedia.org/wiki/Royal_Niger Company.

RESUMO

A conquista britânica de partes da África no século XIX atraiu muitos estudos. No entanto, todos os estudiosos envolvidos têm opiniões diferentes, especialmente quanto ao papel dos grupos indígenas africanos nela. Há quem opine que os africanos que resistiram aos britânicos foram patrióticos apesar da futilidade de suas ações, e os africanos que apoiaram os britânicos são retratados como colaboradores ou sabotadores que facilitaram o imperialismo. Outros estudiosos são da opinião que aqueles que tomaram partido dos britânicos não eram necessariamente colaboradores ou elementos anti patrióticos, mas que simplesmente reagiram às circunstâncias da época. A incursão dos britânicos no Reino Auchi foi parte de sua conquista e ocupação da Nigéria, que foi sequela do colapso do controle imperial Nupe do Reino Auchi em 1897. Este foi um ato deliberado pelo qual os britânicos procuraram garantir seu interesse no sudoeste do Níger. A intenção deste trabalho é, portanto, examinar o domínio colonial britânico no Reino Auchi em meio a suas intenções de exploração. O artigo adota tanto fontes primárias quanto secundárias em sua análise. O estudo conclui então que, apesar das intenções de exploração dos britânicos, eles ainda tiveram um impacto positivo no Reino Auchi, ao contrário dos Nupe que escravizaram o povo Auchi. Como diz o ditado: "Cada nuvem tem um lado bom".

KEYWORDS:

Colonialismo. Imperialismo. Inovações. Reino. Britânicos.

Recebido em 7 de dezembro de 2020
Aceito em 25 de maio de 2021

Traduzido por Isabela Marcon Ciceri

INTERCÂMBIO SOBRE ÁGUAS TURBULENTAS: OS ANIOMA E O COMÉRCIO EM TEMPOS DE GUERRA COM BIAFRA, 1967-1970

Odigwe A. Nwaokocha[1]

CC BY

Introdução

A guerra Nigéria-Biafra foi travada entre o estado secessionista de Biafra e a Nigéria entre 1967 e 1970. A guerra testemunhou intensas lutas entre as duas partes para conquistar a vitória. Biafra lutou contra muitos desafios para sobreviver não apenas militarmente. Isso incluiu a tentativa do Governo Militar Federal nigeriano de contê-la economicamente, ao impor duramente um bloqueio que lhe privou de todos os bens, incluindo alimentos, necessários para sua sobrevivência. O objetivo federal era forçá-la a se render e a abandonar seu *status* proclamado como Estado. Reagindo à exigência da época, Biafra voltou-se para o oeste e negociou com o povo Anioma de uma forma que lhe permitiu adquirir itens necessários. Isso prolongou a guerra com seu inimigo nigeriano e estendeu sua sobrevivência. Existem muitas obras sobre a guerra Nigéria-Biafra (Achuzia 1986; Akpan 1976; Alabi-Isama 2013; Anwunah 2007; de St. Jorre 1972; Madiebo 1980; Obasanjo 1980; Ogbemudia 1991; Okocha 1994; Okocha 2012; Tamuno e Ukpabi 1989; Uchendu 2007). Uma foi de autoria de um funcionário público superior; cinco foram escritas por ex-soldados; duas por um jornalista e duas por historiadores profissionais. Eles disseram muito pouco sobre a economia em tempos de guerra e o comércio em ambos os lados da divisão. No entanto, alguns trabalhos se concentraram nas economias de ambos os lados durante

1 Departamento de História e Estudos Internacionais, University of Benin. Cidade do Benim, Nigéria. E-mail: odigwenwaokocha@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3947-070X.

a guerra (Aboyade e Ayida 1971, 15-37; Adisa 1984, 93-104; Nafziger 1972, 223-245; Ogbudimkpa 1985; Okigbo 1989, 201-212). Nenhuma dessas obras discutiu o comércio fronteiriço entre o povo Anioma e Biafra durante a guerra. Gloria Chuku (2002, 216-228) e Egodi Uchendu (2007, 135-145) discutiram, porém, aspectos do comércio transfronteiriço entre Biafra e os Anioma. Ambos estavam restritos ao papel das mulheres no comércio. Este trabalho visa fazer um exame geral do comércio, no que diz respeito ao povo Anioma.

É importante ressaltar que a antiga Região Oriental que se separou para formar a República de Biafra era dominada pelo grupo étnico Igbo. Porém, um subconjunto do grupo Igbo – o Anioma – vivia em uma parte da região centro-oeste e não fazia parte geograficamente de Biafra. Muitos deles, contudo, se sentiam cultural e historicamente afiliados a Biafra e assim, compartilhavam do sonho de Biafra e apoiavam ativamente a ideia. Uma parcela do povo Anioma foi morto nos assassinatos pré-guerra direcionados aos Igbo nas regiões norte e oeste da Nigéria, o que levou ao pensamento separatista que produziu a secessão e, eventualmente, a guerra (Agunyai 2005, Entrevista). Alguns militares de Anioma (ex-membros das forças armadas nigerianas) trocaram de lado e lutaram por Biafra contra a Nigéria durante a guerra (Nwaokocha 2019, 103-119). Outro aspecto de seu apoio a Biafra foi que as comunidades de Anioma na margem ocidental do rio Níger desempenharam um papel fundamental na relação econômica entre o território dos Anioma e Biafra durante a guerra Nigéria-Biafra. Começando de Ebu e Illah no norte até a área de Asaba-Ase e Onyaa ao sul de Aboh, a sobrevivência econômica de Biafra parcialmente repousou nas mãos de uma seção do território de Aniomaland. Outra parcela do povo Anioma que vivia no interior também estava envolvida no sustento econômico de Biafra. Isso foi feito através do comércio com Biafra durante a guerra civil nigeriana. Essencialmente, o comércio envolvia a movimentação de mercadorias em um tráfego unidirecional das comunidades de Anioma, do outro lado do Níger, até Biafra, no leste. Era um grande comércio com muitas dimensões. Infelizmente, o esboço geral do fenômeno; a natureza do comércio; a razão para o mesmo, bem como suas implicações e significados para Biafra, Nigéria e o povo Anioma, escapou da atenção da maioria dos discursos acadêmicos. É quase um território desconhecido. Como mostrado anteriormente, alguns trabalhos têm destacado aspectos do comércio. No entanto, eles são muito restritos pela escolha das mulheres comerciantes, e pela exclusão de seus homólogos masculinos, como ferramenta de análise. Ao mergulhar neste campo, este trabalho espera adicionar algo novo ao nosso entendimento da guerra civil nigeriana. O comércio tentou minar o bloqueio federal contra Biafra e por isso foi proibido em solo nigeriano. Foi, todavia, encorajado em

Biafra para o qual era um aspecto de desafio contínuo da autoridade federal e um voto para a sobrevivência nacional. Uma das principais características sobre o comércio é que, entre outros aspectos, ajudou a fortalecer a economia de Biafra e prolongou sua sobrevivência.

Devido à natureza do trabalho, este estudo emprega dados orais ao lado de outras fontes. Isso inclui entrevistas focadas em várias facetas do comércio em questão. Os dados orais foram obtidos a partir de entrevistas com nove informantes entre 2008 e 2012. No momento da entrevista, eles tinham entre 56 e 76 anos. Um informante não tinha educação primária. Seis dos informantes tinham ensino médio, enquanto três tinham ensino pós-secundário. Três eram servidores públicos aposentados; três eram professores chefes aposentados; dois eram empresários; um era líder comunitário e dois comerciantes. Dois deles eram mulheres. Todos os informantes eram residentes no território de Aniomaland durante a guerra. Todos são de ascendência Anioma. As entrevistas foram realizadas na língua igbo local e em inglês, gravadas e posteriormente transcritas.

Localização do Território de Aniomaland e o Seu Povo

É importante notar que a guerra civil nigeriana foi essencialmente entre o grupo étnico Igbo e o resto da Nigéria. A maioria dos Igbo da Nigéria vive na antiga Região Oriental, que se separou para formar a República de Biafra em 30 de maio de 1967. Um subgrupo Igbo vive fora da antiga região leste no antigo centro-oeste. Eles são chamados de Anioma e a área que ocupam é chamada de "*Aniomaland*". Os dois grupos estão separados um do outro pelo rio Níger. O nome Anioma para o grupo Igbo na margem ocidental do Níger nem sempre foi usado para eles e para a terra que ocupam. O nome tem sua própria história. Na verdade, é um termo novo que se diz ter sido implantado pela primeira vez para se referir ao povo e suas terras por volta de 1976 (Okocha 1994, xv).

A área conhecida como "*Aniomaland*" fica no meio da margem ocidental do baixo rio Níger, na Nigéria. Estende-se desde o eixo Onyaa ao sul até Ebu, ao norte do vale do Níger. Mais para cima e longe do vale do Níger, mas ainda no mesmo eixo, o território de Anioma vai até a vila de Anioma no clã Odiani. Aqui, o território tem uma fronteira comum com *Esanland* no Estado de Edo, assim como faz no eixo Ebu no vale do Níger. Em termos geográficos, a posição relativa da área de Anioma é a seguinte: é delimitada a leste pelo rio Níger, com os estados de Anambra e Imo localizados na

margem leste do rio. O território tem um enorme trecho de fronteira com o estado de Edo em seu eixo ocidental. No sudoeste, faz fronteira com Bomadi, Isoko-Sul, Isoko-Norte e Ughelli Norte, áreas do governo local do estado de Delta. A área também compartilha fronteiras com o estado de Edo ao longo de seu eixo norte.

O território moderno de Aniomaland tem nove áreas de governo local. Estes são Aniocha Norte, Aniocha Sul, Ika Norte e Ika Leste, Ndokwa Leste, Ndokwa Oeste, Oshimili Norte, Oshimili Sul e Ukwuani. Na época da guerra civil nigeriana, o território de Aniomaland tinha três divisões políticas, nomeadas Aboh, Aniocha e Ika. Por residirem na margem ocidental do rio Níger, isso implicou que o povo Anioma fosse chamado de "Igbo do Níger Oeste" em alguns círculos. Este termo descritivo foi empregado como um termo geográfico para diferenciá-los de outros subgrupos Igbo que viviam na margem oriental do Níger. Em um momento de sua história, o povo Anioma era chamado de "Igbo Ocidental". Eles também foram chamados de 'Ika Igbo', 'Igbo Ocidental', 'Igbo do Meio-Oeste', 'Bendel Igbo' e atualmente alguns se referem a eles como 'Delta Igbo'. A ideia por trás de serem chamados por esses nomes é diferenciá-los da maior parte dos Igbo da antiga Nigéria Oriental. Isso pode ser explicado pelo fato de que o território de Aniomaland esteve localizado na região oeste entre 1946 e 1963; no centro-oeste de 1963 a 1976. O centro-oeste foi rebatizado de Estado de Bendel em 1976, um nome que permaneceu até 1991, quando o Estado de Delta foi criado.

Em grande parte, o território de Aniomaland é marcado por florestas tropicais espessas unidas por palmeiras altas e elegantes. A área também é um lar natural para pântanos e manguezais em algumas de suas densas zonas úmidas ao redor do rio Níger. Isso é em direção ao seu extremo sul, particularmente seguindo o curso do Níger e seus pântanos suspensos à medida que o rio navega seu caminho para o mar. Estes pântanos são perceptíveis e partem dos arredores de Ebu e Illah na ponta norte do território através de Asaba, o clã Oko, estende-se até a área de Ibusa, Olodu, Ewulu, Abala-Oshimili, Utchi, Onuaboh, Okpai, Beneku, Aboh até a área de Asaba-Ase, Umuolu e Onyaa ao sul. Esse terreno pantanoso é atravessado por córregos, ribeiras e riachos, que são afluentes do rio Níger, no qual eles deságuam. Acessar essa parte do território de Aniomaland é um desafio por causa de seu terreno difícil. Em algumas áreas, o terreno pantanoso se estende cerca de cinco quilômetros para o interior das margens do Níger. Ele se estende, além dessa distância, no interior em uma direção ocidental à medida que o Níger se aproxima do mar. Essa parte pantanosa manifesta-se de tal forma que, ao redor de Utchi, Okapi, Beneku e Aboh, aumenta em extensão para uma faixa de cerca de

dez quilômetros para o interior. Esse terreno pantanoso era crítico para o comércio que constitui o assunto deste trabalho.

A maioria do povo de Anioma fala basicamente três dialetos diferentes da língua macro Igbo e dois outros dialetos de Iorubá e Igala. Em linhas gerais, são eles: Enuani (composto por Oshimili e Aniocha), Ika e Ukwuani ou Kwale. Os vários dialetos Igbo do Anioma são generalizados e praticamente todo o povo, incluindo os falantes de Olukwumi e Igala, entendem e falam Igbo. Então, Igbo é a língua geral dos Anioma. Estas três variantes do dialeto Anioma são faladas pelas três grandes entidades subculturais que compõem o que hoje é visto como o grupo Anioma na Nigéria. Suas identidades tornaram-se objeto de muitas discussões (Ijomah 2010, 13-18). No entanto, existem evidências de que a maioria do povo Anioma descende dos antigos Igbo e são considerados em muitos círculos como um grupo Igbo (Talbot 1969; Isichei 1976, 16; Ekechi 1971, 166-175; Onyekpeze 2003, 14-27; Ben Nwanne 2004, 294-375; Akeh-Osu 1992; Ejiofor 1982; Dike 1956, 25-26; Afigbo 1981, 17-24; Ohadike 1991; Ohadike 1994; Dievi 1992; Osia 2012, 122; Egwu 2009, 18 e 21). É instrutivo saber que, em sua classificação dos subgrupos Igbo e suas línguas, o etnógrafo P. A. Talbot se referiu ao grupo Anioma e seus dialetos coletivamente como 'Ika-Igbo' (1969, 39). Esta e outras afinidades culturais entre o território de Aniomaland e os Igbo através do rio Níger podem muito bem provar os fatos concretos de uma relação compartilhada e ininterrupta entre os Anioma e os Igbo Orientais. Isto é apenas fisicamente, mas não culturalmente pontuado pelo poderoso rio Níger. Muitas pessoas Anioma se viam como Igbo e outros grupos da Nigéria os viam como tal antes e durante a guerra civil nigeriana. Quando, por exemplo, o Governador Militar da Região Oriental dominada pelos Igbo, tenente-coronel Chukwuemeka Odumegwu-Ojukwu, proclamou a região como a República Independente de Biafra em 30 de maio de 1967, diferentes seções da comunidade Anioma, tanto interna quanto externamente, manifestaram-se com alegria e apoiaram a mudança tão tardia (Aniedue 2010, Entrevista; Otuya 2011, Entrevista). Isso explica como o território de Aniomaland e o seu povo entraram em cena na guerra civil nigeriana; lutaram maciçamente ao lado de Biafra e promoveram um comércio que sustentava o anseio de Biafra por mercadorias essenciais. Além da oportunidade de lucros proporcionados pelo comércio, o povo Anioma estava parcialmente envolvido no comércio por serem quem são: um grupo Igbo envolvido em relações socioculturais com seus amigos e parentes do outro lado do rio Níger, em Biafra.

As Origens do Comércio

Antes da declaração de hostilidades em 6 de julho de 1967 que deu início à guerra Biafra-Nigéria, com a declaração do Estado de Biafra em 30 de maio de 1967, o governo militar federal da Nigéria impôs um bloqueio econômico à Biafra. Essa medida foi duramente implementada pelas tropas federais durante a guerra civil no país.

É importante notar que, como vizinhos separados pelo rio Níger, que apresentava uma barreira a qual estava repleta de canoas, os Anioma e os Igbo à leste do Níger haviam negociado por muito tempo antes da guerra civil nigeriana. As exigências da guerra civil que produziram o bloqueio federal tentaram obstruir esta conexão econômica testada pelo tempo. De certa forma, as pessoas de ambos os lados do Níger resistiram à tentativa de criminalizar um comércio de longa data que existia através do rio Níger por meio de canoas, já que a Ponte do Níger só foi encomendada para uso em 14 de dezembro de 1966. A determinação federal de impor a proibição das relações econômicas entre Biafra e a Nigéria significou tempos muito difíceis para Biafra e seus cidadãos. As queimadas e saques ao Mercado Principal de Onitsha em outubro de 1967 e a queda final de Onitsha em mãos federais em março de 1968 foram notícias muito ruins para Biafra do ponto de vista econômico. Onitsha era de importância econômica estratégica com seu enorme mercado e toneladas de mercadorias que teriam ajudado o esforço de guerra de Biafra e sua eventual sobrevivência. A perda foi muito desvantajosa. O centro-oeste tinha negociado livremente com Biafra quando estava sob ocupação desde 9 de agosto de 1967 até 4 de outubro, quando o último lote de forças motorizadas de Biafra recuou para o local a partir do centro-oeste. Mesmo quando a Ponte do Níger foi fechada pelas autoridades nigerianas como parte do bloqueio contra a Região Oriental por se separar da Nigéria, os Anioma e indiretamente o centro-oeste negociaram ativamente com Biafra, empregando canoas e barcos, com Asaba e Onitsha como terminais. A queda da maior parte do território de Aniomaland, incluindo Asaba em setembro/outubro de 1967, apresentou novos desafios que ameaçaram a sobrevivência de Biafra. Quando somada à perda de Bonny no início da guerra e Port Harcourt e Calabar posteriormente, que interromperam completamente o acesso de Biafra ao mar, seu colapso imaginado tornou-se quase palpável. À medida que o tamanho de Biafra encolheu, sua fortuna econômica diminuiu significativamente. Algo tinha que ser feito. O comércio em tempos de guerra aqui discutido foi um aspecto da resposta de Biafra a uma situação terrível. A necessidade da sobrevivência de Biafra diante da crescente escassez de todas as mercadorias essenciais, como remédios, produtos de limpeza e roupas, fez

com que Biafra recorresse a um novo tipo de comércio com seus vizinhos. O povo Anioma, que vivia do outro lado do Níger da fronteira ocidental de Biafra, era um desses vizinhos. Um mercado de *commodities* essenciais, consequentemente, cresceu em todo o Níger entre o povo de Aniomaland e seus vizinhos ao leste. A singularidade do comércio é sublinhada pelo fato de que foi considerado ilegal do lado nigeriano enquanto era legal do lado de Biafra e tão calorosamente recebido. Este sentimento caloroso em relação ao comércio foi compartilhado por seus vizinhos Anioma à oeste através do Níger. Para o governo federal, proibir relações econômicas com Biafra foi um aspecto vital da guerra. Para Biafra, romper com o bloqueio econômico tocado ao seu redor pelo governo federal não era apenas um desafio. Era uma parte intrínseca de sua luta pelo Estado e sobrevivência. Do lado nigeriano, onde o território do Aniomaland pertencia na guerra, o comércio era clandestino e conduzido com discrição. O comércio passou a ser conhecido por três nomes inter-relacionados: *ashia ataak* (comércio de ataque); *ashia nmgbo* (comércio de balas de ataque) e *ashia nmgbuka* (comércio de leilões). A palavra *ashia* em todos os três denota comércio como *ashia*, *afia* ou *ahia* é a palavra Igbo para mercado, dependendo do dialeto da língua Igbo que se escolhe implantar.

A Natureza do Comércio

O comércio envolvia o transporte de mercadorias essenciais de todos os tipos, a partir das comunidades ribeirinhas e interiores de Anioma, na margem ocidental do Níger, até seus homólogos Igbo na margem leste do mesmo rio. Os artigos de comércio incluíam alimentos, remédios, produtos petrolíferos, peças de reposição de automóveis e máquinas, tabaco, cigarros, roupas, sabão, cola, artigos de papelaria e jornais nigerianos (Oyana 2007, Entrevista). Tanto as moedas nigerianas quanto as de Biafra eram aceitas como ofertas legais.

Foi um comércio que envolveu os Anioma transportando grandes quantidades de mercadorias em pequenas remessas através do rio Níger com o uso de canoas e barcos para Biafra. Do lado de Anioma, a maior parte do comércio foi conduzida sobre trilhas de mato intransponíveis empregando o uso de bicicletas e cerâmicas de cabeça, bem como canoas para atravessar inúmeros corpos d'água no caminho mesmo antes do enorme rio Níger que separava o território dos Anioma de Biafra. Como os laços com Biafra eram estritamente proibidos após os termos do bloqueio federal contra Biafra, o comércio constituía contato ilegal e contrabando de mercadorias para Biafra pelo povo de Anioma. Os participantes do comércio conduziram negócios

em zonas de guerra e linhas de frente de guerra. Balas voavam e a morte era comum. Oyana, que participou do comércio, lembrou-se de mais de dez comerciantes que morreram (Oyana 2007, Entrevista). Olise, que era ele mesmo um comerciante, ainda lembrou que cinco de seus colegas comerciantes foram baleados por tropas federais (2010, Entrevista). O fato de o comércio ter sido acompanhado pela possibilidade de morte explica por que o comércio foi marcado como *ashia ataak* (comércio de ataque) e *ashia nmgbo* durante a guerra (comércio de balas) em alguns círculos, pois ambas as frases foram empregadas como termos descritivos para capturar a natureza do comércio. A natureza arriscada do comércio conduzido através das linhas inimigas e sua necessidade para Biafra levou Gloria Chuku a rotulá-lo "...um comércio de vida ou morte, mas um fruto da necessidade" (2002, 220).

As comunidades envolvidas no comércio do lado de Anioma foram Illah, Asaba, Ibusa, Ogwashi-Uku, Ewulu, Olodu, Akpako, Osisa, Iselegu, Afor, Inyi, Oko-Ogbele e Utchi. Abala-Oshimili, Abala-Unor, Obalagada, Okapi, Beneku e Aboh. No interior, Obiarukwu e Agbor também estavam envolvidos como mercados de bens para abastecimento. No lado oriental recebendo os artigos de comércio estavam comerciantes em Atani, Idenmili, Umunankwo e Osomala (Dike 2008, Entrevista).

Algumas das rotas comerciais conhecidas sobre as quais o comércio foi realizado são as seguintes: Agbor-Issele Uku-Illah e Otuocha em Biafra (Nwose 2009, Entrevista); Agbor-Ogwashi Uku-Ewulu, Isheagu Abala Oshimili e Atani em Biafra (Ofili 2009, Entrevista); Obiarukwu-Iselegu-Inyi-Utchi e Umunankwo em Biafra (Olise 2010, Entrevista); e as rotas Agbor-Issele Uku-Issele Azagba-Ibusa-Olodu-Abala Oshimili e Atani nas rotas de Biafra (Oyana 2007, Interview). Outras rotas foram Agbor-Ogwashi Uku-Ibusa--Oko Ogbele-Osomala (em Biafra) (Oyana 2007, Entrevista); Agbor-Issele Azagba-Ibusa-Oko Anala-Oko Ogbele-Osomala em Biafra (Uchendu 2007, 141); Agbor-Issele Azagba-Okpanam-Anwai perto de Asaba-Ekempu e Anam (em Biafra) (Uchendu 2007, 141) e a rota Obiarukwu-Utagba Ogbe-Obikwele--Okpai-Abala e Atani (em Biafra) (Uchendu 2007, 141). Como mostrado pelas rotas comerciais, Agbor do lado de Anioma e Atani do lado de Biafra estavam fortemente envolvidos no comércio. No entanto, isso não deve ser levado a significar que as rotas eram constantes. Elas, na verdade, variaram de acordo com as dinâmicas da guerra e a necessidade de se evitar forças federais do lado de Anioma com a intenção de parar o comércio. Essa dinâmica de mudança do comércio de acordo com a intensidade da guerra pode ser exemplificada a partir do fim de Asaba como um grande empório do comércio e o surgimento de Isheagu no interior como o novo centro.

A imposição do governo federal de um bloqueio econômico em Biafra significou uma ruptura econômica que o governo federal ferozmente impôs. O governo regional do Centro-Oeste ajudou a impor o bloqueio econômico (*Daily Times* 1967, 4-5). A eventual obstrução da Ponte do Níger após a declaração de Biafra em 30 de maio de 1967 não poderia parar o comércio entre o povo de Anioma e seus amigos e parentes na nova Biafra. Os dois grupos recorreram a outros meios para continuar suas atividades comerciais. Neste sentido, o antigo e anteriormente abandonado cais de Asaba no Níger que havia atuado como um ponto de apoio para o transporte fluvial entre o Centro-Oeste e o Leste antes do comissionamento da Ponte do Níger que ligava as duas regiões através de Asaba e Onitsha para uso, foi chamado de volta à ação como um porto comercial (Enemoh 1999, 227). Este comércio continuou sem impedimentos nos estágios iniciais da guerra, tanto através do cais quanto principalmente por meio da Ponte do Níger, que foi aberta pelas forças de Biafra em sua invasão do Centro-Oeste em 9 de agosto de 1967 e permaneceu aberta ao tráfego até Asaba cair para as forças federais em 4 de outubro de 1967. No dia seguinte, dois vãos da Ponte Níger no final de Onitsha foram explodidos, tornando a ponte inutilizável. Permaneceu assim até ser reconstruída em 1972, dois anos após o fim da guerra.

A conquista militar federal de grande parte do território de Aniomaland em setembro/outubro de 1967 e a expulsão da maioria das forças de Biafra de Aniomaland e as ligações comerciais oficiais entre ela e Biafra não impediram o comércio. Ela apenas mudou a localização de seus centros. Com a queda de Asaba e a enorme presença de forças federais na cidade, esta deixou de ser um empório para o comércio transfronteiriço. Preocupações de segurança empurraram as atividades comerciais para um local mais oculto no interior de Anioma. Esse desenvolvimento criou a rota Isheagu-Abala Oshimili-Oko Ogbele-Osomala, entre outras, como novos caminhos para o transporte de mercadorias para Biafra. A importância geoestratégica de Isheagu no comércio foi reforçada no final de março de 1968 com a queda de Onitsha após três tentativas fracassadas pelas forças da Segunda Divisão do Exército nigeriano sob o comando do tenente-coronel Murtala Mohammed para capturar Onitsha através da travessia do rio Níger a partir de Asaba.

O comércio era de importância estratégica para o povo de Biafra. Sua sobrevivência e a de seu Estado eram consideravelmente dependentes de seu destino. O bloqueio econômico garantiu que Biafra não tivesse o que precisava para sobreviver. A escassez de praticamente tudo o que era essencial significava que Biafra vivia com o tempo contado. À medida que o tamanho territorial de Biafra encolhia, a situação piorava e o tempo contado estava sendo profundamente esgotado. Biafra entrou em apuros a partir de março

de 1968, quando perdeu quase todas as suas principais cidades, incluindo Enugu e Onitsha. Devido ao fato de que ela também enfrentou sérios retrocessos militares em todos os lados concebíveis, a importância do comércio com Anioma em todo o Níger cresceu. Para os militares de Biafra, os suprimentos médicos, particularmente os antibióticos, eram de extrema importância. Eles foram críticos no tratamento dos soldados feridos de Biafra. Para Biafra, portanto, era uma situação desesperadora. Do lado federal, o policiamento em todos os lugares para garantir que o bloqueio fosse ultra-eficaz era um dos principais componentes da estratégia de guerra geral. Era uma arma de guerra sem munição. Biafra precisava do comércio para a sobrevivência do Estado e para o bem-estar de seu povo. Para ela, portanto, a importância do comércio não poderia ser super enfatizada. Mas o comércio enfrentou obstáculos estarrecedores. O lado federal precisava apagá-lo para manter as vantagens conferidas a ela pelo estrangulamento do bloqueio econômico imposto a Biafra.

A natureza do comércio era tal que as pessoas envolvidas nele o conduziam em zonas de guerra e iam para o fronte de guerra às vezes para conduzir o negócio de compra e venda. O chefe Otuya mencionou que muitos dos comerciantes foram baleados no processo (Otuya 2011, Entrevista). É importante notar que, além do risco de levar um tiro no front de guerra, o terreno em que o negócio foi conduzido se tornou duplamente arriscado para os participantes. Era um comércio realizado através dos rios e, na maioria das vezes, os comerciantes tinham que atravessar muitos rios para chegar aos destinos desejados (Oyana 2007, Entrevista). O fator de risco era bastante alto e se afogar nunca foi uma possibilidade distante. Na verdade, um Oduko de Illah foi supostamente empurrado de uma canoa por seus companheiros por causa de alguns desentendimentos no curso do comércio no rio Níger. Ele se afogou e seu corpo nunca foi encontrado (Okoh 2012, Entrevista). Apesar dos perigos envolvidos, muitos jovens de Anioma da época se envolveram no comércio. Muitas dessas pessoas foram baleadas por tropas federais por ajudar Biafra (Dike 2008, Entrevista).

Motivações dos Anioma para Participar do Comércio

Visando vencer a guerra através de um bloqueio econômico efetivo de Biafra, as autoridades federais impuseram a pena de morte instantânea a qualquer um que fosse encontrado em negociação com Biafra. Os comerciantes de Anioma envolvidos no comércio sabiam disso. Um deles lembrou que alguns de seus parceiros foram pegos no processo de transporte de mercado-

rias para Biafra e foram baleados por tropas federais (Olise 2010, Entrevista). Apesar disso, o comércio era popular e atraía enorme patrocínio. A razão para isso pode não ter sido desconectada da natureza lucrativa do comércio. De acordo com duas pessoas que participaram ativamente do comércio em sua juventude, a margem de lucro para o menor artigo vendido foi de mais de duzentos por cento (Oyana 2007, Entrevista).

A atração de enormes lucros colhidos pelo comércio foi parcialmente responsável pelo entusiasmo com que foi abraçado por alguns jovens e corajosos homens e mulheres Anioma. No entanto, enquanto a atração de lucro surgia como uma grande motivação para participar do comércio, havia outros fatores de pressão para os comerciantes. Alguns partidários de Anioma eram muito ativos no comércio, que eles consideravam parte integrante da guerra. Para eles, o comércio representou uma oportunidade para minar a tentativa federal de esmagar Biafra. Era sua maneira de ajudar os companheiros Igbo do outro lado do rio Níger em Biafra a vencer a fome, a inanição e a carência geral ocasionadas por exigências em tempo de guerra (Oyana 2007, Entrevista; Olise 2010, Entrevista). A dimensão étnica do comércio foi fundamental no fanatismo com que alguns dos comerciantes perseguiram o comércio. Era de se esperar que, com o tratamento brutal encaminhado a Isheagu e seus habitantes por hospedar um componente importante do comércio transfronteiriço, este teria se esgotado completamente por medo de represálias das autoridades federais. Isso, no entanto, não aconteceu. A determinação dos comerciantes de Anioma de continuar com o comércio, apesar dos apelos das autoridades do exército federal, foi bastante frustrante para as forças governamentais (*Nigerian Observer* 8 de junho de 1968, 3; *Nigerian Observer* 9 de julho de 1968, 3).

A Organização do Comércio no Território de Aniomaland

O *ashia ataak* entre os Anioma e Biafra foi organizado em uma sequência tão longa que o levou para além do território de Aniomaland. Além de dizer que era bem organizado, a cadeia do comércio ia até o interior, para a Cidade do Benim e Warri em duas direções diferentes. Em ambos os casos, Agbor e Obiarukwu foram fundamentais e estavam no centro. Os "verdadeiros comerciantes" adquiriram a maioria de seus produtos dos enormes mercados em tempos de guerra que cresceram em ambas as cidades. Esses comerciantes que viviam perto da área ribeirinha, por sua vez, vendiam para os cidadãos de Biafra, que vinham do outro lado do Níger. É importante ressaltar que muitos comerciantes cruzaram o Níger para as áreas ribeiri-

nhas de Aniomaland para comprar mercadorias e transportar de volta para Biafra. Poucos comerciantes de Anioma foram conhecidos por terem atravessado o Níger para Biafra para vender mercadorias. Era uma retransmissão econômica muito poderosa com artigos de comércio como bastões. Com o tempo, particularmente com o mercado Onitsha em ruínas e após a captura de Onitsha pelas tropas federais em 31 de março de 1968, após três tentativas desastrosas anteriores, Isheagu emergiu como um enorme mercado no comércio entre o território de Aniomaland e Biafra. O destino que se abateu sobre Isheagu em 2 de maio de 1968, quando a cidade foi queimada e muitos foram mortos, foi em parte devido ao seu suposto papel no comércio através do Níger (Okocha 1994, 125-127).

O Comércio e o Ataque Federal a Isheagu

Uma das consequências do comércio e uma resposta das autoridades federais para parar o comércio foi o saque de Isheagu pelas forças federais. O surgimento de Isheagu como um grande centro econômico em tempos de guerra em Aniomaland pode ser relacionado aos desenvolvimentos fora de Aniomaland, mas não completamente desconectado de seu papel na guerra civil nigeriana. Em uma reviravolta que não é facilmente explicada, o surgimento de Isheagu como um grande depósito comercial entre o povo Anioma pode ser rastreado até o que aconteceu através do rio Níger em Onitsha. Em 12 de outubro de 1967, quando tropas federais fizeram sua primeira tentativa de invadir Onitsha por barcos de Asaba, o Mercado Principal de Onitsha tornou-se uma ruína ardente. Foi saqueado e incendiado pelas tropas federais antes de sua retirada forçada pelo Níger para Asaba devido à dura oposição das tropas de Biafra estacionadas em Onitsha sob o comando do Coronel Conrad Nwawo. A destruição do mercado de Onitsha e a subsequente perda de Onitsha para os federais em março de 1968 foi um grande golpe para o centro de Biafra. É duvidoso se ela se recuperou daquele retrocesso. Sem Onitsha, um grande reservatório de produtos que poderia servir como amortecedor econômico de Biafra estava prostrado.

De um ângulo de sobrevivência puramente estratégico, o comércio de bens essenciais de qualquer lugar era crucial para a sobrevivência de Biafra. Entre o final de março e o início de maio de 1968, a reputação de Isheagu como o novo mercado para todos os itens essenciais cresceu e explodiu a um nível no qual não poderia mais continuar a ser ignorada pelo exército federal. Ela havia emergido como o principal foco de negociação e os comerciantes envolvidos no comércio de provisão de Biafra de ambos os lados do Níger

se reuniam em Isheagu para comprar e vender. Outro desafio para as tropas federais foi que, enquanto a compra e venda normal da maioria das mercadorias que acabaram através do Níger ocorriam durante o dia, a difícil travessia de canoa e bicicleta para longe da área de controle federal e para Biafra ocorriam sobre terrenos difíceis à noite (Unoshai 2009, Entrevista). Era secreto e bem organizado. O mercado em expansão em Isheagu também se tornou perigoso em termos militares, já que muitos comerciantes de Biafra se reuniram lá de uma maneira que comprometeu a segurança das tropas federais estacionadas por lá. Pessoas desconhecidas suspeitas de serem partidárias de Biafra plantaram uma bomba que matou muitas tropas federais perto da junção de Nsukwa dentro da delegacia da comunidade (Unoshai 2009, Entrevista). O Exército nigeriano assistiu em total consternação à medida que estes desenvolvimentos, em grande parte desfavoráveis, se desenrolavam. Incapazes de ter acesso ao interior entre Isheagu e o Níger porque era difícil de alcançar e estavam principalmente nas mãos de Biafra, as tropas federais decidiram resolver o assunto com suas próprias mãos. Isheagu, portanto, junto com seu mercado, teve que parar o comércio com tudo o que significava para Biafra e sua presença militar sub-reptícia na área. A comunidade foi, consequentemente, atacada em 2 de maio de 1968. Do ponto de vista federal, o ataque a Isheagu foi, portanto, uma repressão a algumas atividades clandestinas que se passavam pela cidade. O ataque a Isheagu conseguiu parar o comércio em expansão através do Níger com a cidade como uma grande base de operações. O mercado e a própria cidade foram saqueados enquanto o tradicional governante da cidade foi supostamente enterrado vivo por forças federais (Okocha 1994, 104). No entanto, ele fez pouco mais e não conseguiu impedir que o comércio continuasse. Este continuou até o fim da guerra em 1970 (Olise 2010, Entrevista).

A destituição de Isheagu teve como consequência a transferência do centro comercial para o interior, para uma direção mais ocidental a Nsukwa. Desta vez, os comerciantes evitaram a destruição de Isheagu, mas ainda ligados a uma antiga rota que passava por Abala, Oko-Ogbele até Atani, a qual havia sido roteada por Isheagu. Desta vez, as tropas federais não podiam fazer muito, pois tinham assumido erroneamente que Isheagu era a única cidade de Anioma que era uma âncora de comércio com Biafra (Uchendu 2007, 141). Eles não conseguiram entender que o comércio era muito mais difundido entre o povo Anioma por muitas razões, incluindo laços fraternais com Biafra, que nenhuma presença militar pesada poderia apagar e jogar no ar.

Além de parar o comércio clandestino, a intenção federal de remover Isheagu e seus arredores da esfera de influência de Biafra não foi alcançada. Os enclaves de Biafra ficavam em um longo trecho de terra a leste de Ishe-

agu e outras comunidades vizinhas ao norte e ao sul. Em junho de 1968, enquanto o povo de Biafra estava na ofensiva para recuperar Onitsha, eles se lançaram naquela parte do território de Aniomaland com sua 11ffi Divisão sob o comando do Coronel Ogbugo Kanu de Atani através do Níger no Leste. A ideia era que a força se movesse para o noroeste a fim de capturar lugares como Oko, Ibusa, Ogwashi-uku e seus arredores (Madiebo 1980, 256-259). Algumas semanas após o saque de Isheagu e a destruição física de um mercado que havia ministrado as melhores necessidades da economia de Biafra e sobrevivência nacional, é difícil não imaginar que essas incursões de junho naquela parte pantanosa de Aniomaland não eram uma tentativa de Biafra de manter as rotas comerciais abertas e proteger o interesse nacional de Biafra em torno do território de Aniomaland. Se foi coincidência, é algo muito poderoso para ignorar.

Alguns Resultados do Comércio de Anioma em Tempos de Guerra com Biafra

O chefe Paul Otuya nos informou que em algumas partes de Ukwuani, o comércio cresceu enquanto a área estava sob controle de Biafra durante a maior parte da guerra. Isso foi particularmente verdade para comunidades remotas por trás do Riacho Ase e da Ponte Akpuke. Muitos moradores dessas comunidades tornaram-se participantes em tempo integral no comércio e cresceram substancialmente ricos antes do fim da guerra por sua ousadia e empreendimento (Otuya 2011, Entrevista). O surgimento de jovens como grandes comerciantes e homens ricos no final da guerra em certas comunidades de Anioma é rastreável ao comércio inter-guerra entre o povo Anioma e Biafra. O Chefe Olise nos informou que um conhecido milionário nigeriano cujo nome ele mencionou, mas implorou para ser mantido longe das comunicações oficiais, trabalhou com ele e aprendeu sobre negócios neste comércio. Ele disse que sua experiência e riqueza acumulada estabeleceram as bases para seu status atual (Olise 2010, Entrevista). Em Ibusa, dois jovens que participaram ativamente do comércio e se tornaram grandes comerciantes no final da guerra ainda são chamados de *Nmgbuka* até hoje. Esse nome derivado de seu envolvimento no comércio sobrepôs-se aos seus nomes reais (Aniedue 2010, Entrevista).

O surgimento de Boji-Boji Owa (erroneamente referido como Agbor diferentemente de Agbor Obi) como o centro comercial nevrálgico do território de Aniomaland até Asaba emergir como capital do Delta em 1991,

data da guerra civil, e o papel de Boji-Boji Owa no comércio entre o povo Anioma e Biafra. Quando o mercado de Onitsha foi queimado por tropas federais em 12 de outubro de 1967, Agbor foi um dos principais beneficiários desse incidente. É preciso dizer que as exigências de guerra tornaram mais vitais os laços econômicos entre Anioma e a antiga Região Oriental. O bloqueio econômico imposto a Biafra ficou mais severo à medida que a guerra se arrastava e ficou crítico com a destruição do mercado de Onitsha e suas toneladas de mercadorias que teriam ajudado a sobrevivência de Biafra nas profundezas da guerra. A queda de Onitsha em março de 1968 piorou as coisas. As necessidades básicas da vida tornaram-se escassas e os comerciantes de Biafra sitiaram as áreas ribeirinhas de Anioma, na margem ocidental do Níger, em busca de mercadorias para ajudar na sobrevivência de Biafra. Os comerciantes de Anioma responderam à atração de lucro, indo atrás das linhas do fronte para obter itens necessários para os comerciantes de Biafra para transportar para casa a taxas exorbitantes.

Foi assim que Agbor entrou em cena como um lugar para a aquisição de mercadorias para Biafra e outras partes do território de Aniomaland durante a guerra civil. A escassez de itens essenciais em Anioma a leste de Agbor e Biafra promoveu o comércio e Agbor emergiu como o maior mercado de Anioma durante e após a guerra. Dada a sua localização geográfica ser próxima de Warri e a Cidade do Benim, nenhuma outra cidade em Anioma poderia competir favoravelmente com ela na luta pelos deveres impostos a ela pela guerra. Obiarukwu era uma concorrente fraca por causa de sua posição ser acessível apenas aos mercados de Ndosimili e Ukwuani. Agbor desfrutou de uma posição que ajudou seu surgimento como o mercado de guerra e o centro nevrálgico do pós-guerra de Aniomaland. O boom econômico testemunhado por Agbor teve efeitos multiplicadores em outras facetas da vida da comunidade.

Conclusão

Ashia Ataak era importante para Biafra, pois era essencial para sua sobrevivência. Para as autoridades federais, no entanto, parar o comércio era parte integrante para ganhar a guerra. O comércio, para Anioma, representava uma espada de dois gumes. Por um lado, colocou muita riqueza nas mãos dos participantes. Também promoveu atividades empresariais e comerciais que reformularam o mapa socioeconômico do território de Aniomaland. Por outro lado, no entanto, foi bastante ruinoso, pois interrompeu a vida de muitos jovens que tentaram participar do comércio. Muitos deles morreram.

O número exato permanece desconhecido, pois nenhum censo sobre isso foi realizado. Tentar parar o comércio deu uma aparência totalmente nova à guerra, como simbolizado pelo saque da cidade de Anioma, Isheagu. É perceptível que o comércio foi uma grande contribuição do povo Anioma para o prolongamento da vida de Biafra. A bravura demonstrada pelos Anioma no comércio era um aspecto da luta por Biafra sem portar armas. Para alguns deles, o sentimento de empatia por seus amigos e parentes de Biafra presos na guerra foi um fator importante. Para alguns, a atração de lucros fantasticamente enormes era muito tentadora para se resistir. Para outros ainda, foi uma combinação de ambos.

REFERÊNCIAS

Entrevistas

Agunyai, Okonkwo Hypolite (Nascido em 1934), Funcionário Público Aposentado, Ibusa, 22 de abril de 2005.

Aniedue, Fidelis (Nascido em 1954), Empresário, Ibusa, Nigéria, 26 de dezembro de 2010.

Dike, J.U. (Nascido em 1933), Diretor aposentado, Utagba-Ogbe (Kwale), Nigéria, 4 de agosto de 2008.

Ofili, Alice (Nascida em 1940), Trader, Isheagu, Nigéria, 29 de dezembro de 2009.

Okoh, Emmanuel Ofili (Nascido em 1940), Diretor aposentado, Illah, Nigéria, 1.° de dezembro de 2012.

Olise, Enebeli (Nascido em 1940), Diretor aposentado, Iselegu, Nigéria, 30 de outubro de 2010.

Otuya, Paul (Nascido em 1935), Empresário, Utagba-Ogbe (Kwale), Nigéria, 3 de julho de 2011.

Oyana, F.U. (Nascida em 1944), Funcionário Público aposentado da Cidade de Benin, Nigéria, 9 de novembro de 2007.

Nwose, Achasia (Nascida em 1939), Comerciante, Issele-Uku, Nigéria, 8 de abril de 2009.

Unoshai, Pius (Nascido em 1934), Líder Comunitário, Isheagu, Nigéria, 27 de dezembro de 2009

Livros, Artigos e Outros

Aboyade, Oyetunji and Allison Ayida. 1971. "The War Economy in Perspective." *Nigerian Journal of Economic and Social Studies* 13, no. 1: 15-37.

Achuzia, Joe O.G. 1986. *Requiem Biafra*. Lagos: Steel Equip Ltd.

Afigbo, Adiele. 1981. "The Beni Mirage and the History of South-Central Nigeria." *Nigeria Magazine*, no. 37: 17-24.

Adisa, F.O. 1984. "The Civil War, the Economy and Nigerian Foreign Policy." *Odu*, 25: 93-104.

Akeh-Osu, Chris Afumata. 1992. *The History of Great Isi-Ile-Uku (Issele-Uku) Kingdom*. Onitsha: Etuokwu Press.

Akpan, Ntieyong U. 1976. *The Struggle for Secession: A Personal Account of the Nigerian Civil War*. London: Frank Cass.

Alabi-Isama, Godwin. 2013. *The Tragedy of Victory: On-the-Spot Account of the Nigeria-Biafra War in the Atlantic Theatre*. Ibadan: Spectrum Books.

Anwunah, Patrick. 2007. *The Nigeria-Biafra War, 1967-1970: My Memoirs*. Ibadan: Spectrum Books.

Chuku, Gloria I. 2002. "Biafran Women Under Fire: Strategies in Organising Local and Trans-Border Trade During the Nigerian Civil War." In *The Nigerian Civil War and its Aftermath*, editado por Osaghae, Eghosa, Ebere Onwudiwe e Rotimi T. Suberu, 135-145. Ibadan: John Archers.

Daily Times (Nigeria). 1967. May 20, 1967.

de St. Jorre, John. 1972. *The Nigerian Civil War*. London: Hodder and Stoughton.

Dieyi, Dan Olisa. 1992. *The Realities and Values of the Anioma Identity*. Lagos: Danfejim International.

Dike, Kenneth O. 1956. *Trade and Politics in the Niger Delta*. London: Oxford University Press.

Egwu, Joseph Nnabugwu. 2009. "The Marginality of the Anioma in Nigeria." *Anioma Essence* 1, no. 5: 18-21.

Ejiofor, Lambert U. 1982. *Igbo Kingdoms, Power and Control*. Onitsha: Africana Publishers.

Ekechi, Felix K. 1971. *Missionary Enterprise and Rivalry in Igboland, 1857-1914*. London: Frank Cass and Co.

Enemoh, John. "Groundwork History of Asaba". (Unpublished Manuscript).

Ijomah, J. Okoro. 2010. *Igbo Origins and Migrations*. Nsukka: Great AP Express Publishers.

Isichei, Elizabeth. 1976. *A History of the Igbo People*. London: Macmillan Press.

Madiebo, Alexander. 1980. *The Nigerian Revolution and the Biafran War*. Enugu: Fourth Dimension Publishers.

Nafziger, E. Wayne. 1972. "The Economic Impact of the Nigerian Civil War." *Journal of Modern African Studies* 10, no. 2: 223-245. https://doi.org/10.1017/S0022278X00022369.

Nigerian Observer (Nigeria). 1968. June 8, 1968.

Nigerian Observer (Nigeria). 1968. July 9, 1968.

Nwanne, Ben. 2004. *Ika: The Land and its People*. Lagos: Up and Doing Publishers.

Nwaokocha, Odigwe A. 2019. "Biafran Enclaves and Militia Activities in Mid-Western Nigeria, 1967-1970." *Igbo Studies Review*, no. 7: 103-119.

Obasanjo, Olusegun. 1980. *My Command: An Account of the Nigerian Civil War, 1967-1970*. Ibadan: Heinemann.

Ogbemudia, Samuel O. 1991. *The Years of Challenge*. Ibadan: Heinemann.

Ogbudimkpa, Reuben N. 1985. *The Economics of the Nigerian Civil War and its Prospects for National Development*. Enugu: Fourth Dimension Publishers.

Ohadike, Don C. 1991. *Ekumeku Movement: Western Igbo Resistance to British Conquest of Nigeria, 1883-1914*. Athens Ohio: Ohio University Press.

_____.1994. *Anioma: A Social History of the Western Igbo People*. Athens, Ohio: Ohio University Press.

Okigbo, P.N.C. 1989. "The Economics of the Civil War: The Biafran Experience." In *Nigeria Since Independence, The First 25 Years: The Civil War Years*, editado por Tamuno, T.N. e S. C. Ukpabi, 201-212. Ibadan: Heinemann Educational Books.

Okocha, Emma. 1994. *Blood on the Niger: An Untold Story of the Nigerian Civil War*. Washington DC: U.S.A. Africa.

_____. 2012. *Blood on the Niger: The First Black-On-Black Genocide*. New York: Gomslam Books.

Onyekpeze, F. A. 2003. *An Outline of the Culture and Socio-Economic Interest of the Ika Nation*. Agbor: Krisbec Publications.

Osia, Kunirum. 2012. "Anioma Ethnic Identity." In *Anioma in Contemporary Nigeria: Issues of Identity and Development*, editado por Osia, Kunirum, 1-22. Ibadan: Bookbuilders.

Talbot, Percy A. 1969 edn. *Peoples of Southern Nigeria* (4 Vols.). London: Frank Cass.

Uchendu, Egodi. 2007. *Women and Conflict in the Nigerian Civil War*. Asmara, Eritrea: Africa World Press.

RESUMO

Muito foi escrito sobre a guerra Nigéria-Biafra que durou de 1967 a 1970. No entanto, pouca atenção foi dada a uma parte muito importante, mas quase esquecida dessa guerra. Isto é, o comércio que ocorreu entre o povo Anioma do lado da Nigéria e Biafra através do rio Níger. Foi chamado de *"ashia attack"* ou "*comércio de ataque*". O comércio desempenhou um papel muito importante no prolongamento da sobrevivência de Biafra, uma vez que as mercadorias essenciais foram transportadas através do Níger em um comércio que se mostrou muito lucrativo para os comerciantes de ambos os lados. O comércio foi rotulado de clandestino porque foi proibido pelas autoridades federais enquanto era incentivado pelas autoridades de Biafra e desafiado pelo bloqueio econômico tocado ao seu redor pelo primeiro. A negligência deste importante fenômeno na guerra Nigéria-Biafra, particularmente de uma perspectiva de Anioma, representa um vazio que precisa ser preenchido para que alguns detalhes mais finos da guerra sejam compreendidos. É importante para ajudar a unir alguns fatos para fazer uma explicação mais profunda dos aspectos da guerra. Ao realizar essa tarefa e empregando fontes principalmente orais, este artigo destaca e discute a dinâmica do comércio; sua grande importância na guerra Nigéria-Biafra que lançou a população Igbo da Nigéria contra os outros grupos étnicos nigerianos, bem como as consequências do comércio para os Anioma.

PALAVRAS-CHAVE:

Anioma. Centro-Oeste. Guerra Nigéria-Biafra. Comércio Transfronteiriço. *Ashia Ataak*.

Recebido em 3 de maio de 2021
Aceito em 24 de junho de 2021

Traduzido por Juliana Lobato

CONCEITOS E O DEBATE HISTORIOGRÁFICO A PARTIR DA AUTOBIOGRAFIA DE OLAUDAH EQUIANO (1745-1797)

Artur José Renda Vitorino[1]
Gisele Maria Beloto[2]



Introdução

Este texto busca explicitar os conceitos fundamentais ao historicizar o tema África, como o conceito de "escravidão", contextualizando a origem de seu emprego no continente (a "escravidão doméstica" ou condição de "dependência" por integração ao grupo familiar, "escravidão" a partir das influências da expansão árabe no século VII e tráfico transatlântico de escravizados); e possíveis transformações conceituais por meio das conexões mencionadas, junto ao debate historiográfico.

O debate a partir da historiografia africanista teve como participação historiadores de amplo reconhecimento internacional, tal como Izabel de Castro Henriques (2003), Paul Lovejoy (2002), Elikia M'Bokolo (2009), Alberto da Costa e Silva (2002), Olaudah Equiano (2012), John Thornton (2003), entre outros. Esse debate conceitual foi desenvolvido na dissertação de mestrado de Gisele Maria Beloto na linha de pesquisa Políticas Públicas em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Nesta dissertação, a construção desse debate teve como objetivo o desenvolvimento de um paradidático em história voltado para alunos do 6.° ano do Ensino Básico, como um meio de auxiliar

1 Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, Brasil. E-mail: arturvitorino@uol.com.br. ORCID: http://orcid.org/0000-0002-8654-3182

2 Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, Brasil. E-mail: giselembeloto@hotmail.com. ORCID: http://orcid.org/0000-0002-2519-7685

professores e alunos ao debate historiográfico a respeito da História da África e dos Africanos como exige a lei n.° 10.639/03 (Beloto 2019).

O estudo não buscou, portanto, construir uma pesquisa historiografia com o sentido de solucionar ou trazer hipóteses de determinados eventos históricos, por meio da fonte histórica e argumentos, mas, sim, uma exposição do debate a partir das divergências historiográficas, sem necessariamente defender uma ou outra tese, mas dar destaque ao que consideramos fundamental: o protagonismo históricos dos africanos.

Desta forma, a fonte primária do estudo é a narrativa autobiográfica de Olaudah Equiano (2005): "A interessante narrativa de vida de Olaudah Equiano, ou Gustavo Vassa, o africano"[3]. Os recortes selecionados, com o intuito de enriquecer o debate historiográfico como proposta, conta-nos a infância de Equiano em Igbo, em que ele presencia de cima de uma árvore um conflito envolvendo sua família, suas experiências após seu sequestro e as suas primeiras impressões no navio negreiro.

Torna-se fundamental destacar o avanço e divulgação da pesquisa sobre *as Áfricas*, com destaque a região de Igbo, uma vez que foi a segunda maior fornecedora de pessoas escravizadas para as colônias americanas, desta forma, tendo papel fundamental na construção da identidade cultural das Américas. Por fim, a obra de Equiano também teve papel fundamental na construção e formação da identidade nigeriana após sua independência em 1960.

O caminho metodológico será o mesmo de Adalberto Marson, em "Reflexão sobre o procedimento histórico". Marson (1984) critica em seu texto as regras do procedimento histórico enraizadas e defendidas pelos historiadores positivistas em narrar histórias, no sentido da falsa ideia de alcançar uma narrativa e reconstrução histórica exata. Desta forma, Marson (1984, 46) defende que primordialmente é necessário reconhecer *as histórias* que nos produziram, este movimento é um"[...] passo decisivo na conquista do direito de reflexão mais livre possível a respeito do que somos e do que temos feito no nosso trabalho".

Marson (1984) defende a utilização da fonte histórica, em combinação aos conjuntos de elementos que a tornaram histórica, de forma que enfatize protagonistas que foram ocultos pela historiografia eurocêntrica e rompa com a narrativa histórica tradicional. Nesse sentido, trata-se de não realçar as memórias dos vencedores e sim, realizar a reconstrução histórica,

3 Traduzido pelos autores. No original: "*The interesting narrative of the life of Olaudah Equiano, or Gustavus Vassa, the African written by himself*".

com destaque às identidades que compõem o continente africano e consequentemente, o americano.

"A interessante narrativa da vida de Olaudah Equiano, ou Gustavus Vassa, o africano": Conceitos & Debates

Julga-se primordial explicitar o debate em torno do conceito de dependência e escravidão a partir da perspectiva da historiografia africanista pré e pós-início do tráfico atlântico, atados à fonte primária do ex-escravizado Olaudah Equiano com fins de ampliar o debate e sua compreensão.

Desta forma, conceituar e contextualizar o que seriam as formas de "escravidão" entre os africanos, antes da colonização europeia, torna-se uma tarefa necessária. Porém, vale ressaltar para o início desta exposição, os problemas filológicos na aplicação de diversos conceitos, como *escravo* e *escravatura*, por possuírem uma periodização remota. Trata-se, de acordo com Henriques (2003), um conceito anacrônico e eurocêntrico, como é possível examinar no excerto abaixo:

> Efectivamente, tanto o *escravo* como a *escravatura* são termos recentes na história cultural do mundo: o termo escravo, do latim medieval *sclavus*, provindo de *slavus*, terá aparecido no século XIII, enquanto a palavra *escravatura* só teria integrado as línguas europeias no século XVI. A utilização dos dois termos deve-se assim a uma operação banalizadora que, em certo sentido, cria uma espécie de homogeneidade das práticas sociais, negando o próprio sentido da história (Henriques 2003, 62, grifos da autora).

Desta forma, nota-se que são conceitos oriundos de um contexto europeu posterior, ao qual passou a ser integrada no vocabulário a partir do início da colonização europeia nas Américas; portanto, insuficiente para descrever um contexto africano anterior ao início do tráfico negreiro. Em relação ao "escravo", como argumento para tal afirmação, Henriques (2003) cita a fonte de Henrique de Carvalho em que descreveu a viagem para Mussumba do *Muatiãnvua* e notou as diferentes categorias de hierarquias sociais e vocábulos presentes nessa sociedade. No caso, a categoria social "mururos" e "mubicas" foram interpretadas erroneamente pelos portugueses como uma palavra análoga ao conceito de "escravo", porém, tratava-se de uma estrutura que equivale certo tipo de "dependência".

Convém trazer determinado alerta, como mencionado anteriormente, porém, mesmo a historiografia africanista avançando rapidamente, ainda é um campo recente de pesquisa, principalmente se pensarmos que este campo busca distanciar-se das amarras eurocêntricas. Em detrimento disto, muitos termos e conceitos utilizados podem acarretar, arbitrariamente, determinado anacronismo e eurocentrismo. Porém, por mais que sejam termos generalizantes, tais como "escravo" e "escravidão", eles também podem ajudar a trazer maiores compreensões e serem úteis para localizar-se, caso seja explicitado que estamos dentro de uma perspectiva africanista pré ou pós-início do tráfico pelo Atlântico. Em suma, trata-se de, conforme as possibilidades, aproximar os conceitos e as noções da cosmovisão africana a partir do recorte de espaço e tempo previamente delimitados.

Com o objetivo de apresentar a história da África e a história das relações de "dependência" ou "escravidão" no continente, torna-se de suma importância expor fontes históricas do ponto de vista do africano. De acordo com Thornton (2003), apenas os estudos e documentos de origem europeia foram os que sobressaíram e ganharam a atenção dos pesquisadores.

Como grande parte das civilizações africanas eram formadas pela tradição oral, palavras transmitidas de geração para geração, como forma de preservação da sabedoria ancestral, houve um desvio de atenção por parte da academia pela falta de documentação escrita. Mesmo em áreas como a África Ocidental, onde a escrita passa a ser desenvolvida a partir do século XV, poucos ocidentais escreviam. Desta forma, pesquisadores enxergaram as civilizações africanas de tradição oral com desinteresse, por exigir desenvolvimento de técnicas complexas para as análises de tradição oral. Os interesses se voltaram, sobretudo, para civilizações europeias que desenvolveram a escrita, porém, "[...] a oralidade é uma atitude diante da realidade e não a ausência de uma habilidade" (Vansina 2011, 140).

Ki-Zerbo (2010, 37) afirma que as fontes escritas também não devem ser negligenciadas, mas sim, "[...] transpor um novo limiar qualitativo e crítico sobre a visão do passado africano", desta forma, a fonte histórica a seguir, trata-se da autobiografia de Olaudah Equiano (1745-1797) que constitui-se em uma narrativa de emancipação, as quais "[...] refletem a dinâmica situacional, móvel, entrincheirada e oscilante que caracteriza o Atlântico Negro" (Bicalho 2016, 2327).

Olaudah Equiano foi filho de um *embreche,*[4] nascido na aldeia Igbo[5] – há controvérsias[6] – publicou sua obra em 1789 na Inglaterra, após sua alforria, sob o título "A interessante narrativa da vida de Olaudah Equiano, ou Gustavus Vassa, o africano"[7]. De acordo com Canto (2015), o relato completo de Equiano flutua entre ficção – há trechos que não foram selecionados em que sua narrativa está atrelada a questões bíblicas e reconstituição de uma África mítica[8] –, e veracidade – episódios inquestionáveis para a historiografia atual. Da mesma forma, vale ressaltar que, "[...] os fatos, a literatura e a ficção fazem parte da narrativa e da memória" (Canto 2015, 89) e tais elementos fazem parte do ofício do historiador. Como afirmado anteriormente, grande parte do continente africano, nesse período selecionado, era adepto à tradição oral e não a escrita, e, tal tradição não diminuiu o seu valor como fonte, como também, a memória da infância de Equiano. Assim, aos onze anos de idade, mais especificamente, ele tornou-se adulto em contato com a cultura ocidental; portanto, sua visão pode ter sido influenciada pelo mundo ocidental cristão.

Como mencionado anteriormente, foram selecionados apenas alguns trechos. No excerto abaixo Equiano (2005, s/p, tradução nossa) revive suas memórias ao relatar que presenciou um conflito em sua região:

4 De acordo com Silva (2012, 276) "*embrechê*" era um membro específico com o título de Ozo. Sua distinção se dava pela escarificação "*itchi*".

5 "*Ibos*" – ou Igbo – é um conjunto de povos que habitavam a região da atual Nigéria. Nesses grupos, não existia uma figura que exercia um cargo de total controle do poder central; geralmente, as decisões eram tomadas com reuniões públicas (Lopes e Macedo 2017, 150). De acordo com Uchendu (1977 *apud* Canto 2015, 94), o termo correto a se utilizar é "Igbo", uma vez que, "[...] Ibo é sua transliteração para os Idiomas ocidentais" e a estrutura social e política se baseava nas linhagens, entre outros títulos atribuídos a partir de sua coragem como guerreiro, boa oralidade ou baseado nas riquezas. Ademais, de acordo com Alagoa (2010), a região de Igbo, a partir de fontes arqueológicas, foi povoada no período da Idade da Pedra e teve como base a agricultura, como, por exemplo, cultivo de inhame.

6 Com a publicação do seu relato "A interessante narrativa da vida de Olaudah Equiano, ou Gustavus Vassa, o africano" em 1789, a obra se tornou uma espécie de campanha abolicionista. De acordo com Silva (2012, 275), para desqualificá-lo, questionaram a sua origem africana, alegando que ele tenha nascido nas Caraíbas.

7 De acordo com Canto (2015), como a autobiografia de Equiano tinha fins abolicionistas, sua obra foi financiada por 321 pessoas que se comprometeram a comprá-la.

8 De acordo com Canto (2015, 98) é comum textos da época, principalmente aqueles com o intuito abolicionista (sobretudo, pelo fato de Equiano fazer parte dos grupos abolicionistas) de reconstituir uma África mítica: "[...] havia a necessidade de mostrar aos europeus uma África rica de alimentos, de conhecimento e de qualidade de vida, em especial, com o objetivo de argumentar o quanto o tráfico escravista era pernicioso e destruidor", uma vez que, "[...] no século XVIII as notícias que se tinham do continente africano através de viajantes europeus eram de fomes, de doenças exóticas e de barbárie entre os próprios africanos".

> Uma vez fui testemunha de uma batalha. Estávamos todos trabalhando em um dia, como de costume, quando nosso povo foi repentinamente atacado. Subi em uma árvore a certa distância, de onde observei a luta. Havia muitas mulheres e homens em ambos os lados; entre elas, minha mãe estava lá, armada com uma espada larga. Depois de lutar por um tempo considerável com grande fúria, e depois que muitos foram mortos, nosso povo obteve a vitória e tomou como prisioneiro o chefe inimigo [...]. Os despojos foram divididos de acordo com os méritos dos guerreiros. Os prisioneiros que não foram vendidos ou resgatados, nós os mantivemos como escravos.[9]

A partir desse trecho selecionado de Equiano (2005), é possível identificar que a principal fonte de escravizados eram as guerras, "[...] a atividade que mais transformou homens livres em cativos, ao longo da história" (Silva 2002, 108), fora algumas exceções[10]. Além da guerra, a partir da escravidão endógena presente em Igbo, os casos mais comuns nessa região eram, sobretudo, por motivos políticos (Canto 2015)[11].

Equiano descreveu esses conflitos em cima de uma árvore, mas não teve a mesma sorte posteriormente. Seu relato também aborda o dia em que foi sequestrado, passado por diversas famílias e finalmente negociado para a travessia no Atlântico no navio negreiro. Era comum levar os capturados para longe do seu local de origem, percorrendo grandes distâncias (Silva 2002). No caso de Equiano (2005, s/p, tradução nossa), o relato de sua primeira captura mostra que ele foi levado para uma região distante de seu nascimento: "[...] Depois de muitos dias de viagem [...] caí nas mãos de um chefe, em um país muito agradável. [...] todos me trataram muito bem e fizeram tudo o que podiam para me consolar; particularmente a primeira esposa, era como minha mãe"[12].

9 Traduzido pelos autores. No original: *"I was once a witness to a battle in our common. We had been all at work in it one day as usual, when our people were suddenly attacked. I climbed a tree at some distance, from which I beheld the fight. There were many women as well as men on both sides; among others my mother was there, and armed with a broad sword. After fighting for a considerable time with great fury, and after many had been killed, our people obtained the victory, and took their enemy's Chief prisoner [...] The spoils were divided according to the merit of the warriors. Those prisoners which were not sold or redeemed we kept as slaves".*

10 De acordo com Thornton (2003), as guerras por captura de escravizados na África eram semelhantes às guerras por territórios na Europa em busca de poder e influência política.

11 Como também, em demais regiões, por procedimentos judiciais, religiosos, punições para assassinato roubo, adultério. Somado a casos como órfãos, viúvas sem filhos e em casos de fome, vendiam-se como pessoas escravizadas (Lovejoy 2002; Silva 2002).

12 Traduzido pelos autores. No original: *"[...] After many days travelling, [...] I got into the hands of a chieftain, in a very pleasant country. [...] they all used me extremely well, and did all they could to comfort me; particularly the first wife, who was something like my mother".*

Na África subsaariana, os conflitos armados rendiam pessoas escravizadas de regiões vizinhas, transportados – aproximadamente 500 a 600 quilômetros de distância – e passados adiante para dificultar fugas e regressos à terra natal. Os que não fossem vendidos para longas distâncias, permaneciam com a finalidade de substituir as baixas e trabalhar para o grupo vencedor. Era uma forma lucrativa e um sinônimo de poder político e militar, uma vez que eles eram extremamente necessários para a manutenção dessa estrutura: "[...] para engrossar os grupos armados e os exércitos com que se produziam mais escravos, essenciais ao processo de acumulação de riqueza e de domínio político" (Silva 2002, 89).

Silva (2002) defende que a gênese da condição de "escravo" ou "dependente" tenha surgido em um determinado contexto – nomadismo coletor ou movimento posterior – por conveniência. Isto é, no final dos conflitos entre grupos distintos, as mulheres e crianças serviam como substitutos das baixas e para somar à força de trabalho do grupo vencedor (Silva 2002). De acordo com Henriques (2003), o ato de dominação sobre o outro é algo oriundo e próprio do *homo sapiens*, por isso a presença de diferentes relações de poder em diferentes contextos sociais e períodos. Desta forma, trata-se de algo que não depende "[...] só do sistema cultural e político, mas da relação de força que permite classificar e hierarquizar os homens e sobretudo as mulheres" (Henriques 2003, 66).

De acordo com Silva (2002), na África subsaariana, os escravizados trabalhavam ao lado da família, porém exercendo as funções mais árduas, permitindo a ampliação de riquezas e de poder. Nessas regiões agrícolas, os conflitos não rendiam muitos escravizados, em contrapartida, as baixas eram significativas, principalmente em comunidades pequenas. É provável que a escravidão doméstica – integrada ao grupo familiar – tenha sido a primeira forma de escravidão que a África conheceu.

De acordo com Henriques (2003), a escravidão doméstica africana está mais próxima de estruturas sociais que integram as relações de poder que geram a condição de dependência, justamente devido a não existência do conceito de "escravo" como mercadoria, como àquele dentro de uma lógica colonial nas Américas. Portanto, a tese defendida por Henriques (2003, 68) é que a escravidão doméstica é constituída a partir de dependentes, não por "escravos". O conceito de "escravidão doméstica" é incompatível com tal estrutura, aproximando-se a uma condição de "dependência" mais tênue e flexível. Desta forma, a estrutura de integração ao grupo familiar ocasionava um sistema que repelia "[...] as formas mais violentas de dominação e de exclusão" (Henriques 2003, 68).

Por outro lado, Silva (2002, 82) critica a tese de que a escravidão doméstica era uma forma menos violenta, devido à aproximação do escravo com o senhor, resultando em uma possível e "[...] progressiva redução de sua marginalidade, pela incorporação à família do amo e à grei" (Silva 2002, 82). Silva (2002) afirma que foi por meio da violência que o escravizado foi submetido a servir outrem. Era improvável que ao ser capturado o mesmo poderia assumir um papel semelhante a um verdadeiro membro do grupo familiar, dado que lhe sobravam os trabalhos mais pesados e ingratos. Em momentos de crise e de fome eram vendidos, mesmo já completamente incorporados à família.

De acordo com Henriques (2003), a visão de considerar um dependente como súdito sujeito aos maus tratos e indiferente à família trata-se de uma visão etnocêntrica, uma vez que foi uma interpretação do europeu ao deparar-se com as relações de poder e hierarquias sociais na África. Entretanto, é evidente que ocorra transformações entre escravaturas africanas, no sentido conceitual da palavra escravo, devido às influências do comércio realizado pelos mulçumanos e europeus e a forma como esses comércios lidavam com o capturado, constituindo um sentido comercial e violento.

De acordo com Equiano, as condições dos que estavam sujeitos a "escravidão doméstica" ou "dependência" era significativamente diferente do outro lado do Atlântico, transparecendo que não tratam-se das mesmas subordinações: "[...] como era diferente a condição deles daquela dos escravos nas Índias Ocidentais! Entre nós, eles não trabalham mais do que os outros membros da comunidade, e mesmo do que o senhor" (Equiano 2005, s/p, tradução nossa)[13], e, após passar a trabalhar para segunda família, Equiano conta-nos:

13 Traduzido pelos autores. No original: *"[...] how different was their condition from that of the slaves in the West Indies! With us they do no more work than other members of the community, even their masters"*.

> [...] fui lavado e perfumado e, quando chegou a hora das refeições, fui levado à presença de minha ama e comi e bebi diante dela com seu filho. Isso me encheu de espanto; e mal pude deixar de expressar minha surpresa de que o jovem cavalheiro me permitisse, que era obrigado, comer com aquele que era livre; e não apenas isso, mas que ele nunca comeria ou beberia até que eu tivesse comido primeiro, porque eu era o mais velho, o que era agradável ao nosso costume [...]. Havia também escravos diariamente para nos atender, enquanto meu jovem mestre e eu com outros meninos nos divertíamos com nossos dardos e arcos e flechas, como eu costumava fazer em casa.[14]

A partir desses trechos, Equiano busca apresentar diferenciações nas formas de submissão em que ele experimentou. De acordo com Canto (2005), a partir de Victor Uchendu, havia diferentes formas de obter pessoas escravizadas em Igbo, sendo algumas delas passíveis de melhorias de condições. Desta forma, "[...] a distância entre o status de *diala*, livre, e *ohu*, escravo, era muito pequena. Entretanto, é muito claro que na sociedade Igbo, a escravidão nunca foi a base do sistema social (Canto 2005, 104, grifo do autor).

Nesse sentido, de acordo com Henriques (2003), os dependentes eram considerados como filhos para os chefes políticos, como também, o mesmo integrado ao grupo familiar causava efeitos positivos – aumentava o poder de linhagem e fortificava a demografia do grupo – como apontado no relato de Equiano anteriormente[15]. A partir do contato com o comércio de escravizados europeu, as guerras que buscavam capturar pessoas eram eficazes devido a essa demografia, gerando grandes números de pessoas escravizadas para as colônias americanas (Henriques 2003). O relato de Equiano (2005, s/p, tradução nossa) a respeito de seu contato com o comércio de escravizados com traficantes brancos transforma-se em tom doloroso, como explicitado no trecho abaixo:

---

14 Traduzido pelos autores. No original: *"I was washed and perfumed, and when meal-time came I was led into the presence of my mistress, and ate and drank before her with her son. This filled me with astonishment; and I could scarce help expressing my surprise that the young gentleman should suffer me, who was bound, to eat with him who was free; and not only so, but that he would not at any time either eat or drink till I had taken first, because I was the eldest, which was agreeable to our custom [...]. There were likewise slaves daily to attend us, while my young master and I with other boys sported with our darts and bows and arrows, as I had been used to do at home".*

15 Como, também, possuía alguns requisitos "legais", caso ocorresse condições de violência, o dependente poderia mudar de senhor. Deste modo, era impossibilitado um sistema em que o senhor "[...] coisifique o dependente tal como pode verificar-se na escravatura colonial, [...] exige que o 'senhor' seja cordato e procure não ofender os valores do falso escravo" (Henriques 2003, 68).

> [...] eu até desejei minha antiga escravidão de preferência à minha situação atual, que estava cheia de horrores de todo tipo, ainda intensificado por minha ignorância do que eu iria passar. Não tolerei por muito tempo minha dor; logo fui colocado sob o convés, e lá recebi em minhas narinas uma saudação como nunca havia experimentado em minha vida: de modo que, com a repugnância do fedor, e chorando juntos, fiquei tão doente e deprimido que não conseguia comer, nem tinha a menor vontade de provar nada. Eu agora desejava que o último amigo, a morte, me aliviasse; mas logo, para minha tristeza, dois dos homens brancos me ofereceram alimentos; e, ao me recusar a comer, um deles me segurou pelas mãos e me deitou, acho que no molinete, e amarrou meus pés, enquanto o outro me açoitou severamente. Eu nunca tinha experimentado nada desse tipo antes.[16]

De acordo com o Dicionário de História da África, elaborado por Lopes e Macedo (2017, 108-109), o conceito de escravatura vai ao encontro com a tese defendida por Henriques (2003): "Em diversas partes da África Ocidental, vigorou o que os especialistas qualificaram de 'escravidão de linhagem', situação expressa no vocábulo *jonya*, da língua fulâni (curvar, inclinar; buscar proteção, asilo)". Nessa perspectiva, o conceito "escravidão" não incorporaria a lógica mercantil europeia dado ao escravizado como mercadoria com o uso da violência, como Equiano conta-nos após ingressar no navio negreiro.

Os autores também ressaltam que o conceito escravidão, escravatura ou escravismo não refletem de forma ampla os diferentes tipos de relações de poder e formas de sujeição que produziram as hierarquias e as relações sociais, nesse caso, "[...] se vinculam às grandes linhagens dos grupos hegemônicos, tornando-se dependentes diretos de seus chefes, ou então de seus governantes" (Lopes e Macedo 2017, 108-109), como evidenciadas no relato história de Equiano. M'Bokolo (2009) também ressalta que se trata de uma relação de dependência por meio de uma violência sem precedentes, pelo menos até o século VII – início do tráfico árabe-mulçumano – e que perpetuou até o século XIX, iniciado em XVI o tráfico de escravizados pelo Atlântico.

16 Traduzido pelos autores. No original: *"I even wished for my former slavery in preference to my present situation, which was filled with horrors of every kind, still heightened by my ignorance of what I was to undergo. I was not long suffered to indulge my grief; I was soon put down under the decks, and there I received such a salutation in my nostrils as I had never experienced in my life: so that, with the loathsomeness of the stench, and crying together, I became so sick and low that I was not able to eat, nor had I the least desire to taste any thing. I now wished for the last friend, death, to relieve me; but soon, to my grief, two of the white men offered me eatables; and, on my refusing to eat, one of them held me fast by the hands, and laid me across I think the windlass, and tied my feet, while the other flogged me severely. I had never experienced any thing of this kind before".*

Tráfico transaariano e comércio de escravizados pelo Atlântico: transformações do conceito de "escravidão" na África

De acordo com Nicolau (2013), a dominação árabe na África se iniciou em 639 d.C e em 711 d.C a conquista estava completa na região norte. O tráfico árabe-muçulmano, ou tráfico traansariano, começou em pequena escala após a pregação do profeta Maomé, da expansão árabe no norte da África, durando até o começo do século XX.

As conquistas árabes provocaram o desenvolvimento do tráfico, legitimando a prática, uma vez que "[...] qualquer idólatra capturado numa guerra santa estava voltado à escravatura. [...] não podiam reivindicar a liberdade, mesmo convertendo-se ao Islã" (M'Bokolo 2009, 215). De acordo com Lovejoy (2002), a ausência da cultura significava a ausência de linhagem; portanto, uma maior facilidade de controlar por não serem da mesma cultura. Mesmo quando o escravizado se convertia à cultura de seu dono, nesse caso ao islamismo, ainda era considerado menos devoto. Diferente da escravidão desenvolvida pelos europeus nas colônias, que justificava-se a partir do viés racial, como meio de controle social (Lovejoy 2002).

A conquista árabe no norte da África – por meio das rotas de comércio com a África subsaariana –, também proporcionou certas influências nessa região conquistando adeptos ao islamismo nas populações menores. Deste modo, "[...] a islamização do continente africano proporcionou o surgimento de uma elite de muçulmanos negros capazes de adaptar as sociedades agrícolas então existentes a um sistema político e comercial eficaz" (Lopes e Macedo 2017, 159).

Para M'Bokolo (2009), a expansão militar e religiosa árabe, e a consequente constituição de califados, acarretaram uma transformação brusca no continente. A partir desse momento, as formas de dependência ou sujeição por linhagem, que até então possuíam um aspecto marginal entre as sociedades africanas passa por essas transformações, e, consequentemente, incorpora o conceito de escravidão pelo viés de mercado no continente, sobretudo, após o contato com os europeus, que se deu por intermédio dos muçulmanos.

De acordo com M'Bokolo (2009), o comércio de escravizados pelo Atlântico adotou características do comércio transaariano realizado pelos árabes. No primeiro contato estabelecido entre esses dois mundos, os beneficiários foram "[...] talvez as classes dirigentes africanas, para as quais os portugueses representavam uma oportunidade suplementar e que souberam,

em particular na Senegâmbia, utilizar a concorrência entre comerciantes cristãos e mulçumanos" (M'bokolo 2009, 260).

Porém, de acordo com Thornton (2003), quando os europeus e os africanos iniciaram o tráfico de escravizados, os primeiros não tinham poder militar suficiente para forçar qualquer participação desvantajosa para os líderes africanos. A África resistiu e repeliu as primeiras tentativas europeias de ataque em busca de comércio irregular; tais trocas de mercadorias somente foram realizadas quando ia de encontro aos interesses dessas elites africanas. Esse comércio resultou nos europeus aceitando e comercializando de acordo com os inúmeros mecanismos de controle estatal das elites africanas.

Thornton (2003) afirma que as elites africanas souberam preservar a soberania e os mercadores europeus não conseguiram controlar o tráfico de pessoas escravizadas na África. As elites insistiram em ser os primeiros beneficiados, como também controlavam o início e o encerramento das atividades comerciais. Entretanto, M'Bokolo (2009) discorda que os africanos se beneficiaram durante todos os séculos em que o tráfico escravista existiu para suprir as demandas das colônias americanas, mas sim, apenas nos primeiros balbucios. Desta forma, logo as Coroas europeias recuperaram as vantagens e obtiveram avanços financeiros para a exploração desse mercado: "[...] foi na África central e austral que os europeus penetraram em espaços inteiramente novos e perturbaram, num espaço de tempo muito curto, a estrutura e a lógica das trocas em seu proveito" (M'bokolo 2009, 261).

Porém, se houve transformações nas relações de dependência a partir da influência externa, seja ocasionadas pela Europa e/ou pelo mundo islâmico, trata-se de um tema controverso entre os historiadores, uma vez que esse debate está relacionado com a autonomia da história dos africanos. Lovejoy (2002) argumenta que o contato com o tráfico transaariano, e posteriormente transatlântico, foram os fatores responsáveis pelas transformações na África, visto que, "[...] a Europa e as terras centrais islâmicas viam as áreas na sua periferia como fonte de escravos, e a África era uma dessas regiões periféricas" (Lovejoy 2002, 55).

Argumenta-se que na África subsaariana a escravidão não era institucionalizada, ou seja, a escravidão era um "[...] aspecto menos importante da sociedade [...] incidental à estrutura da sociedade e ao funcionamento da economia" (Lovejoy 2002, 39), uma vez que se concentrava mais na exploração doméstica e sexual. Lovejoy (2002) utiliza-se dos argumentos apresentados por Moses I. Finley para afirmar que a transformação se deu a partir do momento no qual a escravidão se tornou institucionalizada, baseada no aumento da importância do escravizado, que passou a desempenhar um

papel essencial na economia e no monopólio do poder político, decorrente ao aumento da demanda nas colônias. Essa transformação da escravidão não institucionalizada para uma instituição que passou a exercer papel fundamental na economia resultou no desenvolvimento de um modo de produção escravista como parte mais importante dessa sociedade.

Silva (2002) também argumenta que, a partir do contato estabelecido com ambos os tráficos (traansariano e transatlântico), ocorreu uma forte influência e, consequentemente, povos que não possuíam pessoas escravizadas passaram a adotar a escravidão por essa pressão externa, como, por exemplo, os diolas de Casamansa[17]. Defende-se que a intensa exploração (ocorrida de 1600 a 1800)[18] impediu que líderes militares e políticos consolidassem um Estado africano forte e centralizado. O continente conservou-se fragmentado, precisamente nas áreas mais influenciadas pelos interesses europeus – mão de obra escrava, ouro, dentre outras mercadorias – ao longo da bacia do Atlântico (Lovejoy 2002).

Lovejoy (2002) verificou que a expansão da escravidão para o interior do continente africano resultou em uma intensificação da rivalidade entre os comerciantes e governantes africanos, que lutavam pelo controle dos mercados e rotas comerciais. Diante deste cenário, a economia se tornou dependente da exportação de escravizados e a sua intensificação gerou a necessidade de mais capturas, cujos efeitos contribuíram para a expansão da fragmentação política africana.

Canto (2015, 96) também possui uma perspectiva semelhante à tese de Lovejoy (2002) e Moses I. Finley, uma vez que é afirmado que a região de Equiano, Igbo, sofreu uma intensificação de conflitos com o intuito de capturar novos escravizados para o comércio atlântico, ao ponto de que "[...] sacerdotes ou oráculos tiveram o poder de incitar a guerra entre pequenos clãs ou comunidades com o objetivo de adquirir escravos para a venda". Portanto, Igbo sofreu influência externa por parte dos europeus e seus interesses, alterando as relações de dependência constituídas anteriormente ao tráfico atlântico. Essa influência externa ocorreu em detrimento de que Igbo tratava-se de uma aldeia e não um Estado consolidado e potente como apontado por Canto (2015, 95):

17 Os diolas de Casamansa são um povo que se concentrava no oeste-africano, na atual República de Senegal (Lopes e Macedo 2017).

18 De acordo com a Base de Dados W. E. B. Du Bois de Viagens de Navios Negreiros, o volume total de 11.313.000 escravizados transportados para a América, tendo o seu alto pico entre 1701-1800, com 53,8% do volume total (Lovejoy 2002, 51).

> A nação Igbo foi uma das que mais sofreu com o nascimento do mercado internacional de escravos no mundo atlântico, principalmente em virtude de seu tipo de estruturação social e da facilidade com que os escravizados nessas comunidades podiam ser transportados para os grandes portos de distribuição de escravos [...]. Essas aldeotas, pequenas estruturas políticas, tornavam as comunidades Igbo vulneráveis, pois não haviam Estados potentes para protegerem seus residentes, [...]. Pequenas guerras entre os grupos ou clãs, capturas e sequestros, como o ocorrido com Equiano, fizeram das comunidades Igbo a segunda maior fornecedora de escravos ao mundo Atlântico [...].

Silva (2002, 90) não acredita que tal contexto tenha contribuído para a fragmentação política continental, pois "[...] as transformações da escravidão devem ter acompanhado as mudanças políticas que reuniram em micro-Estados, aldeias regidas por cabeças de linhagem, e desses micro-Estados, fizeram reinos, e dos reinos, impérios". Em outras palavras, essas transformações ocorridas a partir de influências externas consolidaram a escravidão, tornando-a em uma parte importante para que figuras políticas aumentassem e centralizassem o seu poder. Como resultado desse movimento, a escravidão tornou-se mais complexa – através do tráfico pelo Mar Vermelho, Saara e Atlântico – em estados mais centralizados e hierarquizados.

Entretanto, Lovejoy (2002, 121, grifos do autor) defende que a situação de fragmentação política do continente africano somada aos avanços das instituições islâmicas, sobretudo, e europeias no comércio de escravizados, teve como resultado uma África que "[...] continuou sendo o primo pobre da comunidade mundial [...] a função do continente parecia ser a de enviar o seu povo para as *plantations* e minas das Américas" e favoreceu para que a África permanecesse na periferia do capitalismo, mesmo com a abolição da escravidão nas Américas. Essas constatações criam uma estética da África que reduz e simplifica sua imagem, mensurado a partir de juízo de valores e ideia de progresso, do ponto de vista eurocêntrico, desconsiderando suas complexidades (Silva 2002). Silva (2003, 55) destaca que a África foi "[...] um continente sem senhores externos", ainda no início do século XIX, com exceção a Cabo da Boa Esperança e possessões portuguesas, mas sem grandes dimensões territoriais, como se deu no colonialismo.[19] Os estabelecimentos

19 De acordo com Silva (2003, 63) "[...] a história tem suas ironias": em um movimento da política britânica, sob o pretexto de proibir a continuação do comércio de escravos e de estabelecer o controle do Atlântico, os europeus ocuparam a África. Com a ajuda da pólvora e novas tecnologias de armamento depuseram chefes e elites africanas e, consequentemente, destruíram monopólios, no qual, muitos fundavam seu poder. O "movimento generoso" de acabar com o tráfico de seres humanos, resultou na colonização da África e no mito da "missão civilizadora".

de origem europeia fixados na Costa e Contracosta pagavam aluguéis, tributos ou taxas de comércio aos chefes locais (Silva 2003).

Para Thornton (2003), os europeus não adentraram na África para o saque, por serem comerciantes de uma economia mais desenvolvida e adiantada – com vantagens organizacionais e noções mais elaboradas de lucros. O comércio com a África tinha dimensões complexas e muito bem elaboradas pelos governantes africanos, que buscavam acima de tudo meios de maximizar lucros e evitar prejuízos. Esse comércio resultou no aceite da Europa e o comércio de acordo com os inúmeros mecanismos de controle estatal das elites africanas.

A hipótese de que os africanos eram comerciantes experientes é questionada por Lovejoy (2002) pelas consequências demográficas, ou seja, a exportação de escravizados teria sido prejudicial em relação à perda de adultos do sexo masculino, afetando índices sexuais, taxas de dependências e divisões sexuais do trabalho (Thornton 2003). Em regiões nas quais o número de escravizados do sexo masculino era superior ao do sexo feminino, ou quando a distribuição era desigual – devido à alta exportação de escravizados para as Américas e escravizadas para o mundo islâmico – a taxa de natalidade podia sofrer grandes declínios proporcionais da população, resultando em um desequilíbrio demográfico (Lovejoy 2002). Thornton (2003) não acredita que os africanos foram forçados a tomar decisões irracionais, uma vez que o comércio de escravizados se desenvolveu de forma racional pelas sociedades africanas, pois os escravizados eram a única forma de propriedade privada lucrativa, diferente do sistema europeu que baseava os lucros na posse de terra.

Silva (2002, 98) também aponta o escravizado como "[...] o único tipo de bem de capital verdadeiramente privado reconhecido pelas leis costumeiras de grande parte do continente africano", diferente da Europa, em que a produção de riquezas estava na terra. Já na África, o solo era o bem que pertencia a todos, dessa forma, quem possuía mais escravizados para trabalhar na terra, conseguiria mais prestígio e influências, e consequentemente, produzir riquezas nas terras. Porém, vale destacar que essa moeda de poder não estava garantida, uma vez que havia um custo para mantê-los e substituí-los em caso de fugas, doenças, sacrifícios, mortes, entre outras circunstâncias. No caso de fugas, os escravizados que corriam esse risco poderiam ir de encontro à alguma região que ocasionasse novamente a sua captura.

De acordo com Manning (1998, 18), "[...] a principal fonte da mudança sócio-demográfica era a influência externa"; desta forma, o despovoamento

em larga escala atingiu números drásticos no início do século XVIII, em razão das plantações de açúcar nas colônias (Brasil, Barbados, Jamaica, entre outros). Como resultado, os preços de escravizados (em declínio) aumentaram em detrimento dessa intensa demanda (cerca de 100 mil por ano, até início do século XIX). Desse modo, ocorreram transformações sociais no continente africano, uma vez que esse mercado de escravizados – com novas demandas – ocasionou impactos na demografia, como mencionado anteriormente, e impactos nos preços – em torno de quatro vezes maior em comparação ao século XVII (Manning 1998).

Como a guerra era um dos principais motores que sustentava os tráficos (transatlântico e transaariano), também possibilitou mudanças na organização social da própria guerra e suas tecnologias: ou seja, "[...] à medida que a guerra foi-se transformando de combate de elites, [...] e em objetivos de conquista territorial, um fluxo proporcionalmente inesgotável de conflitos foi liberado" (Manning 1998, 17). Em resumo, Manning (1998) defende a tese de que as influências externas no continente africano no comércio de escravizados para o Novo Mundo foram intensas o suficiente para ocasionar mudanças sociais nas estruturas políticas africanas.

Conclusão

A partir da leitura e análise dos trechos da autobiografia de Equiano, com auxílio do debate divergente da historiografia africanista, reforça-se a percepção da obra como, além de uma importante obra abolicionista, contribuidora para maiores compreensões das experiências de um protagonista oriundo de Igbo. Desta forma, destacou-se as divergências entre as relações de poder pré-existentes na África subsaariana, a partir do recorte do espaço de Igbo e as divergências entre os historiadores em relação às formas violentas ou ausência delas nesse contexto. Equiano contou-nos a respeito de suas experiências, antes de seu sequestro, como os conflitos entre grupos distintos e suas conquistas, entre elas, novos súditos, como também, suas primeiras experiências como capturado e vivendo como um membro que trabalhava integrado a uma família distinta e longe de sua região natal. Seu relato incorpora um tom mais melancólico a partir da narrativa de seu contato com mercadores europeus dentro do navio negreiro, evidenciando as diversas formas de violências, nunca experimentadas anteriormente, como narrado nesse trecho: "[...] as pessoas brancas pareciam e agiam, como eu pensava, de

uma maneira tão selvagem; pois eu nunca tinha visto entre qualquer pessoa tais exemplos de crueldade brutal" (Equiano 2005, s/p, tradução nossa[20]).

Essa afirmação de Equiano contraria os discursos eurocêntricos presentes entre os missionários durante o tráfico de escravizados e, sobretudo, aos discursos que se expandiram durante todo século XIX a respeito do conceito de civilidade e progresso defendidos pelas teorias raciais em oposição aos "costumes bárbaros" e "selvagens" associados ao continente africano. Nesse sentido, levanta reflexões a respeito das contradições presentes na história mundial, principalmente, na construção de discursos filantrópicos que permaneceram durante grande parte do século XIX e XX enraizados na literatura (Visentini, Ribeiro e Pereira 2012).

Sua narrativa foi marcada por um sofrimento mais intenso a partir do contato com o comércio de escravizados praticados pelos europeus, evidenciando as principais características do conceito de escravidão e suas possíveis transformações ao longo das conexões e influências externas: "[...] Assim continuamos a passar por mais sofrimentos do que agora posso relatar, sofrimentos que são inseparáveis deste maldito comércio" (Equiano 2005, s/p, tradução nossa)[21]. Em Igbo, as compras de novos escravizados não eram comuns, como também, sequestros em grandes quantidades, porém, após as influências externas iniciadas pelo comércio de escravizados pelo Atlântico, os sequestros tornam-se mais comuns. Em Igbo, os sequestradores eram chamados de *Abam* e *Ekumeku* (Canto 2005).

De acordo com Silva (2012), Equiano foi primeiro para Virgínia e depois Inglaterra; adquiriu liberdade em 1776 e faleceu em 1797. Após quase dois séculos de sua morte, Equiano tornou-se fonte de inspiração para a formação da identidade dos Igbos durante o século XX, como afirma Canto (2015, 117):

> A autobiografia de Equiano ficou obscura durante muito tempo. Somente nos anos sessenta, no período em que a Nigéria se tornou independente e que explodiu a guerra da Biafra, é que ela veio à tona novamente. O texto de Equiano é novamente uma forte arma ideológica. Se, no período em que foi escrita, tinha o cunho panfletário em relação à abolição, no século XX vai ter o poder de constituir a identidade dos Igbos. Certamente Gustavus não imaginava que seu texto iria percorrer os séculos e renascer novamente como ferramenta política.

20 Traduzido pelos autores. No original: *"[...] the white people looked and acted, as I thought, in so savage a manner; for I had never seen among any people such instances of brutal cruelty"*.

21 Traduzido pelos autores. No original: *"In this manner we continued to undergo more hardships than I can now relate, hardships which are inseparable from this accursed trade"*.

No período em que a Nigéria se emancipou, em 1960, foi o momento em que a obra de Equiano foi ponto chave como instrumento político de formação identitária. Desta forma, a fonte primária em destaque é de suma importância para maiores compreensões, não só para o recorte estabelecido nesta pesquisa, como também para entender a Nigéria contemporânea e a formação do Brasil, uma vez que, "[...] Igbo [foi] a segunda maior fornecedora de escravos ao mundo Atlântico" (Canto 2015, 95).

REFERÊNCIAS

Alagoa, Ebiegberi Joe. 2010. "Do delta do Níger aos Camarões: os Fon e os Ioruba." In *História Geral da África V: África do século XVI ao XVIII*, editado por Bethwell Allan Ogot, 519-540. Brasília, UNESCO.

Beloto, Gisele Maria. 2019. "Material didático de história com vista à Lei n.° 10.639/03: Uma construção de Política Educacional." Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Bicalho, Gustavo. 2016. "Identidades narrativas transatlânticas: Mahommah Gardo Baquaqua e Gustavus Vassa, ou Olaudah Equiano." *XV Congresso Internacional Abralic: Experiências literárias textualidades contemporâneas*, n. 1 (agosto): 2325-36.

Canto, Rafael Antunes do. 2015. "Olaudah Equiano: a vida de um marinheiro negro no atlântico do século XVIII e a memória de África." Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Equiano, Olaudah. 2005. *The Interesting Narrative of the Life of Olaudah Equiano, Or Gustavus Vassa, The African Written By Himself*. Utah: Project Gutenberg. https://www.gutenberg.org/files/15399/15399-h/15399-h.htm.

Equiano, Olaudah. 2012. "A interessante narrativa da vida de Olaudah Equiano, ou Gustavus Vassa, o africano: Os ibos." In *Imagens da África*, editado por Alberto da Costa e Silva. 284-5. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras.

Henriques, Izabel de Castro. 2003. *O pássaro do mel: estudos de história africana*. Lisboa: Edições Colibri.

Ki-Zerbo, Joseph. 2010. "Introdução geral." In *História geral da África I: Metodologia e pré-história da África*, editado por Joseph Ki-Zerbo, XXXI-LVII. Brasília: UNESCO.

Lopes, Nei e José Rivair Macedo. 2017. *Dicionário da história da África: Séculos VII a XVI*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.

Lovejoy, Paul. 2002. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Manning, Patrick. 1988. "Escravidão e mudança social na África." *Novos Estudos*, no. 21: 8-29. São Paulo.

Marson, Adalberto. 1984. "Reflexões sobre o procedimento histórico." In *Repensando a História*, editado por Marcos Antonio da Silva, 37-64. Rio de Janeiro: Marco Zero.

M'Bokolo, Elikia. 2009. *África Negra, História e Civilizações: Tomo I (Até o século XVIII)*. São Paulo: Casa das Áfricas.

Munanga, Kabengele, e Nilma Lino Gomes. 2006. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global Editora.

Nicolau, Marcelo Costa. 2013. "A componente histórica". In: *África e a estratégia nacional*, editado por Darc Costa, 47-126. Rio de Janeiro: Capax Dei.

Silva, Alberto da Costa e. 2002. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Thornton, John. 2003. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Campus.

Vansina, Jan. 2011. "A tradição oral e sua metodologia." In *História geral da África I: Metodologia e pré-história da África*, editado por Joseph Ki-Zerbo, 139-166. Brasília: UNESCO.

Visentini, Paulo Fagundes, Luiz Dario Teixeira Ribeiro e Analúcia Danilevicz Pereira. 2012. *História da África e dos africanos*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

RESUMO

O texto busca debater conceitos fundamentais no que diz a respeito do tema História da África, sobretudo, o debate em torno do conceito de dependência/escravidão e suas possíveis transformações diante das influências externas e conexões com outras culturas, tais como o islamismo e o cristianismo. Esse texto foi desenvolvido a partir da fonte histórica autobiográfica de Olaudah Equiano e por meio da metodologia de Adalberto Marson (1984). O objetivo concentra-se no avanço do debate conceitual por meio da historiografia africanista e justifica-se pela importância do avanço das pesquisas referente ao recorte regional de Igbo, uma vez que foi uma das regiões que mais exportou escravizados para o continente americano, tendo como grande contribuição para a formação da identidade cultural americana.

PALAVRAS-CHAVE:
História da África. Escravidão. Historiografia.

Recebido em 19 de agosto de 2020
Aceito em 2 de março de 2021

ESTUDOS AFRICANOS NA CHINA EM UM CONTEXTO GLOBAL (1950-2020)

Li Anshan[1]

CC BY

Introdução: Relações Sino-Africanas, História e Presente

As relações China-África começaram em tempos antigos. Uma "Rota da Seda" já existia na Dinastia Han (202 A.C.-220 D.C.). Em 1993, arqueólogos austríacos descobriram a fibra de bicho da seda nos cabelos de um cadáver feminino da 21ª Dinastia (1070-945 A.C.) no Egito. Como na época somente a China tinha a tecnologia para a produção de seda, o produto foi muito provavelmente fabricado na China e transferido para o Egito[2]. Segundo Sun, existe uma Via do Norte e uma Via do Sul para conectar a China e o "Oeste"[3]. A "Via do Norte", de Chang'an a Sogdiana, através da fronteira entre Sabbath e Roma, pela água até a Síria, Damasco, e Gaza, finalmente chegando a Alexandria, no Egito. Esta é a principal rota comercial da China para o Egito. A "Via do Sul", de Loulan a Cabul, a capital do Afeganistão, e depois para o sul até as margens superiores do rio Sindhu, depois para o porto de Karachi, e finalmente chegando aos países do oeste e do Oceano Índico. Existem outras conexões entre a China e a África também (Xu, Y. 2019; Li, A. 2019).

Além da rota terrestre, existe uma Rota Marítima da Seda. Historicamente, vários portos ao longo da costa da África Oriental junto ao Oceano Índico Ocidental eram destinos importantes para o tráfego marítimo entre a China e a África, ou uma estação intermediária para os barcos de viagem chineses continuarem até a Europa. De acordo com registros históricos, os

1 Escola de Estudos Internacionais, Universidade de Pequim, Pequim, China e Universidade de Ciência e Tecnologia Eletrônica da China, Sichuan, China. E-mail: anshanli@pku.edu.cn

2 "O Egito usou a seda chinesa há 3000 anos", 2 de abril de 1993, *People's Daily*

3 "Oeste" na China antiga indica a terra estrangeira a oeste da China, incluindo a Ásia Central e Ocidental, o norte da África e mais a oeste (Sun 1979).

nomes da Etiópia, Somália, Quênia, Tanzânia, Moçambique, Madagascar e outros países apareceram nas várias notas de viagem e na história oficial da China antiga. O contato marítimo da China com a África, especialmente com a África Oriental, ocorreu muito antes da viagem de Da Gama ao Cabo da Boa Esperança para a África Oriental. Cidades na África atuaram como portos, depósitos de abastecimento, assentamentos e áreas de proteção nos empreendimentos marítimos da China nos tempos antigos.

No momento, o BRI (*Belt and Road Initiative*) tenta ligar o mundo com capital, comércio e pessoal. A África pode desempenhar um papel ainda mais importante. Descobre-se que o BRI está constantemente fazendo com que os países africanos gradualmente se envolvam. A princípio, os 65 países propostos no BRI incluíam o Egito como o único país africano. Mais tarde, um funcionário chinês mencionou os países africanos como a "extensão natural" do *One Belt One Road* (OBOR). Durante sua visita a Madagascar, o Ministro das Relações Exteriores, Wang Yi, propôs que "ambos os países aproveitem as duas principais oportunidades de cooperação internacional, respectivamente, trazidas pela implementação dos resultados do Fórum de 2015 sobre Cooperação China-África em Joanesburgo e a promoção da cooperação internacional no âmbito da Iniciativa de Cinturão e Rota"[4]. Este convite foi confirmado quando o Presidente Xi Jinping se encontrou com o Presidente de Madagascar, Hery Rajaonarimampianina, e ambos os países assinaram o "Memorando de Entendimento sobre Estradas Marítimas"[5]. Até agora, 37 países africanos assinaram o Memorando de Entendimento ou outros acordos BRI com a China nos últimos dois anos[6].

Mas qual papel a África pode desempenhar no BRI? No geral, os portos na costa leste da África são uma parte fundamental da Rota Marítima da Seda. As ilhas africanas no Oceano Índico Ocidental constituem um expressivo eixo do tráfego marítimo. A segurança marítima no Golfo de Aden é uma garantia importante para a rota marítima internacional, e a África está se tornando um importante parceiro de investimento e comércio dos países asiáticos. A África é um importante centro e ponto de transbordo para o intercâmbio marítimo entre a Ásia e a Europa. Espera-se que o BRI traga benefícios mútuos tanto para a China quanto para seus parceiros. A China ganhou muito da África, como o apoio político e os benefícios econômicos,

4 "Chinese FM meets Madagascar's president on cooperation under Belt-Road Initiative", 8 de janeiro de 2017, Xinhaunet.

5 "Xi meets Madagascar's president", 5 de setembro de 2018, *China Daily*.

6 "China signed BRI Memorandum with 37 African countries and AU", 7 de setembro de 2018. Rede do Governo Chinês.

que vão nos dois sentidos. Há exemplos de cooperação bilateral na Etiópia, Quênia, Tanzânia, etc., tais como o trem leve chinês em Adis Abeba, Etiópia, o primeiro lote de maquinistas quenianas em Mombasa-Nairobi Railway, a Biblioteca Universitária Dar es Salaam, construída pela China, entre outros. Todos simbolizam os resultados concretos da cooperação relacionada com o BRI na África. Além disso, há uma grande semelhança entre as civilizações chinesa e africana, e muitos aspectos que ambas podem aprender uma com a outra (Li, A. 2014). É por isso que a compreensão/aprendizagem mútua é muito importante para ambas as partes. Assim, os estudos africanos tornam-se um fator vital para promover as relações bilaterais e facilitar a implementação do BRI.

Estudos Africanos na China: Quatro Gerações

Os estudos africanos da China passaram pelos esforços de quatro gerações. Meus dois artigos exploraram os estudos africanos da China nos séculos XX e XXI (Li, A. 2005; 2016a). Aqui está uma breve pesquisa sobre as realizações das quatro gerações[7].

Os estudos africanos da China começaram com um enfoque no Egito. Duanfang (1861-1911), um epigrafista do final da Dinastia Qing, colecionou antiguidades egípcias. Huang Junsheng e Li Dongfang estudaram personagens egípcios no início do século XX (刘文鹏 2002). Xia Nai, o "pai da egiptologia chinesa", dominou hieróglifos e participou da escavação arqueológica no Egito enquanto estudava em Londres (颜海英 2008). No início do século XX, os estudiosos chineses começaram a estudar os primeiros intercâmbios sino-africanos. A compreensão e o estudo sistemático da própria África começou com o estabelecimento de uma nova China. A primeira geração (anos 1950-1970) inclui Zhang Tiesheng, Yang Renpian, Na Zhong, e Zhang Tongzhu. Zhang Tiesheng (1904-1979) foi o primeiro líder do Instituto de Estudos da Ásia Ocidental e África (IWAAS) da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), anteriormente sob a Seção de Filosofia e Ciências Sociais da Academia Chinesa de Ciências, e publicou um livro sobre as relações China-África (张铁生 1973). Yang Renpian (1903-1973), da Universidade de Pequim, graduado em história francesa pela Universidade de Oxford, mudou seu campo para a história africana em 1958 e cultivou acadêmicos mais jovens (俞莉琪 2014). Seu trabalho foi posteriormente compilado e publicado por

7 Para uma história dos estudos africanos da China, veja 李安山 2006; 张宏明 2011; 《中国非洲史研究会三十年》编委会 2011; 舒运国 2012.

seus alunos (杨人梗 1984). Na Zhong (1909-2008), da Beijing Foreign Studies University, graduou-se na Universidade Azhar no Egito em 1940. Ele estudou a história egípcia e árabe durante toda sua vida (纳忠 1963; 1998). Foi presidente da Sociedade Chinesa de Estudos Históricos Africanos (张惠文 1983; 杨孝柏、马为公 1986; 1987; 朱威烈 2004)[8]. Zhang Tongzhu (1915-2008), da Universidade de Nanjing, criou o Escritório de Pesquisa Geográfica Africana em 1965 e coordenou o projeto nacional "Estudo Estratégico sobre Desenvolvimento Econômico e Social Africano" e a pesquisa sobre o desenvolvimento econômico africano (张同铸 1992)[9]. Embora o Professor Zhou Yiliang não fosse especializado em história africana, ele discutiu a história das relações China-África logo no início em uma revista ganense (Chou 1972).

A segunda geração foi desde os anos 80 até o final do século XX. Desde a reforma e abertura, os estudiosos ganharam oportunidades sem precedentes. Esta geração inclui professores universitários e pesquisadores de diferentes instituições. No CASS, por exemplo, estudiosos do IWAAS como Ge Ji, Zhao Guozhong, Tu Erkang, Chen Gongyuan, Wu Bingzhen, Yang Lihua, Xu Jiming, Gao Jinyuan, Wu Qiyang, Tang Dadun, e outros, Yang Haocheng e Peng Kunyuan do Instituto de História Mundial, Ge Gongshang do Instituto de Etnologia e Antropologia, Xia Jisheng, Zheng Jiaxin, Lu Ting'en, He Fangchuan, e Ning Sao da Universidade de Pequim, Zhang Wenchun da Universidade Normal de Pequim, Zeng Zungu, Su Shirong, e Jiang Zhongjin da Universidade de Nanjing, AI Zhouchang da Universidade Normal da China Oriental, Gu Zhangyi da Universidade de Minzu da China, Li Guangyi da Universidade de Xiangtan, Zhao Shuhui da Universidade de Renmin, Shen Fuwei da Universidade de Suzhou, Xu Yongzhang da Universidade de Zhengzhou, Zhang Xiang da Universidade de Nankai. Liu Wenpeng, da Universidade de Nacionalidades da Mongólia Interior, treinou vários estudiosos de Egiptologia chinesa (王海利 2008; 郭子林 2008; 李长林 2009; 田明、王泰 2010). Gao Jinyuan, He Fangchuan, Ge Ji, Yang Lihua e outros estudiosos publicaram artigos em inglês (Gao 1984; He, F. 1987; Ge 1997; Yang, L. 2006; 2015). As conquistas desta geração incluem três aspectos: Construção Institucional, trabalho organizacional e realizações acadêmicas. Construção Institucional: a Associação Chinesa de Estudos Africanos criada em 1979, e a Sociedade Chinesa de Estudos Históricos Africanos, em 1980. Trabalho organizacional: eles organizaram vários encontros de estudiosos africanos de diferentes instituições e universidades, e coordenaram debates

8 Professor Na Zhong, September 15, 2011.

9 Wu Nan, "Academicians memorized the hundred anniversary of Mr. Zhang Tongzhu", 1 de dezembro de 2015.

e pesquisas sobre vários assuntos. Realizações acadêmicas: publicaram trabalhos de pesquisa, especialmente a publicação da série "Estudos Africanos" e outros livros de referência[10], assim como a tradução de vários livros africanos e a História Geral da África da UNESCO (1-8 volumes). Alguns deles permanecem trabalhando no século XXI.

A criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) deu início a uma nova era de estudos africanos na China. A cooperação entre a China e a África precisa do apoio da academia, que também deve atender às exigências do governo, da comunidade empresarial e do público. A terceira geração de estudiosos recebeu treinamento formal e formação acadêmica. Eles têm mais oportunidades de visitar a África do que seus antecessores, seja recebendo educação ou treinamento no exterior, e gradualmente se envolvendo com o meio acadêmico internacional. A ênfase nacional na pesquisa acadêmica tem proporcionado vários fundos e condições favoráveis, promovendo assim a comunidade acadêmica a prestar atenção a temas de pesquisa relacionados à África. Shu Yunguo, Yang Guang, Zhang Hongming, Li Xinfeng, Liu Qinjian, Liu Hongwu, Yan Haiying, Jin Shoufu, Mu Tao, Zhang Zhongxiang e Zhu Zhenwu, entre outros, empreenderam ou participaram sucessivamente de grandes projetos nacionais de pesquisa sobre a história africana, a estratégia africana da China, a ajuda da União Europeia (UE) à África, a história das relações China-África, a cooperação China-África e a literatura africana. Eles estão aprofundando suas pesquisas sobre a África. Tomemos o projeto "História Econômica Africana" como exemplo. Por um lado, é reconhecido que o nível de pesquisa da China sobre a história econômica africana não é elevado em comparação com o dos países estrangeiros, "portanto, é difícil para a versão chinesa da história econômica africana alcançar o nível mais avançado do mundo no nível geral de pesquisa"; por outro lado, "a versão da China da história econômica africana ainda tem suas próprias características, tais como fazer pleno uso de livros e materiais antigos chineses, elaboração abrangente e aprofundada das relações econômicas e comerciais China-África e estágios históricos únicos da história econômica africana" (舒运国 2019, 126-133; 2019a, 133-147). As línguas africanas são ensinadas em muitas universidades. A publicação de várias obras e traduções abriu os horizontes dos leitores, e a construção de estudos e grupos de reflexão dos países africanos é uma boa tentativa. As instituições de pesquisa africanas têm várias publicações, contribuindo assim para a popularização e o aprofun-

10 O mais destacado é a publicação de três volumes de *General History of Africa* (1996), Ge Jie, ed. *Concise Encyclopaedia of Sub-Saharan Africa* (2000) e Zhao Guozhong, ed., *Concise Encyclopaedia of West Asia and North Africa (Middle East)* (2000). Para mais detalhes, ver Li, A. 2005, 2016.

damento da pesquisa africana. Elas fortaleceram os laços com os ministérios e comissões nacionais relevantes.

A nova era traz novas exigências. Um grupo de jovens pesquisadores africanos constitui a quarta geração. Estes estudiosos receberam treinamento acadêmico rigoroso, possuem boas habilidades de comunicação em língua estrangeira com experiência de trabalho de campo. Ao mesmo tempo, eles estão intimamente ligados à rede acadêmica internacional e são altamente sensíveis às novas tendências de pesquisa. Wang Haili (2010; 2013; 2014) da Universidade Normal de Beijing e Guo Dantong (2005; 2011; 2015) da Universidade de Shanghai estudaram a história do antigo Egito por muito tempo e publicaram muitas monografias, além de promoverem intercâmbios com a comunidade acadêmica internacional. Jovens estudiosos do CASS' IWAAS alcançaram resultados frutíferos nos últimos três anos, como Zhu Weidong, especializado em Direito Africano (2018), Yang Baorong, comprometido com a economia africana e as relações China-África (2018), Wang Jinyan, explorando as questões tribais na Líbia (2016), Xu Guoqing, avaliando a Política Africana da Índia (2017), Zhi Yuchen, estudando o papel das empresas centrais da China nas relações China-África e os elementos básicos no desenvolvimento econômico africano (2016 e 2018), Zhao Yating, concentrando-se na assistência da UE à África (2019), e outros que têm seu próprio foco de pesquisa.

Jovens estudiosos estudam um determinado país ou um determinado tópico, como Liu Weicai, interessado na história da África Austral, integração africana e relações China-África, com algumas publicações (2018), a análise de Guan Peifeng sobre disputas fronteiriças africanas e modelo de resolução (2017), Estudo de Niu Changshong sobre o Ensino Superior do Zimbábue (2017), sonda de Shen Xipeng sobre a assistência da China na construção da Estrada de Ferro Zâmbia-Tanzânia (2018), avaliação de Zhou Yuyuan sobre a autonomia africana (2017), análise de Song Wei sobre a política norte-americana em relação à África Subsaariana depois da Guerra Fria (2018), O foco de Cheng Cheng Cheng na Cooperação Financeira China-África (2018), a análise de Li Pengtao das questões relacionadas ao colonialismo e às mudanças sociais na África Britânica (2019), e a interpretação de Wang Congyue das políticas de segurança dos EUA e da UE no Norte da África (2019). Os jovens ou são proficientes em pesquisa acadêmica, ou têm um amplo escopo. Alguns estão preocupados com um determinado país, como Li Wengang (Nigéria), Jiang Hengkun (Sudão), Xiao Yuhua (Etiópia), Shen Xiaolei (Zimbábue), etc. Alguns estão interessados em temas específicos, tais como a pesquisa de Li Weijian sobre o Islã na África, a ênfase de Zhang Yonghong no conhecimento local, o estudo de He Jian sobre questões oceânicas africanas, o foco de Jiang

Huajie na assistência da China à África, a sonda de Liang Yijian no Sistema de Revisão pelos Pares, o interesse de Wang Tao no anti-terrorismo e a exploração de Zhang Jin no ambiente aquático na África. Zhang Yong é o primeiro estudioso a pesquisar sobre o cinema africano e, com o estudioso africano Dr. Hodan, fez um filme que se tornou conhecido na China e na África. Nos últimos anos, os jovens pesquisadores obtiveram financiamento para projetos tanto do Fundo Nacional quanto do Ministério da Educação. Em 2019, por exemplo, Zhou Yuyuan, Huang Yupei, Jiang Hui, Li Beilei, Zheng Xiaoxia e outros ganharam apoio do Fundo Nacional de Ciências Sociais para projetos sobre as relações dos países africanos, questões da dívida, literatura africana, literatura afro-americana, estudos de mulheres africanas, etc.

Nos últimos anos, os jovens pesquisadores que estudaram no exterior voltaram e demonstraram toda a sua força. Por exemplo, Ha Wei, PhD em políticas públicas pela Universidade de Harvard, voltou a trabalhar na Graduate School of Education da Universidade de Pequim depois de trabalhar no Banco Mundial e em agências das Nações Unidas. Tang Xiaoyang já trabalhou em instituições de pesquisa e universidades estrangeiras após receber seu PhD da Nova Escola de Pesquisa Social em Nova York e agora trabalha no Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Tsinghua. Após graduar-se na Georgetown University, Wen Shuang, que já lecionou na Universidade de Nova Iorque (Abu Dhabi), agora leciona história na Beijing Foreign Studies University. Qiu Yu recebeu seu PhD da Universidade de Cambridge e atualmente leciona na Escola de Etnologia e Sociologia da Universidade de Minzu, na China. Yuan Ding da Universidade Normal de Xangai recebeu dois doutoramentos da Universidade de Yunnan e da Universidade de Leuven ao mesmo tempo. Lu Lingyu, da Universidade de Yunnan, recebeu seu PhD em Ciência Política da Universidade do Missouri. Após graduar-se na Universidade de Westminster, o Dr. Xiang Yu leciona na Escola de Jornalismo e Comunicação da Universidade de Xangai. O Dr. Zhou Yang, da Universidade Agrícola de Nanjing, formou-se na Universidade de Colônia, Alemanha. Chen Liang, da Escola de Sociologia e Antropologia da Universidade de Sun Yat-sen, recebeu seu PhD da Universidade Nacional Australiana, especializado em urbanização e estudos africanos. Yang Beibei, da Escola de Gestão de Saúde da Universidade de Shandong, obteve seu PhD em antropologia médica pela Southern Methodist University. O Programa de Desenvolvimento da Universidade de Tsinghua enviou muitos estudantes ao exterior e o Dr. Gao Liangmin, do Departamento de Sociologia, está entre os primeiros a concluir a graduação. Liu Shaonan da Escola de História, Beijing Normal University, recebeu seu PhD da Michigan State University, o melhor em estudos africanos nos Estados Unidos. Lian Chaoqun e Cheng

Ying obtiveram ambos os graus de mestrado da Universidade de Pequim, completando seus estudos de doutorado na Universidade de Cambridge e na Universidade de Londres, respectivamente. Com seu PhD em Direito pela Universidade de Pequim, Xu Liang obteve seu PhD em História pela Universidade de Harvard. Atualmente, os três se tornaram a espinha dorsal do Centro de Estudos Africanos da Universidade de Pequim.

Alguns estudiosos possuem diplomas de pós-graduação diretamente na África. Por exemplo, a Dra. Sun Xiaomeng, da Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim, recebeu seu mestrado em língua Hausa na Nigéria. Zhang Qiaowen, da China Africa International Business School da Zhejiang Normal University, recebeu seu PhD em administração de empresas da Universidade de Stellenbosch, na África do Sul. A Dra. Ma Xiujie da Escola de Estudos Asiáticos e Africanos, Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim, estudou na Universidade de Rhodes por sete anos. Ela é proficiente em inglês, Xhosa e Zulu, e pode se comunicar com Ndebele e Swazi. Ma Jie, do Instituto de Estudos Internacionais da China, recebeu seu mestrado da Universidade de Addis Abeba. Além disso, muitos jovens chineses estão atualmente estudando para a obtenção de diplomas no exterior. Ainda, os pesquisadores chineses estão cada vez mais confiantes na academia internacional.

O Engajamento dos Estudiosos Chineses na Comunidade Internacional

Não há dúvida de que o estudo africano da China não é tão avançado quanto o esperado, mas a situação está mudando. Os estudiosos chineses têm participado ativamente de intercâmbios acadêmicos ao redor do mundo e gradualmente ganharam reconhecimento da academia internacional. Além da participação de muitos estudiosos chineses em seminários internacionais e projetos de cooperação, e da organização frequente pelas instituições de pesquisa africanas na China de seminários acadêmicos com círculos acadêmicos internacionais, especialmente estudiosos africanos, seu engajamento se reflete em três aspectos: mostrando suas próprias características em alguns campos de pesquisa, recebendo mais atenção da comunidade internacional e aumentando as publicações internacionais.

Os estudiosos chineses começaram a mostrar suas próprias características, o que os tornou notáveis em alguns campos de pesquisa internacional. Justin Yifu Lin e Celestin Monga, um pesquisador camaronês, editaram

The Oxford Handbook of Africa and Economics (Monga and Lin, J. Y. 2015). Os trabalhos sobre cooperação China-África foram editados conjuntamente por estudiosos chineses e internacionais, especialmente africanos (Li, A. e F.Y. Abril de 2013; Shelton, Abril e Li, A. 2015; Berhe e Liu 2013; Monga e Lin, J.Y. 2015; Alden *et al*. 2018). Alguns foram convidados a escrever capítulos relevantes em diferentes enciclopédias ou manuais de várias disciplinas publicados por editoras de renome internacional, tais como Ge Ji, Li Anshan, Xu Liang, Zhang Chun, Sun Xiaomeng, Tang Xiaoyang e Cheng Ying, que apresentaram seus pontos de vista sobre diferentes assuntos, tais como os estudos africanos da China, apolítica africana da China e a imigração chinesa na África, as relações contemporâneas China-África, a reconceitualização do engajamento China-África, a pesquisa da língua africana da China, a zona de cooperação econômica e comercial da África, o intercâmbio dramático África-China (Ge 1997; Li, A. 2013c; Akyeampong e Xu 2015; Zhang, C. 2017; Sun, X. 2019; Tang, X. 2019; Cheng 2019). Alguns se tornaram membros do conselho editorial ou revisores de periódicos internacionais. Organizações governamentais de nações desenvolvidas como os EUA, Grã-Bretanha, França, Alemanha e Japão realizaram seminários sobre as relações China-África e convidaram acadêmicos chineses, ou estão frequentemente enviando pessoal para visitar as instituições de pesquisa africanas da China. O Ministério das Relações Exteriores de outros governos também convidou estudiosos chineses para explicar a situação atual da cooperação China-África[11]. Todos indicam a influência e a competitividade dos acadêmicos chineses no mundo.

A comunidade internacional está aumentando sua atenção aos estudos africanos na China. O professor Na Zhong, presidente honorário da Sociedade Chinesa de Estudos Históricos Africanos, recebeu o primeiro Prêmio Internacional de Língua Árabe Sharjah da UNESCO em Paris, em 25 de outubro de 2001. Em 2002, Yan Haiying foi convidado a participar do projeto de banco de dados de pesquisa dos antigos Jogos Olímpicos gregos, organizado por Willy Clarisse, acadêmico da Academia Real das Ciências da Bélgica e professor do Departamento de Clássicos da KU Leuven. Em

11 Por exemplo, em 13 de junho de 2014, Li Anshan e dois estudiosos noruegueses do Instituto Ch. Michelsen foram convidados a se encontrarem com funcionários do Departamento da África no Ministério das Relações Exteriores da Noruega para trocar ideias sobre as relações China-África. Em 10 de novembro de 2016, após encontro com a Sra. U. Dwarka-Canabady do Ministério das Relações Exteriores das Maurícias, Li Anshan deu uma palestra sobre "Cooperação para o desenvolvimento entre a China e a África": Conceito e prática" no Ministério das Relações Exteriores de Maurício, e trocou idéias com mais de 50 diplomatas, incluindo o Secretário Permanente do Ministério das Relações Exteriores. "O professor Li Anshan, especialista em assuntos africanos, vem às Ilhas Maurício para intercâmbios acadêmicos" , http://www.xifeizaixian.com/rzfz/2416.html.

1998, Jin Shoufu, estudante de doutorado em Egiptologia da Universidade de Heidelberg, participou da escavação do Túmulo de Tebas Amenhotep III pela equipe de arqueologia da Universidade de Waseda do Japão. Em 2000, ele também participou da escavação do Túmulo oficial de Luxor no Egito pela Universidade de Heidelberg. Em 24 de maio de 2013, Yang Lihua e Li Anshan, a convite do Corpo Diplomático Africano na China, proferiram discursos no seminário "Pan-Africanismo e Renascença Africana" realizado no Hotel Kempinski para celebrar o Jubileu de Ouro da União Africana (OUA/AU) em 9 de setembro de 2013. Zhu Weidong foi nomeado para o Painel Comercial Internacional pela Fundação de Arbitragem da África Austral (AFSA)[12] [13]. Em 19 de setembro de 2013, Li Anshan foi convidado a participar do "simpósio para celebrar o 15.° aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e a África do Sul" e proferiu um discurso no lançamento do novo livro editado por ele e pelo acadêmico sul-africano F.Y. April no prédio do Ministério das Relações Exteriores da África do Sul (Li, A. e abril de 2013)[14]. Em 3 de novembro de 2013, Li Anshan foi convidado pela Diretora Geral da UNESCO, Irina Bokova, para participar do Comitê Científico Internacional de História Geral da África da UNESCO (volume 9, posteriormente ampliado para 9-11 volumes), e foi eleito Vice-Presidente do Comitê na primeira reunião realizada no Brasil[15]. O Centro McMillan da Universidade de Yale convidou Li Anshan e Ibrahim Gambari, ex-Ministro das Relações Exteriores da Nigéria e ex Subsecretário Geral das Nações Unidas, para co-presidir o seminário internacional sobre "Relações África-China": Equilíbrio, Crescimento e Futuro Sustentável", realizado na Nigéria de 15 a 18 de março de 2016, e o seminário realizado no Fórum de Pequim da Universidade de Pequim, em novembro

12 "Missão Diplomática Africana na China realizou o Jubileu de Ouro do Seminário da OUA/UA em Pequim",

13 "Zhu Weidong of Center for African Law foi nomeada para o Painel Comercial Internacional pela Fundação de Arbitragem da África Austral", Faculdade de Direito da Universidade de Xiangtan, 4 de novembro de 2013.

14 "China-África do Sul realizou seminário para celebrar o 15.° aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas", Chinanet, 20 de setembro de 2013.

15 "Relatório da reunião: International Scientific Committee for the drafting of Volume IX of the General History of Africa", Salvador, 20-24 de novembro de 2013; Chen Zhenyun, "Let the great African history tell the future--Entrevista com Li Anshan, Vice-Presidente do Comitê Científico Internacional da UNESCO General History of Africa (9-11 Vols.)", *Peking University Gazette*, 10 de janeiro de 2020. Veja também a versão em rede no site The Paper.

de 2017[16]. Em 2018, Liu Haifang foi nomeado membro do Conselho Executivo da Rede de Pesquisa CA/AC. É encorajador que a capacidade de alguns jovens estudiosos tenha sido reconhecida pela academia internacional. Por exemplo, a tese de doutorado de Cheng Ying ganhou o Prêmio de Melhor Tese de Doutorado da Associação de Estudos de Lagos, a primeira entre os acadêmicos chineses. Dr. Liu Shaonan foi o primeiro asiático a receber o Prêmio *Graduate Student Paper* na reunião anual de 2018 da Associação de Estudos Africanos dos EUA.[17] A tese do Dr. Zhou Yang sobre o casamento transcultural entre a China e a África foi premiada com o nível "*sehr gut*: 1.0 (excelente)".

A publicação internacional chinesa também está aumentando. Nos anos 1990, os estudiosos chineses publicaram poucos artigos na academia internacional. Em 1995, Yan Haiying, da Universidade de Pequim, apresentou um artigo na 7.ª Conferência Internacional de Egiptologia, realizada em Cambridge, que atraiu a atenção da comunidade acadêmica internacional (Yan, H. 1998). Após graduar-se na Universidade de Toronto e trabalhar na Universidade de Pequim em 1994, Li Anshan apresentou sua própria visão sobre a história de Gana (Li, A. 1994; 1995). Desde o final do século XX, as pesquisas sobre a África ou as relações China-África foram fortalecidas, e os estudiosos têm publicado cada vez mais internacionalmente, apresentando suas opiniões sob a forma de monografias, antologias ou trabalhos. Por exemplo, Jin Shoufu, da Universidade Fudan, estuda documentos do papiro egípcio antigo e a teocracia (2000; 2001a; 2001b; 2003a; 2003b 2003c; 2004; 2005). As monografias de Li Anshan sondam o domínio colonial e o protesto rural em Gana e a história da China na África (Li, A. 2002a; 2012a). Yan Haiying afirma sua própria visão sobre o Stele de Ptolomeu (Yan, H. 2007). Eles também introduziram o status de pesquisa da China nos círculos internacionais, como o trabalho de Yan Haiying sobre relíquias culturais egípcias antigas coletadas na China (Yan, H. 2006a; 2006b), a análise de Wang Haili sobre métodos de pesquisa chineses de hieróglifos egípcios com a introdução do Professor Liu Wenpeng (Wang, H. 2013; 2015), introdução de Wen Shuang à pesquisa árabe chinesa (Wen, S. 2015), análise de Li Anshan sobre estudos

16 "O Professor Li Anshan, Presidente da Sociedade Chinesa de Estudos Históricos Africanos, foi convidado a co-presidir o seminário sobre Relações China-África", World History Research of China Net. Em 2014, Li Anshan deu palestras/falas como professor da AFRASO na Universidade de Frankfurt. Em 2015 durante a visita do ex-Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, a Universidade de Pequim enviou-lhe de presente as monografias de Li Anshan sobre a história do Gana, tanto em chinês como em inglês.

17 "Graduate Student Paper Prize Winners".

africanos na China em diferentes períodos (2005; 2007c; 2008a; 2010b; 2019; 2019a).

A academia internacional dá mais atenção às obras chinesas, e isto está aumentando muito. Seus trabalhos enfocam principalmente as relações entre a China e a África. K.K. Prah, um estudioso ganense que trabalha agora na África do Sul, o estudioso queniano J. Shikwati, a fundação alemã Boer, e a ONG africana Faham fizeram coletas especiais para seminários sobre a cooperação China-África (Prah 2007; Shikwati 2012; Harneit-Sievers *et al*. 2010), que refletem a compreensão da cooperação China-África entre os dois lados. Três coletâneas de documentos compilados conjuntamente por estudiosos chineses, sul-africanos e etíopes expressam as opiniões representativas de ambos os lados sobre a cooperação China-África. Estas antologias incluem os documentos de Zeng Qiang, Yang Lihua, An Chunying, He Wenping, Hong Yonghong, Li Baoping, Li Zhibiao, Zhang Yongpeng, Liu Hongwu, Shi Lin, Zhang Chun, Liang Yijian, Tang Xiaoyang, Xiao Yuhua, Zhi Yingbiao, Luo Jianbo, Li Xinfeng, Wang Nan, Pang Zhongying, Wang Xuejun, Li Anshan, Xiao Hongyu, Xu Liang, Zeng Aiping, Zhang Weijie, etc., que mostram a compreensão chinesa da parceria sino-africana. Em geral, os pesquisadores chineses discutem a política africana da China e o seu papel e a sua influência (Zeng, Q. 2002; 2010; Li, B. 2007; 2008; Li, A. 2007a; 2008c; Zhang, Y. 2007; He, W. 2008d; 2009a; 2010b; Pan 2011a; 2014; Luo, J. e Zhang, X. 2015; Liu, H. 2017; 2018; Li, X., Li, Y., e Zhang, M. 2019), ou a análise macro da Cooperação BRICs (Li, A. 2013a; Li, H. 2017), cooperação internacional ou a ajuda (He, W. 2010c; Zhang, X. 2011; Liu, H. 2015a), indústria e mineração An 2002; Wang, X. 2013; Tang, X. 2014a; 2014b; 2019; Xu, L.; 2019; Zhao, S. *et al*. 2019), tecnologia econômica (Zeng, Q. 2002; He, W. 2006; 2012a; Tang, X. 2011; 2014c; Liu, H. e Monson 2011; Zhang, J. 2015; Li, A. 2016b), médica e saúde Li, A. 2011a; 2011b; 2011c; 2013d; Lin, S. *et al*. 2016), cultura e educação Liu, H. 2008; 2010; Li, B. e Luo, J. 2013; Li, A. 2011d; 2012b; 2018a; Li, X., Wang, N. e F. Y. Abril de 2013; Li, X., Li,Y. e Zhang, M. 2019; Xiang, Y. 2018a; 2018b; Pan 2019; Qiu 2019), lei e governança (Hong 2007; 2010; Zhu, W. 2008; 2009; 2012; 2013; 2014; 2017; Xia, X. e Xiao, Y. 2011; Zeng, A. 2015), migração nos dois sentidos (Zhang, L. 2008; Li, Z. *et al*. 2009; 2012; Li, A. 2009a; 2010a; 2012a; 2012a; 2015b; 2016a; 2016b; 2017a; 2017b; 2018a; 2018b; Yang, Y. 2011; Niu, D. 2018).

Jovens estudiosos que retornam à China vindos do exterior publicaram muitos artigos internacionalmente. Wen Shuang concentra-se na história das relações China-Egito e intercâmbios Ásia-África (Wen, S. 2014; 2015; 2016; 2016a; 2019). Zhang Qiaowen observou o papel do Fundo de Desenvolvimento China-África (Zhang, Q. 2015a; 2015b). Cheng Ying é especializado

no drama nigeriano e no intercâmbio de dramas chineses e africanos (Cheng 2014; 2016a; 2016b; 2018a; 2018b; 2019). Xu Liang estuda o desenvolvimento econômico da África do Sul e o papel dos chineses (Xu, L. 2015; 2015a; 2017; 2019). Os artigos de Tang Xiaoyang sobre as relações China-África são notados entre os estudiosos (Tang, X. 2016; 2016a; 2018; 2019; 2019a; Monson, Tang, X. e Liu, S. 2017; Brautigam, Weis e Tang 2018). Lian Chaoqun produz artigos sobre política e cultura árabe em inglês e árabe (Lian 2016a; 2016b; 2016c; 2018c). Qiu Yu discute os aspectos sociais do contato China-África, especialmente a ética corporativa (Qiu 2018). Yuan Ding criou um substantivo próprio inglês "Guoke" (过客) com base em seu próprio estudo (Pang, C. e Yuan, D. 2013; Yuan, D. e Pang, D. 2018)[18] e na pesquisa anterior de outros, especialmente o trabalho de Niu Dong sobre africanos em Guangzhou que levou ao conceito chinês "过客". (Niu 2015; 2015a; 2016) que se traduz para "transiente" em seu artigo em inglês (Niu 2018). Liu Shaonan examinou a contribuição dos chineses estrangeiros à sociedade local nigeriana (Liu, S. 2019). The *Journal of Ancient Civilizations*, uma revista em inglês produzida pelo Instituto de História das Civilizações Antigas da Universidade Normal do Nordeste, publicou artigos relevantes (Guo 1995; 1998; 1999; 2002; 2003; 2004). *World History Studies,* uma revista em inglês do Instituto de História Mundial, CASS, também publicou artigos sobre a África (Guo 2015; 2017; Li, A. 2015c; 2017c; Wang, H. 2017; Song, H. e Guo, D. 2018; Guo, X. e Guo, D. 2019). Outras revistas em inglês na China, tais como *Contemporary International Relations,* do Instituto de Relações Internacionais Contemporâneas da China, *China International Studies* do Instituto de Estudos Internacionais da China, *Global Review,* do Instituto de Estudos Internacionais de Xangai e *China International Strategy Review* do Instituto de Estudos Internacionais e Estratégicos da Universidade de Pequim, publicam artigos relacionados ocasionalmente (Liu, H. 2012; He, W. 2012b; Liu, Q. e Zhao, Y. 2016; Zeng A. e Shu, Z. 2018; Li, A. 2018c). O *Journal of China-Africa Studies* (em chinês, inglês e francês), recentemente publicado pelo Instituto China-África, irá proporcionar uma nova plataforma para o intercâmbio internacional dos estudos africanos da China.

Instituições Africanas de Pesquisa na China

Existem três instituições pioneiras na pesquisa africana: o Grupo de Pesquisa da Ásia Ocidental sobre a África, da Academia Chinesa de Ciências,

18 "Yuan Ding: A 'Guo Ke's self-description", 18 de janeiro de 2018.

criado em 1956 e o Instituto da Ásia Ocidental sobre estudos africanos, criado em 1961; o Escritório de Pesquisa de História da África, da Universidade de Pequim, criado em 1958 e o Instituto de Estudos Afro-Asiáticos, criado em 1965; o Escritório de Pesquisa Geográfica Africana, da Universidade de Nanjing, criado em 1964 e o Instituto de Estudos Africanos, criado em 1992. Após a reforma e abertura, muitas universidades estabeleceram instituições de ensino e pesquisa relacionadas à África, incluindo a Universidade de Xiangtan (1978), Universidade Normal da China Oriental (1985), Universidade Normal de Xangai (1998), Universidade de Yunnan (1998), entre outras. Com o estabelecimento da FOCAC e o rápido desenvolvimento das relações China-África, surgiram instituições de pesquisa africanas, como o Centro de Estudos Africanos da Universidade de Pequim (2000), o Centro de Estudos de Educação Africana da Universidade Normal de Zhejiang (2003), rebatizado como Instituto de Estudos Africanos em 2007, o Centro de Estudos Africanos de Educação Profissional da Universidade de Tecnologia e Educação de Tianjin (2005), rebatizado como Centro de Estudos da União Africana em 2012, o Centro de Estudos Africanos de Agricultura da Universidade Agrícola de Nanjing (2006), o Centro de Estudos Africanos da Universidade de Yunnan (2007), o Centro de Estudos Africanos da Universidade Normal da China Oriental (2010), rebatizado como Instituto de Estudos Africanos em 2011, etc. O ensino de línguas africanas começou cedo na China, concentrando-se principalmente no Swahili e Hausa. A Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim, a Universidade de Estudos Estrangeiros de Tianjin, a Universidade de Comunicação da China, a Universidade de Pequim, a Universidade de Estudos Internacionais de Xangai e outras começam agora a dar importância às línguas africanas. Alguns estudantes são enviados à África para aprender swahili, amárico, hausa, iorubá, zulu, xhosa, e outras línguas africanas. Além dos ministérios governamentais e instituições subordinadas (como o Centro de Pesquisa de Desenvolvimento do Conselho Estadual e a Escola do Partido do Comitê Central do CP), mais de 30 instituições de pesquisa africanas foram estabelecidas, com periódicos, relatórios semanais, relatórios anuais, websites e várias publicações.

Dentre as instituições de pesquisa africanas, o IWAAS do CASS tem uma posição insubstituível. Além de suas excelentes instituições, pessoal, condições e financiamento de projetos, publica o *Relatório Anual sobre Desenvolvimento no Oriente Médio e África* ou o *Livro Amarelo do Oriente Médio e África* desde 1998, cobrindo a situação atual e as características dos assuntos africanos anualmente. Em 2012, o *Livro Amarelo da África* e o *Relatório Anual sobre o Desenvolvimento da África* foram separados em publicações próprias, tornando-se, assim, referências importantes para os estudos africanos e a

previsão dos assuntos africanos. Nos últimos anos, sua revista *Ásia Ocidental e África* (criada em 1980) ganhou grande influência sob a redação de An Chunying e Zhan Shiming, promovendo grandemente o estudo das questões africanas e das relações China-África. Em 2019, 10 artigos da revista foram reimpressos por *Resumos de Ciências Sociais Chinesas* e *Materiais Periódicos Fotocopiados pela Universidade Renmin da China*. O Instituto China-África, fundado com base no IWAAS em 2019, tornou sua pesquisa africana mais focada e interagiu com frequência com instituições acadêmicas africanas. O Instituto lançou dois lotes de projetos de pesquisa cooperativa com os acadêmicos africanos (4 no primeiro lote e 14 no segundo), cobrindo aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e outros. O recém-fundado *Journal of China-Africa Studies* aderirá "aos princípios de qualidade acadêmica, inovação e abertura, a revista publicará artigos acadêmicos de alta qualidade sobre estudos africanos, estudos chineses e relações China-África por acadêmicos de todo o mundo", sendo "dedicado à promoção de trabalhos acadêmicos de destaque, facilitando o intercâmbio acadêmico, refletindo novas tendências acadêmicas", o que se acredita ser uma plataforma para a cooperação China-África[19] .

O Centro de Estudos Africanos da Universidade de Pequim foi criado em 2000. Antes da criação do FOCAC, ele foi organizado para realizar um "Fórum Internacional sobre Cooperação China-África", e tem realizado cooperação acadêmica de longo prazo com os principais países africanos, tais como Egito, África do Sul e Nigéria. Além da *Revisão Anual de Estudos Africanos na China*, *PKU African Tele-Info* como revista semanal tem operado por quase 10 anos e publicado mais de 400 números em formato eletrônico com mais de 6000 usuários, tendo um grande impacto no país e no exterior. O Instituto de Estudos Africanos da Universidade de Nanjing tem realizado trabalhos frutíferos sobre a geografia econômica africana. Começou a publicar um relatório anual, o *African Development Studies*, em 2017, e também publicou a compilação de materiais de pesquisa sobre a geografia econômica africana e o desenvolvimento regional em 2019 (6 volumes) incluindo os trabalhos e relatórios sobre questões africanas que não foram tornados públicos durante 1964-1986, os quais têm um importante valor acadêmico e significado prático. Na Universidade de Xiangtan, após o estabelecimento do Centro de Estudos Jurídicos e Sociais Africanos com base em seus estudos africanos, o Centro publicou a *African Law Review*, focalizando a pesquisa jurídica na

19 As instituições envolvidas no primeiro e segundo lotes de projetos de pesquisa conjunta são as da África do Sul, Egito, Etiópia, Quênia, Tanzânia, Zâmbia, Camarões, Ilhas Maurício, Marrocos, etc. O Instituto China-África emitiu a notificação do terceiro lote de projetos de pesquisa conjunta em dezembro de 2019.

África, com ricas realizações. O Centro de Estudos Africanos da Universidade Normal de Xangai alcançou um grande progresso nos últimos anos. Além de realizar regularmente seminários econômicos africanos, também publicou a *African Economic Review* (iniciada em 2012) e o *African Economic Development Report* (iniciado em 2014). O Instituto Africano da Universidade Normal da China Oriental tem seu foco na África Oriental, principalmente na Tanzânia, Uganda, e em outros países. A equipe de pesquisa traduziu quatro volumes de trabalhos de Julius Nyerere e realiza seminários sobre arte africana. Como uma nova força, o Instituto de Estudos Africanos da Universidade Normal de Zhejiang tem feito grandes conquistas. Ele publica *Estudos Africanos, Relatório Anual sobre o Desenvolvimento da África* e *Série de Estudos Africanos*, estabeleceu um Museu Africano e muitos centros de pesquisa para educação, cinema, antropologia, etc. O Centro de Estudos Africanos da Universidade de Yunnan tem produzido muitos trabalhos. Nos últimos anos, ele absorveu talentos e começou a explorar seu próprio foco de acordo com suas características de localização e equipe de pesquisa. A Escola de Estudos Asiáticos e Africanos da Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim (agora Escola de Estudos Africanos independente) há muito tempo tem as características do ensino da língua africana e da pesquisa científica. Ela publica *Estudos Asiáticos e Africanos* (criado em 2007) e tem enviado professores e estudantes para estudar as línguas locais na África. O Centro de Estudos da Mídia Africana da Universidade de Comunicação da China foi fundado em 2012 e tem treinado muitos profissionais para a comunicação e intercâmbio de notícias China-África.

Instituições de pesquisa africanas recém-estabelecidas colocam ênfase no fortalecimento de suas próprias características, algumas delas fazendo pleno uso das vantagens da criação de Institutos Confúcio em países africanos. O Centro de Estudos da União Africana da Universidade de Tecnologia e Educação de Tianjin faz pleno uso do Instituto Confúcio na Etiópia. Por um lado, ele promove o desenvolvimento da cooperação educacional africana. Por outro, compromete-se em realizar pesquisas sobre as organizações da União Africana na política, economia, cultura e outros aspectos para dar apoio intelectual à estratégia nacional. A Universidade de Yangzhou criou o Centro de Estudos Sudaneses em 2012 e recrutou dois pesquisadores sudaneses para cooperar com universidades do Sudão. Suas pesquisas se concentram na história do país durante o período colonial, no movimento islâmico, nas relações exteriores, no ensino superior, no dilema após a mutação política, na produção de um relatório anual e no manual da situação religiosa, etc. O *Centre de Recherche Sur Madagascar,* da Universidade Normal de Jiangxi, emprega dois pesquisadores malgaxes para realizar um

estudo de acompanhamento sobre Madagascar com base na experiência de dez anos e nas realizações do Instituto Confúcio em Madagascar. Seu website tem suas próprias características, especialmente as leis e regulamentos relevantes de Madagascar. A Escola de Sociologia e Antropologia da Universidade Sun Yat-sen, fazendo pleno uso de suas próprias vantagens, realizou dois seminários sucessivos sobre "Relações China-África Antiga e Moderna" com foco na "metodologia de pesquisa de campo da antropologia africana". Também conduziu pesquisas antropológicas de campo na Etiópia e escavações arqueológicas com estudiosos internacionais no Quênia[20]. Fundado em 2016, o Instituto de Estudos Africanos da Universidade de Estudos Estrangeiros de Guangdong presta grande atenção à prática social e realizou uma variedade de atividades no país e no exterior nos últimos anos. O Centro de Estudos Africanos da Universidade de Jinan e o Centro de Estudos Africanos da Universidade de Wuhan confiam principalmente na pesquisa e no ensino de línguas estrangeiras, tendo seus estudos focados nos países africanos de língua francesa. O Centro de Estudos Africanos dos Estados Costeiros da Universidade do Oceano de Zhejiang concentra-se em nove Estados costeiros, incluindo o Senegal. Instituições de pesquisa da Universidade de Relações Exteriores da China, Universidade Normal de Hunan, e outras também estão seguindo o exemplo[21].

O estudo africano na Escola de Antropologia e Sociologia da Universidade de Xiamen foi frutífero devido ao convite do Professor Augustin Holl (que usa o nome chinês Gao Chang) para se juntar à equipe. O professor Gao Chang é um estudioso camaronês e um famoso arqueólogo. Ele já foi Professor/Curador do Museu de Antropologia da Universidade de Michigan (2000-2008) e Vice-Presidente da Université Paris X (2012-2014). A convite da Universidade de Xiamen, ele renunciou ao CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*) em 2017 e foi ensinar no Departamento de Antropologia e Etnologia da Universidade de Xiamen. Mais tarde, ele doou suas coleções arqueológicas e culturais à Universidade de Xiamen para fins de ensino e pesquisa e estabeleceu um laboratório de antropologia arqueológica. Ele conduziu estudantes chineses ao Senegal para escavação arqueológica no verão de 2018 e publicou um grande número de artigos e relatórios de pesquisa em revistas acadêmicas internacionais (Holl 2017; 2018; 2019a; 2019b;

20 Wang Xiaopeng & Lu Duobao, "Restos de consanguinidade chinesa durante o período de Zheng He são descobertos no Quênia", 29 de julho de 2017.

21 Para obter detalhes, consulte "Notes on the chronicle of African studies in China since 1949: Taking the research institutions and academic journals as the main line".

2019c; Holl e Bocoum 2017; Silva Santos, Symanski e Holl 2019)[22]. Em 2017, a Universidade de Ciência e Tecnologia Eletrônica da China criou o Centro de Estudos da África Ocidental (CWAS, na sigla em inglês) em conjunto com cinco universidades em Gana: Universidade de Gana (UG), Universidade de Cape Coast (UCC), Instituto de Gestão e Administração Pública de Gana (GIMPA), Universidade de Educação de Winneba (UEW), Universidade de Estudos para o Desenvolvimento (UDS). Os dois lados realizaram em conjunto um seminário para promover a cooperação na educação e na pesquisa científica. Atualmente, a CWAS emite regularmente relatórios anuais em chinês e inglês. Uma das formas inovadoras da CWAS é que os estudiosos africanos e chineses publiquem artigos juntos. Esta pesquisa conjunta alcançou bons resultados (Ameyaw e Li 2018; Asare e Shao 2018; Asare-Kyire *et al*. 2018; Boadi *et al*. 2018; Boadi *et al*. 2018a; Lartey e Li. 2018; Dumor e Li 2019; Zhao, S. *et al*. 2018). Em 2020, foram publicados dois trabalhos sobre as relações China-África (Tang, X. 2020; Li, A. 2020).

Novas Tendências de Pesquisa Africana na China

O fator mais importante no estudo das artes liberais e das ciências sociais é sua relevância para a sociedade humana. Em termos de estudos regionais e nacionais, sobrevivência, desenvolvimento e meio ambiente (incluindo natureza, sociedade e a comunidade internacional) são preocupações importantes. Tenho estudado a situação atual e os novos interesses dos Estudos Africanos da China, tais como as relações China-África, estudos de país, história africana, economia política, relações internacionais e estudos jurídicos (Li, A. 2016a). Este trabalho apresentará brevemente as novas tendências dos campos e tópicos de pesquisa.

O estudo da África na China começou com o estudo da história egípcia. A egiptologia surgiu com o comércio de escravos e com a expansão colonial europeia. O domínio colonial fez com que o Egito parecesse separado da África e uma extensão da Europa. Com os esforços de estudiosos africanos, inclusive egípcios, a Coleção de História Geral da África da UNESCO (Volumes 1-8) trouxe o Egito de volta à África a partir da perspectiva da história acadêmica. A partir de Xia Nai, o "pai da Egiptologia na China", sendo desenvolvida por Na Zhong, Liu Wenpeng, Yang Haocheng e outras gerações mais antigas, ela foi levada adiante sob a herança de Yan Haiying,

22 "Entrevista em Destaque": Professor Augustin F. C. Holl", Escritório de Cooperação e Intercâmbio Internacional/Escritório das Relações de Taiwan, Hong Kong e Macau, 1.° de novembro, 2019.

Jin Shoufu, Bi Jiankang, e outros. Lin Zhichun, Professor da Universidade Normal do Nordeste, fez contribuições extraordinárias para a Egiptologia na China, e cultivou uma espinha dorsal de estudiosos como Lingfu Ruoming, Yan Haiying, Jin Shoufu, Li Dongxiao, Li Mo, etc. (Lingfu 2003; Guo 2016)[23]. Uma nova geração está surgindo, como mostram as preocupações de Guo Dandong com a história econômica, a ênfase de Wang Haili na história social e o interesse de Guo Zilin pela monarquia autocrática. Na história moderna e contemporânea do Egito, Bi Jiankang analisou a estabilidade política da sociedade egípcia e Wang Tai dedicou atenção à interação entre as três forças básicas no palco político egípcio: estado, sociedade e islamismo político. A equipe de pesquisa nos estudos egípcios é relativamente asseada e os temas são diversificados[24].

A pesquisa antropológica/etnológica e sociológica na África está cada vez mais ativa. Shi Lin e Zhuang Chenyan, da Universidade de Minzu da China, sondaram a metodologia etnológica e as questões étnicas/nacionais africanas. Li Zhigang e Niu Dong analisaram o modo de existência dos africanos na China. Xu Wei observou a antropologia africana, a questão étnica e as relações étnicas, especialmente em Botsuana, através de seu trabalho de campo[25]. Mais importante ainda, nos últimos anos, vários doutores em antropologia/etnologia voltaram à China, tais como Qiu Yu, Yuan Ding, Chen Liang, Yang Beibei, Zhou Yang, etc. Estes jovens estudiosos discutiram a interação social dos imigrantes nos dois sentidos, a trajetória de sobrevivência dos africanos em Guangzhou, a etnografia e urbanização africana, os desafios de saúde e estratégias médicas dos novos imigrantes chineses na África, e a adaptação cultural nos dois sentidos das famílias chinesas/africanas. A Dra. Lei Wen transferiu-se dos estudos de desenvolvimento para a pesquisa antropológica[26]. De 2015 a 2018, Gao Liangmin, da Universidade Tsinghua, conduziu pesquisas etnográficas na Tanzânia, Quênia e áreas circunvizinhas. Estes acadêmicos trouxeram um novo horizonte para o estudo da África e das relações China-África. Etnografia, relações étnicas, adaptação ambiental, mediação de conflitos, etc., entraram no campo da pesquisa. A Universidade

23 O Instituto para a História das Civilizações Antigas da Universidade Normal do Nordeste criou uma aula experimental para jovens estudiosos, que se tornou a espinha dorsal do estudo da história do mundo antigo na China. Ele também dirige uma revista inglesa, *Journal of Ancient Civilizations* (JAC)que fornece uma plataforma para o estudo da Egiptologia, Assiriologia, Estudos Hittistas, etc., que tem promovido fortemente o estudo da Egiptologia na China.

24 Para a Egyptology na China, consulte "Entrada na Egiptologia na China".

25 "Xu Wei: O eu e a antropologia africana--Era, sujeito, plataforma e indivíduo".

26 "Lei Wen:Meu tempo antropológico", 15 de janeiro de 2018.

Normal de Zhejiang criou o Centro de Estudos de Antropologia Africana e realizou várias atividades acadêmicas. A Universidade Minzu da China, a Universidade de Sun Yat-sen e a Universidade de Xiamen organizaram palestras, fóruns e seminários sobre antropologia/etnologia/sociologia africana. A mobilidade étnica transfronteiriça, conflito, adaptação e mediação, interação entre nômades e colonos, a complementaridade entre urbanização e áreas urbanas e rurais, a sabedoria local para resolver as contradições entre homem e natureza e entre homem e homem, e o papel dos grupos de imigrantes africanos devem ser gradualmente incluídos no escopo da pesquisa.

Uma das principais características dos estudos africanos da China é sua estreita conexão com a realidade africana. A interação entre política e economia sempre foi o foco da pesquisa, incluindo vários tópicos como líderes africanos e governança política, política partidária e estratégias de desenvolvimento, democracia e corrupção, ONGs, herança de poder e estabilidade política, questões nacionais e construção nacional, segurança não tradicional e contra-terrorismo, etc. Com a assinatura do Acordo de Livre Comércio Continental Africano, o tema da integração africana está se tornando cada vez mais importante, o que se reflete nas relações entre a UA, a ONU e outras organizações internacionais, a UA e o Tribunal Penal Internacional, a UA e seus Estados membros, e a UA e as organizações regionais africanas. A pesquisa do direito africano é também uma das áreas importantes nos últimos anos. Com o fortalecimento das relações China-África, cada vez mais empresas e imigrantes chineses estão entrando na África, na esperança de compreender as leis dos países africanos, despertando assim a atenção dos estudiosos para esta questão. A série "Direito Africano", editada por Hong Yonghong, fornece uma plataforma para a disseminação do conhecimento e discussão jurídica africana. Zhu Weidong, Xia Xinhua, Li Bojun e outros não apenas traduziram as leis ou sistemas jurídicos africanos, mas também publicaram muitos artigos sobre arbitragem internacional e resolução de disputas. Os estudiosos chineses devem reforçar gradualmente a pesquisa sobre a resolução legal de disputas internacionais, tais como a questão das Ilhas Chagos.

O estudo da economia africana envolve questões como indústria, agricultura, pesca marinha, meio ambiente aquático, pequenas empresas, redução da pobreza, transferência de tecnologia, segurança alimentar, dividendos da população, sustentabilidade da dívida, cooperação e assistência internacional, etc. A nova economia estrutural de Lin Yifu mostra a visão dos estudiosos chineses sobre a economia mundial, especialmente a economia africana, a partir de uma perspectiva única (2012). A equipe de Li Xiaoyun esforçou-se para explorar a questão da eficácia da ajuda através da prática de

aumentar a produção de alimentos na Tanzânia (2019). Devemos fortalecer a pesquisa sobre o Acordo de Livre Comércio Continental Africano e seus efeitos. A zona de livre comércio abrangerá um mercado com uma população de 1,2 bilhão de habitantes e um PIB de 2,5 trilhões de dólares americanos. A Secretaria da zona de livre comércio está localizada em Gana, e seu efeito de *spillover* não pode ser ignorado. A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) é uma organização regional com integração bastante rápida, e sua Conferência Ministerial de 2019 reafirmou que ela aceleraria o processo de integração monetária e lançaria uma moeda única em 2020. Seu papel e sua tendência precisam ser explorados. O estudo de países e regiões (como o Chifre da África, a costa mediterrânea, a região dos Grandes Lagos, a região do Sahel, a bacia do rio Congo, o Golfo da Guiné, as ilhas do Oceano Índico Ocidental) é de grande importância. Com uma compreensão geral do continente, devemos enfatizar suas características, como a relação entre os países que utilizam o franco CFA e a França, a diversificação econômica dos recursos em países como a Nigéria e Angola, e o desenvolvimento dos recursos marinhos dos países costeiros, o papel intermediário das Ilhas Maurício (modelo de desenvolvimento, capital, bens, finanças, etc.), a biodiversidade e o desenvolvimento social de Madagascar, o modelo de governança de Ruanda, a economia da imigração da África do Sul, o papel da diáspora africana, especialmente nos EUA e na Europa, etc.

A literatura africana é um novo campo. Exceto pela introdução de algumas obras no final do século XIX e algumas poucas publicadas em *The Eastern Miscellany* no início do século XX, o estudo da literatura africana na China começou nos anos 60 e a pesquisa sistemática somente após os anos 80. De 1986 a 2016 foram explorados importantes escritores africanos, e cerca de 990 trabalhos sobre literatura africana, abrangendo 16 países africanos, foram publicados em periódicos chineses. A tradução e a introdução concentram-se nas obras de protesto contra o colonialismo ou pela independência nacional, tradição africana ou cultura local, e ganhadores do Prêmio Nobel, com as características de ter mais obras em inglês do que em francês, mais obras masculinas do que femininas, mais romances do que dramas, etc., e há vários projetos para traduzir ou estudar a África, incluindo afro-americanos (汪琳 2015; 黄晖 2016; 陈凤姣 2017; 邓耘 2018). Por exemplo, foram publicados 445 artigos sobre o ganhador do Prêmio Nobel J. M. Coetzee de janeiro de 1986 a junho de 2016 (黄晖 2016) e os trabalhos de pesquisa também estão concentrados em Coetzee (高文惠 2008; 王敬慧 2010; 蔡圣勤 2011; 2011; 2017; 段枫; 2011; 2017; 钟再强 2015; 邵凌 2016; 罗晓燕 2017; 史菊鸿 2017). Pouquíssimos notam autores negros africanos(俞灏东,杨秀琴, and 刘清河 2012). As duas obras editadas por Zhu Zhenwu refletem a

situação geral da pesquisa da China sobre a literatura inglesa africana (朱振武 2019a; 2019b). Nos últimos anos, o estudo sobre a literatura africana expandiu-se dos ganhadores do Nobel para escritores populares, da pesquisa de literatura para a teoria crítica, do geral para o específico. Yao Feng, Sun Xiaomeng, Wang Lin, etc., traduziram a *Literatura Africana – Uma Antologia da Crítica e Teoria*, editada por Tejumola Olaniyan e Ato Quayson, a primeira coleção a introduzir de forma abrangente a teoria e a crítica literária africana, enfatizando a singularidade da filologia africana e destacando as características locais da África.

Há uma discussão sobre a possibilidade de a África fazer pleno uso de suas vantagens para se desenvolver. Se a resposta for sim, quais são as vantagens? Como utilizar essas vantagens? A Ciência Política deve ser profundamente explorada nos aspectos do equilíbrio da tradição política africana e sua racionalidade, as vantagens e desvantagens da introdução contemporânea das eleições democráticas ocidentais, o entusiasmo das pessoas em participar da política e o funcionamento de diferentes grupos de poder. Os países africanos têm encontrado vários problemas, mas resistem a interferências externas e esperam superar as dificuldades com seus próprios esforços. Este crescente senso de autoconsciência, com a Etiópia e Ruanda como modelos, reflete a exploração da África de um caminho de desenvolvimento que se adapta às suas condições nacionais. A localização e autonomia africana é outra questão importante, incluindo a perspectiva africana na cooperação internacional para o desenvolvimento. Por que todas as formas de cultura africana podem sobreviver no atraso econômico e se espalhar e florescer em todo o mundo? Os estudos culturais devem não apenas reconhecer a diversidade e a particularidade das culturas africanas, mas também avaliar seu apelo, adaptabilidade, penetração e influência, incluindo as fronteiras da filosofia, religião e da tradição africana. A política internacional e as relações internacionais devem fortalecer a discussão sobre o papel da África na arena internacional, incluindo o papel da África nas Nações Unidas e a relação equilibrada entre a África e as grandes potências. A área do franco CFA na África é extremamente dependente da França em todos os aspectos, o que é uma dependência imposta pelo antigo suserano. Tudo isso deve ser explorado com cuidado.

Conclusão

Os estudos africanos da China ganharam novo ímpeto. Deve-se reconhecer que as pesquisas sobre a temática ainda são bastante fracas na China,

e o estudo das relações China-África tende a ser muito tendencioso e carece de profundidade. A pesquisa orientada às políticas deve ser objetiva e baseada em investigações acadêmicas profundas. Estamos ansiosos para conduzir uma cooperação acadêmica abrangente com colegas africanos e acadêmicos internacionais, prestando mais atenção aos países ou tópicos, bem como a um sólido trabalho de campo e de pesquisa interdisciplinar. Os estudos africanos da China devem tratar das seguintes relações: discussão acadêmica e prática social, popularização do conhecimento e pesquisa aprofundada, estudo de casos e generalização teórica, microanálise e macro significado, país, região e pesquisa global, etc. Estou cheio de confiança para a pesquisa da China na África[27].

REFERÊNCIAS

Estudos em chinês:[28]

安春英, 2017.《"一带一路"背景下的中非粮食安全合作:战略对接与路径选择》,《亚太安全与海洋研究》, 第2期。

——,2018.《非传统安全视阈下的中非安全合作》,《当代世界》, 第5期。

——,2019.《中国对非减贫合作:理念演变与实践特点》,《国际问题研究》, 第3期。

鲍秀文、汪琳主编, 2016.《20世纪非洲名家名著导论》, 浙江人民出版社。

毕健康, 2016.《穆巴拉克功过再审视》, 马晓霖主编《中东观察:2011—2016年》, 中国民主法制出版社。

——, 2017.《"一带一路"与非洲工业化——以中埃经贸合作区和亚吉铁路为例》,《新丝路学刊》, 第1期。

——, 2018.《伊斯兰教与埃及现代化悖论》,《中央社会主义学院学报》, 第5期。

毕健康、陈勇, 2016.《埃及国际劳工移民与社会流动问题刍议》,《阿拉伯世界研究》, 第6期。

27 Zhang Mengying & Wu He, "Chin's African studies and my research path--Entrevista com Professor da Universidade de Pequim e Diretor do Centro de Estudos Africanos LI Anshan". Social Sciences Net, 9 de novembro de 2017. Chinese.

28 A maioria das obras chinesas é publicada em revistas acadêmicas ou livros durante o período de 2016-2019. Devido ao espaço limitado, os artigos ou traduções publicados em coleções de papel, anuários, jornais, redes não estão incluídos.

——, 2017.《当代埃及国内劳工移民与工业化问题评析》,《阿拉伯世界研究》第6期。

毕健康、陈丽蓉, 2017.《索马里难民治理的困局及出路》,《西亚非洲》, 第6期。

——, 2019.《论当代埃及的社会结构与发展困境》,《阿拉伯世界研究》, 第2期。

蔡高强、朱伟东主编, 2016.《西部非洲地区性经贸组织法律制度专题研究》, 湘潭大学出版社。

——, 2016.《东南部非洲地区性经贸组织法律制度专题研究》, 湘潭大学出版社。

——, 2017.《南非经贸投资法律制度专题研究》, 湘潭大学出版社。

——, 2017.《南非劳工法律制度专题研究》, 湘潭大学出版社。

蔡圣勤, 2011.《孤岛意识:帝国流散群知识分子的书写状况——库切的创作与批评思想研究》, 武汉大学出版社。

——, 2011.《库切研究与后殖民文学》, 武汉大学出版社。

——, 2017.《论库切写作的实验性创新与现代主义表征》, 武汉大学出版社。

曹德军、张春, 2017.《21世纪以来的中非关系研究——张春研究员访谈》,《国际政治研究》, 第1期。

曹峰毓, 2017.《几内亚湾海盗问题及其治理》,《西亚非洲》, 第6期。

曹峰毓、王涛, 2017.《南亚区域合作的历程、成效及挑战》,《太平洋学报》, 第10期。

陈凤姣, 2017.《非洲诺奖作家研究在中国:回顾及意义》,《求索》, 第4期。

陈天杜、彭超, 2019.《穆巴拉克时期科普特人生存状况及困境》,《世界民族》, 第1期。

程诚, 2018.《"一带一路"中非发展合作新模式:"造血金融"如何改变非洲》, 中国人民大学出版社。

程莹, 2016.《卡琳巴博<论戏剧的生成>》,《中国学术》, 总第36期。

——, 2017.《"我们的传统是非常现代的传统":解读非洲文本的另类方式》,《中国图书评论》, 第4期。

——, 2018.《"日常的政治":非洲文学研究与大众文化的视角》,《比较文学与跨文化研究》, 第1期。

——, 2019.《传统作为介入现实的方式:如何理解非洲现代书写与艺术实践中的"复魅"》,《文艺理论与批评》, 第5期。

程莹、王上, 2016.《第十六章 非洲戏剧》, 陆瑾主编:《戏剧鉴赏》, 北京大学出版社。

邓延庭, 2017.《蒙内铁路：东非跨境铁路建设新模式》,《国际经济合作》, 第9期。

——, 2019.《“一带一路”倡议引领下的东非现代化铁路互联互通建设》,《西亚非洲》, 第2期。

邓耘, 2018.《近百年来非洲文学在中国翻译出版的特征与困境探析》,《出版发行研究》, 第3期。

段枫, 2011.《历史话语的挑战者——库切四部开放性和圣诞性的小说研究》, 复旦大学出版社。

——, 2017.《想象不可想象之事——库切的小说创作观及其后现代语境》, 复旦大学出版社。

房俊晗、任航、罗莹、张振克, 2019.《非洲沿海国家海洋渔业资源开发利用现状》,《热带地理》, 第3期。

冯定雄, 2019.《古希腊作家笔下的埃塞俄比亚人》,《世界民族》, 第1期。

高良敏, 2017.《“鬣狗事件”：一个有关马拉维启蒙仪式的人类学研究》,《北方民族大学学报（哲学社会科学版）》, 第4期。

高良敏、景军、程峰, 2016.《由援助到共融：从抗击埃博拉看中国参与全球健康理的变迁》,《中国卫生政策研究》, 第1期。

高良敏、齐腾飞, 2019.《存与续：东非传统医学的叙述与实践》,《社会学评论》, 第5期。

高良敏、程峰, 2019.《“阿迦汗发展网络”：东非百年全球卫生治理经验与借鉴》,《太平洋学报》, 第7期。

——, 2019.《多方在场：中非公共卫生合作新视角》,《中国投资》, 第10期。

高良敏、齐腾飞、徐俊芳、景军、张磊、程峰, 2019.《坦桑尼亚艾滋病流行新态势及跨学科关注的必要性探讨》,《中华流行病学杂志》, 第11期。

高天宜, 2018.《从选举制度变革探析坦桑尼亚政党政治的演变》,《西亚非洲》, 第6期。

高文惠, 2008.《后殖民文化语境中的库切》, 中国社会科学出版社。

——, 2015.《依附与剥离——后殖民文化语境中的黑非洲英语写作》, 中国社会科学出版社。

顾坚, 2016.《伊斯兰复兴主义背景下的苏丹政治现代化问题研究述评》,《阿拉伯研究论丛》, 第2期。

——, 2017.《1896-1899年的英国苏丹远征研究》,《阿拉伯研究论丛》, 第1期。

——, 2017.《人文精神视角下<昂泰拉传奇>的英雄观研究》,《盐城师范学院学报（人文社会科学版）》, 第4期。

——, 2017.《<昂泰拉传奇>中的阿拉伯游牧文化传统》,《语文学刊》, 第2期。
——, 2018.《政治视角下<昂泰拉传奇>中的骑士与王权》,《语文学刊》, 第2期。
——, 2019.《阿拉伯史诗<昂泰拉传奇>的命运观研究》,《语文学刊》, 第1期。
——, 2019.《阿拉伯史诗<昂泰拉传奇>的口头语言程式》,《语文学刊》, 第4期。
古萍, 2017.《谈谈中阿古代交往的模式》,《阿拉伯学研究》, 第6期。
关培凤, 2017.《非洲边界和领土争端解决模式研究》, 社会科学文献出版社。
——, 2018.《外部干预与索马里—埃塞俄比亚边界争端》,《西亚非洲》, 第3期。
郭丹彤, 2005.《古代埃及对外关系研究》, 黑龙江人民出版社。
——, 2011.《埃及与东地中海世界的交往》, 社会科学文献出版社。
——, 2015.《古代埃及象形文字文献译注(三卷)》, 东北师范大学出版社。
——, 2016.《论古代埃及的赋税体系》,《东北师大学报》, 第3期。
——, 2016.《论中王国时期埃及与迦南的关系》,《外国问题研究》, 第2期。
——, 2016.《法老时代埃及土地私有化现象研究》,《历史研究》, 第4期。
——, 2017.《埃及人心中的异邦》,《东北师大学报》, 第3期。
——, 2017.《论埃及古王国时期国库的职能》,《历史教学(下半月刊)》, 第4期。
——, 2018.《 国库与古代埃及王室垄断经济》,《东北师大学报》, 第4期。
——, 2019.《古代埃及法老时代的奴隶辨析》,《新史学》, 第22辑。
——, 2019.《古代埃及劳动力的征募与管理》,《杭州师范大学学报》, 第6期。
郭丹彤、黄薇, 2019.《古代近东文明文献读本》, 中西书局。
郭佳, 2016.《撒哈拉以南非洲基督教的历史与现实》,《世界宗教文化》, 第3期。
——, 2017.《后埃博拉时期中非卫生合作的趋向、挑战与建议》,《国际展望》, 第2期。
——, 2017.《"一带一路"倡议实施中的宗教风险探析——非洲基督教的视角》,《世界宗教文化》, 第3期。
——, 2018.《基督教会在非洲国家政治危机中的角色评析——基于刚果(金)的个案研究》,《世界宗教文化》, 第3期。

郭炯、洪永红, 2017.《全球网络治理的法律困境与出路》,《湘潭大学学报》, 第3期。

郭晓莹, 2016.《阿拉伯语中的名词化现象及其语篇功能》,《阿拉伯学研究》, 第1期。

——, 2017.《苏丹高等教育发展的现状与问题研究》,《阿拉伯学研究》, 第6期。

——, 2018.《一位埃及学者眼中的中国经验》,《盐城师范学院学报(人文社科版)》, 第3期。

郭子林, 2008.《垦荒播种　奠基绝学——刘文鹏先生的史学贡献》,《世界历史》, 第2期。

——, 2016.《中国埃及学研究三十年综述》,《西亚非洲》, 第1期。

哈巍、卢可伦、康乐, 2018.《中国对非洲国家的教育援助是否具有能源导向?》,《复旦教育论坛》, 第2期。

哈巍、陈东阳, 2019.《孔子学院与来华留学生规模的实证研究——基于135个国家面板数据(2004-2015)》,《教育发展研究》, 第1期。

杭聪, 2016.《战后英美在英属撒哈拉以南非洲的经济伙伴关系(1945—1964)——基于英国政策的考察》,《世界历史》, 第6期。

——, 2019.《英国国内政治与帝国解体》,《学术探索》, 第4期。

——, 2019.《南非土地问题的缘起、演进和前景》,《当代世界》, 第3期。

——, 2019.《战后英属撒哈拉以南非洲帝国解体原因新探》,《苏州科技大学学报》, 第1期。

贺鉴, 2018.《北非阿拉伯国家宪法变迁与政治发展研究》, 社会科学文献出版社,

第12期。

——, 2018.《大陆法系对南非宪法的影响——以法、德两国宪法对南非宪法的影响为例》,《法律文化研究》, 第11辑。

贺鉴、段钰琳, 2017.《论中非海洋渔业合作》,《中国海洋大学学报(社会科学版)》, 第1期。

贺鉴、庞梦琦, 2017.《论中非海上通道合作——以国际政治经济学为视角》,《湘潭大学学报(哲学社会科学版)》, 第3期。

贺鉴、王玉全, 2018.《非洲国家涉海条款入宪及其对中国的启示》,《西亚非洲》, 第6期。

贺鉴、张小虎, 2018.《磨砺十载,拓荒之作——夏新华教授与<非洲法律文化史论>》, 第11辑。

贺鉴、堵泽西, 2019.《新时期中埃蓝色伙伴关系构建——基于SWOT-APH分析法》,《中国海洋大学学报(社会科学版)》, 第4期。

贺鉴、王雪, 2019.《全球海洋治理视野下中非“蓝色伙伴关系”的建构》,《太平洋学报》, 第2期。

贺文萍, 2016.《中非关系:理性平衡及前瞻发展视角》,《当代世界》第9期。

——, 2017.《中国经验与非洲发展:借鉴、融合与创新》,《西亚非洲》, 第4期。

——, 2017.《特朗普当选对非洲及中非关系的影响》,《当代世界》, 第4期。

——, 2018.《“中非命运共同体”与中国特色大国外交》,《国际展望》, 第4期。

——, 2018.《以更大的战略定力构建中非命运共同体》,《人民论坛》, 第25期。

洪永红、郭炯, 2016.《论国际法发展的新趋势》,《湘潭大学学报》, 第1期。

洪永红、黄星永, 2019.《“一带一路”倡议下中企对非投资劳动法律风险及应对》,《湘潭大学学报》, 第3期。

侯发兵, 2017.《卢旺达的民族身份解构:反思与启示》, 第1期。

黄晖, 2016.《非洲文学研究在中国》,《外国文学研究》, 第3期。

黄庆娇、颜海英, 2016.《<金字塔铭文>与古埃及复活仪式》,《古代文明》, 第4期。

黄星永、洪永红, 2018.《南部非洲国家劳动法趋同化路径分析》,《民商法论丛》, 第66期。

——, 2019.《新南非劳动权的嬗变及中资企业的应对》,《湘潭大学学报》, 第1期。

黄玉沛, 2016.《曼德拉时期南非“黑人经济振兴”评析》,《史学集刊》, 第5期。

蒋华杰, 2016.《二十世纪六十年代在华非洲学生“退学现象”分析》,《党史研究与教学》, 第2期。

——, 2016.《国际冷战、革命外交与对外援助——中国对非援助政策形成的再考察(1956-1965)》, 第5期。

——, 2019. 《现代化、国家安全与对外援助——中国援非政策演变再思考(1970-1983)》,《外交评论》, 第6期。

蒋晖, 2016.《欧洲语言霸权是后殖民理论的灵魂》,《文艺理论与批评》, 第1期。

——, 2016.《论现代非洲文学是天然的左翼文学》,《文艺理论与批评》, 第2期。

——, 2016.《是逆写帝国还是帝国逆写?》,《读书》, 第5期。

——, 2016.《关于非洲国家社会主义运动的几点断想》,《台湾社会研究季刊》, 第6期。

——, 2016.《苏珊·巴顿与写不出来的非洲小说——库切<福>的阅读笔记》,《艺术手册》, 第12期。

——, 2017.《“我们是最后的诗人——采访南非著名诗人凯奥拉佩策·考斯尔》《文艺理论与批评》, 第1期。

——, 2017.《黑皮肤, 白面具——访南非女诗人菲利帕·维利叶斯》,《文学理论与批评》, 第2期。

——, 2017.《非洲:作为臣民与主体的历史》,《中国读书评论》, 第4期。

——, 2017.《马里卡纳没有来临的春天》,《读书》, 第6期。

——, 2017.《南非“学费必须下降”的学生运动与人民教育道路的失败》,《区域》, 第1期。

——, 2017.《载道还是西化:中国应有怎样的非洲文学研究?》《山东社会科学》, 第6期。

——, 2017.《当自由突然来临——访南非小说家尼克·穆隆戈》,《文艺理论与批评》, 第6期。

——, 2018.《在酒楼上——访南非小说家弗雷德·库马洛》,《文艺理论语批评》, 第2期。

——, 2018.《生活在工人中间的学生——访南非诗人姆普特拉尼·布费洛》,《文艺理论语批评》, 第4期。

——, 2019.《“去族群化”:大屠杀后卢旺达身份政治的重建》,《世界民族》, 第1期。

蒋晖、孙晓萌, 2017.《非洲:作为臣民与主体的历史》,《中国图书评论》, 第4期。

金玲, 2019.《欧盟的非洲政策调整:话语、行为与身份重塑》,《西亚非洲》, 第2期。

孔凡倩、郭丹彤, 2018.《古代埃及社会中的舍尔登人》,《世界民族》, 第6期。

李安山, 2006.《20世纪中国的非洲研究》,《国际政治研究》, 第4期。

——, 2016.《国际政治话语中的中国移民:以非洲为例》,《西亚非洲》, 第1期。

——, 2017.《试析二战以后非洲华人宗教意识的变迁与融合》,《华侨华人历史究》, 第3期。

——, 2017.《浅析战后非洲华侨华人文化生活的演变》,《八桂侨刊》, 第3期。

——, 2017.《试论非洲华人社团的传承与演变(1950-2016)》,《世界民族》, 第5期。

——, 2017.《二战后非洲华人社会生活的嬗变》,《西亚非洲》第5期

——, 2017.《战后非洲中国移民人口状况的动态分析》,《国际政治研究》, 第6期。

——, 2018.《非洲留学生在中国:历史、现实与思考》,《西亚非洲》, 第5期。

——, 2018.《释“文化互鉴”》,《西北工业大学学报(社会科学版)》, 第4期。

——, 2018.《非洲华侨与民国政府的互动关系(1911-1949)》,《历史教学问题》, 第1期。

——, 2018.《人类命运共同体视阈下中非产能合作:潜力、优势与风险》,《统一战线学研究》, 第3期。

——, 2018.《中国国际移民的安全保护:责任的提升与外延》,《公安学研究》, 第5期。

——, 2018.《2018年中非合作论坛峰会展望:优势与挑战》,《当代世界》, 第7期。

——, 2019.《利比亚的部落因素与卡扎菲的民族政策》》,《世界民族》, 第1期。

——, 2019.《古代中非交往史料补遗与辨析》,《史林》, 第2期。

——, 2019.《浅谈非洲自主性的历史与现实》, 王缉思主编:《中国国际战略评论》(上), 世界知识出版社。

——, 2019.《非洲华人社会经济史》(上、中、下), 江苏人民出版社。

李蓓蕾、谭惠娟, 2017.《论美国非裔种族冒充小说的恶作剧叙事》,《外国文学研究》, 第5期。

李长林, 2009.《高尚的风范、深厚的情谊永驻世间——纪念刘文鹏先生逝世二周年》,《内蒙古民族大学学报(社会科学版)》, 第4期。

李常磊主编, 2017.《非洲法语国家研究(第1辑)》, 山东大学出版社。

李丹, 2017.《本土化视野下的坦桑尼亚教学语言问题》,《西亚非洲》, 第3期。

李洪峰, 2017.《茉莉花革命后突尼斯经济状况分析及展望》,《法语国家与地区研究》, 第1期。

——, 2017.《乍得(列国志)》, 社会科学文献出版社。

——, 2019.《21世纪以来西共体对成员国内部政治动荡的应对》,《法语国家与地区研究》, 第2期。

李靖堃, 2019.《“全球英国”理念下英国对非洲政策的调整》,《西亚非洲》, 第2期。

李鹏涛, 2016.《殖民地农业发展计划与非洲农村反抗的兴起》,《史林》, 第1期。

——, 2016.《特伦斯·兰杰及其非洲史研究》,《史学理论研究》, 第3期。

——, 2016.《东非印度人的历史与现状》,《世界民族》, 第6期。
——, 2017.《英属中部和东部非洲殖民地的城镇劳动力政策》,《世界历史》, 第2期。
——, 2017.《坦桑尼亚革命党的发展前景及面临的挑战》,《当代世界与社会主义》, 第5期。
——, 2018.《肯尼亚索马里人的由来与现状》,《世界民族》, 第5期。
——, 2018.《近二十年来非洲环境史研究的新动向》,《史学理论研究》, 第4期。
——, 2019.《殖民主义与非洲社会变迁——以英属非洲殖地民为中心(1890-1960)》, 社会科学文献出版社。
——, 2019.《英属非洲殖民地的禁酒政策》,《史学集刊》, 第4期。
——, 2019.《非洲经济史研究的新进展》,《史林》, 第1期。
李维建, 2011.《西部非洲伊斯兰教历史研究》, 社会科学文献出版社。
——, 2016.《当代非洲苏非主义:挑战与出路》,《世界宗教研究》, 第3期。
——, 2016.《苏瓦里传统与非洲伊斯兰教的地方化》,《世界宗教文化》, 第3期。
——, 2017.《当代非洲宗教生态》,《世界宗教文化》, 第3期。
——, 2018.《十九世纪西部非洲圣战运动研究》, 中国社会科学出版社。
——, 2018.《从"效忠与拒绝"理论探析当代伊斯兰极端主义产生的根源》,《西亚非洲》, 第3期。
——, 2018.《当代伊斯兰教赛莱菲主义的理论与实践》,《世界宗教研究》, 第2期。
——, 2019.《十九世纪西非圣战运动的性质与影响》,《世界宗教文化》, 第2期。
李文刚, 2016.《尼日利亚面临的挑战与策略选择》,《当代世界》, 第5期。
——, 2017.《尼日利亚伊斯兰教什叶派初探》,《世界宗教文化》, 第3期。
——, 2017.《撒哈拉以南非洲的伊斯兰主义》,《阿拉伯世界研究》, 第2期。
——, 2018.《"博科圣地"的演变与尼日利亚反恐政策评析》,《阿拉伯世界研究》,第4期。
——, 2018.《尼日利亚农牧民冲突:超越民族宗教因素的解读》,《西亚非洲》, 第3期。
——, 2019.《"一带一路"背景下尼日利亚宗教格局及宗教风险分析》,《世界宗教文化》, 第2期。
——, 2019.《2019年总统选举与尼日利亚政党政治特点评析》,《当代世界》, 第4期。

李小云, 2019.《发展援助的未来》, 中信出版社。

李新烽, 2017.《中国参与几内亚湾地区和平与安全合作:挑战与深化路径》,《国际问题研究》, 第4期。

——, 2018.《冲突框架与中立转向:2002-2006年BBC中非关系报道分析》,《新闻与传播研究》, 第3期。

——, 2018.《美国新生大国转型期的国际话语权建构》,《世界经济与政治》, 第7期。

——, 2018.《超越西方"他者"视角:中非媒体的"自我"建构》,《新闻爱好者》, 第7期。

——, 2019.《中非关系与"一带一路"建设》,《求是》, 第8期。

——, 2019.《自主自强已成非洲国家共识》,《人民论坛》, 第8期下(特)。

李新烽、李玉洁, 2018.《新面孔与新变革:中国媒体改变非洲传媒格局》,《湖南师范大学社会科学学报》, 第3期。

李新烽、张春宇, 2018.《非洲面临哪些安全威胁》,《人民论坛》, 第10期。

李新烽、格雷戈里·休斯敦等主编, 2019.《非洲华侨华人报告》, 中国社会科学出版社。

李新烽、邓延庭, 2019.《蒙内铁路:"一带一路"在非洲行稳致远》,《陕西师范大学学报(哲学社会科学版)》, 第5期。

李新烽, 郑一钧, 2018.郑和远航非洲与21世纪海上丝绸之路, 中国社会科学出版社。

李智彪, 2016.《非洲工业化战略与中非工业化合作战略思考》,《西亚非洲》, 第5期。

——, 2017.《大宗商品低迷期非洲面临三重危机挑战——以非洲五大经济体为例》,《当代世界》, 第12期。

——, 2016.《"一带一路"框架下的中非产能合作与非洲工业化》,《中国国际战略评论2016》, 世界知识出版社。

——, 2017.《"革命"之后的语言—政治关系反思》,《中国图书评论》, 第4期。

廉超群, 2019.《<2019中东和北非风险状况报告>评析》,《世界知识》, 第13期。

梁益坚, 2017.《非盟地区治理:非洲相互审查机制探微》,《西亚非洲》, 第6期。

——, 2018.《非洲新型工业化趋势下的重点领域探析》,《海外投资与出口信贷》, 第4期。

梁益坚、王锦, 2018.《撒哈拉以南非洲人口红利与国家政策取向》,《西亚非洲》, 第6期。

林毅夫, 2012.《新结构经济学》, 北京大学出版社。

令孤若明, 2003.《中国的埃及学研究》,《史学集刊》, 第3期。

刘成富, 2018.《非洲概况与中非关系》, 南京大学出版社。

刘冬, 2018.《中国与北非经贸合作的转型升级》,《中国金融》, 第17期。

——, 2019.《中国摩洛哥开展国际产能合作的现实基础》,《阿拉伯世界研究》, 第2期。

刘海方, 2019.《非洲重回世界中心还是大国在非洲博弈?》, 王缉思主编:《中国国际战略评论(上)》, 世界知识出版社。

刘海方、刘均主编, 2017.《赞比亚农业外国直接投资:减贫和发展的机会与挑战》, 社会科学文献出版社。

刘海方、宛如、刘均、柯文卿主编, 2018.《非洲农业的转型发展与南南合作》, 社会科学文献出版社。

刘鸿武, 2016.《新时期中非合作关系研究》, 经济科学出版社。

——, 2016.《非洲研究的"中国学派":如何可能?》,《西亚非洲》, 第3期。

——, 2017.《从中国边疆到非洲大陆-跨文化区域研究行与思》, 世界知识出版社。

——, 2018.《命运共同体视域下中非共享知识体系的建构》,《西亚非洲》, 第5期。

——, 2019.《非洲学发凡》, 人民出版社。

刘鸿武、徐薇主编, 2018.《中国—南非人文交流发展报告(2016—2017年)》, 浙江人民出版社。

刘金虎、郭丹彤, 2016.《古代埃及<金字塔铭文>中的早期托特神崇拜》,《史学集刊》, 第2期。

刘兰, 2016.《南非种族隔离时期的教育制度与种族分层劳动力市场的形成》,《世界民族》, 第2期。

——, 2017.《南非白人政府干预与白人贫困问题的解决》,《开发研究》, 第4期。

刘青建, 2018.《中非合作发展的先导作用与对中国"一带一路"倡议》,《当代世界》, 第6期。

——, 2018.《合作发展:非洲发展的选择与中非合作的示范效应》,《教学与研究》, 第1期。

刘青建、赵雅婷, 2018.《欧盟发展援助与加纳民主政治发展探析》,《国际论坛》, 第2期。

刘青建、赵晨光、王聪悦, 2019.《中国对非洲关系的国际环境研究》, 社会科学文献出版社。

刘伟才, 2016.《论非洲的“非正式一体化”》,《上海师范大学学报(哲社版)》, 第2期。

——, 2016.《赞比亚的非政府组织初探》,《西亚非洲》, 第4期。

——, 2016.《范西纳的非洲史研究》,《世界历史》, 第6期。

——, 2017.《赞比亚政教关系的历史透视——基于殖民当局与传教会通信的研究》,《史学集刊》, 第1期。

——, 2017.《“一带一路”在非洲的适用范围与实施》,《国别和区域研究》。

——, 2017.《塞西尔·罗得斯传》, 上海社会科学院出版社(译著)。

——, 2018.《非行者言:19世纪英国人非洲行居记录的史料价值及其利用》, 上海社会科学院出版社。

——, 2018.《19世纪英国人非洲行记中的经济史资料及其利用》,《上海师范大学学报(哲学社会科学版)》, 第4期。

——, 2019.《冷战时期美苏在非洲争夺的得失与教训》,《边疆与周边问题研究》, 2019年第2期。

——, 2019.《非洲经济史:内部发展与外部依赖》, 上海社会科学院出版社(译著校对)。

刘文鹏, 2002.《埃及学与中国》,《史学理论研究》, 第1期。

刘中伟, 2017.《美国对非政策的动因与走向》,《国际论坛》, 第5期。

——, 2018.《德国默克尔政府的非洲政策及对中非关系的态度》,《当代世界》第9期。

——, 2019.《美非关系中“俄罗斯因素”的历史嬗变》,《西亚非洲》, 第2期。

龙翔, 2016.《经济危机对阿拉伯剧变的引发作用——以突尼斯为例》,《现代经济信息》, 第2期。

——, 2016.《从农业角度观察埃及变革的发生》,《现代经济信息》, 第10期。

卢凌宇, 2016.《非洲的可持续发展:挑战与应对》,《国际问题研究》, 第 4 期。

——, 2016.《西方学者对非洲国家能力(1970-2012)的分析与解读》,《国际政治研究》, 第 4 期。

——, 2018.《战争与撒哈拉以南非洲国家建设》,《世界经济与政治》, 第 11 期。

卢凌宇、赵迎节, 2016. 《国内冲突的扩散:影响因素、理论盲区和研究方法》,《国外社会科学》, 第4期。

罗晓燕, 2017.《库切的后期创作与西马思潮影响》, 南开大学出版社。

马千里, 2018.《“中国非遗代表性项目名录”列入标准研究》,《文化遗产》, 第 4 期。

——, 2018.《“非遗”清单编制与非洲裔巴西人文化权利维护:历史、现实与启示》,《世界民族》, 第 1 期。

马秀杰, 2019.《南非不同时期的语言政策及其在民族认同和构建中所产生的影响》,《语言政策与规划研究》, 第1期。

马秀杰、王文斌, 2019.《从与汉、英的对比和比较角度论祖鲁语的时间性特质》,《北京科技大学学报(社会科学版)》, 第2期。

纳忠, 1963.《埃及近现代简史》, 三联书店。

——, 1999.《阿拉伯通史》, 商务印书馆。

南淑华、郭丹彤, 2016.《论托勒密时期奥西里斯神崇拜》,《北方论丛》, 第5期。

——, 2017.《论罗马统治埃及时期的奥西里斯崇拜》,《古代文明》, 第3期。

宁彧、王涛, 2017.《索马里青年党的意识形态与身份塑造》,《世界民族》, 第3期。

牛长松, 2017.《津巴布韦高等教育研究》, 东北师范大学出版社。

牛冬, 2015.《移民还是过客?——广漂非洲人的现状观察》,《文化纵横》, 第3期。

——, 2015.《“过客社团”:广州非洲人的社会组织 》,《社会学研究》, 第2期。

——, 2016.《“过客家户”:广州非洲人的亲属关系和居住方式》,《开放时代》, 第4期。

彭姝祎, 2019.《从戴高乐到马克龙:法国的非洲政策变化轨迹与内在逻辑》,《西亚非洲》, 第2期。

朴英姬, 2016.《跨国公司在发展中国家的社会责任》,《国际经济合作》, 第6期。

——, 2017.《跨国石油公司社会责任与尼日利亚的可持续发展》,《西亚非洲》, 第1期。

——, 2018.《全球金融危机后非洲经济发展的新变化》,《国际论坛》, 第6期。

——, 2018.《非洲的可持续城市化:挑战与因应之策》,《区域与全球发展》, 第2期。

青觉、朱鹏飞, 2019.《从宽恕到宽容:后冲突时代南非社会和解与转型正义之反思——基于开普敦地区的田野调查研究》,《世界民族》, 第1期。

邱昱, 2016.《清洁与危险:中-尼亲密关系里的去污名化技术和身份政治》,《开放时代》, 第4期。

任航、张振克、蒋生楠、王卿、胡昊, 2018.《非洲港口城市分布特征及其港城规模关系比较》,《人文地理》, 第6期。

任航、童瑞凤、张振克、蒋生楠、汪欢, 2018.《南非海洋经济发展现状与中国-南非海洋经济合作展望》,《世界地理研究》, 第4期。

邵凌, 2016.《库切作品与后现代文化景观》, 高等教育出版社。

沈晓雷, 2016.《津巴布韦殖民时期的土地剥夺、种族隔离与民族反抗》,《世界民族》, 第4期 。

——, 2016.《通往和平与繁荣之路——非洲工业化的全球红利》,《国外社会科学》, 第4期。

——, 2017.《南苏丹的和平进程与国际社会的作用》,《西亚非洲》, 第1期。

——, 2017.《非洲反建制主义的勃兴——对当前非洲政治变迁的另一种解读》,《国际政治科学》, 第2期。

——, 2018.《津巴布韦政局变化与执政党津民盟的政策走向》,《当代世界》, 第1期。

——, 2018.《透视非洲民主化进程中的"第三任期"现象》,《西亚非洲》, 第2期。

——, 2018.《津巴布韦土地重新安置与种族和解研究》,《世界民族》, 第2期。

——, 2019.《津巴布韦"后穆加贝时代"时代以来的政治变迁》,《当代世界》, 第3期。

——, 2019.《"快车道"土地改革与津巴布韦政治发展》,《国际政治研究》, 第3期。

沈晓雷、孙晓萌, 2018.《津巴布韦土地重新安置与种族和解研究》,《世界民族》, 第2期。

沈喜彭, 2018.《中国援建坦赞铁路研究》, 黄山书社。

施琳, 2016.《应对民族多样性的"非洲思路"——多维度视域下的埃塞俄比亚民族治理模式》,《黑龙江民族丛刊》, 第3期。

——, 2017.《边境人类学发凡——国际边境研究理论范式与我国边境民族志的新思考》,《广西民族研究》, 第2期。

——, 2019.《超越"共生"与"冲突":非洲民族研究方法论的精进与启示》,《世界民族》, 第1期。

——, 2019.《何以为邻?——"跨境民族"之关键概念辨析与研究范式深化》,《西亚非洲》, 第3期。

史菊鸿, 2017.《种族·性别·身体政治　库切南非小说研究》, 南京大学出版社。

石云龙, 2013.《库切小说"他者"多维度研究》, 南京大学出版社。

舒运国, 2012.《非洲史入门》, 北京大学出版社。

——, 2016.《非洲永远失去工业化的机会吗?》,《西亚非洲》, 第4期。

——, 2017.《非洲人口研究剖析：人口数量研究的进展》,《上海师范大学学报（哲学社会科学版）》, 第4期。

——, 2018.《关于非洲经济史的历史分期》,《上海师范大学学报（哲学社会科学版）》, 第5期。

——, 2019.《研究和编纂中国版非洲经济史的几点思考》,《上海师范大学学报（哲学社会科学版）》, 第3期。

——, 2019.《五十年来国外非洲经济史研究》,《世界历史》, 第6期。

宋微, 2018.《被搅动的战略底端——冷战后美国对撒哈拉以南非洲政策及效果评估（1990—2016）》, 中国商务出版社。

宋慧聪、郭丹彤, 2018.《<摩斯诉讼铭文>译注》,《新世界史》。

孙晓萌, 2016.《豪萨语第三册》, 外语教学与研究出版社。

——, 2016.《尼日利亚新闻出版业发展概况及中尼合作前景》,《出版发行研究》, 第3期。

——, 2017.《西化文学形式背后的民族性——论豪萨语早期五部现代小说》,《文艺理论与批评》, 第6期。

——, 2017.《南非新闻出版业现状与中南人文交流的拓展》,《中国出版》, 第12期。

——, 2018.《豪萨语书面诗歌的起源及其社会功能研究》,《外国语文》, 第3期。

孙毓棠, 1979.《汉代的中国与埃及》,《中国史研究》, 第2期。

谭惠娟, 2017.《现代主义视野下的T.S.艾略特与拉尔夫·埃利森》,《外国文学研究》, 第1期。

——, 2017.《拉尔夫·埃利森和马克·吐温的文学修辞》,《外国语文研究》, 第6期。

——, 2017.《理查德·赖特的饥饿书写》,《外国语言》, 第6期。

——, 2018.《拉尔夫·埃利森的生存哲理》,《山东外语教学》, 第1期。

——, 2018.《拉尔夫·埃利森文学研究》, 三联书店。

谭惠娟、罗良功、王卓等, 2016.《美国非裔作家论》, 上海外语教育出版社。

唐勇, 2017.《当代非洲七国经济法概述》, 浙江人民出版社。

田明、王泰, 2010.《拓荒耕作, 成难为之功——刘文鹏教授与内蒙古民族大学的埃及史研究》,《内蒙古民族大学学报（社会科学版）》, 第3期。

童瑞凤、任航、王鑫、汪欢、张振克, 2017.《中国对非贸易空间格局演变与空间均衡》,《热带地理》, 第4期。

王聪悦, 2019.《美国与欧盟的北非安全政策研究》, 社会科学文献出版社。

——, 2019.《阿拉伯之春以来美国、欧盟的北非安全政策失灵研究》, 社会科学文献出版社。

王海利, 2008.《刘文鹏教授与我国的埃及学研究——纪念刘文鹏先生逝世一周年》,《内蒙古民族大学学报(社会科学版)》, 第3期。

——, 2010.《法老与学者:埃及学的历史》, 北京师范大学出版社。

——, 2013.《失落的玛阿特:古代埃及文献<能言善辩的农民>研究》, 北京大学出版社。

——, 2014.《埃及通史》, 上海社会科学院出版社。

——, 2016.《限定符号与古埃及人的心理认知研究》,《外国问题研究》, 第2期。

——, 2016.《埃及新王国时期王室女性权力探析》,《妇女与性别史研究》, 第1期。

——, 2016年,《古埃及帝国时期王室女性"三位一体"现象研究》,《纪念雷海宗先生诞辰110周年:中国第四届世界古代史国际学术研讨会论文集》, 中华书局。

王洪一, 2019.《中非共建产业园的现状、问题和对策》,《国际问题研究》, 第1期。

王金岩, 2016.《利比亚战后乱局中的部落因素》,《阿拉伯世界研究》, 第4期。

——, 2018.《塞西政府的内外政策走向及中埃合作前景》,《当代世界》, 第5期。

——, 2018.《利比亚部落问题的历史考察》, 社会科学文献出版社。

王敬慧, 2010.《永远的流散者:库切评传》, 北京大学出版社。

汪琳, 2015.《非洲法语文学在国内的翻译》,《时代文学(下半月)》, 第7期。

王涛, 2016.《论非洲圣灵抵抗军兴起的宗教背景及其宗教理念》,《世界宗教文化》, 第2期。

——, 2017.《尼日利亚"油气寄生型"反政府武装探析》,《西亚非洲》, 第3期。

王涛、胡洋, 2016.《试析印度对非洲的投资》,《南亚研究季刊》, 第2期。

王涛、赵跃晨, 2016.《非洲太阳能开发利用与中非合作》,《国际展望》, 第6期。

王涛、张嘉宸, 2016.《非洲国家发展特征的三个维度及其本质》,《中北大学学报》, 第4期。

王涛、曹峰毓, 2016.《伊斯兰马格里布基地组织产生的背景、特点及影响》,《西亚非洲》年第3期。

——, 2016.《东非油气资源开发的历史透视与现状解析》,《世界地理研究》, 第2期。

——, 2018.《多维视域下的非洲石油政治研究》,《国外社会科学》, 第8期。

王涛、王璐睎, 2017.《卡萨芒斯分离主义运动的发展、影响及启示》,《世界民族》, 第2期。

王涛、邓荣秀, 2017.《川田顺造比较史学述论》,《史学理论研究》, 第3期。

——, 2017.《日本对非洲投资的历史透视与现状解析:兼谈与中国的比较》,《日本学刊》, 第1期。

——, 2018.《川田顺造的非洲史研究评述》,《史林》, 第10期。

王涛、鲍家政, 2018.《"多边-多边"机制视域下的欧非峰会探析》,《西亚非洲》, 第8期。

——, 2018.《美国对非洲投资的历史透视与现状解析》,《美国问题研究》, 第6期。

王涛、宁彧, 2018.《撒哈拉以南非洲萨拉菲主义的传入、极端化及影响》,《阿拉伯世界研究》, 第8期。

王涛、彭琳, 2018.《利比亚民兵组织的历史透视与现状解析》,《中东研究》, 第10期。

王涛、赵跃晨, 2018.《泛索马里主义的历史渊源与流变》,《世界民族》, 第8期。

王晓云, 2018.《"一带一路"视角下国际减贫合作机制研究——以中非减贫事业为例》,《未来与发展》, 第11期。

王战、张瑾、刘天乔主编, 2018.《非洲经济和社会文化制度研究》, 武汉大学出版社。

韦晓慧、黄梅波, 2018.《国际产业转移与非洲制造业发展》, 人民出版社。

吴传华, 2017.《津巴布韦本土化政策及其对中国投资的影响》,《西亚非洲》, 第5期。

——, 2017.《本土化政策对津巴布韦投资环境的影响》,《国际经济合作》, 第8期。

吴传华、李新烽, 2019.《加强中非学术研究　深化中非文明互鉴》,《中国社会科学报》, 第4期。

相雨, 2019.《萌芽中的对外传播建设性新闻学:央视英语新闻非洲频道的结构性新闻框架分析》, 吴信训主编:《世界传媒产业评论(13辑)》, 中国国际广播出版社。

徐国庆, 2017.《印度莫迪政府对非政策的调整》,《当代世界》, 第2期。

——, 2017.《俄罗斯对非洲政策的演进及中俄在对非关系领域的合作》,《俄罗斯学刊》, 第4期。

——, 2019.《印度与南非伙伴关系研究》, 社会科学文献出版社。
徐薇, 2016.《人类学的非洲研究:历史、现状与反思》,《民族研究》, 第2期。
——, 2016.《中国与非洲:能否跨越制度与文化的边界——基于某中博合资玻璃厂的工商人类学考察》,《青海民族研究》, 第3期。
——, 2018.《南非华人的历史、现状与文化适应》,《广西民族大学学报(哲学社会科学版)》, 第3期。
——, 2019.《南非非洲独立教会及其对社会与政治的影响——以锡安基督教会为例》,《世界宗教文化》, 第2期。
许永璋, 2019.《古代中非关系史稿》, 上海辞书出版社。
颜海英, 2009《中国"埃及学之父"夏鼐》,《历史研究》, 第6期。
——, 2016.《古埃及黄道十二宫图像探源》,《东北师范大学学报》, 第3期。
——, 2016.《托勒密埃及神庙中的<亡灵书>》,《北大史学》, 第00期。
——, 2016.《<来世之书>中的复活仪式》,《外国问题研究》, 第3期。
——, 2017.《上下埃及行旅记》,《文明对比手册》, 上海古籍出版社。
——, 2017.《丹德拉神庙与亡灵书》,《墓葬美术研究》, 第4辑。
——, 2017.《希腊化埃及的末日审判观念》,《丝绸之路研究》, 第1辑。
——, 2018.《希腊化埃及的多元文化》,《中国典籍与文化》, 第11辑。
——, 2018.《神圣与世俗之间:古埃及人的来世信仰与墓葬习俗》, 收于《尼罗河的馈赠, 古埃及文物特展》。
——, 2018.《Ancient Egyptian Afterlife and Funerary Custom》, 收于《尼罗河的馈赠, 古埃及文物特展》。
——, 2019.《古埃及神话与传说》, 收于《尼罗河的回响, 古埃及文物特展》。
——, 2019.《Ancient Egyptian Myths》, 收于《尼罗河的回响, 古埃及文物特展》。
——, 2019.《图像与文本:古埃及秘传知识的构建》,《2018悲鸿讲堂讲演录》, 文化艺术出版社。
——, 2019.《希腊罗马时期的文化交融-埃及预言文学与魔法文学的流传》,《杭州师范大学学报》, 第3期。
杨宝荣, 2017.《从肯尼亚日非峰会看日本对非政策调整》,《当代世界》, 第11期。
——, 2017.《试析非洲国有企业发展与"一带一路"中非产业合作》,《国际经济合作》, 第8期。
——, 2018.《非洲开放式自主发展与"一带一路"中非产能合作》, 经济管理出版社。

杨蓓蓓, 2019.《非洲中国新移民的健康挑战和求医策略研究——以赞比亚为例》,《西南民族大学学报(人文社会科学版)》, 第10期。

杨人楩, 1984.《非洲通史简编 从远古至1918年1984》, 人民出版社。

杨熹、郭丹彤, 2016.《<都灵税收纸草>译注》,《古代文明》, 第1期。

杨孝柏、马为公, 1986.《求学不辞天方远——访纳忠教授》(上),《阿拉伯世界》, 第4期。

——, 1987.《求学不辞天方远——访纳忠教授》(下),《阿拉伯世界》, 第1期。

姚峰, 2016.《小民族文学的理论意义:作为个案的阿契贝的出版活动》,《文学理论前沿》, 第2期。

——, 2019.《艺术与政治之辩:非洲文学批评刍议》,《上海师范大学学报》, 第5期。

姚桂梅, 2016.《从一体化视角看非洲工业化的新动力》,《西亚非洲》, 第4期。

——, 2017.《中非产能合作:成效、问题与前景》,《国际经济合作》, 第6期。

——, 2017.《"一带一路"建设下的中非产能合作》,《当代世界》, 第7期。

——, 2018.《中非共建"一带一路":进展、风险与前景》,《当代世界》第10期。

——, 2019.《中非合作与"一带一路"建设战略对接:现状与前景》,《国际经济合作》, 第3期。

俞灏东、杨秀云、俞任远, 2012.《非洲文学作家作品散论》, 宁夏人民出版社。

俞灏东、杨秀琴、刘清河, 2012.《现代非洲文学之父》, 宁夏人民出版社。

俞莉琪, 2014.《"读史与做人"——纪念杨人楩先生》,《北大史学》, 第1期。

翟凤杰、王玉华、潘良主编, 2016.《非洲一体化背景下的中非合作》, 世界知识出版社。

曾爱平, 2016.《非洲形势:自主发展机遇与隐忧并存》,《国际形势和中国外交蓝皮书(2015)》, 世界知识出版社。

——, 2017.《非洲形势:在困境中砥砺前行》,《国际形势和中国外交蓝皮书(2017)》, 世界知识出版社。

——, 2017.《中东难民潮考验欧盟一体化进程》,《中国声音:国际热点问题透视》, 中国人民大学出版社。

——, 2018.《非洲形势:求稳定 谋发展》,《国际形势和中国外交蓝皮书(2018)》, 世界知识出版社。

——, 2018.《肯尼亚政党政治演变及特点》,《当代世界》, 第4期。

——, 2018.《中国在非洲投资的现状、机遇和挑战》,《海外投资与出口信贷》, 第8期。

——, 2019.《非洲形势:自主能力提升与发展挑战并存》,《国际形势和中国外交蓝皮书(2019)》, 世界知识出版社。

——, 2019.《促进中非投融资合作高质量发展》,《国际工程与劳务》, 第419期。

——, 2019.《中非关系新趋势》,《唯实》, 第401期。

张驰、沐涛, 2019.《殖民时期法国对寒内加尔同化政策评析》,《上海师范大学学报(哲学社会科学版)》, 第3期。

张春, 2017.《走进非洲》, 复旦大学出版社。

——, 2016.《伊加特与非洲之角的安全治理》,《西亚非洲》, 第4期。

——, 2017.《非洲安全治理困境与中非和平安全合作》,《阿拉伯世界》, 第5期。

——, 2017.《涉非三方合作:中国何以作为?》,《西亚非洲》, 第3期。

——, 2017.《21世纪以来的中非关系研究——张春研究员访谈》,《国际政治研究》, 第1期。

——, 2018.《新时期中非和平安全合作:创新国际安全公共产品供应》,《当代世界》, 第10期。

——, 2018.《非洲可以借鉴中国的治国理政经验》,《现代国际关系》, 第8期。

——, 2018.《新时代中国与发展中国家关系的挑战与应对》,《太平洋学报》, 第7期。

——, 2018.《中国对发展中地区整体外交研究》,《国际展望》, 第5期;

——, 2018.《中国的理论自信对非洲国际关系理论建构的借鉴意义》,《西亚非洲》, 第4期。

——, 2019.《国际公共产品供应视角下的中非合作》,《西亚非洲》第3期。

——, 2019.《中非合作论坛与中国特色国际公共产品供应探索》,《外交评论》, 第3期。

张春、蔺陆洲, 2016.《输家政治:非洲选举与族群冲突研究》,《国际安全研究》, 第1期。

张海冰, 2019.《从“非洲契约”看德国对非洲政策的转型》,《西亚非洲》, 第2期。

张宏明, 2011.《中国的非洲研究发展述要》,《西亚非洲》第4期。

——, 2017.《中国对非洲战略运筹研究》,《西亚非洲》, 第5期。

——, 2017.《法国开拓非洲市场的成就、动因和前景》,《国际经济合作》, 第6期。
——, 2018.《论坛机制助推中非合作关系转型升级》,《当代世界》, 第2期。
——, 2018.《改革开放以来中非关系快速发展的内在逻辑与成功经验》,《当代世界》, 第7期。
——, 2018.《中国在非洲经略大国关系的战略构想》,《西亚非洲》, 第5期。
——, 2018.《了解非洲文化:中国在非洲行稳致远的关键》,《人民论坛》, 第30期。
——, 2019.《"多重关系"交互作用下的中法在非洲关系》,《西亚非洲》, 第3期。
张宏明主编, 2019.《大国经略非洲研究》(上、下), 社会科学文献出版社。
张惠文, 1983.《祝贺纳忠教授执教四十年》,《阿拉伯世界研究》, 第2期。
张瑾, 2016.《当前非洲海洋经济发展现状》,《现代经济探讨》, 第5期。
——, 2018.《非洲水问题及其治理》,《现代国际关系》, 第12期。
张梅、谭惠娟, 2018.《乔伊斯文学批评思想中的非洲情结》,《山东外语教学》, 第1期。
张帅, 2018.《埃及粮食安全:困境与归因》,《西亚非洲》, 第3期。
张铁生, 1973.《中非交通史初探》, 生活·读书·新知三联书店。
张同铸, 1992.《非洲经济社会发展战略问题研究》, 人民出版社。
张勇, 2017.《中非影视合作:路径、问题与对策——以坦桑尼亚为例》,《当代电影》, 第10期。
——, 2018.《从诺莱坞到新诺莱坞:尼日利亚电影业的新近观察》,《北京电影学院学报》, 第5期。
——, 2018.《中国银幕上的非洲:问题与反思》,《当代电影》, 第10期。
张勇、陈远, 2017.《<战狼2>的非洲叙事分析》,《北京电影学院学报》, 第5期。
张永蓬, 2017.《新自由主义与非洲国家的发展》, 杨光、王正、张宏明主编《马克思主义与西亚非洲国家发展道路问题研究》, 中国社会科学出版社。
——, 2018.《日本对非洲外交:从实用主义平衡到战略重视》,《西亚非洲》, 第5期。
——, 2019.《非洲之角的国际关系及安全合作新态势》,《人民论坛》, 第650期。
张永宏, 2016.《非洲:本土知识在国家建构进程中的作用》,《自然辩证法研究》, 第7期。

——, 2016.《非洲工业化战略与中非工业化合作战略思考》,《西亚非洲》, 第5期。

——, 2018.《守望相助的中非关系》,《人民论坛》, 第26期。

张永宏、郭元飞, 2016.《论中国与埃塞俄比亚科技合作的机制与内容》,《西南石油大学学报(社会科学版)》, 第3期。

张永宏、洪薇、赵东, 2018.《中非知识生产与创新共同体的双向建构——基于南北、南南技术转移、知识流动链环结构的视角》,《当代世界》, 第10期。

张振克主编, 2018.《海外利益维护角度的非洲发展与安全动态回顾与展望》,《世界经济与政治论坛》, 第20期。

——, 2019.《非洲经济地理与区域发展研究资料汇编》(6卷), 江苏人民出版社。

张忠祥, 2016.《当前非洲经济转型的特点》,《上海师范大学学报(哲学社会科学版)》, 第2期。

——, 2017.《艾周昌教授与非洲史研究》,《史学理论研究》, 第4期。

——, 2017.《构建中非命运共同体:挑战与应对》,《探索与争鸣》, 第12期。

——, 2017.《尼雷尔非洲统一观析论》,《历史教学问题》, 第3期。

——, 2019.《阿杜·博亨与非洲史研究》,《上海师范大学学报(哲学社会科学版)》, 第3期。

——, 2019.《从非洲内部视角探索非洲史学——评<非洲史学实践:非洲史学史>》,《史林》, 第3期。

——, 2019.《阿杜·博亨与非洲史研究》,《上海师范大学学报(哲学社会科学版)》, 第3期。

赵晨光, 2017. 《从先行先试到战略对接:论"一带一路"在非洲的推进》,《国际论坛》, 第4期。

赵俊, 2019.《族群边界、权力介入与制度化——卢旺达族群关系的历史变迁及其政治逻辑》,《西亚非洲》, 第3期。

赵蜀蓉、谭梦涵、杜莹、王政清, 2018.《论"一带一路"倡议背景下中国改革开放经验对非洲国家的借鉴意义》,《电子科技大学学报(社科版)》, 第5期。

赵蜀蓉、杨科科、龙林岸, 2018.《"一带一路"基础设施建设中PPP模式面临的风险与对策研究》,《中国行政管理》, 第11期。

赵蜀蓉、杨科科、谭梦涵、龙林岸, 2019.《中非国际产能合作面临的风险与对策研究》,《经济问题》, 第4期。

赵雅婷, 2019.《21世纪欧盟对非洲援助的政治导向研究》, 社会科学文献出版社。

赵忆宁, 2018.《21世纪的中国与非洲》, 中信出版社。
赵祚翔, 吴昕月, 李浩民, 2018.《“一带一路”倡议下中非产能合作的机制和实践——基于新结构经济学的视角》,《国际贸易》, 第8期。
郑海琦、张春宇, 2018.《非洲参与海洋治理:领域、路径与困境》,《国际问题研究》, 第6期。
郑晓霞, 2017.《书写“她”的历史——非洲妇女史的兴起与发展》,《史学理论研究》, 第2期。
智宇琛, 2016.《中国中央企业走进非洲》, 社会科学文献出版社。
——, 2018.《非洲经济发展基本因素研究》, 中国社会科学出版社。
《中国非洲史研究会三十年》编委会, 2011.《中国非洲史研究会三十年》。
周瑾艳, 2017.《正在形成的多极世界:非洲面临的机遇与挑战》,《西亚非洲》, 第1期。
——, 2017.《德国与非洲安全合作的新动向及发展趋势》,《西亚非洲》, 第5期。
——, 2018.《非洲智库对新时代中国方案的认知及其对中非治国理政经验交流的启示》,《国外社会科学》, 第5期。
——, 2019.《中国方案与非洲工业化道路的新可能》,《文化纵横》, 第1期。
周玉渊, 2017.《非洲世纪的到来?非洲自主权与中非合作研究》, 社会科学文献出版社。
钟再强, 2015.《关爱生命, 悲天怜人:从后殖民生态批评视阈解读库切的生态观》, 苏州大学出版社.
朱威烈, 2004.《天行健, 君子自强不息:我印象中的纳忠教授》,《阿拉伯世界》, 第2期。
朱伟东, 2016.《外国投资者与非洲国家之间的投资争议分析——基于解决投资争端国际中心相关案例的考察》,《西亚非洲》, 第3期。
——, 2016.《非洲国家涉外合同的法律适用分析》,《河北法学》, 第5期。
——, 2018.《“一带一路”背景下中阿投资争议的解决途径》,《西亚非洲》, 第3期。
——, 2018.《中非产能合作需要注意哪些法律问题》,《人民论坛》, 第5期。
——, 2018.《金砖国家司法合作的现状、问题及前景》,《河北法学》, 第5期。
——, 2018.《非洲商法协调组织》, 社会科学文献出版社。
朱振武, 2019.《非洲英语文学的源与流》, 上海学林出版社。
朱振武主编, 李丹、袁俊卿副主编, 2019.《非洲英语文学研究》, 华东理工大学出版社。

朱振武主编、蓝云春、冯德河副主编, 2019.《非洲国别英语文学研究》, 华东理工大学出版社。

庄晨燕, 2017.《民族冲突的建构与激化——以卢旺达1994年种族屠杀为例》,《西北民族研究》, 第2期。

Alden, C., A. Alao, Zhang Chun (张春), L. Barber (eds.). 2018. *China and Africa: Building Peace and Security Cooperation on the Continent*. London: Palgrave Macmillan.

Akyeampong, E. and L. Xu (许亮). 2015. "The Three Phases/Faces of China in Independent Africa: Re-conceptualizing China-Africa Engagement". In *Oxford Handbook of Africa and Economics Volume 2: Policies and Practices* Monga edited by C. & J. Y. Lin. Oxford: Oxford University Press.

Ameyaw, B. and Y. Li (李耀). 2018. "Analyzing the impact of GDP on CO2 emissions and forecasting Africa's total CO2 emissions with non-assumption driven bidirectional long short-term memory". *MDPI* 10, no. 9 (ago/2018). https://doi.org/10.3390/su10093110.

An, C. (安春英). 2007. "Mining Industry Cooperation between China and Africa: Challenges and Prospects". In Prah, ed. *Afro-Chinese Relations*, 309-330.

Asare, A. and Y. Shao(邵云飞). 2018. *Information and Communication Technology (ICT) and Growth for SMEs in Ghana*. China: Social Sciences Academic Press.

Asare-Kyire, L., Z. He (何铮), C. Essel, and D. Junaid. 2018. "Prevalence of Copycat in Africa Textile Clusters: The Blame Game Among Stakeholders". *Journal of Business Economics and Management* 19, no. 6 (2018): 813-838. https://doi.org/10.3846/jbem.2018.6811.

Boadi, E. A., Zheng He, Josephine Bosompem, Joy Say, and Eric Kofi Boadi. 2018. "Let the Talk Count: Attributes of Stakeholder Engagement, Trust, Perceive Environmental Protection and CSR". *SAGE Open*, no. 1.https://doi.org/10.1177/2158244019825920.

Boadi, E. A., Zheng He, Dennis Fiifi Darki, and Eugene Abrokwah. 2018a. "Unlocking from community stakeholders, corporate social responsibility (CSR) projects for effective company–community relationship". *Labor History* 56, no. 6 (may/2018): 746-762. https://doi.org/10.1080/0023656X.2018.1470223.

Berhe, M. and H. Liu (刘鸿武), eds. 2013. *China-Africa Relations: Governance, Peace and Security*. Ethiopia: Institute for Peace and Security Studies and Institute of African Studies.

Brautigam, D., T. Weis, and X. Tang (唐晓阳). 2018. "Latent advantage, complex challenges: Industrial policy and Chinese linkages in Ethiopia's leather sector". *China Economic Review* 48: 158-169. https://doi.org/10.1016/j.chieco.2016.06.006.

Cheng, Y.(程莹). 2014. "'Bàrígà Boys' Urban Experience: Making Manifest (Im)mobility Through 'Mobile' Performances". *SOAS Journal of Postgraduate Research* 7 (Fall): 48-62.

——. 2016a. "'Naija Halloween or wetin?': Naija superheroes and a time-traveling performance". *Journal of African Cultural Studies,* no. 3.

——. 2016b. "China meets South Africa in the theatre: some recent South African work about China & in China,& The Year of China in South Africa". In *African Theatre 15: China, India & the Eastern World* edited by Martin Banham, James Gibbs, and Femi Osofisan. Melton District: James Currey.

——. 2018a. "The Journey of the Orishas: An Interview with Rotimi Babatunde". In *Africa on the Contemporary London Stage* edited by Tiziana Morosetti. London: Palgrave Macmillan.

——. 2018b. "'The bag is my home': Recycling China bags in contemporary African arts". *African Arts,* no. 2: 18-31.

——. 2019. " History, Imperial Eyes, and the 'Mutual Gaze': Narratives of African-Chinese Encounters in Recent Literary Works''. In *Routledge Handbook of African Literature* edited by Moradewun Adejunmobi and Carli Coetzee. London: Routledge.

Chou, Y.(周一良). 1972. "Early contacts between China and Africa". *Ghana Notes and Queries* 12, no. 6.

Deborah, B. and Tang, X.(唐晓阳). 2009. "China's Engagement in African Agriculture". *China Quarterly* 199, 686-706.

——. 2011. "African Shenzhen: China's Special Economic Zones in Africa". *The Journal of Modern African Studies,* no. 1: 27-54.

——. 2012. "Economic statecraft in China's new overseas special economic zones: soft power, business or resource security?". *International Affairs* 88 (4): 799-816.

——. 2014. "Going Global in Groups: China's Special Economic Zones Overseas". *World Development*, no. 63: 78-91.

Dumor, K., and Y. Li (李耀). 2019. "Estimating China's Trade with Its Partner Countries within the Belt and Road Initiative Using Neural Network Analysis" *Sustainability* 11, no. 5.

Gao, J.(高晋元). 1984. "China and Africa: The development of relations over many centuries". *African Affairs* 83, no. 331.

Ge, J.(葛佶). 1997. "China". In *Encyclopedia of Africa, South of the Sahara* edited by John Middleton. New York: Scribner's Sons.

Guo, D.(郭丹彤). 1995. "The Inscription of Khnumhotpe II: A New Study". *Journal of Ancient Civilizations 10*.

——. 1998. "The Relationships of Egypt and the Western Asia during the Middle Kingdom Reflected in the Inscription of Amenemhet II from Memphis". *Journal of Ancient Civilizations 13*.

——. 1999. "The Inscription of Amenemhet II from Memphis: Transliteration, Translation and Commentary". *Journal of Ancient Civilizations 14*.

——. 2002. "The Relationships of Egypt and Palestine during Early Bronze Age (ca. 3400-2000BCE". *Journal of Ancient Civilizations 17*.

——. 2003. "The Relationships of Egypt and Palestine during Late Bronze Age (ca. 1550/1500-1200BCE". *Journal of Ancient Civilizations 18*.

——. 2004. "The Relationships of Egypt and Palestine during Middle Bronze Age (ca. 2000_1550/1500BCE". *Journal of Ancient Civilizations 19*.

——. 2015. "A Study of Biographical Inscription of Methen". *World History Studies* 2, no. 2: 12-23.

——. 2017. "Relations between Egypt and Canaan in the Middle Kingdom: A Re-Examination". *World History Studies* 2, no. 4: 1-14.

Guo, X. and Guo, D.(郭晓瑞、郭丹彤). 2019. "The Identity of nDs in Ancient Egypt". *World History Studies* 6, no. 1: 20-35.

Harneit-Sievers, Axel, Stephen Marks, and Sanusha Naidu, eds. 2010. *Chinese and African Perspectives on China in Africa*. Pambazuka Press.

He, F.(何芳川). 1987. "The relationship between China and African history". *African Studies Center Newsletter*, Fall.

He, W.(贺文萍). 2002. "China and Africa: Cooperation in 50 Years". *Asia and Africa Today (in Russian)*. Moscow: Russian Academy of Sciences, no. 12.

——. 2005. "All Weather Friends: A Vivid Portrayal of Contemporary Political Relations Between China and Africa". In *China Comes to Africa: the Political Economy and Diplomatic History of China's Relation with Africa* edited by Kinfe Abraham. Ethiopia: EIIPD HADAD Ethiopia

——. 2006. "China-Africa Relations Moving into an Era of Rapid Development", *Inside ASIA*, no.3-4: 3-6.

——. 2007a. "'All Weather Friend': The Evolution of China's African Policy". In *Afro-Chinese Relations* edited by Prah, 24-47.

——. 2007b. "The Balancing Act of China's Africa Policy". *China Security* 3, no.3.

——. 2008a. "How to Promote 'All-round Cooperation' between China and Africa". *African Executive*.

——. 2008b. "Bottlenecks in China-Africa Relations". *African Executive*.

——. 2008c. "China Africa Cooperation: What's in it for Africa?". *African Executive*.

——. 2008d. "Neocolonialisti? No". *Aspenia,* no. 41.

——. 2008e."Promoting Political Development through Democratic Change in Africa". *Contemporary Chinese Thought* 40, no. 1.

——. 200fe. "China's Perspectives on Contemporary China-Africa Relations". In *China Returns to Africa: A superpower and a continent embrace* edited by Chris Alden, Dan Large & Ricardo Soares de Oliveira. London: C. Hurst.

——. 2009a. "China's African Policy: Driving Forces, Features and Global Impact". *Africa Review* 1, no.1: 35-53.

——. 2009b. "A Chinese Perception of Africa". In *China, Africa and the African Diaspora: Perspectives* edited by Sharon T. Freeman. Washington, D.C.: AASBEA Publishers.

——. 2010a. "Darfur issue and China's role". In Harneit-Sievers, et al., eds. *Chinese and African Perspectives,*176-193.

——. 2010b. "The Darfur Issue: a New Test for China's Africa Policy". In *The Rise of China and India in Africa* edited by Fantu Cheru and Cyril Obi. London: Zed Books.

——. 2010c. "China's Aid to Africa: Policy Evolution, Characteristics and its Role". In *Challenging the Aid Paradigm: Western Currents and Asian Alternatives* edited by J. Stillhoff Sørensen. London: Palgrave Macmillan.

——. 2010d. "Overturning the Wall: Building Soft Power in Africa". *China Security* 6, no. 1.

——. 2012a. "Infrastructure and Development Cooperation: Take China in Africa as an Example". In *Emerging Asian Approaches to Development Cooperation* edited by Lim Wonhyuk. South Korea: Korea Development Institute.

——. 2012b. "From 'Aid Effectiveness' to 'Development Effectiveness': What China's Experiences Can Contribute to the Discourse Evolution?". *Global Review*, no.9.

——. 2012c. "China-Africa economic relations: current situation and future challenges". In Shikwati, ed., *China-Africa Partnership,* 7-12.

——. 2013. "Development Cooperation Approaches to Pro-poor Growth: Strategies and Lessons from China", Korean Development Institute (KDI). In *Chinese and African Perspectives on China in Africa* edited by Harneit-Sievers *et al.*.

Holl, A. F. C. (高畅). 2017. "Beyond Shamanism: Dissecting the Paintings from Snake Rock, Namibia". *The Journal of Culture* 1: 27-35.

——. 2018. "Senegambian Megaliths as World Heritage". *Arts and Humanities Open Access Journal* 2, no. 3: 179–185.

——. 2019. "The Dynamics of Mounds-Clusters in the Mouhoun Bend (Burkina Faso)". *Journal of Anthropological and Archaeological Science* 1, no. 1: 1-12.

——. 2019a. "The Chalcolithization Process: Dynamics of Shiqmim Site-cluster (Northern Negev, Israel)". *International Journal of Archaeology* 7, no. 2: 30-46.

——. 2019b. "Place, Graves, and People: Archaeology of New York African Burial Ground (ca 1650-1796)". In *Arqueologia e História da Cultura Material na África e na Diáspora Africana* edited by V. Silva Santos, L. C. P. Symanski and A. F. C. Holl. Curitiba: Brazil Publishing, 40-84.

Holl, A. F. C.(高畅) and H. Bocoum. 2017. *Megaliths, Cultural Landscape and the Production of Ancestors*. Saarbrücken: Sarrebruck Editions Universitaires Européennes.

Hong, Y.(洪永红). 2007. "The African Charter and China's Legislation: A Comparative Study of Ideas of Human Rights". In Prah, ed., *Afro-Chinese Relations*, 88-100.

——. 2010. "Trade, investment and legal cooperation between China and Africa". In Harneit-Sievers, *et al.,* eds. *Chinese and African Perspectives,* 82-90.

Jin,S.(金寿福). 2000. "Bemerkungen zum München 809. Zum Verständnis des Begriffes hp", *Discusssions in Egyptology* 48: 89-94.

——. 2001a. "Drei Bezeichnungen der Beamten in der Lehre für Merikare", *Göttinger Miszellen* 180: 89-95.

——. 2001b. "Ein Gottesurteil im pBoulaq X". *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 44: 95-102.

——. 2003a. "Der Gott oder der menschliche Richter". *Discussions in Egyptology* 55: 50-56.

——. 2003b. "Richten und Schlichten im alten Aegypten". *Studien zur Altaegyptischen Kultur* 31, 225-233.

——. 2003c. "Der Furchtsame und Unschuldige im Gericht". *Journal of Near Eastern Studies* 62.

——. 2004. "Über die direkte Rede im alten Ägypten". *Discussions in Egyptology* 59, 31-46.

——. 2005. "Vier Formen der Gesetzgebung des Königs im alten Ägypten". *Discussions in Egyptology* 65, 67-80.

Kim, Y., Zhang, Q.(张巧文) & Liu, A.(刘钊轶). 2018. "Special Economic Zones in South Africa: Lessons for further development". *CCS Policy Brief*.

Lartey, V. and Li, Yao(李耀). 2018. "Zero-Coupon and Forward Yield Curves for Government of Ghana Bonds". *SAGE Open* 8, no. 3.

Li, A. (李安山). 1994. "Book review African Eldorado: Gold Coast to Ghana". *The Journal of Modern African Studies* (Cambridge), 32, no. 3.

——. 1995. "Asafo and destoolment in colonial southern Ghana, 1900-1953". *The International Journal of African Historical Studies* (Boston), 28, no. 2.

——. 1996. "Abirewa: A religious movement in the Gold Coast, 1906-8". *Journal of Religious History* (Sydney), 20, no. 1.

——. 2002a. *British Rule and Rural Protest in Southern Ghana*. New York: Peter Lang.

——. 2002b. "Globalization of academia". *Diaspora Newsletter,* 6 (April), Centre for the Study of the Chinese Southern Diaspora, The Australian National University.

——. 2005. "African Studies in China in the Twentieth Century: A Historiographical Survey". *African Studies Review* 48, no. 1.

——. 2007a. "China and Africa: Policies and Challenges". *China Security* 3, no. 3.

——. 2007b. "Transformation of China's Policy towards Africa". *CTR Working Paper*. Hong Kong University of Science and Technology.

——. 2007c. "African Studies in China in the Twentieth Century". In Paul Tiyambe Zeleza, ed., *The Study of Africa, Global and Transnational Engagements*. Dakar: CODESRIA.

——. 2008a. "Gli studi africanistici in Cina agli inizi del XXI secolo". *Afriche e Orienti*, no.2, Cristiana Fiamingo, ed. *La Cina in Africa*.

——. 2008b. "China-Sudan Relations: The past and present". *Symposium on Chinese-Sudanese Relations*. London: Center for Foreign Policy Analysis, 4-12.

——. 2008c. "China's New Policy towards Africa". In R. Rotberg, ed., *China into Africa: Trade, Aid and Influence*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 21-49.

——. 2009a. "China's immigrants in Africa and China's Africa policy: Implications for China-African cooperation". In Sharon T. Freeman, ed., *China, Africa, and the African Diaspora: Perspectives*. Washington. D.C.: AASBEA Publishers, 94-105.

——. 2009b. "What's to be done after the Fourth FOCAC". *China Monitor* (Nov): 7-9.

——. 2010a. "Control and Combat: Chinese Indentured Labor in South Africa, 1904-1910". In *Encounter*, no.3 (Fall): 41-61.

——. 2010b. "African Studies in China: A historiographical survey". In Axel Harneit-Sievers, et al., eds. *Chinese and African Perspectives on China in Africa*, 2-24.

——. 2011a. *Chinese Medical Cooperation with Africa: With a Special Emphasis on Chinese Medical Team and Anti-Malaria Campaign*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet.

——. 2011b. "La coopération médicale Sino-Africaine: une autre forme d'aide humanitaire". In Caroline Abu-Sada, ed. *Dans l'œil des Autres: Perception de l'action humanitaire et de MSF*. Suisse: Editions Antipodes.

——. 2011c. "From 'how could' to 'how should': The possibility of a pilot U.S.-China project in Africa". In Charles W. Freeman III, Xiaoqing Lu Boynton, ed. *China's Emerging Global Health and Foreign Aid Engagement in Africa*. Washington, D.C.: CSIS (Center for Strategic and International Studies), 37-46.

——. 2011d. "Cultural heritage and China's Africa policy". In Jing Men and Benjamin Barton, eds. *China and the European Union in Africa*. Farnham: Ashgate, 41-59.

——. 2012a. *A History of Overseas Chinese in Africa till 1911*. New York: Diasporic Africa Press.

——. 2012b. "China and Africa: Cultural similarity and mutual learning". In James Shikwati, ed. *China-Africa Partnership*, 93-97.

——. 2012c. "Neither Devil Nor Angel - The Role of the Media in Sino-African Relations". *Opinion*.

——. 2013a. "BRICS: Dynamics, resilience and role of China". *BRICS-Africa: Partnership and Interaction*. Moscow: Institute for African Studies, Russian Academy of Sciences, 122-134.

——. 2013b. "Book review: *The Dragon's Gift: The Real Story of China in Africa*". *Pacific Affairs* 86 (1) (March): 138-140.

——. 2013c. "China's African policy and the Chinese immigrants in Africa". In Tan Chee-Beng, ed. *Routledge Handbook of the Chinese Diaspora*. London: Routledge, 59-70.

——. 2013d. "Chinese medical cooperation in Africa from the pre-FOCAC era to the Present". In Li A. & F.Y. April, eds.. *Forum*, 64-80.

——. 2015a. "A Long-Time Neglected Subject: China-Africa People-to-People Contact". In Shelton, April, Li, eds. *FOCAC 2015*, 446-475.

——. 2015b. "African Diaspora in China: Reality, Research and Reflection". *The Journal of Pan African Studies* 7, no. 10 (May):10-43.

——. 2015c. "Contact between China and Africa before Vasco da Gama: Archeology, Document and Historiography". *World History Studies* 2, no. 1 (June).

——. 2015d. *10 questions about migration between China and Africa*. Nottingham: China Policy Institute.

——. 2016a. "African studies in China in 21st century: A historiographical survey", *Brazilian Journal of African Studies* 1, no. 2: 48-88.

——. 2016b. "Technology transfer in China-Africa relation: myth or reality". *Journal: Transnational Corporations Review* 8, no. 3.

——. 2017a. "Chinese migration to Africa: historical perspectives and new developments". In Ute Röschenthaler and Alessandro Jedlowski, eds. *Mobility between Africa, Asia and Latin America*. London: Zed.

——. 2017b. "Migrations internationales et la question identitaire focus sur les zones littorales de l'océan Indien et la communauté chinoise de l'île Maurice, la Réunion et Madagascar". *Revue historique de l'Océan Indien* 14.

——. 2017c. "The Study of China-Africa Relations in China: A Historiographical Survey". *World History Studies* 4, no. 2.

——. 2018a. "African Students in China: History, Policy, Purpose and Role". *African Studies Quarterly*, no.1.

——. 2018b. "African Studies in China in 21st Century: A Historiographical Survey". In Chris Alden & Daniel Large, eds. *New Directions in Africa-China Studies*. London: Routledge.

——. 2018c. "Huaqiao-Huaren in the Framework of International Migration-An Analysis of Identity and Dual Nationality". *China International Strategy Review 2016*.

——. 2020. *China and Africa in the Global Context: Encounter, Policy, Cooperation and Migration*. Cape Town: African Century Edition, 2020.

Li, A. (李安山), F. Y. April, eds. 2013. *Forum on China-Africa Cooperation: The Politics of Human Resource Development*. Pretoria: Africa Institute of South Africa.

Li, A., et al. (李安山等). 2012. *FOCAC Twelve Years Later Achievements, Challenges and the Way Forward*. Uppsala: The Nordic Africa Institute.

Li, B. (李保平). 2007. "Sino-Tanzanian Relations and Political Development", In Prah, ed., *Afro-Chinese Relations*, 126-141.

——. 2008. "Sulla questione della cooperazione tra Africa e Cina nel settore dell'istruzione". *Afriche e Orienti*, no.2 (as part of the dossier, Cristiana Fiamingo, ed., *La Cina in Africa*).

Li, B. & Luo, J.(李保平、罗建波). 2013. "Dissecting soft power and Sino-Africa relations in education and exchanges cooperation". In Li, A. & F. Y. April, eds. *Forum on China-Africa Cooperation,* 28-42.

Li, H.(李洪峰). 2017. "Les Brics dans la gouvernance mondiale: état des lieux des recherches chinoises". *Hermès la revue* 3.

Li, X., Wang, N. (李新烽、王南), F. Y. 2013. "Assessing the complexities of Sino-African media exchange and cooperation". In Li Anshan & Funeka Yazini April, eds. *Forum on China-Africa Cooperation,* 81-96.

Li, X., Li, Y. & Zhang, M.(李新烽、李玉洁、张梦颖). 2019. “China’s Media Engagement in Africa: Influences and Changes”. In *China and the Global Media Landscape* edited by Gabriele Balbi *et al*.. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.

Li, Z.(李智彪). 2007. “Contemporary Economic and Trade Relations between China and Africa”. In Kwesi Kwaa Prah, ed. *Afro-Chinese Relations: Past, Present and Future*, 280-293.

Li, Z., et al.(李志刚等). 2009. “An African enclave in China: The making of a new transnational urban space”. *Eurasian Geography and Economics* 506: 699-719.

Lian, C.(廉超群), 2016a. “«لي دب داجي إل عي س والو..ط س وت م لا ض ي بأ لا ح ب لا ف ي «ا لع ر ب ي ا لا دي دج لا ي»، ١٣ س را م ٢٠١٦. (《地中海：寻找新的可能性》(阿文),《新阿拉伯人》,2016年3月13日。)

——. 2016b.”ن..ي ص لا ا س ت ي ا ر ي ا لا ة ف ر ع م لا ة ي ب ر غ لا ة ع ن لا ش ر ق «ف ي «ا لع ر ب ي لا دي دج لا ي»، ٨ و ي ا م ٢٠١٦.(《从西方获取对东方的认知》(阿文),《新阿拉伯人》,2016年5月8日。)

——. 2016c. “ا لا ث و ر ة لا ل ل ة ي و غ ل ة ي ف ي ا ل ص ي ن «ف ي «ا لع ر ب ي ا لا دي دج لا ي»، ١٠ و ي ل و ي ٢٠١٦.(《中国的语言革命》(阿文),《新阿拉伯人》,2016年7月10日。)

——. 2018. “Metaphorical Recurrence and Language Symbolism in Arabic Metalanguage Discourse”. In *Language, Politics and Society in the Middle East* edited by Yonatan Mendel & Abeer Alnajjar. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Liang, Y.(梁益坚). 2012. “Sustainable development and Sino-African low-carbon cooperation: China’s role”. In Shikwati, ed. *China-Africa Partnership,* 40-45.

Lin, J. Y.(林毅夫). 2012. *New Structural Economics: A framework for rethinking development and policy*. Washington, D.C.: World Bank.

——. 2015. “ ‘China’s rise and structural transformation in Africa’: Ideas and Opportunities”. In Monga & Lin, eds. *The Oxford Handbook of Africa and Economics* 2, 815-829.

Lin, S.(林爽) and Gao, L.(高良敏), Reyes, M., Cheng, F.(程峰), Kaufman, J., El-Sadr, W. M. 2016. “China’s health assistance to Africa: Opportunism or altruism”. *Globalization and Health* 12, no. 83.

Liu, H.(刘海方). 2006. “China and Africa: Transcending ‘Threat or boon’ ”. *China Monitor* (March). South Africa: Centre for China Studies.

——. 2008. "China-Africa Relations through the Prism of Culture: The Dynamics of China's African Cultural Diplomacy". *Journal of Current Chinese Affairs*.

——. 2010. "China's development cooperation with Africa: Historical and cultural perspectives". In *The Rise of China and India in Africa* edited by Cheru & Obi. London: Zed Book.

——. 2012a. "Africa's Emerging Endogenous Dynamics and New Ideas on Sino-African Cooperation". *China International Strategy Review 2012*. Beijing: World Affairs Press.

——. 2012b. "The untold story of Chinese perceptions of Angola". In *China and Angola: A Marriage of Convenience?* edited by Marcus Power and Ana Cristina Alves. Pambazuka Press.

——. 2015a. "Rising China, Foreign Aid and the World". *China International Development Research Network Policy Recommendation*, no. 7 (Jan).

——. 2015b. "FOCAC VI: African initiatives toward a sustainable Chinese relationship". *China Monitor*. South Africa: Centre for China Studies.

——. 2017. "China's Influence in Africa: Current roles and future prospects in resource extraction". *The Journal of Sustainable Development. Law and Policy* 8, no. 1.

——. 2018. "For the sake of Solidarity and Beyond: South Africa and China Comprehensive Strategic Partnership South Africa and China Comprehensive Strategic Partnership". In *Post-Apartheid South Africa's Foreign Policy after Two Decades* edited by Kudrat Virk & Adekeye Adebajo (forthcoming).

——. 2019. "Coping with Security challenges in African Society. The roles of overseas Chinese associations in Africa". In *China's New Role in African Politics. From Non-Intervention Towards Stabilization?* edited by Christof Hartmann and Nele Noesselt. London: Routledge.

Liu, H.(刘海方) and Monson, J. 2011. "Railway Time: Technology transfer and the role of Chinese Experts in the history of TAZARA". In *African Engagements: African Negotiating an Emerging Multipolar World* edited by Dietz *et al*. Leiden: Brill.

Liu, H.(刘鸿武). 2012. "New impetus of African development and new path to sustainable development of China-Africa relations". In Shikwati, ed., *China-Africa Partnership*, 177-181.

Liu, Q., Zhao, Y.(刘青建、赵雅婷). 2016. "Analysis of the EU's Security-Development Nexus Aid Policy in Africa and Agenda 2063". *Contemporary International Relations,* no.1.

Liu, S.(刘少楠). 2019. "China Town in Lagos: Chinese Migration and the Nigerian State since the 1990s". J*ournal of Asian and African Studies* 54, no. 6: 783-799.

Luo, J. and Zhang, X.(罗建波、张效民). 2009. "China's African Policy and its Soft Power". *AntePodium*. Wellington: Victoria University of Wellington

——. 2011. "Multilateral Cooperation in Africa between China and Western Counties: from Differences to Consensus". *Review of International Studies* 37, no. 4.

——. 2011a. "China in Africa: devil or Angel?". *Pambazuka News* 690.

——. 2014. "China's foreign aid: How big is it and what is its aim?". *Pambazuka News* 666.

Lyons, M., Brown, A. and Li, Z (李志刚). 2012. "China's 'Chocolate City': An Ethnic Enclave in a Changing Landscape". *African Diaspora* 5, 51-72.

Ma, E.(马恩瑜), 2012. "Yiwu mode and Sino-African relations". *Journal of Cambridge Studies* 7, no. 3: 93-108.

Men, J.(门镜) and Benjamin Barton, eds. 2011. *China and the European Union in Africa. Partners or Competitors?*. Farnham: Ashgate.

Monson, J., Tang, X.(唐晓阳) and Liu, S.(刘少楠). 2017. "Working History: China, Africa, and Globalization". In *Global Africa: Into the Twenty-First Century* edited by Dorothy Hodgson and Judith Byfield. Oakland: University of California Press.

Monga, C., Lin and J. Y.(林毅夫), eds. 2015. *The Oxford Handbook of Africa and Economics* 1-2. Oxford: Oxford University Press.

Niu, D. (牛冬). 2018. "Transient: A Descriptive Concept for Understanding Africans in Guangzhou". *African Studies Quarterly* 17, no. 4.

Pan, H.(潘华琼). 2011a. "China's Soft Power in Africa". *The African Executive* (Nov) 2-9.

——. 2011b. "La « redécouverte » de l'Afrique à travers l'enseignement de l'histoire du continent". *Contient Premier Magazine (Feb)*.

——. 2014. "Effects of the Touareg Rebellion on Chinese Interests: A Chinese Perspective". In *China and Sahel & Saharan Region: Interests and Policies*. Giza: RCSS (Regional Center for Strategic Studies), 33-47.

——. 2019. "A New Approach to Cooperation with Africa from the Rise of Chinese Tourism in the 21st Century". In *New Asian Approaches to Africa: Rivalries and Collaborations* edited by Takuo Iwata. Delaware: Vernon Press.

Pang, C. &Yuan, D.(彭清莲、袁丁). 2013. "Chocolate City as a Concept and as Visible African Space of Change and Diversity", 黄忠彩、张继焦主编:《对经济社会转型的探讨:中国的城市化、工业化和民族文化传承》, 知识产权出版社。

Pang, Z.(庞中英). 2013. "The non-interference dilemma: Adapting China's approach to the new context of African and international realities". In Berhe Mulugeta Gebrehiwot & Liu Hongwu, eds. *China-Africa Relations: Governance*, 46-54.

Prah, K. K., ed. 2007. *Afro-Chinese Relations: Past, Present and the Future*. Cape Town: CASAS Publisher.

Qiu, Y.(邱昱). 2018. "The Chinese are Coming: Social Dependence and Entrepreneurial Ethics in Postcolonial Nigeria". In *Yellow Perils: China Narratives in the Contemporary World* edited by Franck Billé & Sören Urbansky. Honolulu: University of Hawai'i Press.

——. 2019. "Book review: Mapping the New African Diaspora in China: Race and the Cultural Politics of Belonging by Shanshan Lan". *The China Quarterly* 240, 1156-1158.

Shelton, G., April, F. Y., Li, A.(李安山), eds. 2015. *FOCAC 2015: A New Beginning of China-Africa Relations*. Pretoria: Africa Institute of South Africa.

Shi, L.(施琳). 2012. "The ethnographic study of the contemporary Africa from the perspective of China". In Shikwati, ed. *China-Africa Partnership*, 104-109.

Shikwati, J. ed. 2012. *China-Africa Partnership: The quest for a win-win relationship*. Nairobi: Inter Region Economic Network (IREN).

Silva Santos, V., L. C. P. Symanski and A. F. C. Holl (高畅), eds. 2019. *Arqueologia e História da Cultura Material na África e na Diáspora Africana*. Curitiba: Brazil Publishing.

Song, H. and Guo, D.(宋慧聪、郭丹彤). 2018."A Reassessment of the Trial of Mose". *World History Studies* 5, no. 1: 33-44.

Sun, I. Y. and Tang, X (孙辕、唐晓阳). 2016. "Social Responsibility or Development Responsibility? What is the Environmental Impact of Chinese Investments in Africa: What are its Drivers, and What are the Possibilities for Action?", *Cornell International Law Journal*, 49, no. 1.

Sun, X.(孙晓萌). 2019. "African Linguistics in China". In H. Ekkehard Wolff ed. *The Cambridge Handbook of African Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Sven, Grimm and He, W.(贺文萍). 2012. "Emerging Partners and their Impact on African Development". In Erik Lundsgaarde, ed. *Africa Toward 2030: Challenges for Development Policy*. London: Palgrave Macmillan.

Tang, X(唐晓). 2012."African regional integration and Sino-Africa cooperation: Opportunities and challenges". In Shikwati, ed. *China-Africa Partnership*, 13-19.

Tang, X(唐晓阳). 2010."Bulldozer or Locomotive -the impact of Chinese enterprises on the local employment market in Angola". *Journal of Asian and African Studies* 45, no. 3: 350-368

——. 2014a. "Models of Chinese Engagement in Africa's Extractive Sectors and Their Implications". *Environment: Science and Policy for Sustainable Development*, 56, no. 2: 27-30.

——. 2014b. *The Impact of Asian Investment on Africa's Textile Industries*. Beijing: Carnegie-Tsinghua Center for Global Policy.

——. 2014c. "Investissements chinois dans l'industrie textile tanzanienne et zambienne". *Afrique Contemporaine* 250, 119-136.

——. 2016. "Does Chinese Employment Benefit Africans? Investigating Chinese Enterprises and their Operations in Africa". *African Studies Quarterly* 16, no. 3-4: pp.107-128,

——. 2018."Geese Flying to Ghana? A Case Study of the Impact of Chinese Investments on Africa's Manufacturing Sector", *Journal of Contemporary China* 27, no. 114: 924-941.

——. 2019."Chinese Economic and Trade Cooperation Zones in Africa". In *The Oxford Handbook of Industrial Hubs and Economic Development*, Oxford: Oxford Handbooks.

____. *Coevolutionary Pragmatism*. 2020. Cambridge: Cambridge University Press.

Tang, X.(唐晓阳) and Jean-Jacques Gabas. 2014. "Coopération agricole chinoise en Afrique subsaharienne". *Perspective: Stratégies de Développement,* no. 26.

Tang, X. (唐晓阳) and Janet Eom, 2019."Time Perception and Industrialization: Divergence and Convergence of Work Ethics in Chinese Enterprises in Africa". *China Quarterly* 238.

Wang, H.(王海利). 2013."Liu Wenpeng und die chinesische Aegyptologie". *Goettinger Miszellen: Beitraege zur aegyptologischen Diskussion* 236.

——. 2015. "Chinese Approaches to Egyptian Hieroglyphs: Liushu and Bushou", *Zeitschrift der Deutschen Morganländischen Gesellschaft* 165, no. 2.

——. 2017. "Liu Wenpeng's Contributions to the Study of Ancient World History in China". *World History Studies* 2.

Wang, X.(王学军). 2013. "The Corporate Social Responsibility of Chinese oil companies in Nigeria: Implications for the governance of oil resources". In Berhe, Mulugeta Gebrehiwot & Liu, H., eds. *China-Africa Relations: Governance,* 128-145.

Won Kidane, Zhu, W. (朱伟东). 2014. "China-African Investment Treaties: Old Rules, New Challenges". *Fordham International Law Journal* 37.

Xia, X. and Xiao, Y. (夏新华、肖海英). 2011. "On Sino-Africa Relations and Legal Cooperation". *Botswana University Law Journal*, no. 4.

Xiao, H.(肖宏宇). 2015. "China's Role in Combating Piracy". In Shelton, April, Li, eds., *FOCAC 2015,* 183-208.

Xiao, Y.(肖玉华). 2010. "Sino-African relations: reflections on civil society engagement". In Harneit-Sievers, et al., eds. *Chinese and African Perspectives,* 214-223.

Xiang, Y(相雨). 2018a. "African Students Watching CCTV-Africa: A Structural Reception Analysis of Oppositional Decoding". In Vivien Marsh, eds. *Westminster Papers in Communication and Culture* 13, no. 1: 123-142.

——. 2018b."China in Africa: Refiguring Centre-Periphery Media Dynamics". In *China's Media Go Global* edited by Daya Thussu, Hugo de Burgh and Anbin Shi. London: Routledge.

——. 2019. "User-Generated News: Netizen Journalism in China in the Age of Short Video". *Global Media and China* 4, no. 1: 52-71.

Xu, L.(许亮). 2015. "Historical Lessons, Common Challenges and Mutual Learning: Assessing China-Africa cooperation in environmental protection". In Shelton, April, Li, eds., *FOCAC 2015*.

——. 2017. "Cyrildene Chinatown, Suburban Settlement and Ethnic Economy in Post-Apartheid Johannesburg". In *China and Africa: A New Paradigm of Global Business* edited by Young-Chan Kim. London: Palgrave Macmillan.

——. 2019. "Factory, Family, and Industrial Frontier: A Socioeconomic Study of Chinese Clothing Firms in Newcastle, South Africa". *Economic History of Developing Regions* 34, no. 3: 300-319.

Yan, H.(颜海英). 1998. "The Famine Stela: A Source-critical Perspective". In C. J. Eyre, ed. *Orientalia Lovaniensia Analecta* 82, 515-523. Leuven: Peeters.

——. 2006a. "Ägyptische Altertümer in der Verbotenen Stadt". *Antike Welt* 1.

——. 2006b. "Antiquités égyptiennes à Pékin". *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* 46.

——. 2007. "Two Ptolemaic Stelae for the Sacred Lion of Leontonpolis (Tell Moqdam)". *Chronique d'Egypte* 82.

Yang, L.(杨立华). 2006. "Africa: A View from China". *South African Journal of International Affairs* 13, no. 1: 23-32.

——. 2015. "China, South Africa and the Continent: Political and economic perspectives". In Shelton, April, Li, eds., *FOCAC 2015*, 354-386.

——. 2018. "Two decades of ever deepening strategic cooperation between China and South Africa",《南非-中国建交20周年,暨曼德拉总统诞辰100周年纪念特刊》9, 30-34.

Yang, Y.(杨玚). 2011. "A New Silk Road: African Traders in South China". *The China Monitor* 61.

Yuan, D. and Pang, C.(袁丁、彭清莲). 2018. "South Migrant Trajectories Africans in China as Guoke". In Felicitas Hillmann, Ernst Spaan & Ton van Naerssen, eds. *Trajectories and Imaginaries in Migration The Migrant Actor in Transnational Space*. London: Routledge.

Zeng, A.,(曾爱平). 2015. "China-Africa Governance Exchanges and Experiences". In Shelton, April, Li, eds., *FOCAC 2015*, 80-106.

Zeng, A. and Shu, Z(曾爱平、舒展). 2018. "Origin, Achievements, and Prospects of the Forum on China-Africa Cooperation". *China International Studies*, no.5, 89-108.

Zeng, Q.(曾强), 2002. "Some Reflections on Expanding Sino-African Trade and Economic Cooperative Relations in the New Century (The Viewpoint of a Chinese Scholar)", *Tinabantu: Journal of African National Affairs* 1, no. 1.

_____. 2010. "China's strategic relations with Africa". In Harneit-Sievers, et al., eds. *Chinese and African Perspectives,* 56-69.

Zhang, C.(张春). 2012. "China's engagement in African Post-Conflict Reconstruction: Achievements and future developments". In Shikwati, ed. *China-Africa Partnership*, 55-62.

——. 2017. "Contemporary Sino-Africa Relations". In *Routledge Handbook of Africa-Asia Relations* edited by Pedro Amakasu Raposo, David Arase & Scarlett Cornelissen. London: Routledge.

——. 2018a. "Aligning China-Africa Cooperation with the UN 2030 Agenda for Sustainable Development". In April Yazini ed., *Forum on China-Africa Cooperation: Industrialization and Agricultural Modernisation*. Pretoria: AISA.

——. 2018b. "China-Africa Cooperative Partnership for Peace and Security" and "Conclusion". In *China and Africa: Building Peace and Security Cooperation on the Continent* edited by Chris Alden *et al.*. London: Palgrave Macmillan.

Zhang, H., et al.(张宏明等). 2001."Focus: Sino-African relations". *Africa Insight* 31, no. 2: 33-42.

Zhang, J. (张瑾). 2015. "China and Africa regional economic cooperation: History and prospects". *PULA: Botswana Journal of African Studies* 29, no. 1: 13-26.

——. 2017. "Past and Present Hydro Politics, Civilizations and Prospective Futures in the Zambezi River Basin", *ACADEMICS*(学术界), no. 6.

Zhang, L.(张力). 2008. "Ethnic Congregation in a Globalizing City: The Case of Guangzhou, China". *Cities* 25, no.6: 383–395.

Zhang, Q.(张巧文). 2015a. "China Africa Development Fund: Beyond a foreign policy instrument". *CCS Commentary* 13.

——. 2015b. "Responsible investing in Africa: building China's competitiveness". *CCS Commentary* 18.

Zhang, Q.(张巧文), Kangombe. 2016. "A Chinese investment in Africa: How the New Normal can leverage Agenda 2063 for sustainable economic co-operation". *Africa-East Asia Affair*, no.3, 62-94.

Zhang, Q.(张巧文), Erasmus, P. 2016. "Study on the relationship between ownership structure and corporate performance: Evidence from Chinese companies listed on the GEM board". *International Business and Economic Research Journal*, no.2, 27-39.

Zhang, W. (张伟杰). 2015. "South Africa, China and the African Union". In Shelton, April, Li, eds., *FOCAC 2015,* 64-79.

Zhang, X.(张兴慧). 2011. "China's Aid to Africa: A Challenge to the EU?". In Jing Men and Benjamin Barton, eds. *China and European Union,* 209-224.

Zhang, Y.(张永蓬). 2007. "Reality and Strategic Construction: Globalisation and Sino-African Relations". In Prah, ed. *Afro-Chinese Relations,* 268-279.

Zhao, S. et al.(赵蜀蓉等). 2018. *Governance in Anglophone West Africa: Challenges and Responses*. Beijing: Social Sciences Academic Press (China).

Zhao, S., et al.(赵蜀蓉等). 2019."On the Risk Analysis and Countermeasures Concerning the Chinese Enterprises International Industrial Capacity Cooperation with Africa—Case Study for Sichuan and Ghana". In*Governance in Anglophone West Africa* edited by Zhao, S.

Zhi, Y.(智颖飙) and Bai J. 2010. "The Global Environmental Institute: Regulating the ecological impact of Chinese overseas enterprises". In Harneit-Sievers *et al*. eds. *Chinese and African Perspectives,* 247-254.

Zhu, W.(朱伟东). 2008."China-African Trade & Investment and the Exchange of Law". In *Harmonization of Business Law in Africa and Its Advantage for Chinese Investment in Africa*. Macau: Tipografia Macau Hung Heng Limitada.

——. 2009. "OHADA: As a Base for Chinese Further Investment in Africa". *Pendant* 129, no. 89.

——. 2011. "A Plea for Unifying or Harmonizing Private International Law in East Asia: Experiences from Europe, America and Africa",《国际私法研究》(第117号, South Korea), 2011年12月.

——. 2012. "A Brief Analysis of the Disputes Arising from China-African Civil and Commercial Transactions". *Journal of Cambridge Studies* 7, no. 3.

——. 2013."Arbitration as the Best Option for the Settlement of China-African Trade and Investment Disputes". *Journal of African Law* 57, no. 1.

——. 2014. "Creating a Favorable Legal Environment for the Sustainable Development of China-African Business Relations". *Tydskrif Vir Die Suid-Afrikaanse Reg (TSAR, the Journal of South African Law)*, no. 2.

——. 2017. "China-Africa Dispute Settlement: Logic Reading for Choosing Arbitration". *Cambridge Journal of China Studies* 12.

RESUMO

A compreensão sistemática da China e a pesquisa da África começaram na Nova China, que pode ser dividida em três etapas. O apoio à África (1950-1965). A ênfase política decidiu que o contato com a África e que o estudo sobre ela deveria ser baseado no apoio aos movimentos de independência nacional. Compreender a África (1966-1976). Algumas instituições traduziram um grande número de obras na "Revolução Cultural" para melhorar a compreensão da África. Estudar a África (1977-). A reforma e a abertura levaram a comunidade acadêmica a se familiarizar com a África e a iniciar pesquisas preliminares. O desenvolvimento das relações entre a China e a África promoveu uma pesquisa geral sobre o continente (Li, A. 2005). Este artigo tenta explorar melhor os estudos africanos da China, que estão divididos em cinco partes, por exemplo, um histórico das relações entre a China e a África, uma breve ilustração das realizações de quatro gerações (especialmente dos jovens), a participação e contribuição dos estudiosos chineses na academia internacional; o desenvolvimento de instituições de pesquisa e uma análise da nova tendência dos estudos africanos na China.

PALAVRAS-CHAVE:

Estudos Africanos. Relações China-África. Pesquisa Acadêmica

Recebido em 3 de maio de 2021
Aceito em 9 de maio de 2021

Traduzido por Mariana Reali Vitola

ENTRE DIPLOMACIA E COMÉRCIO EXTERIOR: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA

Daniela Freddo[1]
Guilherme Gomes de Barros de Souza[2]



Introdução[3]

Uma maneira interessante de visualizar a mudança de perspectiva do mundo sobre a África no século XXI é pela análise de duas capas da revista britânica *The Economist*: a capa de maio de 2000 intitulada "*The hopeless continent*" e a capa de dezembro de 2011 sob o título "*Africa rising*" (Veiga e Rios 2014, 4-5). É possível acrescentar mais uma capa dessa revista à lista, a capa de março de 2019 denominada "*The new scramble for Africa*". Três capas mostrando três diferentes visões sobre o continente africano: a primeira apresenta uma África sem perspectivas de futuro e assolada por conflitos e fome; a segunda considera uma África com crescimento econômico acelerado; e a última mostra a corrida de potências mundiais por uma parte nessa região de nova prosperidade humana e econômica (Veiga e Rios 2014, 4-5; *The Economist* 2019b).

O mundo está cada vez mais interessado na África. Além dos tradicionais atores estrangeiros na região – Estados Unidos, França, Reino Unido – outros países – como China, Índia e Turquia – estão investindo alto para

1 Departamento de Economia, Universidade de Brasília. Brasília, Brasil.
E-mail: freddo.daniela@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1188-174X

2 Departamento de Economia, Universidade de Brasília. Brasília, Brasil.
E-mail: guidebarros26@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6257-3555

3 Contribuíram fortemente para as análises aqui apresentadas as sugestões e esclarecimentos feitos por Luiz Augusto Pinto Rocha e Thiago Pessoa Gusman, cargos da Apex Brasil, e Fernando Figueira de Mello e José Joaquim Gomes da Costa Filho, respectivamente Conselheiro e Segundo-Secretário do Ministério das Relações Exteriores.

conquistar zonas de influência no continente. Seguindo essa tendência internacional, o Brasil efetuou, a partir de 2003, considerável esforço econômico e diplomático para, também, construir um papel de destaque nas relações com os 54 países africanos (Veiga 2013, 4-8; Veiga e Rios 2014, 2-3, 20-21; *The Economist* 2019a).

Entretanto, por mais que haja uma atenção internacional crescente em relação ao desenvolvimento econômico dos países africanos, há insuficiente interesse acadêmico brasileiro por uma perspectiva econômica das relações entre Brasil e África. Há um número restrito de produções acadêmicas atualizadas com foco no comércio do Brasil com o continente africano que tentem compreender profundamente como se caracteriza essa conexão e que busquem explicar as variações desse comércio em anos recentes.

Por outro lado, sob a perspectiva diplomática, busca-se, de maneira geral, justificar – ou não – os custos de manutenção de uma estrutura consular com base nos possíveis retornos econômicos que podem ser trazidos por essa iniciativa para aquele país (Gallaga 2013, 1; Charleaux 2018, 1). Ilustra essa tendência a elaboração do Relatório nffl 16, de 2016, do Senado Federal do Brasil, na qual analisa-se, entre outros pontos, uma possível correlação entre a abertura de embaixadas brasileiras e o desempenho das exportações do Brasil (Brasil 2016, 34-39).

Com vistas a contribuir com o aprofundamento acadêmico sobre essas temáticas, objetiva-se avaliar, considerando as dinâmicas diplomáticas e econômicas que marcam a nova fase das relações Brasil-África desde 2003, se há uma correlação significativa entre a abertura de embaixadas brasileiras em países africanos e o aumento das exportações brasileiras observado para esses países. Ressalta-se que esta análise não busca fundamentar a política externa brasileira em objetivos meramente comerciais, visto que os interesses internacionais brasileiros ultrapassam a simples lógica econômica.

Na seção 2, analisa-se a política externa para a África dos três presidentes brasileiros atuantes entre 1995 e 2016 e mostram-se dados sobre as 19 embaixadas do Brasil abertas em países africanos no período de 2003 a 2013. Na seção 3, por sua vez, consideram-se os dados das exportações e importações entre Brasil e África e os quais são comparados sob duas perspectivas: do valor do comércio Brasil-África e da participação percentual africana no comércio exterior brasileiro. Na seção 4, utilizam-se os dados das seções anteriores para analisar se há correlação entre a abertura de embaixadas brasileiras em países africanos e o aumento das exportações para esses Estados após o início da missão diplomática.

Política externa brasileira para a África entre 1995-2016

O período entre 1995 e 2016 abordado nesta seção abrange o governo de três presidentes: Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002); Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010); e Dilma Vana Rousseff (2011-2016). Costa Filho (2018, 81) define esse período como único nas relações exteriores do Brasil desde que a administração Cardoso inaugurou um período de envolvimento presidencial sem precedentes na política externa e a administração Lula, por sua vez, elevou as relações com a África a um nível inigualável[4].

A política externa do governo Cardoso, ao mesmo tempo em que foi consideravelmente atuante em relação à Europa e à América do Sul, foi pouco expressiva nos países africanos (Vilela e Neiva 2011, 72-76; Costa Filho 2018, 81-84, 89, 92). Como explicitou Costa Filho (2018, 81-84), o principal objetivo do governo brasileiro em relação à África era o de atualizar as suas relações com o continente, aproveitando o contexto econômico mais favorável nos dois lados do Atlântico Sul e as relações já existentes entre os dois. Contudo, isso não significava a priorização da política externa para os países africanos (Costa Filho 2018, 81-84).

De fato, o presidente Fernando Henrique visitou apenas 3 países na África entre 1995 e 2002 (África do Sul, duas vezes, Angola e Moçambique, uma vez cada) (Costa Filho 2018, 83). Nota-se, portanto, que o foco da agenda presidencial foi relacionado a países de língua portuguesa (Angola e Moçambique) e a uma grande economia africana (África do Sul). Em análise sobre a importância e frequência de temas de política externa durante o governo FHC, Vilela e Neiva (2011, 76-91) concluíram que o continente africano foi uma das regiões menos citadas em pronunciamentos oficiais feitos na época. Não surpreende, pois, que os dados obtidos do Departamento de África (DEAF) (Mello 2019) mostrem que ao menos quatro embaixadas brasileiras em países africanos foram fechadas nesse período[5], conforme ressaltado por Souza e Souza (2019, 122-123) em compilação sobre a criação e fechamento de embaixadas brasileiras na África.

4 No original: "since the Cardoso administration inaugurated a period of unprecedented presidential involvement in foreign policy and the Lula administration, in turn, elevated the relations with Africa to an unparalleled level" (tradução nossa)

5 As embaixadas fechadas foram: Lusaka, na Zâmbia, em 1996; Kinshasa, na República Democrática do Congo, em 1997; Lomé, no Togo, em 1998; e Iaundê, nos Camarões, em 1999 (Mello 2019). Pesquisa mais detalhada é necessária para averiguar se houve outras embaixadas brasileiras em países africanos fechadas ao longo do governo FHC e os motivos para cada fechamento.

Com a posse do presidente Lula em 2003, as relações Brasil-África tomaram uma posição de destaque na política externa brasileira. "A ênfase renovada na cooperação Sul-Sul como vetor prioritário de inserção internacional e de afirmação política do Brasil no cenário global e a promoção de interesses econômicos e empresariais brasileiros" foram os guias da política externa e econômica que nortearam esse período (Veiga 2013, 1).

Como afirmado pelo Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto (2013, 58), ao contrário do que havia sido feito até então, o Brasil intensificou os seus esforços diplomáticos de maneira generalizada no continente africano, sem dar prioridade somente às grandes economias africanas ou só aos países de língua portuguesa. Para isso, medidas foram tomadas para que os números de visitas oficiais e encontros com autoridades africanas se intensificassem (Pinto 2013, 58-60). Vilela e Neiva (2011, 76-91), referidos anteriormente, concluíram em sua pesquisa que a África passou a ser a segunda região mais citada em pronunciamentos do governo Lula, atrás apenas da América do Sul. Como informou Melissa Cook (2013, 42), somente entre 2003 e 2010, 12 missões presidenciais diplomáticas e econômicas foram feitas a países africanos[6], fato que expõe o ativismo presidencial de Lula em relação à África (Costa Filho 2018, 81-84). Além disso, o Departamento de África, anteriormente parte do Departamento de África e Oriente Próximo, foi criado em 2003 (Costa Filho 2018, 82).

Essa tendência de aumento nas relações Brasil-África está contida em um contexto mais amplo de valorização das relações Sul-Sul, que foi uma marca do governo Lula (Seabra 2014, 77-79). Destaca-se que a tendência de crescimento das relações Sul-Sul, em especial com a África, não se restringiu à experiência brasileira, mas fez parte de um movimento internacional de ampliação de relações diplomáticas e econômicas, como observou-se em iniciativas conduzidas por países como China, Índia e Turquia (*The Economist* 2019a).

A política externa nesse período foi alçada para o centro das prioridades governamentais, de forma a contribuir para o objetivo final de estabelecer o Brasil com uma potência mundial emergente. Para isso, construir alianças com os 54 países africanos seria essencial. Esse processo buscou reconhecer a heterogeneidade dos países do sul global e estabelecer relações individuais e específicas entre o Brasil e esses atores (Seabra 2014, 77-79).

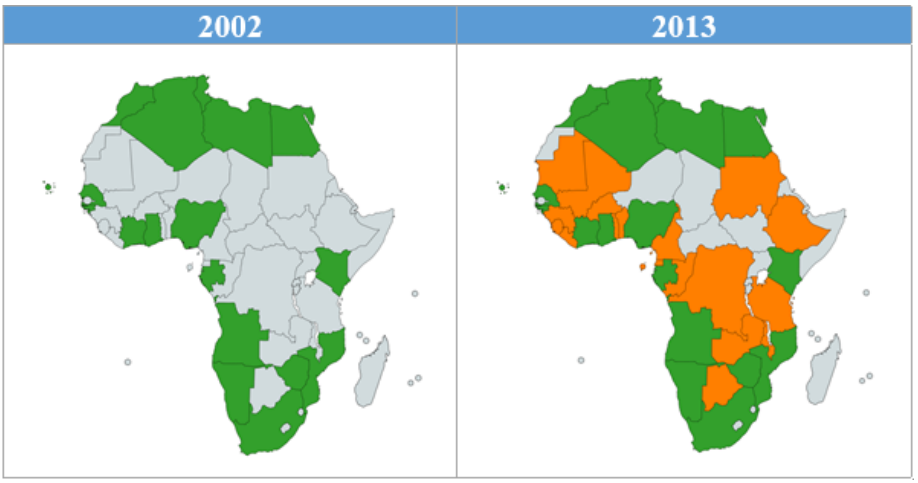
6 Foram feitas entre 2003 e 2014, para países africanos, 28 visitas a 23 países pelo ex-presidente Lula, 67 visitas a 31 países pelo ex-ministro das relações exteriores Celso Amorim, 3 visitas a 7 países pela ex-presidente Dilma Rousseff e 20 visitas a 13 países pelo ex-ministro das relações exteriores Antonio Patriota (Seabra 2014, 79).

Por outro lado, o governo de Dilma Rousseff reduziu, de modo geral, a atuação internacional do Brasil, impactando o engajamento brasileiro na África (Costa Filho 2018, 84). Esta administração conservou iniciativas implementadas durante o governo Lula, "porém com menor intensidade e sem pró-atividade, apenas buscando a manutenção dos ganhos externos e bilaterais extraordinários tidos no período anterior" (Rizzi 2016, 156) com a continuidade da valorização das relações Sul-Sul (Seabra 2014, 79; Costa Filho 2018, 85). Portanto, ainda que a África tenha permanecido como um eixo de interesse da política externa brasileira, houve uma redefinição de prioridades da atuação internacional no governo Dilma Rousseff (Pereira 2020, 20).

Tal mudança na política externa durante o governo Dilma Rousseff pode ser vista tanto pela menor quantidade de visitas a países africanos feitas durante o seu governo quanto pelo reduzido número de embaixadas brasileiras abertas naquele continente entre 2011 e 2016 (Costa Filho 2018, 84-86; Mello 2019).

De qualquer forma, pode-se perceber que os esforços feitos entre 2003 e 2016 tiveram efeitos diplomáticos concretos. Em 2013, das 37 embaixadas brasileiras em países africanos, 19 haviam sido abertas ou reativadas desde 2003 (vide Quadro 1 e Figura 1 abaixo) (Pinto 2013, 59; Seabra 2014, 79). Como afirmado pela revista britânica *The Economist*, o Brasil é um dos países não-africanos que possuem mais embaixadas na África e é o país latino-americano com mais representações diplomáticas no continente (*The Economist* 2019a). Os dados dos países africanos com embaixadas brasileiras estão consolidados na figura abaixo.

Figura 1: Países com Embaixadas Brasileiras na África[7]



Legenda: Verde – embaixadas brasileiras abertas até 2002; Laranja – embaixadas brasileiras abertas entre 2003 e 2013.

Fonte: Departamento de África (Mello 2019) e Ministério das Relações Exteriores (Brasil 2020b). Elaboração própria.

Na Figura 1, destacam-se os 18 países africanos com embaixadas brasileiras abertas até 2002 e os 19 países africanos com embaixadas brasileiras abertas entre 2003 e 2013, totalizando 37 países africanos com embaixadas brasileiras em 2013. Ressalta-se que os esforços diplomáticos brasileiros também foram, de certa forma, retribuídos por países africanos. Em 2013, das 34 embaixadas de países africanos existentes em Brasília, 18 haviam sido implementadas desde 2003, tornando-a a capital com mais representações diplomáticas africanas na América Latina (Pinto 2013, 59). Os dados das embaixadas brasileiras abertas entre 2003 e 2013 estão consolidados no quadro abaixo.

7 Os países africanos com embaixadas brasileiras abertas até 2002 são: África do Sul, Angola, Argélia, Cabo Verde, Costa do Marfim, Egito, Gabão, Gana, Guiné-Bissau, Líbia, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, Senegal, Tunísia e Zimbábue (Brasil 2020b).

Quadro 1: Abertura de Embaixadas Brasileiras na África (2003-2013)[8]

Ordem de Abertura	Embaixada	País	Data do Decreto de Criação	Data de Abertura
1	São Tomé	São Tomé e Príncipe	18/03/2003	17/07/2003
2	Iaundê	Camarões	10/02/2005	21/04/2005
3	Dar Es Salam	Tanzânia	11/03/2005	16/06/2005
4	Adis Abeba	Etiópia	30/09/2004	20/06/2005
5	Kinshasa	República Democrática do Congo	–	09/10/2005
6	Cotonou	Benin	06/12/2005	26/09/2006
7	Lomé	Togo	22/12/2005	16/11/2006
8	Cartum	Sudão	21/11/2005	04/12/2006
9	Lusaca	Zâmbia	08/05/2006	31/01/2007
10	Malabo	Guiné Equatorial	21/11/2005	01/03/2007
11	Conacri	Guiné	08/05/2006	29/03/2007
12	Gaborone	Botsuana	19/06/2006	12/06/2007
13	Bamako	Mali	11/10/2007	14/07/2008
14	Brazzaville	República do Congo	11/10/2007	22/08/2008
15	Uagadugu	Burkina Faso	11/10/2007	22/10/2008
16	Nouakchott	Mauritânia	11/10/2007	11/05/2010
17	Monróvia	Libéria	10/09/2010	25/02/2011
18	Freetown	Serra Leoa	26/01/2010	30/07/2012
19	Lilongue	Malawi	27/10/2010	06/06/2013

Fonte: Departamento de África (Mello 2019); Acesso à Informação (Brasil 2015, 1-5). Elaboração própria.

No Quadro 1, descreve-se a ordem de abertura de embaixadas brasileiras em países africanos. Os dados em relação às datas de abertura das

8 A data do Decreto de criação da embaixada do Brasil em Kinshasa, República Democrática do Congo, não foi encontrada. Contudo, no site do Ministério das Relações Exteriores está informado que a embaixada brasileira em Kinshasa foi reaberta (ao menos legalmente) em 2004 (Brasil 2019a).

embaixadas foram obtidos em consulta ao Departamento de África (DEAF) do Itamaraty (Mello 2019). As datas do Decreto de criação das embaixadas foram obtidas no portal de Acesso à Informação do Governo Federal (Brasil 2015, 1-5). No Quadro 1, 'Data do Decreto de criação' refere-se à data de publicação do decreto[9] em que o Presidente da República determina a criação de uma embaixada brasileira naquelas específicas cidade e país. Por sua vez, 'Data de Abertura' refere-se à data em que o primeiro diplomata brasileiro credenciado junto ao governo daquele país chegou àquele Estado. Como foi esclarecido pelo Departamento de África (Mello 2019), para o Ministério das Relações Exteriores uma embaixada brasileira estará politicamente aberta com a chegada do primeiro embaixador ou encarregado ao país, independente do dia da semana ou da instalação física da embaixada. Percebe-se que há diferença entre a data do decreto de criação e a data de abertura da Embaixada. Isso pode ser explicado, dentre outras razões, pelos trâmites legais e diplomáticos necessários para a abertura de uma embaixada brasileira em outro país (Mello 2019).

Como explicitado anteriormente, as embaixadas listadas no Quadro 1 foram as 19 embaixadas brasileiras abertas na África entre 2003-2013. É importante notar, como bem ressaltado por Costa Filho (2018, 85), que as três embaixadas em países africanos abertas durante o governo Dilma (2011-2016) haviam sido criadas, por decreto, durante o governo Lula (2003-2010), o que ressalta novamente a maior timidez da política exterior de Dilma Rousseff em relação a de seu antecessor.

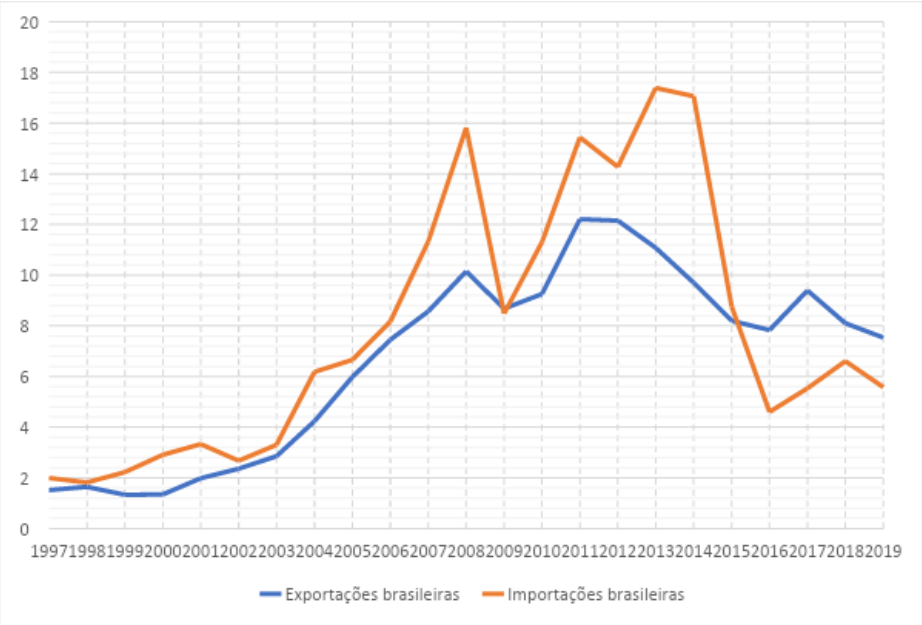
Relações comerciais Brasil-África entre 1997-2019

Analisam-se brevemente, nesta seção, as relações comerciais entre Brasil e África de 1997 a 2019, período em que os dados do Ministério da Economia (Brasil 2020a) sobre comércio internacional estão disponíveis. Nesse sentido, Souza e Souza (2019, 120-137), em estudo recente, apresentaram análise econômica aprofundada das variações no comércio Brasil-África de 1997 a 2018 e estabeleceram uma possível correlação entre a variação do preço das *commodities* e o valor exportado pelo Brasil ao continente, além de analisarem detalhadamente os produtos comercializados e o volume das exportações no período.

9 Lista completa dos decretos de criação de embaixadas brasileiras entre 2000 e 2015 pode ser encontrada na seguinte referência: (Brasil 2015, 1-5).

Por sua vez, Seabra (2014, 79-80) sugeriu que o forte movimento diplomático brasileiro para os países africanos, simbolizado pela abertura de embaixadas brasileiras na África, pode ser visto sob outra perspectiva: a dos benefícios econômicos vindos da aproximação entre Brasil e África[10]. De fato, pelos dados do Ministério da Economia (Brasil 2020a), nota-se que houve uma variação positiva (por mais que inconstante) das relações comerciais do Brasil com países africanos ao longo dos últimos 20 anos. Os valores do comércio Brasil-África entre os anos de 1997 e 2019 estão consolidados no gráfico abaixo.

Gráfico 1: Comércio Brasil-África entre 19 97-2019 (FOB US$ Bilhões)[11]



Fonte: Ministério da Economia (Brasil 2020a). Elaboração própria.

Pelos dados do Gráfico 1, verifica-se que houve uma variação expressiva entre 1997 e 2019 do comércio do Brasil com países africanos. Considerando primeiro as importações brasileiras, percebe-se que saíram de um

10 Seabra (2014, 79-80) e Veiga (2013, 5-9) também definiram como outro motivo da aproximação do Brasil com os países africanos o potencial de expansão de empresas brasileiras na região. Contudo, essa abordagem não será analisada nesse artigo.

11 Valores correntes, isto é, não atualizados pela inflação do período.

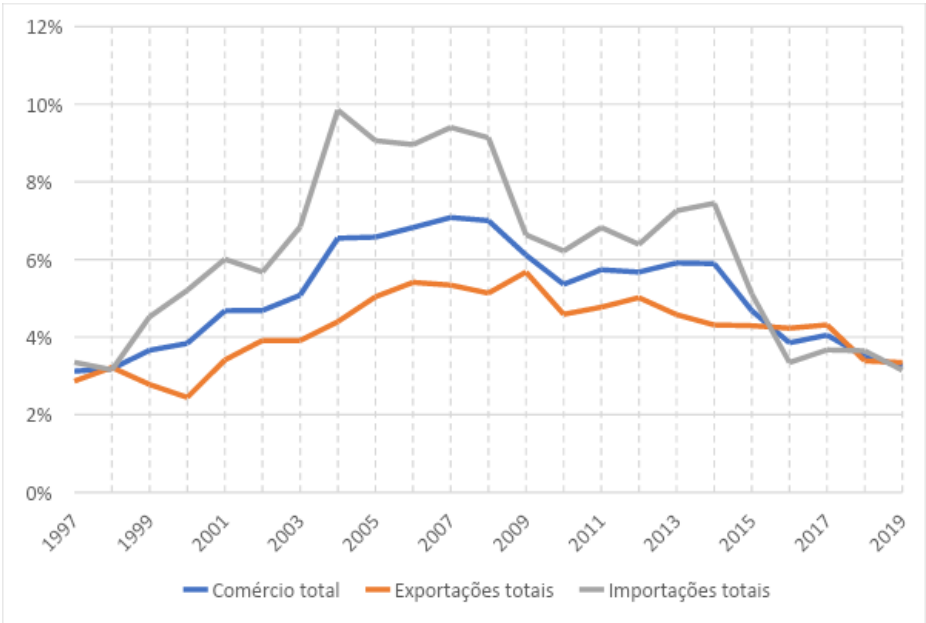
patamar muito baixo, de 1,8 bilhão de dólares em 1998[12], para seu nível máximo em 2013, de 17,4 bilhões de dólares, correspondendo a um aumento de 957% no período (em valores nominais). Contudo, a recessão econômica brasileira iniciada no segundo trimestre de 2014 derrubou consideravelmente o valor das importações do Brasil daquele continente, que em 2016 atingiram patamar próximo ao registrado em 2004 (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, 2019; Brasil 2020a).

Lógica semelhante se aplica às exportações brasileiras que em 1999 estavam em 1,3 bilhão de dólares e que cresceram continuamente até 2011 – quando atingiram o valor máximo de 12,2 bilhões de dólares – o que corresponde a um aumento de 917% no período (em valores nominais). Depois daquele ano houve uma redução expressiva das exportações até 2019, não havendo recuperação dos níveis anteriores de exportação para os países africanos (Brasil 2020a).

Mesmo com todas as variações nesse período, o saldo comercial entre Brasil e África foi deficitário na maior parte dos anos analisados. Entre 1997 e 2015, apenas por um breve período – em 2009 – o Brasil teve leve superávit comercial. A partir de 2016, o país passou a ter superávit comercial expressivo, contudo isso se deve mais à forte queda das importações brasileiras da África do que ao aumento das exportações do Brasil para o continente (Brasil 2020a).

12 Como exemplificação das variações ocorridas no comércio exterior, o Embaixador José Vicente de Sá Pimentel (2000, 10) atribuiu o aumento de cerca de 22% das importações brasileiras de 1998 a 1999 à compra de petróleo da Argélia e da Nigéria. Por outro lado, relacionou a queda de aproximadamente 19% das exportações brasileiras para países africanos à redução das vendas de açúcar.

Gráfico 2: Participação da África no comércio exterior brasileiro (%)



Fonte: Ministério da Economia (Brasil 2020a). Elaboração própria.

Já pelo Gráfico 2, pode-se compreender, em análise semelhante à feita por Souza e Souza (2019, 127-128), acerca da importância do comércio com a África para a balança comercial brasileira. Considera-se no Gráfico 2 a participação percentual dos países africanos no comércio com o Brasil sob três perspectivas: do comércio exterior total brasileiro; das exportações totais; e das importações totais.

Em relação às exportações totais brasileiras, percebe-se que os países africanos registraram uma participação relativamente tímida ao longo de todo o período analisado, variando de 2,44% em 2000 para o ápice de 5,68% em 2009 e retornando em 2019 para patamares percentuais de exportação próximos aos observados nos anos 1990. Por sua vez, registrou-se maior variação da participação africana nas importações brasileiras, que aumentaram de 3,16% em 1998 para 9,85% em 2004, caindo gradualmente até 3,15% em 2019. Já a participação africana no comércio exterior brasileiro total se comportou de maneira intermediária, variando de 3,1% em 1997 para 7,1% em 2007 e regredindo para 3,3% em 2019 (Brasil 2020a).

Conforme ponderado por Souza e Souza (2019, 128), as óticas apresentadas no Gráfico 1 (valor do comércio Brasil-África) e no Gráfico 2 (participação percentual africana no comércio exterior brasileiro) permitem chegar a conclusões alternativas – em valor e porcentagem – da importância do comércio Brasil-África ao longo do período analisado (Souza e Souza 2019, 128). Por exemplo, considerando-se a participação percentual, o ano mais importante da África nas exportações brasileiras foi 2011 (conforme Gráfico 1), enquanto que ao se considerar o valor exportado, o ano mais importante da África nas exportações brasileiras foi 2009 (conforme Gráfico 2). De qualquer maneira, observa-se que a importância da África para as exportações do Brasil culminou entre 2009 e 2011.

Nota-se que o comércio entre Brasil e África teve considerável variação no período analisado. Houve grande aumento nos fluxos comerciais a partir do final dos anos 1990, mas a importância alcançada por esse comércio foi reduzida em anos recentes. Dito isso, cabe buscar entender se o maior interesse diplomático brasileiro pela África, tratado na seção 2, pode ter impactado no aumento do comércio Brasil-África registrado na década de 2000.

Correlação entre abertura de embaixadas e exportações brasileiras

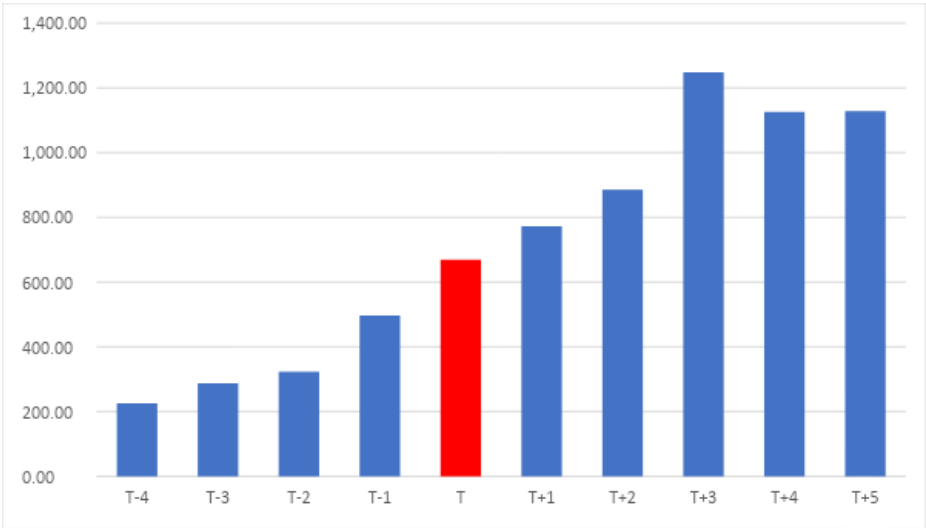
Nesta seção, combinam-se os dados apresentados na seção 2, sobre a criação de embaixadas brasileiras em países africanos, e na seção 3, sobre as variações do comércio Brasil-África. Objetiva-se estabelecer se há alguma correlação entre a abertura de embaixadas brasileiras em países da África e a variação do comércio do Brasil – com foco nas exportações, elemento de maior importância para os interesses comerciais pátrios – com esses países.

Com objetivo semelhante, o Relatório nffl 16/2016 do Senado Federal tentou estabelecer uma correlação entre a abertura de embaixadas do Brasil com o desempenho das exportações brasileiras e com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, com foco para o período entre 2003 e 2015. O Relatório considerou todas as embaixadas brasileiras existentes e destacou as embaixadas abertas em todo mundo a partir de 2003. Contudo, os resultados obtidos foram pouco conclusivos, encontrando pouca ou nenhuma correlação entre as variáveis, e também considerou outras embaixadas além daquelas abertas na África (Brasil 2016, 35-43). Propõe-se então uma metodologia alternativa à utilizada por esse relatório, considerando somente as

embaixadas brasileiras abertas na África entre 2003 e 2013 e com foco nas exportações brasileiras para tais países.

Portanto, todos os dados apresentados nos gráficos desta seção são referentes aos 19 países onde foram abertas embaixadas brasileiras entre 2003 e 2013 (como mostrado no Quadro 1). No Gráfico 3, apresentado abaixo, associam-se os dados apresentados anteriormente e relacionam-se os anos de abertura das embaixadas brasileiras em países africanos com a variação das exportações do Brasil. Em seguida, explica-se a metodologia da análise e interpreta-se os resultados obtidos.

Gráfico 3: Exportações brasileiras agregadas para os 19 países analisados (FOB US$ Milhões)



Legenda: Vermelho - período no qual embaixadas brasileiras foram abertas nos países analisados.

Fonte: Departamento de África (Mello 2019); Ministério da Economia (Brasil 2020a). Elaboração própria.

No Gráfico 3, define-se, no eixo vertical, o valor agregado das exportações brasileiras para os 19 países africanos em que o Brasil criou embaixadas entre 2003 e 2013. Já no eixo horizontal, definem-se os períodos analisados em relação ao ano de abertura das embaixadas brasileiras. O marco temporal 'T' representa o ano em que o Brasil abriu uma embaixada em um país africano e serve como referencial para os outros anos de análise, abarcando-se

quatro anos antes e cinco anos depois do ano de abertura, totalizando assim 10 anos de análise.

Consideremos, por exemplo, as exportações brasileiras para São Tomé e Príncipe. 'T', nesse caso, é o ano de 2003 (vide Quadro 1). 'T-1' se refere ao ano de 2002, enquanto 'T+1' representa 2004. A mesma lógica se repete para os anos anteriores e posteriores. O período considerado para esse país, então, é 1999-2008. Para cada país analisado, os períodos considerados são diferentes, dado que se baseia no ano de abertura da embaixada brasileira naquele território. Os valores das exportações brasileiras para os 19 países analisados foram agregados nesses períodos – de 'T-4' a 'T+5' – de forma a permitir uma análise geral dos dados.

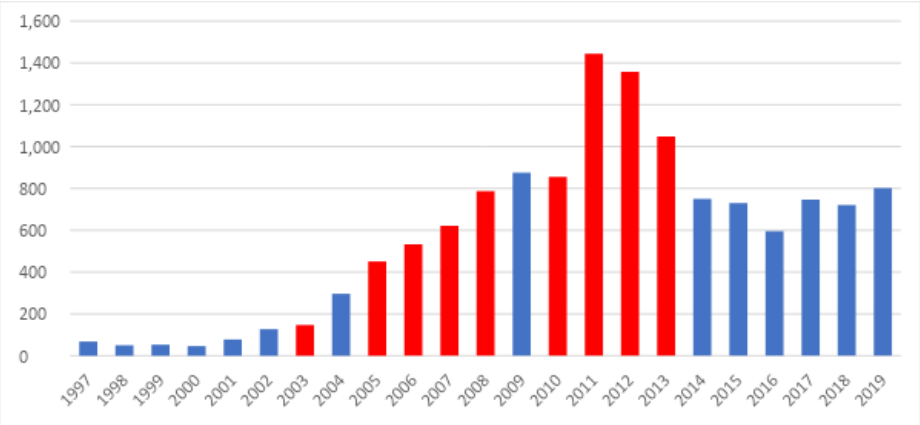
O objetivo com este gráfico não é avaliar o valor absoluto das exportações em si, mas a variação que houve antes e depois da abertura das embaixadas brasileiras nos países analisados. Como as embaixadas foram criadas em anos diferentes, normalizar o ano de abertura – 'T' – foi a solução encontrada para permitir a comparação entre os países de maneira mais clara. Essa análise também permite concentrar-se somente na variação ocorrida e não no ano em que ela ocorreu (só em relação ao ano de abertura da embaixada). Além disso, a utilização dos anos de abertura das embaixadas – ao contrário do ano do decreto de criação (vide Quadro 1) – permite analisar efetivamente quando os trabalhos diplomáticos da embaixada se iniciaram e se há alguma correlação entre esse fato e a variação de exportações brasileiras. Considerar o ano do decreto de criação (mais facilmente obtido) criaria um viés na análise, pois, como ressaltado na seção 2, as datas de criação e de abertura das embaixadas diferem entre si (ocorrendo em anos diferentes, na maioria dos casos).

Percebe-se que houve uma tendência de aumento das exportações brasileiras para os países analisados depois de 'T', se comparado com os valores dos anos anteriores. O valor exportado pelo Brasil aumentou de 224,9 milhões em 'T-4' para 1.248,5 milhões em 'T+3', seguido por leve redução para 1.127,8 milhões em 'T+5'. Portanto, de maneira agregada, as exportações brasileiras para os países analisados aumentaram após o ano de abertura das embaixadas do Brasil naqueles Estados.

Contudo, aqui deve-se ter cautela para não tirar conclusões precipitadas. Há correlação entre os anos que sucedem a abertura das embaixadas brasileiras – principalmente os três primeiros anos – e o aumento das exportações do Brasil para esses países. No entanto, não é possível garantir, segundo os dados do Gráfico 3, se esse aumento se deve à abertura da embaixada – e as consequentes facilitações na comunicação e na promoção comercial – ou a outros fatores exógenos (como a variação do preço das *commodities*, a

mudança do valor do Real brasileiro em relação ao Dólar estadunidense etc.). Pelo Gráfico 4, apresentado abaixo, objetiva-se deixar essa análise mais clara.

Gráfico 4: Exportações brasileiras agregadas para os 19 países analisados (1997-2019) (FOB US$ Milhões)[13]



Legenda: Vermelho – ano no qual uma ou mais embaixada brasileira foi aberta nos 19 países analisados.

Fonte: Departamento de África (Mello 2019); Ministério da Economia (Brasil 2020a). Elaboração própria.

No Gráfico 4, apresenta-se os valores agregados das exportações brasileiras para os 19 países analisados. Contudo, diferente do que foi feito no Gráfico 3, a representação temporal dos dados é linear, começando em 1997 e terminando em 2019.

Esse gráfico permite melhor analisar se há alguma coincidência temporal que esteja associada à frequente correlação da abertura de embaixadas brasileiras com o aumento das exportações para aqueles países nos anos seguintes. Nota-se que houve um aumento das exportações brasileiras agregadas para esses países de 46,1 milhões em 2000 a 1.443,2 milhões em 2011, configurando um aumento de 2.027,4% ao longo do período analisado.

Assim como explicitado pela análise do Quadro 1, observa-se que há uma concentração de abertura de embaixadas entre os anos de 2005 a

13 Vide Quadro 1, as embaixadas brasileiras abertas em cada ano foram: 2003 – São Tomé; 2005 – Iaundê, Dar Es Salam, Adis Abeba, Kinshasa; 2006 – Cotonou, Lomé, Cartum; 2007 – Lusaca, Malabo, Conacri, Gaborone; 2008 – Bamako, Brazzaville, Uagadugu; 2010 – Nouakchott; 2011 – Monróvia; 2012 – Freetown; 2013 – Lilongue.

2008, nos quais 14 das 19 embaixadas foram abertas. Como as exportações brasileiras para esses países aumentaram entre 2000 e 2011, então não surpreende que os anos após a abertura da maioria das embaixadas brasileiras foram marcados pelo aumento das exportações do Brasil para esses países, visto que já existia uma tendência geral das exportações nesse sentido desde o ano 2000.

Observa-se que há 4 países – Botsuana, Libéria, Malawi e Serra Leoa – em que não há correlação clara entre os anos que sucedem a abertura das embaixadas brasileiras e o aumento das exportações do Brasil para esses países. Nestes casos, os anos após a criação das embaixadas em geral não coincidiram com o período de aumento das exportações do Brasil observado entre 2000 e 2011[14].

Portanto, há frequente correlação entre os anos após a criação das embaixadas e o aumento das exportações brasileiras. Contudo, essa tendência de aumento já era observada em anos anteriores às aberturas. Não é possível, então, usar com confiança essa correlação como elemento causal que associe a criação de embaixadas brasileiras em países africanos ao aumento das exportações do Brasil. Esse aumento foi, possivelmente, causado por outros fatores exógenos existentes (como já explicitado).

Por fim, ressalta-se que a importância das embaixadas brasileiras no exterior não pode ser reduzida à sua contribuição – ou não – para o aumento das exportações brasileiras aos países onde estão localizadas. Embaixadas possuem importância estratégica na dinâmica internacional e sua função não deve ser simplificada ao seu possível papel econômico. Como definido pelo Ministério das Relações Exteriores, manter uma vasta rede de embaixadas e consulados brasileiros "é imprescindível para permitir a execução adequada da política externa, assegurando a participação brasileira nos principais temas da agenda internacional" (Brasil 2019b, 1). A promoção do comércio exterior é somente uma das diversas funções da rede consular (Brasil 2019b).

Como ressaltado por Gallaga, "estabelecer ou manter uma embaixada é um sinal claro para o governo anfitrião de um compromisso com o aprofundamento das relações [...] bilaterais" (Gallaga 2013, 1, tradução nossa). Ademais, embaixadas permitem aos representantes diplomáticos do Estado terem contato pessoal com o contexto sociocultural e administrativo do outro país, além de promover os interesses políticos, econômicos, científicos e culturais do país representado (Gallaga 2013, 1; Charleaux 2018, 1).

14 Essas embaixadas foram criadas em 2007 (Botsuana), 2011 (Libéria), 2012 (Serra Leoa) e 2013 (Malawi).

Nesse sentido, o Relatório n.° 16/2016 do Senado Federal recomendou ao Ministério das Relações Exteriores, em suas conclusões, que revisasse a "alocação de infraestrutura diplomática ao redor do mundo, privilegiando a localização em países do sul e norte que têm a maior chance de gerar dividendos econômicos e políticos para o Brasil" (Brasil 2016, 83-84). Contudo, conforme afirmado pelo autor do Relatório, o economista Humberto Laudares, "[d]izer que uma embaixada não é necessária, com base apenas em avaliações de critérios econômicos, é uma besteira" (Charleaux 2018, 1), mas que seria certamente necessário medir o desempenho de uma embaixada em todas as funções que lhe são atribuídas.

Ponderou-se no Relatório que não foi feita uma investigação aprofundada de elementos políticos e geopolíticos sobre a abertura de novas embaixadas. Ademais, concluiu-se que "o número de postos diplomáticos de um país parece que responde a critérios idiossincráticos – talvez políticos ou históricos – que não necessariamente refletem na dinâmica da economia global" (Brasil 2016, 42). Portanto, uma análise de fatores puramente econômicos não é suficiente para compreender todos os elementos da importância de embaixadas para os interesses pátrios.

Conclusão

A mudança nos objetivos da política externa brasileira e os esforços diplomáticos sem precedentes do Brasil para sua relação com países africanos – principalmente durante o governo Lula – foram as razões da abertura de 19 embaixadas brasileiras na África entre 2003 e 2013, mais que dobrando o número de embaixadas do Brasil no continente. Esse período de engajamento diplomático ocorreu concomitantemente ao aumento do comércio exterior brasileiro com países africanos a partir dos anos 1990, que atingiu seu pico ao longo da década seguinte. Contudo, em anos recentes os fluxos comerciais entre Brasil e África retornaram a patamares inferiores, tanto em valor quanto em porcentagem.

Estes dados foram combinados para permitir a seguinte análise: há uma correlação entre a abertura de embaixadas brasileiras em países africanos e a variação das exportações do Brasil para esses países? Pela avaliação dos dados obtidos, pôde-se constatar que há alguma correlação, mas não se pode atribuir com confiança uma causalidade entre o aumento das exportações brasileiras e o estabelecimento das missões diplomáticas brasileiras nesses países, ao mesmo tempo, não se pode negar esta correlação. Ressalta-se

que a análise das relações diplomáticas e econômicas entre Brasil e África feita neste artigo não exaure os elementos necessários para avaliar a possível importância política e econômica de uma embaixada.

Sob ótica alternativa, infere-se outra possível análise dos dados apresentados: a criação de embaixadas brasileiras em países africanos poderia ser motivada por um aumento já existente das exportações do Brasil para aqueles países? Ou seja, o que levaria a abertura de uma embaixada em um país seria o já existente aumento do comércio? Análise mais aprofundada seria necessária para responder essa hipótese.

Ademais, conforme concluído por Souza e Souza (2019, 135-137), a variação nos preços das *commodities* exportadas pelo Brasil para a África explicaria parcela significativa da variação do valor exportado pelo Brasil e de sua diferença com relação ao volume exportado. Dessa forma, como ressaltado na seção 4, há outros elementos que podem ter impactado no aumento das exportações do Brasil para a África além da abertura de embaixadas brasileiras na região.

Por fim, a quantidade reduzida de produções acadêmicas atualizadas sobre as relações econômicas entre Brasil e África é um fator que dificulta a pesquisa sobre o tema. São necessários mais artigos, como o escrito pelo Embaixador José Vicente de Sá Pimentel (2000, 5-23) e o publicado por Souza e Souza (2019, 119-137) que analisem as variações do comércio Brasil-África período a período e que estabeleçam prováveis causas para as variações observadas. Dessa forma, conclusões sobre o comércio Brasil-África possuirão bases mais sólidas para se fundamentar.

REFERÊNCIAS

Brasil. 2015. "Informações a respeito da abertura de Embaixadas brasileiras na África - Pedido 092000008." *Controladoria-Geral da União*. Acesso à Informação. Publicado em Dezembro 16, 2015. http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Item/displayifs.aspx?List=0c839f31%2D47d7%2D4485%2Dab65%2Dab0ceee9cf8fe&ID=44276 2&Web=88cc5f44%2D8cfe%2D4964%2D8ff4%2D376b5ebb3bef.

_____. 2016. "Relatório Política Externa." *Senado Federal*, Relatório nffl 16, 2016: 1-84. http://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?3&codcol=54&data1=2016-01-01&data2=2016-12-31.

_____. 2019a. "República Democrática do Congo." *Ministério das Relações Exteriores*. Acessado em Julho 2, 2019. http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4956&Itemid=478&cod_pais=COD&tipo=ficha_pais.

_____. 2019b. "O Itamaraty e as carreiras do Serviço Exterior." *Ministério das Relações Exteriores*. Acessado em Julho 17, 2019. http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/perguntas-frequentes-artigos/19363-o-ministerio-das-relacoes-exteriores-e-as-carreiras-do-servico-exterior#I.8.

_____. 2020a. "Exportação e Importação Geral." *Ministério da Economia*. Comex Stat. Acessado em Junho 9, 2020. http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas.

_____. 2020b. "Representações do Brasil no Mundo." *Ministério das Relações Exteriores*. Acessado em Julho 8, 2020. http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/representacoes-do-brasil-no-mundo.

Charleaux, João Paulo. 2018. "Embaixadas pelo mundo: por que mantê-las? Por que fechá-las?" *Nexo*, Novembro 8, 2018. https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/11/08/Embaixadas-pelo-mundo-por-que-mant%C3%AA-las-Por-que-fech%C3%A1-las.

Cook, Melissa. 2013. "Oportunidades do Brasil na África: a visão de uma consultora." *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, no. 116: 46-55. http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/rbce_sobre.asp.

Costa Filho, José Joaquim Gomes da. 2018. "Ideological Repertoires of the Brazilian Foreign Policy toward Africa across three presidential administrations (1995-2016): from realism to south-south solidarity, and back." *Caderno de Política Exterior* 4, no. 7: 79-121. http://funag.gov.br/biblioteca/download/cadernos-de-politica-exterior-n-7.pdf.

Gallaga, Moira G. 2013. "Do We Still Need Embassies?" *The Diplomat*, Setembro 4, 2013. https://thediplomat.com/2013/09/do-we-still-need-embassies/.

Mello, Fernando Figueira de. 2019. "Abertura de Embaixadas Brasileiras na África [consulta de dados]." *Ministério das Relações Exteriores*. Departamento de África (DIAF). Mensagem recebida por guidebarros26@gmail.com em Junho 29, 2019.

Pereira, Analúcia Danilevicz. 2020. "As Relações Brasil-África: do Nexo Escravista à Construção de Parcerias Estratégicas". *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 5, no. 9: 11-32. https://doi.org/10.22456/2448-3923.107950.

Pimentel, José Vicente de Sá. 2000. "Relações entre o Brasil e a África subsaárica." *Revista Brasileira de Política Internacional* 43, no. 1: 5-23. https://doi.org/10.1590/S0034-73292000000100001.

Pinto, Paulo Cordeiro de Andrade. 2013. "Brasil-África: relações privilegiadas." *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, no. 116: 56-63. http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/rbce_sobre.asp.

Rizzi, Kamilla Raquel. 2016. "Relações Brasil-PALOP: 40 anos de Cooperação para o Desenvolvimento no Atlântico Sul (1974/75-2015)." *Revista Brasileira de Estudos Africanos*. 1, no. 1: 143-167. https://doi.org/10.22456/2448-3923.59492.

Seabra, Pedro. 2014. "A harder edge: reframing Brazil's power relation with Africa." *Revista Brasileira de Política Internacional* 57, no. 1: 77-97. http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400105.

Souza, Guilherme de Castro e Guilherme Gomes de Barros de Souza. 2019. "Comércio Brasil-África: uma perspectiva da exportação de commodities." *O Eco da Graduação* 4, no. 2: 119-140. http://ecodagraduacao.com.br/index.php/ecodagraduacao/article/view/83.

The Economist. 2019a. "Africa is attracting even more interest from powers elsewhere – A sub-Saharan seduction." *The Economist*, Março 7, 2019. https://www.economist.com/briefing/2019/03/07/africa-is-attracting-ever-more-interest-from-powers-elsewhere.

The Economist. 2019b. "The new scramble for Africa." *The Economist*, Março 7, 2019. https://www.economist.com/leaders/2019/03/07/the-new-scramble-for-africa.

Veiga, Pedro da Motta. 2013. "A África na agenda econômica do Brasil: comércio, investimentos e cooperação." *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, no. 116: 4-19. http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/rbce_sobre.asp.

Veiga, Pedro da Motta, Sandra Polónia Rios. 2014. "Relações Brasil/África: comércio e política comercial." *Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento*, Textos CINDES 40, Dezembro, 2014. http://www.cindesbrasil.org/site/index.php?option=com_jdownloads&view=viewcategory&catid=7.

Vilela, Elaine, Pedro Neiva. 2011. "Temas e regiões nas políticas externas de Lula e Fernando Henrique: comparação do discurso dos dois presidentes." *Revista Brasileira de Política Internacional* 54, no. 2: 70-96. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292011000200004.

RESUMO

Neste artigo, analisa-se se há uma correlação entre a abertura de embaixadas brasileiras em países africanos e o aumento das exportações do Brasil para esses países. A mudança nos objetivos da política externa brasileira e os esforços diplomáticos do Brasil para aprofundar a sua relação externa com países africanos foram a razão da abertura de 19 embaixadas brasileiras na África entre 2003 e 2013, mais que dobrando o número de embaixadas do Brasil no continente. Nesse mesmo período, ocorreu um considerável aumento dos fluxos comerciais entre Brasil e África, tanto em relação ao valor comercializado quanto à participação percentual africana no comércio exterior brasileiro. Contudo, após 2011, houve retrocesso a patamares inferiores de comércio. Pôde-se constatar que há alguma correlação entre a abertura de embaixadas e o aumento das exportações brasileiras, mas não se pode estabelecer com confiança uma causalidade entre o aumento das exportações brasileiras e o estabelecimento das missões diplomáticas do Brasil nesses países. A análise das relações diplomáticas e econômicas entre Brasil e África feita neste artigo não exaure os elementos necessários para avaliar a possível importância política e econômica de uma embaixada.

PALAVRAS-CHAVE:

Relações Brasil-África. Comércio Exterior. Embaixadas.

Recebido em 28 de julho de 2020
Aceito em 20 de fevereiro de 2021

A CHEGADA DA PRIMAVERA ÁRABE NA ARGÉLIA E NO SUDÃO: PARALELOS COMPARATIVOS E INTUITIVOS

George A. Genyi[1]

CC BY

Introdução

A região do Oriente Médio e Norte da África (MENA, na sigla em inglês) foi engolfada por uma onda fascinante de revoltas e levantes populares em 2011, resultando em uma reformulação dramática da dinâmica geopolítica na Tunísia, com efeitos dominó no Egito, Líbia, Bahrein, Síria e no Iêmen (Friedman 2011; Fahim 2011; Mushtaq e Afzal 2017). Esses movimentos, expressos por meio de protestos de rua espontâneos, mas sustentados e liderados por jovens, repercutiram nas principais cidades, levando a resultados divergentes.

Na Tunísia, o regime autocrático do Presidente Ben Ali foi derrubado, levando-o ao exílio na Arábia Saudita. No Egito, os militares tomaram o poder, enquanto a Síria, a Líbia e o Iêmen caíram em guerras civis fratricidas (Joffe 2015). Estes movimentos são amplamente chamados de "Primavera Árabe", "Revolução Árabe", "Despertar Árabe" ou "Insurgências Árabes" (Souza e Lipietz 2011). A primavera árabe continua sendo o conceito mais popular e se refere a um fenômeno generalizado, complexo e multifacetado que simboliza a queda das ditaduras arraigadas para abrir caminho para novos sistemas democráticos (Abdulsattar 2015). O movimento também tem sido contra o desemprego generalizado, a pobreza e a inflação, que resultaram na diminuição ou estagnação das condições de vida da maioria dos cidadãos dos países afetados.

1 Departamento de Ciência Política, Federal University Lafia. Lafia, Nigéria.
E-mail: georgegenyi56@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5006-0456.

Em termos de propagação, a primavera árabe tem visto uma trégua desde 2013, mas finalmente atracou no Sudão e na Argélia em 2019. Os protestos de rua no Sudão começaram em setembro de 2013 após o anúncio pelo Presidente Omar al-Bashir do fim dos subsídios de combustível e da introdução de outras medidas de austeridade que viram o preço do pão subir a níveis sem precedentes (Elmilek 2018). Na Argélia, os protestos contra o Presidente Abdullaziz Bouteflika começaram em 1.° de março de 2019 e foram ainda mais inflamados por seu desejo de concorrer a um quinto mandato, tendo governado o país por 20 anos.

Os principais casos comparativos considerados aqui são o Sudão e a Argélia. Ambos os países haviam vivido revoltas nos moldes da primavera árabe. Os dois países expressam uma falsa homogeneidade em sua população árabe, mas mostram diferenças notáveis nas dinâmicas econômicas e sociais e na estrutura da sociedade. A Argélia é diferente do Sudão em sua dinâmica e estrutura e nas relações econômicas internacionais. Historicamente, os dois países experimentaram o domínio colonial: o Sudão sob os britânicos e a Argélia sob os franceses. A sangrenta guerra de independência da Argélia se compara à sangrenta guerra civil de décadas do Sudão[2]. Esta é uma visão geral da primavera árabe, como um movimento revolucionário com demandas iniciais incipientes que culminaram na demanda consolidada pela partida dos autocratas dominantes e seus regimes. Os gatilhos da revolta são explorados comparativamente no pano de fundo da dinâmica econômica e estrutural profundamente enraizada das sociedades dos países para sustentar a diferenciação no resultado da revolução. Em conclusão, o documento ilustra o impacto da revolta popular na democratização de ambos os países.

Fundamentos revolucionários: Notas Teóricas

Em sentido estrito, uma revolução significa transformações radicais e profundamente enraizadas da sociedade em termos políticos, econômicos e sociais. Neste sentido, são consideradas revoluções: a Revolução Francesa de 1789, a Revolução Bolchevique de 1917, a Revolução Chinesa de 1948, a Revolução Cubana de 1959 e também a Revolução Iraniana de 1979 (Ramaswany 2003). Estes eventos alteraram drasticamente a natureza dos sistemas sociais e políticos nas sociedades em que eles ocorreram. As revoluções podem assu-

2 A sangrenta guerra de independência da Argélia contra a França permanece indelével na mente dos cidadãos como um momento sombrio ao qual os argelinos temem voltar. No Sudão, as décadas de guerra secessionista com o Movimento/Exército Popular de Libertação do Sudão são um enorme momento de instabilidade.

mir um caráter violento ou não violento. A caracterização violenta de Dunn (1989, 12) reflete "uma forma de mudança social maciça, violenta e rápida [...] tentativas de incorporar um conjunto de valores em uma nova ou, pelo menos, renovada ordem social". Ao contrário, revoluções não violentas são orquestradas por civis desarmados que confiam em táticas como a resistência civil e outras formas de protestos públicos, com o objetivo de forçar a saída de um regime autoritário entrincheirado (Summy 2007; Nepstad 2011; Lehoucq 2016). O Movimento do Poder Popular das Filipinas em 1986 e a pacífica Revolução Rosa na Geórgia em 2003 são ilustrações confiáveis (BBC 2019). Aristóteles, no século IV a.C, acreditava que a mudança social era inevitável e tinha o potencial de conduzir a sociedade em direção à perfeição. Neste sentido, as revoluções são ferramentas críticas de correção para restaurar uma sociedade justa e devidamente ordenada que pode ter sido perturbada pela tirania.

O desejo de dar um xeque-mate na tirania dos governantes formou a justificativa original e continuou sendo a base fundamental das revoluções. John Locke justificou as revoluções como um meio legítimo para os governos serem alterados sempre que um monarca introduz sua vontade arbitrária no lugar das leis; quando o monarca constrange o legislador a desempenhar suas funções constitucionais e o poder arbitrário dos monarcas interfere com eleições sem o consentimento do povo. Além disso, uma entrega deliberada do povo a governos estrangeiros ou quando o poder executivo supremo negligencia as leis promulgadas popularmente, mas não poderia fazer cumprir, produziria uma revolução.

A base material das revoluções sociais foi posteriormente lançada por Karl Marx em seu abrangente tratado sobre o curso da história humana. Para Marx, uma revolução é um produto de forças históricas irresistíveis ao longo das linhas de classe expressas na natureza exploradora das relações que intensificam os conflitos de classe. Assim, Skocpol (1978, 26) define revoluções sociais como uma "transformação rápida e básica do Estado e das estruturas de classe de uma sociedade, muitas vezes acompanhada de revoltas de classe a partir de baixo". Goldstone (2001, 142) descreve uma revolução "como um esforço para transformar as instituições políticas e as justificativas para a autoridade política em uma sociedade, acompanhada de mobilização formal ou informal de massa e ações não institucionalizadas que minam as autoridades existentes". Segundo Abdulsattar (2015), a chave para o sucesso de qualquer revolução é a disposição da massa do povo de sair às ruas para exigir mudanças e isto deve ser realizável. Arendt (1969) adverte que o foco de uma revolução, tal como é buscada por seus líderes, deve ser menos nas questões de pobreza em massa, mas sim concentrado

na conquista da liberdade dos cidadãos, incluindo a democracia e os direitos humanos, como ressoou na Argélia e no Sudão.

As causas de uma revolução são amplamente enquadradas sob condições materialistas e psicológicas. Tocqueville (1955) e Davies (1962) tiveram uma ênfase semelhante nas condições materiais, em que o aumento a longo prazo do desenvolvimento econômico seguido por um declínio acentuado poderia precipitar uma revolução. Uma revolução é, portanto, um movimento popular que busca uma mudança significativa na estrutura de uma sociedade resultando na derrubada de um governo existente, acompanhado de mudanças sociais e econômicas notáveis (Gottschalk 1944; Davies 1962). Estas mudanças podem ser realizadas por meios não violentos de protesto público e de resistência civil.

Uma visão geral da Primavera Árabe

A primavera árabe é um termo guarda-chuva para os movimentos sociais e revoltas populares generalizadas que surgiram em dezembro de 2010 na Tunísia (Abdulsattar 2015). Do Egito à Tunísia e à Líbia, a liderança política dominante era autoritária, mesmo quando a aparência democrática era percebida nos moldes de "democracias não liberais" (Zakaria 1997) ou "autocracias liberalizadas" (Brumberg 2002). Estas pseudo-democracias permitiram a existência de instituições da sociedade civil, mas as liberdades civis foram em grande parte reduzidas, o que se tornou o bastião dos movimentos sociais que se mobilizaram para exigir mudanças políticas radicais.

A primavera árabe foi desencadeada pela desesperada auto-imolação de um graduado vendedor de legumes tunisiano de 26 anos de idade, Mohammed Bouazizi, em 17 de dezembro de 2010 na cidade de Sidi Bouzid (Souza e Lipietz 2011). Bouazizi, era um desempregado que começou a vender legumes e frutas depois de uma dura luta por um emprego. Sem licença para vender, uma policial confiscou seu carrinho. Uma experiência repetida e sua tentativa de pagar uma multa à policial provocaram um tapa e uma cuspida no rosto, além de insultos ao falecido pai de Bouazizi (Joffe 2015). Enfurecido e frustrado, Bouazizi partiu, mas retornou ao quartel general, encharcou-se de substância inflamável e se colocou em chamas (Mckay 2011).

A auto-imolação de Bouazizi foi transformada em um símbolo de descontentamento generalizado com o regime de Ben Ali (Joffe 2015). Com uma rapidez indeterminável, manifestações espontâneas e generalizadas começaram e se fundiram em torno da demanda pela remoção do regime

de Ben Ali. Os protestos eram manifestações de frustrações profundamente enterradas contra o alto desemprego, a corrupção, a inflação alimentar e a falta de liberdades políticas (Mckay 2011; Mushtaq e Afzal 2017). Os protestos intensificaram-se e, em 14 de janeiro de 2011, o presidente Ben Ali renunciou ao exílio na Arábia Saudita após 23 anos no poder.

As causas da revolta variam em toda a região, mas algumas semelhanças compartilhadas podem ser distinguidas. Após a crise econômica no início dos anos 90, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial induziram reformas liberais no norte da África, levando a uma ampla privatização de empresas estatais que resultou em uma interferência reduzida do governo, mas com um declínio sustentado nos padrões de vida que permaneceu por anos (Akram 2011). A queda nos preços do petróleo e a crise financeira global de 2008-2009 significaram baixas receitas para o Estado que, por sua vez, forçaram uma redução drástica nos gastos públicos (Muller e Hubner 2014). A grande implicação disso foi a austeridade econômica que deu origem a taxas de desemprego mais elevadas (Tucker 2012), que em média chegaram a 20% em toda a região. Logo após as altas taxas de desemprego, em 2010, houve uma crise alimentar (Mushtaq e Afzal 2017). Consequentemente, protestos públicos contra o aumento da inflação e dos preços dos alimentos começaram a aparecer nesses países em 2010 (Ansani e Daniele 2012). Behr e Aaltola (2011, 2) resumem a causa da revolta árabe como deterioração do padrão de vida e desigualdade crescente, falta de liberdades políticas e responsabilidade pública (Shahi 2011; Muller e Hubner 2014).

Os resultados práticos da revolta variam em toda a região devido, essencialmente, às dinâmicas e às estruturas socioeconômicas e políticas internas de cada país. Na Tunísia, o Estado dominava a sociedade e tinha controle total sobre a vida das pessoas. A revolução tunisina tornou-se uma revolta interna contra o domínio do Estado, e a revolta foi apoiada por partidos de oposição exilados e coordenada por sindicatos como a União Geral do Trabalho Tunisino (UGTT) (Shahi 2011). A destituição de Ben Ali só foi possível com o apoio dos militares, que se comprometeram a proteger a revolução (Brooks 2013).

O resultado no Egito tem sido radicalmente diferente do da Tunísia. Os acontecimentos na Tunísia desencadearam protestos no Egito, que culminaram com manifestações na praça Tahrir em 26 de janeiro de 2011. À medida que os protestos aumentaram e se expandiram com a intensificação das exigências de liberalização, o presidente Hosni Mubarak pediu aos militares que reprimissem os manifestantes, o que foi rejeitado. Em 10 de fevereiro de 2011, Mubarak renunciou e os militares assumiram o poder,

mudando o chefe do regime, uma vez que o presidente Mohammad Morsi assumia o poder, mantendo a estrutura de poder subjacente (Hassan 2011). Os militares prometeram reformas e realizaram eleições em 3 de julho de 2013, quando o General Sisi assumiu a presidência. Com este desenvolvimento, a revolução egípcia estagnou com um terrível retrocesso a um regime repressivo da junta, devido à divisão social e aos violentos ciclos de conflito desde o golpe militar (Abdulsattar 2015). Como a Tunísia, o ditador partiu, mas a ditadura permaneceu. Os militares apoiaram a revolução, mas a exploraram em seu próprio benefício para sustentar o regime, suprimir o povo, manter seus privilégios e proteger os interesses dos EUA.

O ímpeto e as transformações espantosas na Tunísia e no Egito aumentaram as expectativas na Líbia, cujos cidadãos viam o cenário em evolução como potencial para o futuro. Divisões tribais, o isolamento militar e as experiências de abertura do filho de Kadhafi revelaram a fraqueza do regime, juntamente com a aquiescência da Líbia ao sistema internacional na entrega dos bombardeiros Lockerbie. Estes deveriam confirmar a perda gradual do controle pelo regime. O fracasso do governo líbio em compensar as vítimas do massacre prisional de 1996 aprofundou ainda mais o ressentimento contra o regime e isto acendeu o plano para o protesto público de 15 de fevereiro de 2011 em Benghazi (Lehmann 2011).

Estes acontecimentos esgotaram a moral do regime, levando seu apoio tribal de Cyrenaica, intelectuais urbanos selecionados, guerrilheiros islâmicos, profissionais seculares e outros líderes tribais a formarem um Conselho Nacional de Transição Provisório, em 17 de fevereiro de 2011, para derrubar o regime (Joffe 2015). Embora o regime tenha sido derrubado com o assassinato de Kadhafi, o país caiu em uma guerra civil fratricida com o governo provisório de unidade nacional reconhecido pelas Nações Unidas, enquanto os rebeldes do general Khalifa Khaftar apoiados pela Arábia Saudita, continuam sendo um desafio mortal na Líbia (Yom 2011; Abdulsattar 2015).

O Iêmen, outro estado literalmente falido, com um tribalismo endêmico, sectarismo religioso e uma rebelião crescente dos rebeldes Houthi no norte, também se inspirou na primavera árabe. O país, sob o governo do presidente Ali Abdullah Saleh há três décadas, está em dolorosa miséria. Com a queda dos preços do petróleo e o crescimento da população predominantemente jovem, taxa de desemprego em 50%, o nível mais alto de desnutrição e a aguda escassez de água, os cidadãos do país têm se reerguido em meio a queixas generalizadas. Contra a miséria econômica, o nepotismo e a repressão política, protestos generalizados tiveram "líderes tribais unidos, a oposição e os sindicatos" (Jones 2011) em sua demanda para que Saleh renunciasse.

Impulsionado pelo apoio da Arábia Saudita com a bênção dos EUA, o Iêmen caiu sem um governo funcional e ainda está cambaleando sob uma brutal guerra civil contra os rebeldes Houthi. Assim, em geral, a heterogeneidade dos vários países árabes em suas dinâmicas internas e a assistência técnica de atores externos revelaram resultados paralelos da Primavera Árabe em diferentes países árabes (Negri 2015).

Argélia e Sudão entram na briga: antecedentes políticos e condições econômicas

Embora a Argélia compartilhe pontos comuns com seus vizinhos, tais como uma população jovem em crescimento, uma economia atrasada e uma transição de liderança política incerta após o governo autoritário de 20 anos do Presidente Abdelaziz Bouteflika, o país parecia ter resistido à tempestade da primavera árabe em 2011. O governo argelino ofereceu uma resposta pragmática às revoltas ao aumentar os gastos públicos por meio de subsídios excessivos, investimentos em infraestrutura e um ambicioso programa habitacional para abafar o descontentamento local, além de auxílios clandestinos. Também foram criados grandes empregos públicos no setor de segurança para absorver muitos jovens desempregados e foi feita uma grande concessão de empréstimos públicos sem juros para jovens empreendedores (ICG 2018).

A sociedade argelina estava cambaleando em meio a dificuldades econômicas e políticas. Politicamente, o país estava nas mãos do Presidente Bouteflika, que foi visto como um símbolo de reconciliação após a guerra civil contra os fundamentalistas islâmicos no final dos anos 90. Bouteflika chegou ao poder em 1999 e estava buscando um quinto mandato de cinco anos em abril de 2019, apesar de ter sido paralisado por um derrame cerebral em 2013. Embora raramente visto em público devido a seu problema de saúde, ele estava determinado a se agarrar ao poder, uma tendência que foi uma preocupação inicial de transição para o país. Economicamente, o país dependia "de petróleo e gás em até 97% das exportações totais, dois terços da receita estatal e um terço do produto interno bruto" (ICG 2018, 2). Quando

os preços do petróleo caíram, em 2014[3], a economia foi forçada a se voltar para suas reservas cambiais de US$200 bilhões para remendar a situação, mantendo um regime de subsídios de apoio e patrocínio estatal. Embora os preços tenham se recuperado parcialmente em 2017, o Estado só poderia responder à crise introduzindo medidas de austeridade, como o aumento dos preços dos combustíveis, introduzindo restrições às importações e permitindo uma desvalorização cautelosa da moeda local. Estas medidas tiveram um enorme e doloroso efeito sobre o bem-estar público.

Contestações por poder e influência também haviam surgido na Argélia entre uma nova oligarquia empresarial privada, desde o colapso da economia socialista em 1992, e uma classe política entrincheirada que desviava recursos do Estado. Desde 2017, parecia que a oligarquia emergente do setor privado estava em ascensão, aumentando a tensão de transição (Mekouar 2017). Ela era vista como um parasita que se beneficiava de um favor especial do Estado, mas que desempenhava um papel político mortal. Em todas estas dinâmicas, o Estado tinha conseguido evitar com sucesso a agitação por uma ameaça velada do retorno da violência de 1990. Mas isto pareceu falhar quando os protestos começaram em 2017, desafiando as políticas econômicas do Estado. Estes protestos foram espontâneos, mas dispersos e descoordenados. Em janeiro de 2019, os protestos cresceram, se espalharam e se intensificaram, mas foram em grande parte domados pelas forças de segurança.

Os esforços do Estado argelino para domar totalmente a revolta popular fracassaram quando, em 21 de fevereiro de 2019, milhares de seus cidadãos organizaram uma manifestação pacífica contra a corrupção e a opressão sob o regime de Bouteflika após o presidente anunciar a decisão de concorrer novamente, pela quinta vez, nas eleições de 18 de abril (Aljishi e Jacobs 2019). Bouteflika chegou ao poder em 1999 e, por meio de um golpe constitucional, criou emendas contra um limite de dois mandatos em 2008, permitindo-lhe a possibilidade de uma presidência vitalícia. Incapacitado por um derrame cerebral desde 2013, o presidente de 81 anos foi visto pelos cidadãos como medicamente inapto para concorrer a outro mandato. Quando o presidente confirmou sua intenção de concorrer, os protestos explodiram e se intensificaram em todo o país, levando à sua renúncia após a pressão dos

3 A Argélia é um país estratégico no Mediterrâneo Ocidental; o maior produtor e exportador de gás natural para os países do Mediterrâneo e o segundo maior exportador de GNL para a Europa e países vizinhos. O colapso dos preços do petróleo em 2014 ameaçou a economia e a segurança do país, levantando preocupações devido a comparações com o colapso dos preços de 1986-1988 que desencadeou motins e levou a um golpe militar, repressão, vitórias eleitorais islâmicas e a guerra civil dos anos 1990.

militares, quando o Parlamento foi chamado a declará-lo inapto. O recurso dos militares aos meios constitucionais foi um testemunho do nível de institucionalização da democracia na Argélia. Além disso, o movimento associou os militares ao povo e evitou a impressão de que eles queriam o poder para si. Da mesma forma, os juízes de todo o país também anunciaram sua decisão de não supervisionar as eleições se o presidente Bouteflika fosse concorrer. Uma combinação destas medidas com protestos incessantes, adequadamente apoiados pelos militares, forçou o presidente a renunciar e entregar o poder a um candidato interino, que prometeu eleições dentro de 90 dias e um referendo subsequente sobre uma nova constituição.

No Sudão, o Presidente Omar-al Bashir chegou ao poder em 1989 por via de um golpe de Estado e se transformou em um presidente civil eleito, governando o país por 30 anos. Sob o governo do Partido do Congresso Nacional (NCP), o Sul do Sudão se separou do resto do país e o resto da sociedade sudanesa continuou a experimentar um sofrimento humano excruciante. A deterioração das condições econômicas do país foi em grande parte responsável pela secessão do Sudão do Sul em 2011. Isto levou à perda de 75% das reservas de petróleo do Sudão (ICG 2019), negando ao país bilhões de dólares em receitas. A receita do petróleo tinha constituído mais da metade dos recursos do Sudão e 90% de suas exportações (Sudan Tribune 2019). O governo sudanês sob Bashir não estava preparado para o choque econômico da secessão do Sudão do Sul. Grande parte da economia do país foi mal administrada devido à corrupção enraizada e aos altos gastos militares na luta contra a insurgência nas regiões de Kordofan do Sul, Darfur e Nilo Azul (Abdulbari 2019). O Sudão ficou na 175ª posição entre 180 no índice de percepção de corrupção em 2017, o que atesta o alto nível da corrupção arraigada no país. O pequeno boom do ouro de 2011 também não beneficiou a economia, pois os mineiros se recusaram a vender para o Banco Central, preferindo contrabandeá-lo para onde os preços eram mais altos. Com reservas internacionais baixas e uma dívida externa de US$55 bilhões, a alavancagem de empréstimos externos foi reduzida e o país foi forçado a depender de acordos de empréstimos *ad hoc* dos Estados do Golfo (ICG 2019). O acesso à iniciativa FMI-Banco Mundial de países pobres altamente endividados foi bloqueado devido às sanções dos EUA por 20 anos. O efeito combinado destas dinâmicas piorou as condições econômicas no Sudão, deixando o governo vulnerável ao descontentamento.

Embora o governo sudanês tenha culpado as sanções impostas pelos EUA em função do seu apoio ao terrorismo internacional e da prevalência da violação dos direitos humanos (Verjee 2018) pela desorganização econômica, sua gestão da economia foi fraca. Com o fim das sanções em novembro de

2017, uma reunião com o FMI por funcionários sudaneses resultou em uma recomendação de "isenções fiscais simplificadas e a eliminação gradual dos caros subsídios de combustível e trigo" (Elamin e Mampily 2018, 1). O governo aceitou estas recomendações e cortou os subsídios para combustível e trigo, mas não implementou a outra recomendação do FMI sobre a transferência de dinheiro para famílias vulneráveis como parte dos gastos com proteção social (Abdulbari 2019). Além disso, o governo desvalorizou a libra sudanesa (ICG 2019). Estas medidas aumentaram as pressões inflacionárias que cumulativamente atingiram mais duramente os pobres, muitos dos quais estavam desempregados, representando 20% da população jovem (Altaher e Fox 2018; Abdulbari 2019). O povo sudanês respondeu à esmagadora condição econômica e à forma insatisfatória com que o governo lidou com a situação que resultou na escassez de combustível e no aumento dos preços dos alimentos, especialmente do pão, em 19 de dezembro de 2018, com protestos públicos que começaram na cidade de Atbara espalhados por todo o país para outras cidades, incluindo Cartum, a capital, exigindo a derrubada do PCN e a renúncia de al Bashir.

Gatilhos da revolta na Argélia e no Sudão

Há paralelos profundos que podem ser traçados nos gatilhos da chegada da primavera árabe no Sudão e na Argélia. Conceitualizando amplamente, sudaneses e argelinos há muito sofriam privações econômicas. No Sudão, as fortunas econômicas haviam desaparecido em grande parte após décadas de má administração e pelo jugo de vinte anos de sanções dos EUA sobre a economia sudanesa. Em 2017, as sanções foram removidas, mas seus benefícios se espalharam muito lentamente. Além das sanções, a secessão Sul-sudanesa ocorreu em 2011, e a economia sudanesa perdeu 75% de sua receita petrolífera (Abdulbari 2019). Após insurgências nas regiões de Kodorfan do Sul, Darfur e Nilo Azul, as despesas militares permaneceram altas, enquanto as despesas com saúde e educação continuaram a diminuir. Com a inflação em 72,94%, o desemprego juvenil em 20% e as medidas de austeridade introduzidas para aumentar a receita pública por meio da retirada dos subsídios de combustível e trigo, os preços destes bens essenciais subiram drasticamente e as condições de vida pioraram, empurrando os sudaneses ao limite e fazendo-os erguer-se contra o regime.

Na Argélia, uma economia dependente do petróleo como a do Sudão, as receitas do petróleo caíram em 2014 após a queda global dos preços do petróleo. O efeito desta queda na receita foi amenizado pela utilização das

reservas internacionais de US$200 bilhões do país e pelo Fundo Soberano de Riqueza de US$37 bilhões. Mas isto não foi suficiente para rapidamente impulsionar a recuperação da economia. Em 2017, as reservas caíram para US$97 bilhões e o Estado respondeu com a introdução de medidas de austeridade, cortando seus gastos em 9 e 10% em 2016 e 2017, respectivamente (Mekouar 2016). Os subsídios aos combustíveis foram cortados e seu preço subiu. Foram impostas restrições às importações e a moeda foi desvalorizada. Em 2018, mais cortes no orçamento se seguiram, levando ao aumento do custo de vida. Em uma economia de rentistas como a da Argélia, cortar os gastos do Estado é uma decisão impopular em um país acostumado a subsidiar os combustíveis e outros bens básicos. Diante disso, o desemprego aumentou para 29% entre os jovens, que constituem 70% da população do país (Aljishi e Jacobs 2019). Uma economia em tal crise não pode ajudar os cidadãos a ter acesso a oportunidades para um melhor sustento e isto parecia estar piorando.

As condições políticas que também estavam na raiz da revolta compartilhavam paralelos no Sudão e na Argélia. O Sudão estava sob a liderança autoritária de Omar al Bashir desde 1989. O governo de trinta anos do presidente Bashir não tolerava nenhuma oposição. Sua brutalidade levou o Tribunal Penal Internacional (TPI) a praticamente colocar uma etiqueta de genocida em sua cabeça, bem como a emitir um mandado de prisão (Abati 2019). A repressão política foi predominante, utilizando as forças de segurança. O povo sudanês não podia mais contemplar um futuro com Al Bashir como presidente e exigia que ele deixasse o cargo.

O presidente Abdelaziz Bouteflika governou a Argélia por 20 anos e é visto como um conciliador nacional, tendo terminado a sangrenta guerra civil dos anos 90 no país. Ele é percebido como o herdeiro da estabilidade social e política. Em 2013, ele sofreu um derrame cerebral e, desde então, quase não foi visto em público. Apesar desta fraqueza física por sete anos, parecia que as elites militares, empresariais e políticas tinham um consenso para mantê-lo como líder do país (Boduszynski 2019). Enquanto os protestos iniciais eram contra as medidas de austeridade, o anúncio da intenção de Bouteflika de concorrer às eleições presidenciais para outro mandato provocou indignação, e os manifestantes acrescentaram a exigência de que ele renunciasse. Sudão e Argélia, duas sociedades acostumadas a subsídios, não podiam aceitar cortes nas despesas públicas, especialmente sem alternativas e com uma crescente população desempregada e predominantemente jovem. Era hora de tomar em suas mãos seus destinos e exigir o surgimento de uma nova liderança política.

Protestos em massa: Estados e resposta internacional

Protestos maciços começaram no Sudão em 19 de dezembro de 2018 contra medidas de austeridade na cidade de Atbara, a 180 milhas de Khartoum, mas rapidamente se espalharam para outras 28 cidades, incluindo a capital, em janeiro de 2019. Comparativamente, estes protestos já vinham ocorrendo no Sudão há muito mais tempo, com uma propagação maior do que na Argélia. A primavera árabe havia desencadeado protestos no Sudão no final de setembro de 2013, mas foi resolutamente domada pelo envio de forças de segurança. A onda de protestos eclodiu nas três grandes cidades de Wad Madani, Khartoum e Omdurman, bem como em outras cidades devido às políticas estatais que acabaram com os subsídios de combustível e outras medidas de austeridade. As forças de segurança do Estado responderam com força letal deixando mais de 170 pessoas mortas (HRN 2014, 1). Muitas centenas de outras pessoas foram feridas e detidas. Devido à natureza descoordenada dos protestos, faltou-lhes direção, e, com a extrema força aplicada pelas forças de segurança, eles logo se acalmaram. O início dos protestos pacíficos, em meados de dezembro de 2018, foi diferente dos anteriores, porque os "motivos, intensidade, popularidade, duração e número de mortos" eram significativamente diferentes (Africa Centre for Strategic Studies 2019, 4). Os protestos que começaram em Atbara, uma semi-cidade, rapidamente se espalharam para outras cidades até dezembro. É importante notar que Atbara e outras cidades foram deliberadamente alvo de medidas de austeridade para evitar a organização eficaz de protestos na capital, mas com os protestos ficou claro que esta estratégia tinha falhado.

Uma vez iniciado, profissionais sudaneses organizados, entre médicos, engenheiros, advogados e jornalistas, professores universitários e estudantes, uniram forças com os dois maiores partidos de oposição para intensificar os protestos. Os protestos iniciais foram contra o alto custo do pão e do combustível devido à inflação, mas isso logo se transformou em uma demanda para que o presidente renunciasse (Altaher e Fox 2019). A intensidade do protesto havia sido reforçada pelo enorme número de jovens desempregados que foram efetivamente mobilizados por intelectuais e profissionais com objetivos claros: uma transição para um regime civil que prepararia as estruturas, incluindo legais e políticas, para a realização de eleições livres e justas.

A resposta do Estado tinha sido brutal, com forças de segurança usando munições vivas e gás lacrimogêneo, levando à morte de mais de 45 pessoas até o final de janeiro de 2019 (Abdulbari 2019). Quanto mais força

era utilizada, mais energizados ficavam os manifestantes. As revoltas foram impulsionadas pela retirada de 22 partidos políticos, incluindo os islâmicos, do diálogo nacional e seu apelo para que o Presidente Bashir renunciasse e colocasse em seu lugar um conselho soberano e um governo de transição. O governo sudanês também impôs um estado de emergência por um ano, mas foi reduzido a seis meses pelo parlamento. Seguiu-se a dissolução do gabinete e a remoção do Vice-Presidente, Gen. Bakri Hassan Salih, que foi substituído pelo Ministro da Defesa, Gen. Awah Ibn Auf. Todos os governadores regionais eleitos também foram dissolvidos (Hashim 2019). Estes movimentos foram para distanciar Bashir de seu PCN e assumir uma ampla neutralidade. A gota d'água foi o apoio tático do exército aos manifestantes, que foram descritos como ambiciosos.

A persistência dos protestos levou a um golpe militar que derrubou o Presidente Bashir em 10 de abril de 2019, com sua prisão e detenção. Foi criado um Conselho militar liderado pelo general Auf. O Conselho anunciou amplas reformas com uma promessa de eleições em quatro anos, promessas que foram recusadas pelos manifestantes que insistiram em um conselho de transição civil sem nenhuma das personalidades associadas ao regime de Bashir. O general Auf se curvaria às exigências dos manifestantes e renunciaria dentro de vinte e quatro horas em favor do tenente-general Abdel Fattah-al-Burham (Tisdall 2019). A aliança *"Freedom for Change"* que coordenava os manifestantes estava determinada a eliminar todo o antigo sistema e inaugurar um novo amanhecer na história política do país. Os militares determinados a manter o poder aceitaram um meio-termo de um conselho híbrido militar-civil de transição por três anos.

A resiliência dos protestos é atribuída a uma série de fatores salientes. O protesto não começou na capital Cartum, onde o regime havia investido em forças de segurança para dar xeques-mate em atividades similares. Os protestos podem ter lutado para ganhar impulso em 2013, mas desta vez as áreas rurais foram o foco de atenção e sua mobilização apoiou comícios nacionais nos grandes centros urbanos. A coalizão de forças em organizações e figuras notáveis também oxigenou os protestos. Grandes partidos políticos de oposição ("Sudan Call", incluindo o Partido Umma, o Partido Democrático Unionista e as Forças Consensuais Nacionais) se uniram em torno dos protestos. O retorno do autoexilado líder da oposição Sadiq-al-Mahdi, que declarou apoio aos manifestantes, permaneceu como uma grande prancha que surgiu com as manifestações. A fragmentação no partido governista, que levou ao isolamento do exército e sua presença marginal fora da capital, abriu o regime e preparou o caminho para o exército se voltar contra Bashir e favorecer os manifestantes.

O papel dos militares na formação do resultado dos protestos na Argélia e no Sudão é significativo. A confiança nos militares é bastante alta na Argélia, devido ao seu papel na descolonização e na estabilidade no país. No Sudão, a confiança nos militares oscila entre muito alta e baixa e permaneceu em baixa após a primavera árabe, de 2011 a 2018 (Alkurd 2019). Foi esta percepção positiva das forças armadas que levou a seu posicionamento ao lado dos manifestantes, a fim de remover Bouteflika e Bashir do poder (Alaoui 2019; Alkurd 2019).

Em uma escala regional mais ampla, há o efeito contagioso dos protestos em outros países (Mampilly e Elamin 2019). Finalmente, a demanda dos manifestantes foi clara: mudança que significasse uma ruptura completa com o passado, incluindo com os militares. O que os manifestantes pediram foi um novo governo de transição civil sem manchas, liderado por tecnocratas capazes de transformar a economia sudanesa em busca de melhores oportunidades e liberdades políticas; um governo do qual eles participassem.

Comparativamente, os protestos começaram em Argel sem demandas ou objetivos políticos claros e sem uma liderança firme. As vozes dos manifestantes eram um mero desafio contra as medidas de austeridade. Estas vozes, entretanto, logo se uniram em uma demanda política para que o Presidente Bouteflika renunciasse, após a confirmação de sua intenção de buscar um quinto mandato de cinco anos. Estes protestos, como no Sudão, diferiram dos anteriores, pois foram galvanizados por uma juventude urbana desempregada mais instruída.

Na esteira da primavera árabe em 2011, protestos esporádicos surgiram em Argel, mas foram controlados. Duas razões explicam isto. O país valorizou a estabilidade e a segurança, o que foi balizado pela memória coletiva da guerra civil do final dos anos 90. Mais de 200.000 pessoas perderam suas vidas, e os argelinos temem voltar a essa época, por isso são cautelosos com as dinâmicas políticas, especialmente mudanças drásticas. A segunda razão está relacionada ao uso da receita do petróleo para comprar a paz por meio do aumento dos gastos públicos de quase 25% (Khan e Mezran 2014). O descontentamento interno foi diluído por subsídios generosos, investimentos em infraestrutura e um enorme esquema de habitação gratuita. Além disso, grandes recrutamentos foram realizados pelas forças de segurança (ICG 2018).

Politicamente, como no Sudão, o país estava farto da perspectiva do mesmo regime autoritário sob Bouteflika e exigiam mudanças. O isolamento dos militares e sua transformação em um corpo profissional evitaram que eles fossem manchados pelo regime e fizeram com que eles não pudessem ser

usados para reprimir os protestos. Agindo em favor dos manifestantes, eles aproveitaram os arranjos constitucionais para exigir a remoção de Bouteflika pelo Parlamento. Esta pressão constante levou à renúncia do Presidente, abrindo caminho para a nomeação de Abdelkader Bensalah, ex-Presidente do Parlamento, com a promessa de eleições dentro de 90 dias (The Economist 2019; Nossiter 2019). Ao contrário da resposta brutal das forças de segurança no Sudão contra manifestantes pacíficos, as autoridades argelinas simplesmente pressionaram pela renúncia do Presidente por meio da instrumentalidade das forças armadas.

Os protestos não violentos têm sido, em grande parte, menos dispendiosos e razoavelmente construtivos e orientados por resultados diante da agressão. Ao permanecerem pacíficas, as forças de segurança, em um contexto de ampla cobertura da mídia internacional, não poderiam retaliar com força bruta contra manifestantes desarmados. Sobretudo, o regime moribundo pode ter ficado visivelmente dividido quanto à opção de empregar a força bruta para desmobilizar os manifestantes. Estreitamente relacionado, mas poderosamente reforçado, é o efeito funcional dos protestos pacíficos em gerar uma mobilização efetiva do povo. No centro da participação maciça da população nos protestos estava a inclusão palpável como um princípio de mobilização. Os manifestantes quebraram as barreiras sociais, políticas e econômicas, e estavam unidos em função das privações sofridas durante anos para exigir liberdades básicas e melhores condições de vida como direitos coletivos (Bishara 2019).

Os Estados Unidos, a Noruega, o Reino Unido e o Canadá emitiram uma declaração conjunta condenando a violência orquestrada pelas forças de segurança contra manifestantes pacíficos e pedindo ao governo de Cartum que evite a violência, a detenção arbitrária e a censura da mídia (Altaher e Fox 2018). Em geral, a comunidade internacional permaneceu cautelosa em relação aos eventos no Sudão, um movimento que foi informado pelo resultado desastroso da influência internacional dos eventos no Egito, Iêmen, Síria e na Líbia. Entretanto, após uma repressão militar aos manifestantes no início de junho que matou 113 pessoas, as nações da ONU exigiram cautela e conclamaram as autoridades militares sudanesas a respeitarem os direitos básicos dos sudaneses, incluindo a liberdade de expressão e de reunião. Os Estados Unidos também condenaram os ataques e apelaram para uma transição liderada por civis que conduzisse eleições que garantissem a livre expressão da vontade do povo sudanês (Aljazeera 2019).

A União Africana em sua tradicional resposta contra os golpes militares deu aos militares três meses para entregar o poder a um regime

civil no Sudão. Este foi um movimento estratégico que serviu aos objetivos dos manifestantes, exigindo uma ruptura limpa com o passado, no qual os militares participaram efetivamente. A União Africana (UA), embora seja uma reencarnação dos antigos sentimentos africanos de autopreservação, foi forçada pelos eventos a agir de forma decisiva. Primeiro foi a suspensão das conversações do Conselho Militar com a oposição sobre a composição do Conselho Transitório, o massacre de 113 pessoas pelas Forças de Apoio Rápido (RSF), usando força excessiva para dispersar a base revolucionária em manifestantes do quartel general militar (AP 2019a; 2019b). Após esta virada drástica dos acontecimentos, a UA suspendeu o Sudão da União até a nomeação de uma transição civil no país (Aljazeera 2019).

A resposta internacional à revolta também foi silenciada e pareceu neutra, deixando os argelinos para decidirem seu futuro (DW 2019). A posição francesa, "em cima do muro", reflete o temor nascido de seu relacionamento com a Argélia, especialmente seu legado colonial. A França, por todas as indicações, evitou qualquer interpretação de sua ação como interferência. A Argélia também é vista como um parceiro estratégico da França em questões econômicas e sociais, como a contenção da migração da África subsaariana e o terrorismo islâmico no Sahel. Neste contexto estratégico, as relações diplomáticas francesas com a Argélia são uma questão sensível, e uma Argélia em convulsão é a opção menos desejável, pois isso pode afetar as relações com a União Europeia.

A postura aparentemente silenciosa e afastada da França foi copiada pelos EUA, com uma inclinação em favor dos manifestantes. Os EUA observaram que os manifestantes tinham o direito de se opor ao Presidente Bouteflika no contexto de seu direito à reunião pacífica (Kramdi 2019). Os líderes europeus estavam preocupados com os acontecimentos na Argélia, especialmente os de países mediterrâneos, como Espanha, Itália e França, que têm interesses na estabilidade da Argélia no que diz respeito à imigração e ao terrorismo. Como os maiores parceiros comerciais de petróleo e gás da Argélia, a estabilidade do país é, portanto, inestimável para os EUA e Europa, daí o apoio silencioso e encoberto dos EUA aos manifestantes para não agravar os eventos que pudessem precipitar a instabilidade com efeitos adversos sobre as preocupações estratégicas de ambas as partes.

Conclusão

A primavera árabe continua sendo um dos eventos mais relevantes na cena internacional desde a queda do Muro de Berlim. A crise econômica com alta inflação, desemprego e falta de democracia desencadeou esta revolta não violenta que alcançou resultados significativos, notadamente a expulsão dos líderes autoritários em ambos os países. A primavera árabe se tornou o respiro para superar décadas de frustrações e medos reprimidos para o futuro.

A abordagem não violenta da mudança de regime provou ser satisfatória tendo os militares como aliados eficazes. O isolamento no Sudão produziu um golpe que posicionou as forças armadas como uma instituição formidável para garantir a segurança e o futuro de seus países, ao se colocar ao lado dos manifestantes com um papel importante nas transições. Na Argélia, os militares, mais profissionais, confiaram no constitucionalismo para impulsionar a transição. Em ambos os países, entretanto, os manifestantes desenvolveram uma demanda comum para acabar com o passado em sua totalidade e moldar o futuro de seus países com os militares ao lado da população civil, um resultado positivo de uma estratégia não violenta.

REFERÊNCIAS

Abati, Rueben. 2019. "The People's Revolt in Algeria and Sudan". Maio 17, 2019. http://saharareporters.com/2019/04/16/people%E2%80%99s-revolt-algeria-and-sudan-reuben-abati.

Abdulbari, Nasredeen. 2019. "The Strong and Beautiful Message of Sudan Young Protests". *The New York Times*, Janeiro 29 2019 https://www.nytimes.com/2019/01/29/opinion/sudan-protests-bashir.html

Abdulsattar, Tammam Omer. 2015. A Critical Analysis of the Arab Spring: Case Studies of Tunisia and Egypt. A thesis submitted to the Board of Graduate programs of Middle East Technical University, Northern Cyprus campus.

Africa Centre for Strategic Studies. 2019. Understanding the significance of the protests in Sudan. https://africacenter.org/spotlight/understanding-the-significance-of-he-protests-in-sudan Abril 14, 2019

Akram, S.H. 2011. "The Arab spring: Causes, Effects and Implication for Pakistan and Afghanistan". *Journal of South Asian Studies*, 169-171

Alaoui, Hicham. 2019. "From Algeria to Sudan, a new lease of life for Arab Springs. https://orientxxi.info/magazine/from-algeria-to-sudan-a-new-lease-of-life-for-arab-springs,3204

de Tocqueville, Alex. (1955). The old regime and the French Revolution, New York.

Ansani, Andrea e Daniele, Vittorio. 2012. "About a Revolution: The Economic Motivation of the Arab Spring". *International Journal of Development and Conflict*, 3(3) 21-35

Alkurd, Dana. 2019. The army: The cases of Algeria and Sudan. AlMuntaqa, 2 (2) 103-109 https:www.jstor.org/stable/10.31430/almuntaqa.2.2.0103

Aljazeera. 2019. "African Union Suspends Sudan Over Military Crackdown". https://www.aljazeera.com/news/2019/06/africa-union-suspends-sudan-violence-protesters, June 7, 2019

Aljishi Sarah e Ellen Jacobs. 2019. Are mass protests in Algeria signs of the Arab spring? https://www.atlanticcouncil.org/blogs/mensource/are-the-mass-protests-in-algeria-signs-of-the-arab-spring-2.0

Altaher, Nada e Fox, Kara. 2018. "Sudan Cracks Down on Growing Anti Government Protests. CNN. December 25, 2018 https://editions.cnn-com/2018/12/25/Africa/sudan-protests-violence-infl/index.html

Arendt, Hannah. 1969. On Revolution. New York: The Vikings Press

Associated Press. 2019. "The Latest: UN Rights Office wants Monitors in Sudan", Junho 7, 2019. https://www.washingtonpost.com/world/africa/the-un-rights-

Associated Press. 2019. "Sudan Pro-democracy Groups Vow to Continue Protests After Deadly Crackdown, Junho 7, 2019. https://www.nytimes.com/2019/06/06/world/africa/sudan-protests-military-crackdown.html

BBC. 2019. The '3.5% rule': How a small minority can change the world. https://www.bbc.com/future/article/20190513-it-only-takes-35-of-people-to-change-the-world

Behr, Timo e Mika Aaltola. 2011. "The Arab Uprising: Causes, prospects and implications". T*he Finnish Institute of International Affairs*; FIIA Briefing Paper, No. 76:1-10

Bishara, Marwan .2019. "The Art of Revolution: What Went Right in Sudan and Algeria. Aljazeera, Maio 15, 2019. https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/art-revolution-sudan-algeria-190415114207364.html

Boduszynski, Mieczyslaw. 2019. "Will Democratic Transition Succeed in Algeria?". *The Global Post*. Abril 10, 2019 https://theglobalpost.com/2019/04/10/algeria-democratic-transition

Brooks, Risa. 2013. Abandoned at the palace: Why Tunisian military defected from Ben Ali regime in January 2011. *Journal of Strategic Studies*, 36(2)205-220:DOI:10.1080/01402390.2012.742011.

Brumberg, Daniel. 2002. "Democratization in the Arab World: The Trap of Liberalized Autocracy". *Journal of Democracy*, 13, (4)56-68

Chenoweth, Erica e Stephan, J. Maria. 2011. Why civil resistance works: The strategic logic of nonviolent conflict. New York: Columbia University Press

Davies, James. 1962. "Toward a Theory of Revolution". *American Sociological Review*, 27 (1)5-19

De Souza, Marcelo Lopez e Lipietz, Barbara. 2011. "The Arab spring and the city: Hopes, contradiction and spatiality". City: Analysis of urban trends, culture, theory, policy action 15 (6) 18-624

Dunn, John. 1989. "Modern Revolutions: An introduction to the analysis of a political phenomenon". Cambridge: Cambridge University Press

DW 2019. Algeria: "Protesters keep up demand for political rehaul" https://www.dw.com/en/algeria-protesters-keep-up-demand-for-political-rehaul/a-48598464

Elmilek, Aya. 2018. "What Prompted the Protests in Sudan?". *Aljazeera*, Abril 12, 2019. https://www.aljazeera.com/news/2018/12/prompted-protests-Sudan-181224651302.html

Friedman, George 2011. "Re-examining the Arab Spring". Abril 6, 2019. http://www.stratfor.com/weekly/20110815-re-examining-arab-spring

Fahim, Kareem. 2011. "Violent end to an era as Qaddafi dies in Libya". *New York Times* http://www.nytimes.com/2011/02/12/world/middleeast/12egpt.html

Fahim, Karem. 2011. "Slap to a Man's Pride set off Tumult in Tunisia". *The New York Times* Abril 11, 2019. https://www.nytimes.com/2011/01/22/world/Africa/22sidi/html

Hashim, Mohana. 2019. "Bashir's State of Emergency Fails to end Sudan's Protesters". *BBC News*. Abril 12, 2019. https://www.bbc.com.news/world/Africa.47360373

Goldstone, Jack. 1991. Revolution and rebellion in the early modern world. Berkeley: University of California Press

Goldstone, Jack. 2001. "Toward a Forth Generation of Revolutionary Theory". *Annual Reviews of Political Science* 4 (139)139-187

Gottschalk, Louis. 1944. "Causes of revolution". *American Journal of Sociology*, 50 (1) 1-8

Hassan, Hamdi Abdelrahman. 2011. "Civil Society in Egypt under Mubarak Regime". *Afro-Asian Journal of Social Sciences*, 2(22) Pp.24-40

Human Right Watch. 2014. "We stood, they opened fire". Abril 12, 2019. http://www.hrn.org

International Crisis Group. 2018. "Breaking Algeria's economic paralysis. Middle East and North". *Africa Report,* no. 192, 17 Abril, 2018, www.crisisgroup.org

Jones, Clive. 2011. "Yemen and the 'Arab spring': Moving beyond the Tribal order". In the Arab spring of Discontent, e-international Relations

Joffe, George. 2015. "The Arab Spring in North Africa: Origins and Prospects". *The Journal of North African Studies*, 16 (4) 507-532

Khan, Moshin e Mezran, Karem 2019. "No Arab spring for Algeria". Atlantic Council, Rafik Hariri Center for the Middle East, Issue Brief https://www.files.ethz.ch/isn/180487/No_Arab_Spring_for_Algeria.pdf

Kramdi, Ryad. 2019. "US Supports Algerian Protests against Bouteflika's Fifth Term Bid. Junho 3, 2019. https://www.france24.com/en/20190306-usa-backs-algerians-right-protests-bouteflike

Lehmann, Kai. 2011. "Crisis Foreign Policy as a Process of Self-organization". *Cambridge Review of International Affairs* 24(1) 27-43

Lehoucq, Fabrice. 2016. Does nonviolence works? *Comparative Politics*, 48 (2): 269-287

Locke, John. 1960. Two Treatises on Civil Government. Cambridge, Cambridge University Press.

Mckay, Al. 2011. Introductory notes. In The Arab spring of Discontent, https://www.e-ir.info/2011/06/30/the-arab-spring-of-discontent-an-exclusive-publication-by-e-ir/

Mekouar, Merouan. 2016. Protests and Mass Mobilization: Authoritarian Collapse and Political Change in North Africa. New York.

Muller, Marion e Hubner, Celina. 2014. "How Face book Facilitated the Jasmine Revolution". *Journal of Social Media Studies*, 1(1). 17-33 https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?-doi=10.1.1.686.9780&rep=rep1&type=pdf

Negri, Stefania. 2015. "The Arab spring and the involvement of external actors in democratization processes". *Soft Power*, 2(2), 221-227

Nepstad, Sharon Erickson. 2011. Nonviolent revolutions: Civil resistance in the 20th Century. Oxford: Oxford University Press

Nassar, Adele Aaranki. 2016. "Events of the Tunisian Revolution: The Three First years". Uppsala, Department of Peace and Conflict Research, Uppsala University. Março 12, 2019. https://uu.diva-portal.org/smash/get/diva2:910652/FULLTEXT01.pdf

Elamin, Nisrin e Mampilly, Zachariah. 2018. "Recent Protests in Sudan are Much More than Bread Riots. *The Washington Post*, Dezembro 28, 2018. https://www.washingtonspost.com/news/,pmleucage/M{/2018/12/28/recent-protests-in-sudan-are-much-much-more-than-bread-riots/?atm/term=2bf654c1cfb

Nossiter, Adam. 2019. "Algerian Leader Bouteflika Resigns under Pressure from Army. Abril 16, 2019. https://www.mytimes.com/2019/04/02/world/africa/Abdelaziz-Bouteflika.resigns.htm

QadirMushtaq, Abdul and Afzal, Muhammad 2017. "Arab spring: Its Causes and Consequences. *In JPUHS*, 30 (1)1-10

Ramaswany, Smith. 2003. Political Theory: Ideas and Concepts. Macmillan, Delhi

Shahi, Afshin. 2011. "The Dictator is dead, God save the dictator!". *International Affairs, LSE Blog* http://eprints.lse.ac.uk/83034/

Skocpol, Theda. 1978. States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia and China. Cambridge: Cambridge University Press.

Summy, Ralph. (1994) Nonviolence and the case of the extremely ruthless opponent. *Pacifica Review: Peace, Security & Global Change*, 6:1, 1-29, DOI: 10.1080/14781159408412772

Syed Hussain Shaheed Soherwordi e Anum Ikram 2011. "The Arab Spring: Causes, Effects and Implication for Pakistan and Afghanistan". *Pakistan Horizon*, 64 (3) 59-71

The Economist. 2019. "The mummy resigns-Abdelaziz Bouteflika steps down after 20 years in charge of Algeria". https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2019/04/04/abdelaziz-bouteflika-steps-down-after-20years-in-charge-of-algeria

Tisdall, Simon. 2019. "Sudan and Algeria have Ousted Leaders, But Revolutions Rarely end Happily. *The Guardian,* Maio 15, 2019 https://www.theguardian.com/world/2019/apr/13/north-africa-sudan-algeria-revolutions-rarely-end-happily

Tucker, Vanessa. 2012. Divergence and decline: The Middle East and the world after Arab Spring. Washington: Freedom House

Verjee, Aly. 2018. "Sudan after Sanction". *United States Institute of Peace Special Report*, Abril, 17, 2019, https://www.usip.org/sites/default/files/2018-05/sr427-sudan-after-sanctions-sudanese-views-of-relations-with-the-united-states.pdf

Yom, Sean. 2011. Authoritarian state-building in the Middle East from durability to revolution. *CDDRL Working Paper* No.121 (Fevereiro, 2011) Stanford University (Stanford CA)

Zakaria, Fareed. 1997. "The rise of illiberal democracy", *Foreign Affairs* Novembro/Dezembro, 76 (6) 22-43

RESUMO

As condições existentes nos países do Oriente Médio e do Norte da África que deram origem à Primavera Árabe foram comparativamente exploradas no contexto de dinâmicas socioeconômicas e políticas heterogêneas que sustentaram seus resultados variáveis. Esses desenvolvimentos foram examinados posteriormente para traçar paralelos no atraso, mas eventual chegada da primavera árabe no Sudão e na Argélia. Baseando-se em evidências documentais, a análise de conteúdo temática contextual foi empregada para explicar o contágio que é a Primavera Árabe e sua chegada inevitável ao Sudão e à Argélia. O declínio dos meios de subsistência e oportunidades econômicas, o alto desemprego juvenil e a repressão política desencadearam o levante, mas a dinâmica política e sociodemográfica interna e o grau de influência internacional dos eventos nesses países geraram resultados diferentes no Sudão e na Argélia, tanto quanto nos outros países tocados pelas revoltas. A Primavera Árabe contém todas as armadilhas de uma revolução, mas inclinou-se fortemente para um viés não violento. A liberalização política e econômica de base ampla é, portanto, crítica para a estabilidade política e o progresso econômico no Oriente Médio, no Norte da África e na África Subsaariana.

PALAVRAS-CHAVE:
Democracia. Crise econômica. Protestos públicos. Repressão política.

Recebido em 26 de dezembro de 2020
Aceito em 22 de fevereiro de 2021

Traduzido por Artur Holzschuh Frantz

GESTÃO DO IMPASSE POLÍTICO ATRAVÉS DO DIÁLOGO: UMA VALIDAÇÃO DO CLIENTELISMO NA ÁFRICA

Jean-Marie Kasonga Mbombo[1]



Introdução

A experiência do diálogo nacional como método de paz remonta ao processo de democratização que testemunhou o fim da Guerra Fria, particularmente na África francófona. Popularmente conhecidas como Conferências Nacionais Soberanas (CNS), esses fóruns amplos e inclusivos foram projetados para gerenciar a transição política em tempos de crise e facilitar a organização de eleições multipartidárias em estados frágeis como Benin, Gabão, Congo Brazzaville, Zaire (atual República Democrática do Congo) e Togo, para citar apenas alguns. Enquanto alguns diálogos tiveram algumas centenas de delegados presentes e duraram algumas semanas, outros duraram muitos meses com milhares de participantes (Brandt, Cottrell, et al. 2011). Embora a maioria das deliberações tenha chegado a um acordo, apenas metade desses acordos foram implementados (Paffenholz, Zachariassen, e Helfer 2017). Além disso, as conferências nacionais inconclusivas constituíram um terreno fértil para os conflitos armados, em particular em Ruanda (1993), Burundi (1993) e República Democrática do Congo (1997). Para acabar com a Guerra Mundial da África, senhores da guerra e uma parte da oposição não armada entraram em um Diálogo Inter-Congolês de 52 dias em Sun City (África do Sul), que forneceu um quadro legal para um governo de transição liderado por Joseph Kabila, auxiliado por quatro vice-presidentes (Prunier 1999; Sagare 2002; Meredith 2006). No entanto, nos últimos tempos, as jovens democracias continuaram a experimentar um impasse político após a tentativa dos líderes políticos de permanecer no poder indefinidamente

1 Departamento de História e Estudos Internacionais, University of Benin. Benin, Nigéria. E-mail: odigwenwaokocha@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3947-070X

por meio de violações de acordos, emendas na constituição, manipulação de eleições, entre outras coisas. Em um estilo moderno, os partidos governantes recorreram aos diálogos nacionais como uma ferramenta política para recuperar a legitimidade perdida enquanto mantinham seus braços de poder.

Usando a República Democrática do Congo (RDC) como estudo de caso (Bayart 2007), este artigo analisa o apelo ao diálogo nacional iniciado pelo ex-Presidente da República Democrática para discutir o futuro do país no final de seu mandato constitucional em 2015. O estudo se baseia em dados secundários (revisão da literatura existente) e adota um quadro teórico do neopatrimonialismo na tentativa de abordar a questão de saber se o apelo ao diálogo nacional pretendia gerar soluções inovadoras para os problemas perenes congoleses de governança ou para legitimar a continuação do regime mediante a recompensa de alguns simpatizantes do regime com nomeações políticas. Como alternativa a um diálogo infrutífero, o documento destaca a vontade política que está gradualmente mudando as coisas sob a nova liderança do presidente Felix Tshisekedi. O argumento é assim articulado em quatro seções, expostas a seguir. Em primeiro lugar, o paradigma do neopatrimonialismo revela a característica dominante da política de clientelismo na África, nomeadamente o clientelismo de elite. Em segundo lugar, o apelo a um diálogo nacional que surgiu no final do último mandato do Presidente Joseph Kabila é considerado como uma boa forma de encontrar uma solução adequada para os assuntos atuais congoleses. Terceiro, o fracasso do diálogo em produzir um roteiro para uma transferência pacífica de poder é discutido de forma crítica. Quarto, uma alternativa ao diálogo interminável transparece na vontade política que o novo presidente demonstrou ao desmantelar gradualmente o clientelismo da elite na RDC.

Quadro Teórico

A maioria dos estudos acadêmicos sobre a África pós-independência giram em torno do conceito de neopatrimonialismo sob diferentes rótulos: governo pessoal, síndrome do *"Big Man"*, Política do Ventre, apadrinhamento, senhores da guerra e semelhantes (Chabal e Daloz 1999; Bratton e van de Walle 1997; van de Walle 2001; Bayart 2009; Bach e Gazibo 2012). O conceito é derivado do termo "patrimonialismo" de Max Weber, sugerindo um sistema de governo no qual os agentes administrativos e militares respondiam apenas ao governante. O neologismo apareceu pela primeira vez na obra de Eisenstadt (1973), *Traditional Patrimonialism and Modern Neopatrimonialism*. Da América Latina, Oriente Médio, Extremo Oriente e Europa, a prática do

neopatrimonialismo tornou-se tema de trabalhos acadêmicos (Erdmann e Engel 2006). Também forneceu uma chave importante para compreender por que muitos países africanos ficam para trás em relação ao resto do mundo em termos de desenvolvimento econômico, democratização, transparência, responsabilidade, prestação de contas e Estado de direito. Na literatura, parece que neopatrimonialismo, prebendalismo, padronado e clientelismo são, às vezes, usados indistintamente para descrever um tipo de sistema político que concentra o poder político em um único indivíduo com controle final das redes. Antes de prosseguir, é importante dar um esclarecimento conceitual dos termos acima.

O prebendalismo ocorre quando cargos públicos são ocupados por elites importantes e aliados do partido no poder, garantindo acesso pessoal aos recursos do Estado. No entanto, a diferença entre prebendalismo e clientelismo pode ser encontrada nas implicações fiscais, conforme evidenciado na seguinte ilustração: "Contratar um membro de um grupo étnico para um cargo sênior na alfândega é um exemplo de clientelismo, mas permitir que o funcionário alfandegário use da sua posição para enriquecimento pessoal através da manipulação de impostos de importação e exportação é um exemplo de uma prebenda" (van de Walle 2007, 4, tradução nossa)[2]. Consequentemente, os líderes de países de baixa renda são atraídos para o prebendalismo quando não controlam um alto nível de recursos, mas são caracterizados pela falta de um serviço público profissional. Nesse caso, funcionários do governo usam seus cargos para desviar fundos públicos, mas ficam impunes porque a estabilidade política, que é interpretada como a sobrevivência do governante, o obriga a reciclar os criminosos na próxima reforma do gabinete, em vez de mandá-los para a prisão. A estabilidade política é tal que o pertencimento à elite é relativamente estável, já que a remoção de uma posição geralmente leva à nomeação para outra (van de Walle 2001, 125). O padronado e o clientelismo apontam para uma relação entre dois partidos desiguais, em que um ganha poder político e o outro benefícios econômicos, mas ambos não são sinônimos. Enquanto o clientelismo enfatiza o papel de apoio da elite, o padronado é uma forma institucionalizada de distribuição de recursos: um líder do partido no poder agindo como patrono permite empregos e serviços públicos aos beneficiários do regime, a seu critério, para obter o apoio necessário. A política de padronado é mais praticada em regimes democráticos e

2 No original: "Hiring a member of one's ethnic group to a senior position in the customs office is an example of patronage but allowing the customs officer to use the position for personal enrichment by manipulating import and export taxes is an example of a prebend" (van de Walle 2007, 4).

economias em crescimento, enquanto o clientelismo é uma marca registrada de regimes autocráticos e pobres.

No que diz respeito à África, as origens de um Estado neopatrimonial podem ser rastreadas até a era colonial, no qual o governo indireto (por reis, chefes e anciãos) era combinado com a burocracia moderna para produzir regimes híbridos ou uma mistura de patrimonial e dominação legal-racional. De acordo com Chabal e Daloz (1999), tais regimes híbridos refletem uma desordem institucionalizada em que estilos de vida modernos e tradicionais andam juntos. Como eles colocam: "o que é distinto na África é a maneira criativa na qual essa sobreposição de modernidade e tradição se combina para criar uma forma de responsabilidade política que está enraizada na instrumentalização da desordem" (Chabal e Daloz 1999, 147, tradução nossa)[3]. Da mesma forma, van de Walle (2001, 116, tradução nossa) afirma que "o estilo de governo que emergiu combinou o legado autoritário da administração colonial e as tradições de patrimonialismo das aldeias"[4]. Não é de se admirar que os líderes pós-independência foram rapidamente atraídos e inspirados pela autoridade inquestionável dos governantes tradicionais. Sendo tratados como presidentes vitalícios por suas respectivas populações, muitos chefes de estado atribuíram os prestigiosos títulos de Imperador, Marechal de Campo, Pai da Nação, Líder Supremo e semelhantes (Ohene 2015).

Seguindo o movimento de democratização no final da Guerra Fria, a prática do clientelismo permite que os políticos se engajem na competição eleitoral sem ideologia política. De acordo com van de Walle (2007), existem três categorias de clientelismo, a saber, clientelismo tradicional, de elite e de massa. O clientelismo tradicional era praticado sob o direito consuetudinário, em reinos tradicionais, em que o governante e os súditos desenvolveram um vínculo de reciprocidade por meio de tributos e trocas de presentes. Quando os Estados independentes surgiram de um estado colonial na África, o clientelismo da elite se desenvolveu dentro do ramo executivo do governo com o único objetivo de manter o presidente e seus comparsas no poder pelo maior tempo possível. Em vez de redistribuir a riqueza da nação, o clientelismo reforça a crescente distância entre a elite e as massas por meio de instituições extrativistas de governo. Também abre espaço político para que o clientelismo de massa ocupe o centro do palco à medida que o processo de democratização se desenrola. Nesse terceiro nível, a luta pelo poder e seu

3 No original: "what is distinct in Africa is the creative manner in which this overlap of modernity and tradition combines to create a form of political accountability which is rooted in the instrumentalization of disorder (Chabal e Daloz 1999, 147)" .

4 No original: "the style of rule that emerged combined the authoritarian legacy of the colonial administration and village traditions of patrimonialism (van de Walle 2001, 116)".

concomitante acesso a recursos tornam-se a norma, especialmente no nível partidário, onde os candidatos buscam ingressos nas eleições primárias. A vitória nas urnas depende da capacidade do candidato de distribuir dinheiro ao eleitorado.

O neopatrimonialismo pode ser apreciado como um processo de formação do Estado, mas muitos anos após a independência, o clientelismo de elite praticado em jovens democracias constitui um obstáculo na roda do progresso econômico: os recursos do Estado são distribuídos dentro de membros de um círculo interno do governo para minar as reformas econômicas e frear mudanças políticas. Em uma relação patrono-cliente, o destino de toda uma população tem que depender de um *'Big Man'* que é capaz de distribuir generosamente, tornando-se difícil traçar uma linha entre o que é fundo público e privado. Como resultado, os membros do partido podem facilmente mudar de terreno e se identificar com o campo vencedor para permanecer no lucrativo "negócio de governança". Como van de Walle argumenta:

> Em sistemas de clientelismo de massa, o objetivo é ganhar eleições e o principal instrumento de competição eleitoral é provavelmente o partido político. A centralidade da competição é a marca registrada da política eleitoral, e a confiança no clientelismo para apoiar os partidos é uma característica bastante comum de um grande número de democracias (van de Walle 2007, 7, tradução nossa)[5].

Vale a pena enfatizar que os beneficiários do padronado do Estado não são os milhões da base que carecem de qualquer influência política, mas os mediadores de poder crítico do caucus interno. A teoria do neopatrimonialismo lançou alguma luz sobre a política de clientelismo em voga em muitos países africanos, por meio da qual os governantes tendem a manter o poder indefinidamente. Usando a RDC como um estudo de caso de clientelismo de elite entrincheirado, a próxima seção examina a razão por trás do apelo ao diálogo nacional no final do segundo e último mandato constitucional do Sr. Joseph Kabila.

Chamada para o Diálogo Nacional

5 No original: In mass clientelist systems, the objective is to win elections, and the key instrument of electoral competition is likely to be the political party. The centrality of competition is the hallmark of electoral politics, and the reliance on patronage to buttress parties is a fairly standard feature of a wide number of democracies (van de Walle 2007, 7).

O Artigo 70 da Constituição da RDC de 2006 estipula que o presidente é eleito por sufrágio universal por um mandato de cinco anos, renovável uma vez. No início de seu segundo mandato, o presidente Joseph Kabila lançou uma rodada de consultas em um gesto simbólico de estender a mão aos perdedores das eleições gerais de 2011. Assim, o partido no poder e um grande número de partidos da oposição conseguiram formar um governo de coalizão em dezembro de 2014, que deveria terminar em dezembro de 2016 com a chegada de eleições gerais. No entanto, em uma transmissão televisionada para a nação em 28 de novembro de 2015, o Sr. Kabila fez um apelo a um diálogo nacional para discutir o futuro do país antes do término de seu último mandato, como se a constituição silenciasse sobre a organização de eleições pela comissão eleitoral nacional e eventual transferência de poder. Inclusão e apropriação são os principais ingredientes dos diálogos nacionais como método para a paz (Paffenholz, et al. 2017). Entretanto, o partido da oposição não estava preparado para negociar o poder com o governo que estava prestes a mudar de mãos. Ademais, advertiu o regime de saída sobre uma violação da constituição, reiterando ao mesmo tempo a sua exigência de uma transferência pacífica do poder no final de eleições gerais justas e credíveis. Por sua vez, a coligação governista reforçou campanhas massivas a nível local e internacional na tentativa de induzir os seleccionados público que outro diálogo inter-congolês era necessário se o país quisesse evitar ciclos de violência semelhantes aos que se seguiram à queda do ditador Mobutu na década de 1990 (Meredith 2006; Prunier 2009; Stearns 2011).

Na Comissão da União Africana (UA), a opção do diálogo nacional para uma solução política foi finalmente adotada com a nomeação, em 6 de abril de 2016, do ex-Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana (OUA), Edem Kodjo para facilitar um diálogo nacional congolês entre o governo e grupos de oposição. Digno de nota, entretanto, é o fato de que muitos membros da oposição boicotaram os procedimentos, enquanto o governo aproveitou a oportunidade para identificar algumas personalidades que estavam dispostas a fazer um acordo. Juntos, eles assinaram um acordo em 18 de outubro de 2016 para dividir o poder em um governo de transição. No final, o Tribunal Constitucional legitimou a extensão do regime de Kabila ao interpretar o artigo 70 da Constituição (conforme emenda de 2011) em favor do titular, declarando que "o presidente permanecesse no poder até que um novo presidente eleito tome posse" (VOA 2016, tradução nossa)[6]. Agentes de segurança logo foram mobilizados em todo o país para prevenir qualquer ação que pudesse desencadear um movimento popular semelhante ao que encerrou o regime

6 No original: "The President remains in power until a newly elected President takes office" (VOA 2016).

de Blaise Compaoré de Burkina Faso em 2014. Apesar da brutalidade policial, manifestantes pacíficos ainda ocupavam as ruas de Kinshasa para explicitar seu descontentamento popular em 19 de dezembro de 2016. Os manifestantes exortaram o Presidente Kabila a deixar que a Comissão Eleitoral Nacional Independente organizasse eleições gerais para uma transferência pacífica do poder pela primeira vez na RDC, mas sem sucesso.

Foi nessa conjuntura crítica que a Conferência Episcopal Nacional Congolesa (CENCO, sigla em francês) se manifestou para reviver o diálogo estagnado entre o governo e os partidos de oposição (Gettleman 2017). Em 31 de dezembro de 2016, outro acordo de compromisso conhecido como Acordo de São Silvestre foi alcançado. Isso aconteceu depois de uma série de negociações entre aqueles que assinaram o acordo Kodjo de 18 de outubro de 2016, incluindo o governo, e aqueles que resistiram. De acordo com uma cláusula deste novo acordo, o líder da oposição, o falecido Etienne Tshisekedi foi escolhido para chefiar o Conselho de Transição e assim abrir caminho para Kabila deixar o poder em 2017. Outra área do acordo foi nomear um Primeiro-Ministro da oposição *Rassemblement*, que formaria um governo de transição. Ao todo, parece que o governo Kabila estava apenas ganhando tempo e mais apoiadores do regime, incluindo membros do partido da oposição. Em outras palavras, o titular fez uso do diálogo nacional liderado por Kodjo e da iniciativa CENCO para identificar aliados em potencial e fortalecer seu controle do poder. Na próxima seção, o artigo argumenta que a natureza inconclusiva do diálogo nacional para oferecer uma solução consensual para o problema congolês de instabilidade política é uma indicação de clientelismo de elite que sacrifica o Estado de direito consagrado na constituição, dando continuidade ao regime que beneficia apenas alguns.

Impasse Político

Por que os ocupantes deveriam recorrer ao diálogo nacional no final de seu mandato, em vez de se preparar para uma transferência pacífica do poder? Os teóricos da comunicação afirmam que os conflitos são principalmente problemas de comunicação. No cerne de cada diálogo está a disposição das partes envolvidas em um conflito de se comunicarem. Embora o diálogo não implique em um acordo vinculativo entre duas partes em conflito, é parte integrante dos processos de negociação e mediação. Um facilitador em um processo de negociação encontra as partes separadamente e garante que elas não apenas estejam prontas para o diálogo, mas também se comprometam a trabalhar juntas para um resultado mutuamente satisfatório. Ele ou ela

faz contatos preliminares com as partes interessadas relevantes para reunir seus interesses e necessidades antes de facilitar o diálogo e, eventualmente, propor um acordo comprometido a ser assinado por todos os participantes (Ramsbotham, Woodhouse, e Miall 2007, 167; Harowitz 2007). Em uma democracia, é, no entanto, imperativo que o governo da situação melhore não apenas na prestação de serviços, mas também na comunicação sobre questões importantes, se quiserem permanecer no poder.

No que diz respeito ao governo, o Ministro da Informação é geralmente visto como o porta-voz do governo que deve se comunicar regularmente com os cidadãos, não apenas mantendo-os informados sobre a ação governamental, mas também obtendo *feedback* sobre questões de interesse nacional. Mesmo quando um governo sai e outro assume o poder, o diálogo político continua, visto que o próximo governo está empenhado em cumprir suas promessas eleitorais. Também se acredita que as questões de interesse nacional devem ser discutidas no parlamento. Membros individuais do parlamento (MPs) têm a oportunidade de organizar sessões interativas com seus respectivos constituintes em uma tentativa de explicar a razão por trás de novos projetos de lei propostos na Assembleia Nacional e reunir as opiniões das bases que ajudarão nos processos de tomada de decisão. Aos partidos de oposição, é atribuído o papel de vigilantes que fiscalizam a agenda do partido no poder e exploram o abismo entre o que os cidadãos esperam e o que recebem do governo, num esforço sustentado para conquistar o eleitorado nas próximas eleições.

A falta de uma comunicação que garanta a liberdade de informação é alheia a um regime democrático e pode gerar rejeição, frustração e agressão por parte do eleitorado. Indiscutivelmente, a busca de soluções para o impasse político por meio do diálogo iniciado pelo governo é um mecanismo que aponta na direção do clientelismo da elite, por meio do qual os recursos do Estado são mobilizados para comprar o apoio dos legalistas para manter o *status quo* (Bayart 2009). Um olhar atento sobre o diálogo liderado por Kodjo revela que os partidos da oposição não estavam comprometidos em negociar soluções inconstitucionais com o governo no final do último mandato do presidente Kabila. Eles igualmente rejeitaram os serviços do facilitador nomeado pela UA, que não conseguiu passar no teste de imparcialidade. Como afirma Jackson (2009, 243), um terceiro pode aumentar a chance de sucesso, mas este último depende da disposição das partes em conflito em resolver suas diferenças. O Relatório de Paz e Segurança da UA relaciona o fracasso do diálogo congolês com a nomeação do Sr. Kodjo quando afirma que "ele entrou em um processo iniciado pelo governo congolês que não tem a adesão da oposição, que vê como uma perda de tempo com o objetivo final

de prolongar a permanência de Kabila no poder" (Relatório 2016, tradução nossa)[7]. Entre a elite que participou, nem todos assinaram o documento final (convênio). É, portanto, necessário questionar o papel da elite política na manutenção do *status quo* na RDC.

Vale lembrar que no início do seu segundo mandato, o então presidente da RDC Joseph Kabila lançou consultas nacionais. Como resultado, o partido no poder e um grande número de partidos da oposição conseguiram formar um governo de coalizão em dezembro de 2014 em troca de pastas ministeriais. Foi no contexto do mecenato que a Comissão Eleitoral Nacional Independente perdeu a sua independência para organizar as eleições gerais em 2016, enquanto o Tribunal Constitucional decidiu a favor da permanência no poder do titular. Após a morte de Etienne Tshisekedi como renomado líder da oposição em 1ffl de fevereiro de 2017, o Acordo de São Silvestre tornou-se outro falso começo. Embora o país tenha sido capaz de evitar derramamento de sangue por meio do bom ofício da Conferência Episcopal Nacional Congolesa (CENCO), esta não tinha força política para supervisionar a implementação do Acordo de São Silvestre. Frustrados, os prelados congoleses decidiram interromper seus serviços em 28 de março de 2017 e deixaram Joseph Kabila decidir sozinho o destino do país. A oposição dividida foi incapaz de propor não apenas uma figura confiável para liderar o Conselho de Transição, mas também um Primeiro-Ministro com o poder de chefiar um governo de unidade sob a autoridade do Chefe de Estado.

Capitalizando uma oposição dividida, o Chefe de Estado se reuniu com alguns dissidentes maleáveis dos partidos da oposição e, em 7 de abril de 2017, nomeou Bruno Tshibala como o novo primeiro-ministro que então formaria um governo de unidade nacional. Ao escolher alguém que havia sido recentemente expulso do *Rassemblement*, o titular desconsiderou o Acordo de São Silvestre (Aljazeera 2017). Como os analistas da União Europeia em Kinshasa colocaram, a ação de Kabila foi "contrária à letra e ao espírito do acordo de compromisso" (Wembi 2017, tradução nossa)[8]. Como pode um ministro cooptado desafiar seu chefe sem ser demitido e substituído no dia seguinte por um servo mais leal do regime e agente do *status quo*? Ir contra os interesses de grande parte da oposição demonstrou simplesmente que o diálogo nacional era sinônimo de um mecanismo de dividir para governar a serviço do partido no poder. Eventualmente, todo o exército mergulhou o país

7 No original: "he has stepped into a process initiated by the Congolese government that does not have the buy-in of the opposition, which views it as a waste of time with the ultimate objective to extend Kabila's stay in power" (Report 2016).

8 No original: "contrary to the letter and spirit of the compromise agreement" (Wembi 2017).

em um impasse político que só fere as massas. Para propor uma alternativa ao diálogo sem fim, a última seção registra uma série de vitórias decorrentes da vontade política sob a nova liderança na RDC.

Mudança pela Vontade Política

No lançamento de um livro em Addis Abeba em 2008, o renomado economista George Ayittey exortou os líderes africanos a aplicarem "soluções africanas aos problemas africanos" em vez de reciclar clichês coloniais que não funcionam mais para as pessoas do continente no século XXI (Fiquremariam 2008). No entanto, uma coisa é os políticos africanos reivindicarem a propriedade das soluções que adotam nos seus respectivos constituintes, e outra coisa é eles concordarem sobre o que são os problemas africanos. O ex-presidente Yayha Jammeh, que governou a Gâmbia por 22 anos, se recusou a renunciar após perder as eleições de dezembro de 2016. Assim, ele criou um problema africano que, se deixado sozinho, teria levado o país a uma guerra civil. Uma solução africana veio da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), que ameaçou usar a força contra Jammeh antes que este aceitasse deixar o país. Na RDC, Joseph Kabila, que sucedeu seu pai assassinado (Laurent Désiré Kabila) em 2001, deixou o cargo após 18 anos no poder, quando o apelo ao diálogo nacional não conseguiu estender o limite de mandato constitucional imposto a ele. Assim, a RDC experimentou, em janeiro de 2019, pela primeira vez desde a independência em 1960, uma transferência pacífica de poder entre Kabila e o porta-bandeira do principal partido da oposição, Felix Antoine Tshisekedi, graças à crescente pressão nacional e internacional ao longo de muitos anos. É importante notar, entretanto, que o Sr. Kabila criou um impasse político ao tentar prolongar seu regime por procuração após o diálogo fracassado.

Mediante uma comissão eleitoral que foi comprada para a causa do regime, uma aliança política, "Frente Comum para o Congo" (FCC), foi formada para salvaguardar os interesses do patrono. Endossados pelo Tribunal Constitucional, os resultados das eleições gerais de dezembro de 2018 produziram funcionários pró-Kabila para liderar os governos provinciais, a Assembleia Nacional e o Senado. Isso levanta a questão de como um partido derrotado nas eleições gerais ainda poderia reter a maioria dos assentos no parlamento. A resposta a esta pergunta crítica não é exagerada porque, como diz Stearns:

> Uma palavra-chave no léxico congolês de corrupção é o envelope. Se você quer comprar votos no Parlamento para impedir a auditoria de sua empresa estatal, você distribui envelopes. Quando você deseja obter um contrato lucrativo para fornecer feijão e arroz à polícia, certifique-se de que todos os funcionários dos comitês de compras recebam os envelopes entregues em suas casas (Stearns 2011, 321, tradução nossa)[9].

De sua parte, o presidente recém-eleito teve que formar uma coalizão com partidários pró-Kabila. Foi uma forma disfarçada de diálogo interminável entre duas partes que defendiam a mudança por um lado e a continuidade do antigo regime por outro. Consequentemente, o chefe de um novo governo (primeiro-ministro) viria da maioria no parlamento, de acordo com o artigo 78 da Constituição. Igualmente importante de mencionar é o fato de que, para garantir o controle de Kabila do poder à distância, dois terços dos ministérios de 65 tiveram que ir para a FCC, incluindo defesa, justiça, finanças e orçamento, entre outros. Da mesma forma, o presidente cessante garantiu que o exército, a polícia e os serviços de inteligência fossem chefiados por clientes fiéis de seu regime predatório.

Após dois anos de paralisia no seio do governo de coalizão, o novo líder decidiu encerrar o que muitos analistas descreveram como um 'casamento contra a natureza' com Kabila. Em seu discurso à nação em 7 de dezembro de 2020, o presidente Tshisekedi admitiu publicamente o fracasso do governo de coalizão em fazer o país avançar e desafiou membros honrados do parlamento a repensarem-se como representantes do povo, em vez de servidores de um patrono. Como ele diz:

9 No original: A key word in the Congolese lexicon of corruption is the envelope. If you want to buy votes in Parliament to squelch the audit of your state-run company, you pass around envelopes. When you want to obtain a lucrative contract to supply the police with beans and rice, you make sure the officials on the procurement boards all get envelopes delivered to their homes (Stearns 2011, 321).

> As razões para a dissolução foram satisfeitas, uma vez que tem havido uma crise persistente, cristalizada em particular pela recusa do parlamento em apoiar certas iniciativas governamentais; como foi o caso durante a tomada de posse dos membros do Tribunal Constitucional, usarei as prerrogativas constitucionais que me foram concedidas para voltar a vós, povo soberano, e pedir-vos esta maioria (Gras e Tshiamala 2020, tradução nossa)[10].

A partir de 3 de novembro de 2020, o presidente Tshisekedi demonstrou sua vontade política para fazer a mudança esperada acontecer. Sem distribuir envelopes para poucos, ele optou por consultas intensas com diferentes partes interessadas, incluindo a elite política, líderes de opinião e representantes da sociedade civil. Em vez de apelar a outro diálogo nacional envolvendo apenas a oposição, ele tem a oportunidade de não apenas ouvir as aspirações da grande maioria do povo, mas também de vender sua visão de um novo Congo no qual os governantes seriam servos do povo.

Para materializar tal visão no final das consultas, ele lançou uma nova plataforma, a União Sagrada para a Nação (SUN, na sigla em inglês), na qual atores políticos dispostos de forma generalizada se uniriam livremente para pôr fim ao sistema de impunidade. Conforme atestado pelo informante presidencial senador Modeste Bahati Lukwebo em seu relatório de 29 de janeiro de 2021, o vento da mudança rapidamente virou a mesa de cabeça para baixo quando 381 de 500 membros do Parlamento deram meia-volta e reconfiguraram a nova maioria pró-Tshisekedi sob a égide da SUN. Essa reversão de lealdade permitiu que os legisladores votassem na presidente da câmara baixa, Madame Jeanine Mabunda, com toda a sua equipe antes de apresentar um voto de não confiança semelhante contra o primeiro-ministro e seu gabinete (Asala 2021). Como se isso não bastasse, a câmara alta seguiu o exemplo e destituiu o presidente do Senado Alexis Thambwe Mwamba e sua equipe por meio de boletins de voto, tudo em questão de semanas.

Conclusão

O conceito de diálogo nacional que subscreve o mantra das soluções africanas para os problemas africanos e a sua aplicação como opção preferida para gerir o impasse político, especialmente na sequência de resultados

10 No original: The reasons for dissolution were met, given there has been a persistent crisis, crystallized in particular by the parliament's refusal to support certain government initiatives; as was the case during the swearing-in of the members of the Constitutional Court, I will use the constitutional prerogatives granted to me to come back to you, sovereign people and ask you for this majority (Gras e Tshiamala 2020).

eleitorais contestados, está ganhando aceitação. Embora o diálogo aproxime os antagonistas e torne a comunicação possível, ele pode se tornar ineficaz quando as partes em conflito detêm poderes assimétricos. Além do mais, ele pode ser usado como uma ferramenta nas mãos de um autocrata que se apega ao poder. Este artigo adotou o estudo de caso da RDC para sublinhar o impacto da política patrono-cliente na mudança de regime na África. O estudo argumentou que o presidente Joseph Kabila optou pelo diálogo nacional para ampliar sua base política e garantir a continuidade de seu regime a todo custo. Embora as eleições atrasadas tenham sido realizadas em dezembro de 2018, a transferência do poder foi apenas cerimonial porque o poder real era detido pela maioria da coalizão pró-Kabila (FCC), que controlava todas as instituições do governo, incluindo a Assembleia Nacional e o Senado, o governo central e governos provinciais, exército, polícia e serviço de segurança do Estado. Em um regime típico de patrono-cliente, os atores locais não estão dispostos a sacrificar seus benefícios no altar da alternância de poder, e qualquer iniciativa tomada pelo '*Big Man*' visa perpetuar o clientelismo de elite. O governo de coalizão que se seguiu entre Kabila e Tshisekedi não foi nada mais do que uma tensão contínua entre continuidade e ruptura. Tendo convocado sua vontade política após dois anos de impasse político, Felix Tshisekedi lançou grandes consultas com vários segmentos da população para compartilhar sua visão para uma nova RDC. Usando prerrogativas constitucionais, ele avançou para encerrar a coalizão infrutífera e evocou a possibilidade de dissolver o parlamento se os legisladores não cumprirem seu mandato constitucional como representantes do povo. Consequentemente, uma nova maioria que se aliou à União Sagrada da Nação pró-Tshisekedi foi identificada e precipitou a queda de figuras-chave do antigo regime sem o uso da força. É uma demonstração de vontade política que produz resultados tangíveis, em oposição a um diálogo nacional inconclusivo a serviço da elite no poder.

REFERÊNCIAS

Asala, K. 2021. "A Dictator in the DRC?" *Africanews*, 4 de fevereiro, 2021. https://www.africanews.com/2021/02/04/drc-pro-kabila-senators-condemn-president-tshisekedi-s-dictatorship/

Aljazeera. 2017. "Kabila names Bruno Tshibala new DRC prime minister: Announcement likely to further divide the president's opponents in a country that has been rocked by violence". *Aljazeera,* 28 de abril, 2017. http://www.aljazeera.com/news

Bach, Daniel C., e Mamoudou Gazibo. 2012. *Neopatrimonialism in Africa and Beyond*. Nova Iorque: Routledge.

Bayart, Jean-Francois. 2009. *The State in Africa: The Politics of the Belly, Second Edition*. Cambridge: Polity.

Brandt, M., Cottrell, J., Ghai, Y., e Regan, A. 2011. "Constitution-making and Reform: Options for the Process." *Interpeace,* 7 de maio, 2021. https://constitutionmakingforpeace.org/wp-content/themes/cmp/assets/handbooks/Constitution-Making-Handbook-English.pdf

Bratton, Michael, e Nicolas van de Walle. 1997. *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

Chabal, Patrick, e Jean Pascal Daloz. 1999. *Africa Works: Disorder as Political Instrument*. Bloomington: Indiana University Press.

Erdmann, G., e Ulf Engel. 2006. "Neopatrimonialism Revisited - Beyond a Catch-All Concept". *German Institute of Global And Area Studies (Hamburg)*, 24 de agosto, 2017. http://www.giga-hamburg.de/workingpapers

Fiquremariam, S. 2008. "African Solutions to African Problems". *ISS Today,* 10 de agosto, 2017. http://issafrica.org

Gettleman, J. 2017. "Pact Would Force Out Joseph Kabila From Congo. If, of course, He Agrees". *The New York Times,* 10 de março, 2017. http://www.nytimes.com

Gras, R., e Tshiamala S. B. 2020. *DRC: Felix Tshisekedi terminates coalition with Joseph Kabila. The Africa Report,* 5 de fevereiro, 2021. http://www.theafricareport.com

Harowitz, S. 2007. "Mediation." In *Handbook of Peace and Conflict Studies*. Editado por Charles P. Webel. (pp. 51-85). Nova Iorque: Routledge.

Jackson, R. 2009. "Conflict Resolution in Africa: A Comparative Empirical Analysis." In *Seeds of New Hope: Pan-African Peace Studies for the Twenty-First Century*. Editado por Matt Meyer e Elavie Ndura-Ouedraogo. (pp. 229-248). Trenton: Africa World Press.

Meredith, M. 2006. *The State of Africa: A History of Fifty Years of Independence*. Londres: The Free Press.

Ohene, E. 2015. Letter from Africa: Our presidents are addicted to tiles. *BBC News,* 12 de abril, 2021. https://www.bbc.com/news/world-africa-33245094.

Prunier, G. 2009. *Africa's World War*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Paffenholz, T., Zachariassen, A., e Helfer, C. 2017. *What Makes or Breaks National Dialogues?* Geneva: Inclusive Peace & Transition Initiative (The Graduate Institute of International and Development Studies). https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org.

Ramsbotham, O., Woodhouse T., e Miall H. 2007. *Contemporary Conflict Resolution, Second Edition*. Cambridge: Polity.

Report, P. 2016. "The Political Crisis in the DRC another test case for the AU's preventive diplomacy." *Institute for Security Studies*, 7 de março, 2017. http://issafrica.org

Sagare, N. 2002. *The Inter-Congolese Dialogue: Negotiations for a Democratic State or the Formalisation of a New Scramble?* Johannesburg: Friedrich Ebert Stiftung. http://library.fes.de › pdf-files › bueros › sueda-frika.

Stearns, J. K. 2011. *Dancing in the Glory of Monsters: The Collapse of the Congo and the Great War of Africa*. Nova Iorque: PublicAffairs.

van de Walle, Nicolas. 2001. *African Economies and the Politics of Permanent Crisis, 1979-1999*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

_____ . 2005. *Democratic Reforms in Africa* . Nova Iorque: Lynne Rienner Publishers.

_____. 2007, June. *The Path from Neopatrimonialism: Democracy and Clientelism in Africa Today*. Retrieved August 12, 2017, from Mario Einaudi Centre for International Studies: http://www.einaudi cornell.edu

VOA. 2016. "DRC Court: Kabila's Mandate Can Be Extended if No Vote". *Voanews*, 4 de março, 2017. http://www.voanews.com

Wembi, Steve. 2017. "Congo President Names Ex-Opposition Leader as Prime Minister." *The New York Times*, 9 de abril, 2017. htpp://www.nytimes.com

RESUMO

Impasses políticos ocorrem cada vez que um líder africano viola acordos de paz, organiza eleições ou altera a constituição do país para permanecer no poder indefinidamente. Em um estilo moderno, o partido governante recorreria a uma ferramenta política de diálogo nacional para recuperar a legitimidade perdida e, ao mesmo tempo, manter o controle do poder. Usando a República Democrática do Congo (RDC) como um estudo de caso típico de clientelismo de elite, este artigo analisa o apelo ao diálogo nacional iniciado pelo ex-Presidente da República Democrática para discutir o futuro do país ao final de seu mandato constitucional em 2015. Baseia-se em dados

secundários (revisão da literatura existente) e adota um quadro teórico do neopatrimonialismo para abordar a questão se o apelo ao diálogo nacional pretendia gerar soluções inovadoras para os problemas perenes de governança congoleses ou para legitimar a continuação do regime mediante a recompensa de alguns simpatizantes do regime com nomeações políticas. Como alternativa a um diálogo infrutífero, o estudo destaca a vontade política sob a nova liderança do presidente Felix Tshisekedi, que vem desmantelando gradativamente o antigo regime na RDC.

PALAVRAS-CHAVE:
Diálogo. Constituição. Kabila. Clientelismo de elite. Limite de mandato. Tshisekedi.

Recebido em 1 de março de 2021
Aceito em 21 de julho de 2021

Traduzido por Larissa Kröner Bresciani Teixeira

LA UNIVERSIDAD EN LA GÉNESIS DE LA CONCIENCIA NEGRA EN SUDÁFRICA

Luis Edel Abreu Veranes[1]

CC BY

Introducción

En el extenso itinerario de lucha del pueblo sudafricano contra el régimen del *apartheid* se inscribe con un sello especial el Movimiento de la Conciencia Negra en Sudáfrica, como uno de los grandes procesos aglutinadores de las fuerzas que se oponían a la filosofía y la práctica del desarrollo separado en el país austral durante los años setenta, y el principal que emerge dentro del campus universitario. Este movimiento se genera a partir de la experiencia intelectual de los universitarios negros que anclados en la filosofía de un pensamiento pannegrista influenciado por diversos exponentes del pensamiento panafricano, se dieron a la tarea de recrear dichos resortes ideológicos en el escenario del *apartheid* con el objetivo de contribuir a la liberación total del negro en Sudáfrica, en un contexto en que se habían inhibido las principales corrientes del movimiento anti-*apartheid* como resultado de la represión del gobierno.

El presente trabajo va encaminado a responder algunas interrogantes que se nos presentan en el camino de la investigación sobre las causas del origen de la Conciencia Negra al interior del campus universitario. En procesos históricos y sociales estamos acostumbrados a señalar la multicausalidad de los acontecimientos de la historia y en el caso que nos ocupa no se puede hablar de una excepción. El surgimiento de la Conciencia Negra en Sudáfrica está marcado por una multiplicidad de variables en las que se entrelazan los fenómenos estructurales del país de Mandela con determinados procesos circunstanciales asociados a la vida de los estudiantes negros universitarios en Sudáfrica que sembró el germen de la inquietud política, con el objetivo

1 Departamento de Historia, Universidad de La Habana. Habana, Cuba.
E-mail: luisedel@ffh.uh.cu. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3460-7727

de cambiar su sociedad, partiendo de la vida interna de las Universidades. Estos jóvenes fueron sensibilizados por el desarrollo intelectual del negro en los dos lados del océano Atlántico con toda su carga de liberación y de oposición a la hegemonía blanca, que marcó la evolución de las ideologías negras durante todo el siglo XX. A su vez se encontraban en un contexto de opresión y segregación que enclaustraba las ansias de realización de aquellos jóvenes movidos por aquel pensamiento contra-hegemónico y contestatario.

Con frecuencia se hace referencia a las resonancias ideológicas del movimiento negro americano y a los procesos descolonizadores en el continente africano como un referente fundamental en la emergencia de la Conciencia Negra en Sudáfrica. El propio líder fundacional del movimiento ocasionalmente recurre al pensamiento negro de algunas de estas figuras que impactaron la filosofía y el pensamiento negro en tres continentes. A consideración de este autor deben ser evaluadas esas dos vertientes fundamentales del pensamiento y de los movimientos negros en el continente americano, pero sin desligarlo del proceso de descolonización de África. El propio Steve Biko afirmaba:

> El desarrollo de la conciencia entre los negros sudafricanos ha sido a menudo atribuido a la influencia del movimiento 'negro' americano. Pero a mí me parece que esta es una consecuencia de la conquista de la independencia que muchos Estados africanos han logrado en corto tiempo (Biko 1989, 54).

Sin embargo, la formación del propio Steve Biko es un resultado de la evolución de ese pensamiento negro en el que han influido muchas personalidades del mundo afroantillano y afroamericano. No se puede negar la existencia de determinados paralelismos en la historia del negro en América y en África, como en el caso del movimiento norteamericano de lucha por los derechos civiles y los procesos concomitantes del negro en África. Biko cita en su artículo "Racismo blanco y conciencia negra" un fragmento de Aimé Césaire cuando renunciaba al Partido Comunista Francés y reflejaba los problemas de la peculiaridad de la historia y de la cultura de un pueblo, luego el líder sudafricano argumentaba: "Casi al mismo tiempo que Césaire dijera esto, emergía en Sudáfrica un grupo de jóvenes negros coléricos que empezaban a 'captar la noción de su unicidad peculiar' y quienes estaban ansiosos de definir qué y quiénes eran" (Biko 1989, 51-52).

Esas herramientas fueron las que aquella generación de estudiantes negros sudafricanos proyectó dentro del escenario del país austral, donde además ese pueblo negro integraba la mayor parte de la población, en un

contexto difícil de represión en que ocurrió la maduración de esa conciencia negra, dentro de aquella vanguardia negra universitaria que le imprimió una dimensión muy amplia a su movimiento, paradójicamente desde esa concepción pannegrista. En esa dirección, Biko recurrió al pensamiento de otro gran afroantillano que permeó al Movimiento de la Conciencia Negra en Sudáfrica, en este caso Frantz Fanon, cuando expresaba:

Tal como lo afirma Fanon *apud* Biko:

> La conciencia del ser no es cerrar una puerta a la comunicación... la conciencia nacional, que no es nacionalismo, es la única cosa que nos dará una dimensión internacional. Este es un signo de aliento, porque no hay duda que la lucha de poder blanco-negro en Sudáfrica no es sino un microcosmos del enfrentamiento global entre el Tercer Mundo y las naciones blancas ricas del mundo que se manifiesta de una manera más real a medida que transcurren los años (Biko 1989, 57).

Hay un entrelazamiento directo o indirecto entre aquellos dos procesos de la historia contemporánea del negro en África que se descoloniza y la América negra que lucha por sus derechos, en el que se destacaron personalidades del mundo afroantillano y afroamericano, ese ideario se puso, también, en función de los objetivos libertarios de las naciones africanas. En el caso particular de Sudáfrica debido a la delicada situación existente entre el blanco y el negro, y el *apartheid* que se manifestaba a contracorriente en pleno proceso de descolonización africana, estas ideas tenían un terreno fértil para su desarrollo, que se materializarían en un movimiento nacido dentro de los muros universitarios.

El contexto histórico

Desde 1948 Sudáfrica estaba gobernada por el Partido Nacionalista que llevó a efectos de realización la ideología del *apartheid*, una vez cimentada toda una etapa previa de fortalecimiento de los contornos identitarios de las ideologías blancas conservadoras, principalmente la proveniente del colonato afrikáner. El *apartheid* comenzó a desarrollar un programa de gobierno basado en la separación de todo el tejido social sudafricano en base a un criterio etno-racial. Esto se refleja en un poderoso cuerpo jurídico e institucional diseñado para materializar la propuesta del gobierno, cuyas leyes se encaminaban a segregar todos los escenarios de la vida social y privada, incluyendo la intimidad, pero de la forma más ventajosa para la comunidad blanca.

En la década del sesenta del pasado siglo los diferentes movimientos de la lucha interracial se habían inhibido en su lucha contra el *apartheid*, como resultado del endurecimiento de las políticas represivas del gobierno sudafricano. El anterior decenio había representado un punto de inflexión histórico con relación a la organización de las diferentes tendencias y partidos que se nuclearon en torno al objetivo común de lograr el desmontaje del pérfido régimen. La Alianza de los Congresos había sido uno de los resultados más trascendentes con un racimo de organizaciones que se fueron radicalizando al calor de su enfrentamiento al *apartheid*, destacándose el liderazgo de Nelson Mandela y perfilándose el protagonismo del Congreso Nacional Africano (ANC, en inglés) en el curso de los acontecimientos[2].

En los años cincuenta se experimentaba una tendencia hacia la unificación de todas las organizaciones opuestas al *apartheid*, basadas en un modelo de lucha pacífica, pero con una tendencia hacia la violencia, relacionada directamente con la respuesta represiva del gobierno. Ese proceso de unidad cristalizó en el verano de 1955 en el famoso Congreso del Pueblo como expresa el profesor Reinaldo Sánchez Porro: "La importante reunión fue la culminación de una campaña de un año en la que los miembros de la Alianza de los Congresos fueron casa por casa por toda Sudáfrica, recogiendo las peticiones del pueblo en función de lograr una Sudáfrica libre" (Sánchez Porro 2016, 274). En dicho cónclave se proclamó la histórica Carta de la Libertad que planteaba la solución del problema nacional y clasista en Sudáfrica en base a la igualdad de todos sus hijos, y después de proclamar todos los derechos secuestrados al pueblo sudafricano, culminaba expresando que: "Por estas libertades lucharemos, hombro a hombro, durante nuestras vidas, hasta que hayamos conquistado nuestra libertad" (Entralgo 1979, 476).

El régimen racista no tardó en proyectar sus planes para frenar el auge del movimiento anti-*apartheid* tratando de dividir al pueblo a través de los bantustanes, que se comenzó a aplicar en la década siguiente, articulando esta política con el fortalecimiento de los mecanismos represivos y la conso-

2 Esta Alianza la integraban, además del ANC, el Congreso Indio Sudafricano (SAIC), el Congreso de los Demócratas (COD) de los blancos que se oponían al *apartheid* y la Organización de las Personas de Color, posteriormente (CPC).

lidación de las instituciones del *apartheid*[3]. Para los años sesenta el *apartheid* había tocado fibras muy sensibles de la sociedad como el sector educacional. Aquí debemos hacer un paréntesis porque se interconecta directamente con el surgimiento a fines de los sesenta del Movimiento de la Conciencia Negra. El primer lustro de esta década no había sido muy feliz para las organizaciones que se oponían al *apartheid*, después de la masacre de Sharpeville en 1960, debido a la manifestación promovida por el Congreso Panafricano para oponerse a la ley que restringía el movimiento de los sudafricanos, dentro de su propia tierra[4]. El ANC se decantó, después de un largo debate, por la lucha armada y el entrenamiento de muchos de sus líderes en el extranjero. Pero entre 1963 y 1964 el liderazgo del ANC enfrentó el juicio de Rivonia como resultado de la persecución del régimen y finalmente condenados a cadenas perpetuas, otros capturados fueron sentenciados a condenas largas y otros tuvieron que abandonar Sudáfrica para no ser capturados. Por tanto, el segundo lustro de los años sesenta transcurrió como un periodo de transición y de replanteamiento de los movimientos sociales que se enfrentaban al régimen sudafricano.

3 Los bantustanes fueron un proyecto del régimen sudafricano, que tomó cuerpo desde los años cincuenta para fragmentar a la mayoritaria población negra sobre la base de un criterio de división tribal. Estos "guetos" tribales fueron proyectados por el Informe Tomlinson de 1955 cuyo objetivo era la promoción de estas patrias o *homelands* con un fin retribalizador. Al final esa mayoría poblacional quedaba enclaustrada en un 13% de la tierra del país, por cierto, en las tierras menos útiles. Con el tiempo algunos de aquellos bantustanes formaron gobiernos autónomos, entelequias gubernamentales que dependían de toda la estructura e infraestructura sudafricana, como Transkei correspondiente a la etnia Xhosa, Ciskei también Xhosa, Kwazulu, Lebowa de los Sothos del norte, Gazankulu de los Tsonga, Vhavenda, y Bophuthatswana de los Tswana. Posteriormente estos bantustanes tuvieron que afrontar un grupo importante de problemas laborales y relacionados con el hacinamiento, como resultado del acto de despojo del gobierno de aquella población expulsada de sus lugares de origen hacia aquellas reservas.

4 La Masacre de Sharpeville fue un triste suceso en la historia de Sudáfrica y del *apartheid* que llenó de sangre las manos del régimen sudafricano. Estos acontecimientos tuvieron lugar en marzo de 1960 como resultado de una manifestación organizada por el Congreso Panafricano para quemar públicamente sus pases, oponiéndose a las leyes de pases dictadas por el *apartheid* para controlar el movimiento de la mayoría de la población sudafricana. El suceso levantó una gran oleada de rechazo alrededor del mundo en contra del apartheid. Dichos acontecimientos condujeron a una revisión de la filosofía de lucha del ANC para oponerse al *apartheid*, hasta ahora anclada dentro de los límites de una lucha pacífica. Pero después de Sharpeville hubo un proceso de radicalización del ANC que se reflejó en la creación de su brazo armado la *Umkhnto we Sizwe* o *Lanza de la Nación*.

El problema de la educación bantú

La Conciencia Negra, surgida entre los muros universitarios, fue una nueva plataforma de relanzamiento del proyecto de liberación del pueblo sudafricano, pero tomando como referente otros resortes ideológicos que desconectaban con la filosofía y la práctica de la lucha interracial. El gobierno había tratado de exorcizar el peligroso potencial de la educación y la formación de ese pueblo, a través de Hendrik Verwoerd y su modelo de educación bantú. Incluso antes del *apartheid*, el negro no tenía una formación que se equiparara con la del blanco, debido a las razones estructurales de la sociedad sudafricana, concebida para que los no blancos se integraran de manera inmediata en el mundo laboral del obrero en las minas y las granjas y el servicio doméstico de los blancos. En este sentido no es ocioso referirnos a determinados paralelismos y resonancias con la sociedad norteamericana desde las últimas décadas del siglo XIX después de la Guerra civil, cuando el sur empezó a orientar la educación del negro en función de sus intereses industriales, proceso que adquirió determinada relevancia en la voz de un negro como Booker T. Washington, quien se ganó determinado apoyo de su región y también importantes detractores como William Du Bois, quien se oponía a la educación instrumental en función del mundo industrial promovida por Booker T. Washington, y la segregación educacional al estilo del Instituto Tuskegee[5]. Washington se opuso a la elevación máxima del nivel cultural del negro, como lo refleja Du Bois en la forma más explícita:

> El señor Washington pide claramente que el pueblo negro renuncie, al menos por el momento, primero, al poder político; segundo, a la insistencia en los derechos civiles; y tercero a la educación superior para la juventud negra, con el fin de concentrar todas sus energías en la educación industrial, la acumulación de riquezas y la conciliación del Sur (Du Bois 2001, 56).

Como los intereses sureños en los Estados Unidos, el régimen del *apartheid* pretendió controlar la educación del negro de una forma más eficiente, esto no excluía los planes orientados hacia la educación superior. El artífice de aquella política fue el Ministro de Asuntos Nativos Hendrik Verwoerd, quien posteriormente sería presidente de la República. La política

5 El Instituto Tuskegee es una institución educacional surgida en los Estados Unidos a fines del siglo XIX, en Alabama, que representaba los principios de segregación educacional con relación al negro que, posteriormente recreó el *apartheid* en las instituciones educacionales sudafricanas.

centralizadora de régimen se orientaba esencialmente a crear un andamiaje institucional que respaldara las herramientas jurídicas aprobadas por el gobierno y que controlara la educación, los planes de estudios, los profesores y todo lo relativo a la formación del pueblo negro y de los no blancos en sentido más general. Hay un escalonamiento y un endurecimiento de esa política, primero proyectado hacia la educación general, que por supuesto tiene un impacto sensible en la educación superior. En *Educación bantú: Política para el futuro inmediato* se refleja la proyección del gobierno, en palabras del propio Verwoerd:

> La política del Departamento es que la educación bantú debe de estar en función de las Reservas y tener sus propios objetivos de acuerdo al espíritu y lo que representa la sociedad Bantú...No existe lugar para esta en la comunidad europea fuera de ciertos límites y algunas formas de trabajo...Por esta razón no se le permite recibir ningún entrenamiento cuyo resultado sea su absorción por la comunidad europea (Tabata 1980, 38).

Para la década del cincuenta la educación ya tenía la marca de la segregación, pero el nuevo esfuerzo centralizador del gobierno se articulaba con los proyectos de bantustanización de la vida social, cuyo paroxismo fue la creación de los bantustanes, a los que nos referimos anteriormente. La política de fortalecimiento de la segregación educacional estaba destinada a evitar una peligrosa movilidad social del negro, y la circulación de ideas progresistas y avanzadas en función de su liberación, como se expresaba en todo el pensamiento negro contemporáneo. La nueva institucionalidad venía acompañada con la respectiva reducción de los fondos para la educación en las escuelas de los negros, más allá de ser una enseñanza pública sostenida por el Estado sudafricano, había una tendencia y decisión del gobierno de eliminar paulatinamente el apoyo financiero del Estado a la educación bantú, que debía ser sostenida en lo adelante, según la proyección gubernamental, con los recursos provenientes de los impuestos a esa población.

El nacimiento de la Conciencia Negra, por tanto, está cimentado sobre el derribo y la fractura de las barreras interpuestas por el gobierno para la educación del pueblo negro sudafricano, política que estuvo fundamentada en dos principios esenciales, los fenómenos estructurales que contradecían la formación legítima del negro hasta el nivel universitario y las herramientas institucionales desarrolladas por el *apartheid*, principalmente a partir de los años cincuenta, con el objetivo de lograr una segregación social, educacional y la inferioridad total de los pueblos negros, mestizos e indios en la madeja social sudafricana.

Ese escalonamiento hacia la educación segregada se reflejó concretamente en la aprobación en 1953 de la Ley de Educación Bantú, que creó un departamento orientado a tales objetivos[6]. Ese proceso legislativo se completaría en los años sesenta con las leyes que regulaban la formación de los mestizos y los indios en 1963 y 1965, respectivamente. Por supuesto estas instituciones marcaron la línea de una política educacional censurada hacia el profesorado y las publicaciones para la formación de los estudiantes, condicionando los nuevos textos que deberían ponerse en manos de los estudiantes.

En una época tan temprana como 1948, recién estrenado el *apartheid* el presidente Daniel François Malan se expresaba a favor de una educación superior segregada como lo plantea en los siguientes términos:

> Una situación intolerable se ha desarrollado aquí durante los últimos años en nuestras instituciones universitarias, una situación que ha conducido a determinadas fricciones, debido a la molesta relación entre los europeos y no europeos... Nosotros no queremos detener la educación superior para los no europeos y tomaremos todas las medidas necesarias para garantizarles a los pueblos nativos y mestizos la superación universitaria tanto como podamos, pero en su propia esfera; en otras palabras, en instituciones separadas (UNESCO 1967, 83-84).

La segregación y las universidades sudafricanas

En los años cincuenta el gobierno ya había creado una comisión para que estudiara la posibilidad de implementar medidas segregacionistas en la educación universitaria. La Comisión Holloway no había emitido un informe favorable hacia el *apartheid* en las Universidades, entre otras razones, por

6 Esta ley colocó bajo la administración directa del Estado, a través del Ministerio de Asuntos Bantúes, a las instituciones educacionales del país, y por tanto bajo los principios de segregación promovidos por el gobierno. Anteriormente era muy complejo, para el gobierno, tener un control sobre todas estas instituciones debido a que se encontraban bajo el control de los gobiernos provinciales y de sus legislaciones, así como de instituciones eclesiásticas y privadas. Con la ley de educación bantú se transfería el control de las escuelas al Departamento de Asuntos Nativos, sacándolas de la administración de las autoridades provinciales, mientras las instituciones privadas podían elegir entre transferir sus instituciones al departamento o mantenerlas como privadas, pero acatando todas las instrucciones del departamento relacionadas con la admisión de los estudiantes, profesores, los medios de instrucción etc. Las principales decisiones con relación a los temas escolares empezaron a tomarse desde organismos gubernamentales donde era prácticamente nula la presencia de los negros, mestizos y asiáticos.

motivos logísticos y de la infraestructura existente. A pesar de ese informe, el régimen sudafricano forzó hacia una bantustanización universitaria, que afectó a las pocas universidades que no manejaban un criterio etno-racial para la matrícula de sus estudiantes. Un miembro de la Comisión sintetizaba en 1957 el esfuerzo centralizador del régimen:

> [...] el propósito de dicha legislación es la desviación de la vieja tradición universitaria que se había mantenido a lo largo de la historia de las Universidades en Sudáfrica, la tradición mediante la cual, ellas mismas, y no una autoridad externa, determinaba las condiciones de admisión en sus aulas (UNESCO 1967, 83).

El profesor Malherbe interpretaba estos acontecimientos, ya no desde una perspectiva de las consecuencias sociales de dicho proceso, sino desde la evidente reducción de la autonomía institucional de las altas casas de estudios en el país austral. Desde antes de la aprobación de la Ley de extensión de la educación universitaria se habían segregado en las llamadas universidades abiertas determinadas actividades extracurriculares como la residencia, las actividades deportivas o recreativas, incluso en la Universidad de Natal aceptaban a los no blancos, pero en aulas diferentes a las de los blancos, con alguna excepción cuando se trataba de cursos de posgrados. Cuando se aprobó en 1959 la Ley de Extensión, las intenciones del gobierno sudafricano se encaminaron hacia la bantustanización universitaria. El resultado de esa política fue que las universidades empezaron a aceptar estudiantes de un grupo étnico o raza, por ejemplo, la Universidad de Durban quedaba destinada a la población de origen indio, la Universidad de Western Cape para los mestizos, la facultad de Medicina de la Universidad de Natal para los africanos, mestizos e indios. Por otro lado, el Colegio Universitario de Fort Hare fue reservado para los africanos de la etnia xhosa, la Universidad de Ngoye para los zulúes y los Swazi, el Colegio Universitario del Norte estaba orientado para la formación de los Sotho, los Bendoa y los Sanga.

Esto tuvo un impacto sensible sobre la educación superior de la mayoría del pueblo sudafricano, los no blancos:

> En 1983 las cuatro Universidades angloparlantes (Ciudad del Cabo, Witwatersrand, Natal y Rhodes) tenían un 14% de alumnos negros. Pero tanto las cinco universidades en afrikaans – Rand Afrikaans University (RAU), Potchefstroom, Stellenbosch, Pretoria y Bloemfontein (University of Orange Free State) – como la bilingüe (inglés/afrikaans) de Port Elizabeth tenían apenas un 1% de alumnos negros (Tazón (s/a), 79).

Aquí se puede visualizar perfectamente que la legislación del régimen tuvo un impacto más profundo en las universidades afrikaans que sobre las angloparlantes, situación que se entiende perfectamente sabiendo que el pueblo y nacionalismo afrikaans fue el núcleo duro en la creación y desarrollo del engendro del *apartheid*, a través de su Partido Nacionalista. Algunas universidades angloparlantes, especialmente la de Ciudad del Cabo y Witwatersrand, y hasta la de Natal eran denominadas universidades abiertas, lo que se traducía en la aceptación de estudiantes de diferentes orígenes étnicos. Pero esa consecuencia onerosa, como se hacía referencia anteriormente, no es el resultado exclusivo de la legislación del régimen sino de las condiciones estructurales y sociales del heterogéneo pueblo sudafricano, cuya mayoría estaba anclada en una condición de inferioridad impuesta por la minoría blanca gobernante. Esa situación subalterna inhibía las oportunidades de superación del negro, pero también de los mestizos e indios desde la educación elemental, balance educacional que se ve proyectado hacia la educación superior en los porcentajes arriba expuestos. Las universidades angloparlantes, aunque con una postura menos fundamentalista, también fueron impactadas con una reducción importante de su estudiantado no blanco.

Por tanto, podemos decir que había condiciones que favorecieron la gestación del Movimiento de la Conciencia Negra, al interior de los campus universitarios. El nuevo movimiento surgido a fines de la década del sesenta se transformaría en el gran boomerang ideológico de la política educacional del régimen del *apartheid* articulados con las otras variables relativas al problema nacional en Sudáfrica, la intensa represión hacia el movimiento anti-*apartheid*, así como el contexto internacional de las descolonizaciones y de las luchas por los derechos civiles de los pueblos preteridos en el mundo, a fines de la década de los años sesenta. Pero como se puede apreciar existían espacios de comunicación interracial principalmente en las llamadas universidades abiertas y a través de las organizaciones estudiantiles y justamente será en esos intersticios de convergencia interracial estudiantil, donde nació el germen de la Conciencia Negra, pues el estudiantado negro podía experimentar más fácilmente la doble discriminación, dentro y fuera de los espacios universitarios. A pesar de todo, había un grupo de jóvenes que derribó los obstáculos de la educación bantú y se formaron en las universidades, aunque fuesen instituciones universitarias segregadas.

Los años sesenta, el movimiento negro estudiantil y el nacimiento de la Conciencia Negra

En los años sesenta la principal organización estudiantil era la Unión Nacional de Estudiantes de Sudáfrica (NUSAS, en inglés) y existía desde hacía tiempo un debate ideológico del estudiantado negro en torno a la membrecía negra en dicha organización. Unos eran partidarios de integrarse a dicho organismo estudiantil, mientras otro grupo de detractores veían a esta institución como parte del régimen sudafricano. Lo cierto era que representaba a las llamadas organizaciones "abiertas" pero con un criterio y análisis de los acontecimientos predominantemente blanco, teniendo en cuenta la composición y los debates que allí se realizaban. Como expresa Barush Hirson:

> Durante los años sesenta los estudiantes negros hacían campaña por el derecho de afiliarse a la Unión Nacional de Estudiantes de Sudáfrica (...) NUSAS también estaba entusiasmado por darle la bienvenida a sus colegas en sus filas (...) siempre había voces que se oponían expresando que NUSAS era parte del Imperialismo blanco. El Movimiento Unido de los no europeos siempre adoptó ese punto de vista, entre 1954 y 1957 se orientó hacia el apoyo de los estudiantes en Fort Hare para su desafiliación de NUSAS (Hirson 1979, 65).

NUSAS había sido criticada desde ambas posturas extremas, también muchos miembros del gobierno la cuestionaban por su carácter abierto y su postura liberal. No obstante, en la década del sesenta no había perdido su protagonismo dentro del estudiantado, incluyendo los estudiantes negros que la integraban, pero con las características anteriormente mencionadas de predominio del discurso blanco en la organización. El estudiante blanco no experimentaba la doble segregación, dentro y fuera de la escuela, como formaba parte del día a día de los estudiantes no blancos. Por otro lado, desde el año sesenta los alumnos habían visto reducidos sus contactos inter-estudiantiles por la política de centralización y segregación del gobierno. Estamos hablando de jóvenes que habían nacido o crecido bajo las concepciones del *apartheid*, y en pleno desarrollo y endurecimiento de sus posiciones segregacionistas. Los estudiantes negros, por tanto, tenían un grupo de preocupaciones, a la luz de la represión desplegada por el *apartheid*, que iban más allá de los reclamos liberales de sus colegas blancos, que no sufrían en carne propia esta situación. En esa dirección era cuestión de tiempo que los estudiantes negros crearan una organización alternativa que fuera capaz de recrear todos esos reclamos e inquietudes del estudiantado negro.

En 1967 se constituyó el Movimiento Cristiano Universitario (MCU), organización que contribuyó a incrementar la sinergia y la comunicación entre los estudiantes negros de las Universidades, a diferencia de NUSAS que era una organización predominantemente blanca. Como expresara el propio Steve Biko poco tiempo después:

> El hecho de que dentro de un año y medio de su existencia el MCU tuviera una mayoría negra en sus sesiones es significativo. De ahí que con la constante práctica de reunir a los estudiantes de las universidades empezara el diálogo entre los estudiantes negros otra vez (Biko 1989, 131).

El Movimiento Cristiano Universitario sería un laboratorio para los debates de los problemas del estudiantado negro, que posteriormente se trasladarían a la futura Organización de Estudiantes Sudafricanos (SASO, en inglés), integrada exclusivamente por estudiantes negros, que se convirtió en la plataforma de lanzamiento hacia la sociedad sudafricana del Movimiento de la Conciencia Negra, bajo el liderazgo de Steve Biko y otros estudiantes universitarios. NUSAS se había inhibido de su activismo precedente como resultado de la represión del régimen y se había transformado en una organización esencialmente pasiva y cómplice de los dictámenes de la segregación promovida por el *apartheid*. El punto de no retorno que motivó a un grupo de estudiantes negros a crear la SASO fue el conocido congreso de NUSAS en la Universidad Rhodes donde los participantes negros fueron, una vez más, segregados: "[...] las autoridades universitarias prohibieron a los estudiantes africanos delegados permanecer en las residencias (...) Los delegados africanos tuvieron que dormir en un local de una iglesia cercana en un barrio africano y comer separados de sus compañeros blancos" (Vizikhungo, Maaba y Biko 2006, 111).

Pero además de estos gestos simbólicos, un grupo de estudiantes negros delegados de la conferencia se percataron del predominio de un discurso hegemónicamente blanco al interior de esta organización, que les hizo entender que para cambiar la situación tendría que ser por otros medios. Esto tuvo su mayor pico de crisis en la Conferencia del Movimiento Cristiano Universitario, en 1968, que se vio interrumpida por desarrollarse en la ciudad blanca de Stutterheim, donde los negros no podían permanecer más de 72 horas. Steve Biko quería utilizar la conferencia del Movimiento Cristiano Universitario para canalizar su idea en torno a una organización exclusivamente negra, sirviéndose de un escenario donde la mayoría de los delegados eran negros, el Movimiento Cristiano había prendido fundamentalmente en

las universidades negras y había contribuido a la reconstrucción del diálogo interuniversitario entre estos estudiantes. Después del acontecimiento de romper el curso de la conferencia por la ley de las 72 horas en una ciudad blanca, se hizo mucho más claro para Biko la fractura irreconciliable entre los estudiantes negros y blancos y su determinación, junto a otros colegas como Barney Pityana y Moloto de desarrollar la idea de una nueva organización, este fue el punto de inflexión. Al decir de Xolela Mangcu: "Para Steve esa indignación le confirmaba el absurdo de las organizaciones interraciales entre estudiantes blancos y negros, y reafirmó su llamado por una nueva organización exclusivamente negra" (Mangcu 2014, 158).

El momento fundacional o de lanzamiento de la nueva organización estudiantil se produjo en el antiguo colegio de Steve Biko en Mariannhill, cerca de Durban, en diciembre de 1968. El encuentro en Mariannhill, con unas pocas decenas de colegas presentes, decidió la creación del nuevo organismo bajo el nombre de Organización de Estudiantes Sudafricanos (SASO, en inglés). Se organizó una conferencia inaugural que se celebró en Turfloop en julio de 1969. Con todos aquellos acontecimientos precedentes se evidenciaba una fractura del discurso y la práctica de organizaciones como NUSAS con los intereses más legítimos de los estudiantes negros dentro y fuera del campus universitario: "Ahora era evidente para Biko que los intereses negros nunca serían adecuadamente defendidos o promovidos por organizaciones dirigidas por blancos como era el caso de NUSAS donde la mayoría estaban satisfechos con simples declaraciones morales" (Karis, Gerhart 1997, 95).

Los estudiantes negros pensaban que el activismo dentro de las organizaciones universitarias sería un mecanismo adecuado de respuesta a sus inquietudes como pueblo sudafricano segregado, pero ya había muchas señales de que eso no se iba a concretar dentro de los marcos de una entidad liberal tradicional como NUSAS, que además no se encontraba en sus momentos de mayor activismo debido a la represión del régimen sudafricano y el recelo que el gobierno sentía hacia ese organismo estudiantil. Es en ese escenario que la vanguardia del estudiantado negro decidió seguir un camino propio fuera de la hegemonía blanca estudiantil. De esta forma Steve Biko, sin proponérselo, se convirtió en la figura más visible del emergente movimiento, como expresara Donald Woods: "[...] el principal fundador e inspiración de la Conciencia Negra, que estaba dirigida en sí misma a preparar al joven negro para una nueva fase de su liberación" (Woods 2017, 43).

Conclusión

Por todo los expuesto anteriormente se puede apreciar que en el nacimiento del Movimiento de la Conciencia Negra en Sudáfrica se entrelazan variables asociadas a las estructuras sociales creadas y consolidadas por el *apartheid* en el país austral con fenómenos circunstanciales de una generación de jóvenes universitarios formados dentro del contexto del desarrollo separado, llegando a adquirir una educación universitaria que les permitió estar en contacto con el pensamiento negro, y al mismo tiempo poner esa filosofía liberadora en función del problema nacional en Sudáfrica.

En todo el proceso se articularon problemáticas relativas a la vida estudiantil que puso el espejo de la segregación frente a los ojos de los estudiantes negros, principalmente aquella vanguardia universitaria, que anclada en una sólida plataforma ideológica pannegrista, decidieron lanzarse al ejercicio de hacer camino al andar con la creación de la SASO, principal esquema de lanzamiento de la Conciencia Negra en Sudáfrica.

REFERENCIAS

Biko, Steve. 1989. *Escribo lo que me da la gana*. California: Hope Publishing House.

Du Bois, W.E.B. 2001. *Las almas del pueblo negro*. La Habana: Fundación Fernando Ortiz.

Entralgo, Armando. 1979. *África Política*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

Hirson, Baruch. 1979. *Year of Fire, Year of Ash. The Soweto revolt: Roots of a revolution?* London: Zed Press.

Karis, Thomas G. and Gail M. Gerhart. 1997. *From Protest to Challenge. A documentary history of African Politics in South Africa, 1882-1990. Volume 5: Nadir and Resurgence, 1964- 1979*. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press.

Mangcu, Xolela. 2014. *Biko a life*. New York: I.B. Tauris & Co Ltd.

Sánchez Porro, Reinaldo. 2016. *África. Luces, mitos y sombras de la descolonización*. La Habana: Félix Varela.

Tabata, I.B. 1980. *Education for barbarism. Bantu (apartheid) education in South Africa*. London and Lusaka: Unity Movement of South Africa.

Tazón, Santiago. (s/a). *apartheid y Estado. Desigualdad ante la ley y fragmentación de la población y el territorio*. Tesis de doctorado. Universidad de Zaragoza.

UNESCO. 1967. *apartheid its effects on education, science, culture and information*. París: UNESCO.

Vizikhungo, Mbulelo, Bavusile Maaba and Nkosinathi Biko. 2006. "The Black Consciousness Movement" in *The Road to democracy in South Africa. Vol 2 (1970- 1980)*. Edited by Bernard Magubane, 99-160. Pretoria: University of South Africa Press.

Woods, Donald. 2017. *Biko*. USA: Endeavour Press Ltd.

RESÚMEN

El origen del Movimiento de la Conciencia Negra en Sudáfrica está relacionado con los acontecimientos ocurridos al interior de las universidades sudafricanas, especialmente la situación del estudiantado negro. Situación que se articula perfectamente con las estructuras segregacionistas profundizadas por el régimen del *apartheid* en Sudáfrica a partir de 1948. En ese sentido se formulan determinadas interrogantes que salen a la luz en el proceso investigativo principalmente sobre esa relación que favoreció el origen del connotado movimiento. Para tratar de dar respuesta a ese fenómeno se manejaron variables propuestas y una metodología analítica e histórica-lógica, cuya intención es demostrar el impacto de la evolución de la educación bantú y la importación al sector educacional de las propuestas segregacionistas que crearon condiciones muy desiguales para el avance de los estudiantes, en función de su origen etno-racial, como parte de la estrategia de bantustanización del *apartheid*. En esa dirección se formaron un grupo de estudiantes, que para los años sesenta había nacido o crecido con el *apartheid* y que se encontraban doblemente segregados dentro y fuera de la Universidad, pero también influenciados por el proceso de descolonización africano, la represión del régimen en los años sesenta y los movimientos sociales que tuvieron lugar a nivel internacional. Para concluir que todas aquellas condiciones externas e internas, estructurales y circunstanciales condujeron al nacimiento del Movimiento de la Conciencia Negra en Sudáfrica, con una relativamente novedosa plataforma ideológica en el escenario de lucha sudafricano.

PALABRAS-CLAVE:

Conciencia. Conciencia negra. *Apartheid*. Campus universitario. Pueblo negro.

Recibido el 18 de enero de 2021
Accepto el 9 de marzo de 2021

NOVO NORMAL E OS DESAFIOS DA ARQUITETURA DO GOVERNO ELETRÔNICO NA ÁFRICA: EXPLORANDO POSSIBILIDADES SOCIOTÉCNICAS PÓS-COVID-19 EM PERSPECTIVA COMPARADA

Fidel Terenciano[1]
Tania Muriezai[2]



Introdução

De acordo com os teóricos da sociedade em rede (Castells 1996; Van Dijk 1999; Wall Smith 2003), as estruturas e actividades sociais em todas as áreas da sociedade estão cada vez mais organizadas em torno de formas de rede, e em grande parte baseadas em tecnologias de informação e comunicação (TIC) na base electrónica. Neste contexto, os governos estão aparentemente a ficar para trás na adopção desta nova lógica. Por exemplo, as administrações públicas contemporâneas tornaram-se cada vez mais complexas, tendo de coordenar acções com actores emergentes na esfera pública, e gerir processos quantidades crescentes de informação.

Neste artigo, lidamos com a cultura virada para o futuro, cujo os processos lentos de tomada de decisão e a difusão do conhecimento do velho

1 Departamento de Ética, Cidadania e Desenvolvimento, Universidade Católica de Moçambique. Pemba, Moçambique. E-mail: fideldeanarosa@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6608-4671

2 Departamento do Direito, Universidade Católica de Moçambique. Pemba, Moçambique. E-mail: weta.muriezai@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1890-216

modelo burocrático parecem não ser adequados para melhorar os fluxos de informação e cooperação, os níveis de legitimidade e confiança tal como são percebidos pelos cidadãos e, em última análise, a eficiência e eficácia. As modernas TIC e o "Governo Eletrônico começaram, desde meados dos anos 80 e princípio dos anos 90, foram vistas como veículo ideal para resolver alguns dos problemas das administrações públicas contemporâneas. O principal argumento é de que o uso intensivo da tecnologia poderia transformar as regras de funcionamento da administração pública para aumentar a sua eficiência, simplificar os procedimentos administrativos, expandir os processos de participação dos cidadãos (Hague e Loader 1999) e tornar a atividade dos governos mais transparente e responsável.

Outra abordagem equivalente para o estudo e desenvolvimento da arquitetura do governo eletrônico é "Governo Digital", que foi e continua a ser popular na América do Norte, por exemplo. Desde então, ambos os termos têm sido utilizados indistintamente. Os pesquisadores e as academias utilizam se dos termos "governo eletrônico" e "governo digital" somente mais tarde, ao fornecer definições que tentaram captar as ideias de modernização do governo, promovendo a participação, e melhorando os serviços através de novas TIC.

Veja que, uma nova definição foi adotada em 2006, ao evidenciar que governo eletrônico é a utilização das tecnologias de informação para apoiar as operações governamentais, envolver os cidadãos, e fornecer serviços governamentais. Ao longo dos anos e desde o seu início reconhecível no final dos anos 90, formou-se um domínio de estudo multidisciplinar do governo electrónico em torno destes temas e produziu um corpo de conhecimentos considerável e bem respeitado na intersecção da esfera pública, incluindo administração pública, informação e tecnologia da informação, bem como as necessidades e desejos individuais, grupais e institucionais das partes interessadas neste contexto particular (Bozeman e Bretschneider 1986; Chisenga 2004; Heeks 2002).

Nisto, em todo mundo, tem se notado mudança de paradigma em que os governos e outros decisores se aperceberam da importância do governo electrónico como uma ferramenta forte para uma governação responsiva. Mas tradicionalmente, muitos governos têm utilizado abordagens em papel e ficheiros na gestão dos seus negócios, o que se tem revelado desvantajoso no que diz respeito à responsabilização. Com o panorama em que a maioria das transações do governo com cidadãos, empresas e parceiros privados tem lugar a nível local, é imperativo que muito esforço seja dedicado à criação de mecanismos que permitam a máxima colaboração e governação participativa.

A mudança de paradigmas na forma de governação foi também provocada em parte pelo rápido crescimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que têm potencial para transformar a geração e prestação de serviços públicos por instituições públicas. É neste contexto que este estudo procura estudar a arquitectura do governo electrónico na África, destacando as principais expectativas e a clara necessidade de explorar como as administrações públicas estão a passar por um processo de transformação ligado à incorporação sistemática das TIC nas suas actividades básicas.

Uma breve estrutura do artigo: segue-se a introdução, com destaque ao objetivo do estudo e os principais argumentos. Do segundo ponto, segue-se a discussão teórica sobre a arquitectura do governo eletrônico e algumas discussões contextuais. Da metodologia que foi aplicada, seguiu-se a análise e discussão dos dados agregados e empíricos sobre o governo eletrônico na África, os níveis de desenvolvimento e os principais desafios.

Breve Fundamentação Teórica

A luz dos estudos existentes, notamos que o caminho a seguir para o *boom* do desenvolvimento do governo eletrônico na maioria dos países em via de desenvolvimento, segue o desenvolvimento de serviços eletrônicos em que os clientes podem aceder através da Internet. Porém, a maioria dos países africanos ainda não chegaram a esta fase. Pois constitui per si, um longo caminho a percorrer antes de alcançarem o desenvolvimento de portais governamentais integrados e a reengenharia dos processos de back-office (Tassabehji e Elliman 2006; Torres, Pina e Acerete 2006; Zwahr e Finger 2007).

Reportamos que os países desenvolvidos estão cada vez mais a adaptar as suas estratégias de governo electrónico na direcção da orientação para o cliente e, em vez de persistirem com estruturas organizacionais rígidas, estão cada vez mais a trabalhar na integração de serviços e processos em organismos e instituições administrativas individuais e até incluem empresas privadas. Neste contexto, o desenvolvimento do governo eletrônico requer uma abordagem estratégica holística que englobe toda a administração pública e não se limite a organismos e instituições individuais, ou a sectores e níveis de administração individuais (Smith 2003; Moon 2002; Carvin, Hill e Smothers 2004; Seifert 2004).

***

E-Governo é uma inovação importante para melhorar a boa governação e reforçar o processo democrático e pode também facilitar o acesso à informação, liberdade de expressão, maior equidade, eficiência, produtividade, crescimento e inclusão social (Zwahr e Finger 2007; Oracle 2006; Heeks 2002; Backus 2006). Seguindo de perto a definição das Nações Unidas (2002), os seguintes elementos são centrais: O governo eletrônico é a utilização das TIC para: - promover um governo mais eficiente e eficaz -Facilitar a acessibilidade dos serviços governamentais - permitir um maior acesso público à informação - tornar os governos mais responsáveis perante os cidadãos.

Muitos estudos têm definido o e-governo de diferentes formas: Veja por exemplo, I. Coleman (2006) definiu o governo eletrônico como a combinação de serviços eletrônicos baseados na informação (administração eletrônica) com o reforço de elementos participativos (e-democracia) para alcançar o objetivo de "governo eletrônico equilibrado". II. Muir e Oppenheim (2002) definiram o e-governo como a prestação de informação e serviços governamentais em linha através da Internet ou de outros meios digitais. III. O governo eletrônico também foi definido como a prestação de melhores serviços aos cidadãos, empresas e outros membros da sociedade através da mudança drástica da forma como os governos gerem a informação (Kumar et al. 2007).

***

Um conjunto de iniciativas bem sucedidas de governo eletrônico podem ter um impacto demonstrável e tangível na melhoria da participação dos cidadãos e da qualidade de vida, como resultado de parcerias eficazes entre as partes (Steward e Walsh 1992; Backus 2006). Por exemplo, os governos africanos precisam de desenvolver quadros políticos, apoiados por legislação para o governo electrónico, que estejam ligados a objectivos estratégicos de desenvolvimento.

Primeiro de tudo, a utilização das TIC nas estruturas governamentais não é nova, mas o conceito de governo electrónico tornou-se amplamente utilizado nos anos 90, quando começou a ser visto como uma estratégia política para melhorar a prestação de serviços e cortar custos, visando também a simplificação dos procedimentos administrativos (Fountain 2007; Backus 2006), o aumento da participação dos cidadãos (Hague e Loader 1999; Zwahr e Finger 2005; Mambrey 2004) e a transparência e responsa-

bilização das actividades governamentais (Bhatnagar 2003; Shinkai 2003). A síntese seguinte das diferentes visões e definições de e-governo baseia-se no trabalho de Mayer-Schönberger e Lazer (2007).

É preciso contextualizar que a literatura sobre e-governo tem-se centrado tradicionalmente no aspecto transacional do governo eletrônico, analisando como a oferta de serviços em linha poderia desenvolver-se de informação para transaccional. Disto, foram também realizados estudos sobre as implicações do governo eletrônico no back-office das administrações públicas, com base nos custos e ganhos de eficiência. Mais recentemente, o tema da centralidade do cidadão no governo eletrónico ganhou destaque, particularmente com o surgimento do conceito de Web 2.0 (Coleman 2006; Fountain 2007).

Os três principais objectivos do elemento tecnológico no e-Governo estão interligados e interdependentes. Precisam de ser vistos holisticamente como uma plataforma integrada para um sistema de gestão:- Melhorar a gestão da informação- Melhorar a prestação de serviços- Melhorar a acessibilidade e participação das diferentes partes interessadas (Blackmore 2006; Misuraca 2007; Coleman 2006). Até onde sabemos, apesar da enorme determinação de muitos governos de todo o mundo em implementar o governo eletrônico e da aclamação que o governo eletrônico finalmente ganhou, estudos anteriores apresentam casos mistos (fracasso ou sucesso) de implementação e adoção do governo eletrônico na configuração socioeconômica.

O crescimento e a adopção da Internet alterou grandemente a forma como todas as organizações lidam com as suas respectivas partes interessadas. A prestação eletrônica de serviços governamentais (E-Electronic delivery of Government services/E-Government) estava a ser pensada antes da WWW, mas nos últimos 15 anos a migração dos governos a nível global para a prestação electrónica de serviços tem sido substancial.

Desenho e Metodologia

Esta investigação é de natureza mais qualitativa do que quantitativa, embora se baseie numa análise extensiva de estudos de caso relacionados com estratégias e arquitecturas do governo eletrônico na África, através da revisão da literatura. A análise envolveu o mapeamento das diversas estratégias de governo eletrônico na África e a classificação dos países no índice global de governo eletrônico do inquérito das Nações Unidas que tem sido desenvolvido de tempos em tempos.

Esta perspetiva forneceu algumas reflexões relacionadas com que estratégias poderiam ser produzidas e utilizadas pelos governos para serem bem sucedidos no processo de implementação e construção do governo eletrônico. Ao mesmo tempo, este estudo equilibra a intensidade da recolha de dados dos estudos de caso e a discussão teórica especializada. Na maioria das vezes, a construção da pesquisa procurou evitar elevados dados para não criar um quadro mais complexo. Mas de outro lado, um volume de dados ou uma variação poderiam não ter conseguido captar o quadro da arquitectura do governo electrónico na sua totalidade.

Um dado relevante, é que a pesquisa adota uma abordagem contínua e interactiva, como forma de confrontar os dados vis-à-vis a construção de um quadro evolutivo do governo eletrônico na África. A análise centra-se na investigação atual sobre governo eletrônico na África, em seu nível geral, e recorremos a dados e estudos para análises explicitamente relativos ao e-Government e conceitos estreitamente relacionados com a área.

Em termos de formas de selecção de textos e artigos, seguiu-se uma investigação sobre pesquisas atuais, incluindo revistas e conferências. Para identificar artigos relevantes sobre e-Government, foi realizada uma pesquisa por palavras-chave em bases de dados de bibliotecas e motores de busca na World Wide Web (Rede Mundial de Computadores). As palavras-chave incluíam 'e-Government', 'sistemas governamentais', 'sistemas públicos', 'e-Democracia', 'e-Services', e 'e-Security'. Em segundo lugar, foram identificados e analisados artigos de conferências e revistas onde as fontes eram amplamente acessíveis e cuja ênfase era a investigação. Em terceiro lugar, as listas de referência das comunicações pesquisadas foram investigadas para relacionar os investigadores uns com os outros e para encontrar investigação mais relevante no terreno.

Doravante, os artigos excluídos da análise incluíam aqueles que o foco se referia exclusivamente a aspectos técnicos do governo eletrônico. A intenção era utilizar o índice de citação científica para criar e estabelecer um núcleo de investigadores bem citados no campo, mas devido à imaturidade e à juventude do campo, o esforço falhou.

Este documento centra-se em examinar e delinear vários desafios que os governos africanos enfrentam no planeamento e implementação do governo electrónico, bem como em rever e comparar a disponibilidade e utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e ferramentas associadas em países africanos seleccionados. O estudo também examina a visibilidade e o desempenho dos governos africanos na Web, identificando o número de governos na região que têm sítios Web próprios; número de

páginas e ligações; os sítios mais visados; interligações de páginas, directórios, domínios e sítios; e inter-relações entre os sítios Web dos governos.

Este estudo utilizou tanto os métodos de análise de conteúdo como de links para identificar os desafios que os governos enfrentam na implementação do governo eletrônico e a presença e desempenho dos governos africanos na Web, respectivamente. As estatísticas existentes foram utilizadas para apoiar os argumentos apresentados na secção de resultados, especialmente no que diz respeito aos desafios do e-governo. Especificamente, duas fontes da Internet foram utilizadas para fornecer estatísticas sobre a disponibilidade das tecnologias de informação e comunicação (TIC) em África.

Apresentação e Discussão de Resultados

Pré-requisitos para o governo eletrônico na África no Novo Normal

Sob várias perspetivas e formas, os modelos de e-governo que este estudo evidenciou foram os propostos por Backus (2001), Gartner e Backus (2001) e Zwahr e Finger (2005). Enquanto uma linha de autores entendem que e-governo ligado directamente ao comércio electrónico (ou seja, utilizando conceitos de comércio electrónico), Zwahr e Finger (2005) construiu o seu modelo utilizando três conceitos principais, nomeadamente (a) a informação [e] a tecnologia como principais motores da transformação do estado, (b) as pressões emergentes sobre o governo e a administração pública e (c) a magnitude do e-governance. Finalmente o modelo de Zwahr e Finger ainda tem em conta quatro dimensões principais da e-governo, nomeadamente o nível a que a transformação está a ocorrer ou ocorreu; os actores na e-governação e no governo eletrônico (isto é, os sectores público e privado); as funções desempenhadas na e-governação (isto é, prestação de serviços, elaboração de políticas e regulamentação); e a tecnologia que é utilizada para permitir a e-governação.

É fácil ver que os governos africanos compreenderam e apreciaram a contribuição do e-governo acima indicada para a agenda governamental. Porém, neste momento, foram iniciados planos estratégicos por exemplo no Egipto, Senegal, Moçambique, África do Sul e Quénia, que visam incluir um conjunto de desafios e pontos acima indicados por Zwahr e Finger. Embora não se possa afirmar que todos os líderes africanos tenham compreendido a importância do e-governo, alguns deles aceitaram a nova dinâmica da noção de e-governo e reconheceram que este conceito veio para ficar se a África.

Agora, estamos em posição de dizer que o continente africano como um todo não pode ser excluído desta mudança de paradigma do e-governo, e isto foi efetivado pelo comunicado divulgado pelo 4ffl Fórum Africano de Desenvolvimento (ADF IV 2004). Nossa compreensão ilustra que, a declaração de consenso prova ainda mais que os decisores políticos em África compreendem a necessidade de um envolvimento maciço das TIC nos seus paradigmas de governação, a fim de serem suficientemente competitivos no que diz respeito à responsabilização dos recursos das nações.

Doravante, é correto afirmar que o governo electrónico tem o potencial de melhorar a prestação de serviços públicos pelas instituições públicas no sentido da transparência, responsabilização e capacidade de resposta, promover a colaboração e a união de administrações em que outros interessados nas empresas governamentais possam aceder aos serviços através de portais ou 'one-stop-shops'. Da mesma forma, o governo eletrônico também tem o potencial de melhorar as reformas de descentralização, aproximando a tomada de decisões dos cidadãos comuns através de um raciocínio colaborativo tornado possível com a utilização das TIC (Tassabehji e Elliman 2006; Backus 2001).

Funcionalidades das TICS post COVID 19 o E-Governo na África

Até o nosso melhor entendimento, os projetos de governo eletrônico em África abrangem uma grande variedade de abordagens, desde a orientação tecnológica e interna (introdução das TIC em todos os aspectos da actividade governamental) até à abordagem mais externa ou neutra em termos de valor da prestação de serviços governamentais na Internet, passando pela abordagem centrada no cliente e orientada para o desenvolvimento defendida pela UNPAN, que procuram ver no governo eletrônico a capacidade de transformar a administração pública através da utilização das TIC's. À luz disto, todas estas abordagens, a conveniente advertência é que a utilização das TIC's não é tecnologia per si, por causa da tecnologia, mas sim pela sua capacidade de melhorar a comunicação entre as pessoas e como ferramentas para o desenvolvimento.

Dado um conjunto de elementos e relatórios contextuais sobre o governo eletrônico em África, a nossa análise sobre o conteúdo estatístico e outros documentos, mostra que os países Africanos enfrentam várias barreiras e desafios no seu pleno funcionamento e implementação do e-governo, pois em primeiro lugar, conforme Oracle (2006) esboça vários pontos fracos que estão associados à conceptualização, operação e manutenção de sistemas do e-governo. Estes desafios incluem *aspectos sociais* (por exemplo, educação

básica deficiente, baixo nível de alfabetização, baixa literacia informática, diferentes línguas, falta de aceitação pública de modelos de self-service, e escassez de competências); *aspectos políticos* (por exemplo baixa afectação orçamental, falta de leis cibernéticas, processos de tomada de decisão lentos, estruturas hierárquicas deficientes, abordagens de curto prazo devido ao modelo de governos e das eleições, e uma agenda de reformas e integração deficiente); *aspectos económicos* (por exemplo, falta de investidores e controlo orçamental deficiente); e *aspectos tecnológicos* (falta de competências TI, custo elevado da Internet, dados heterogéneos, falta de normas TI, e licenças de software).

Também citamos Tankoano (n.d.) que observa os obstáculos ao governo electrónico no contexto Africano, que estão largamente associados à clientela cuja sensibilidade para o governo electrónico pode ser insuficiente; um baixo nível de adaptação a estas tecnologias por indivíduos, administração e empresas; resistência à mudança; e infra-estruturas existentes. Adicionalmente, a United Nations Online Network in Public Administration and Finance [UNPAN] (2007) considera os seguintes como os principais desafios do e-governo em África:

I. A liderança de um país a quem pode faltar uma clara visão electrónica, capacidade e vontade de liderar a mudança, e estruturas de gestão e responsabilização; as pessoas a quem podem, lhes falta competência adequada, formação, cultura de maior acesso à informação e empenho no trabalho de equipa de alto nível;

II. Falta de políticas sobre o setor liberalizado das telecomunicações e regulamentação eficaz, adopção e utilização das TIC;

III. Liberdade de informação, privacidade, segurança, propriedade intelectual e direitos de autor e políticas sobre a detenção da "fuga de cérebros";

IV. Processos deficientes de monitorização e avaliação, etc;

V. Desafios relacionados com a tecnologia, tais como a privacidade e partilha de dados, autenticação e construção da confiança dos utilizadores; e acesso (e. g. tornar a informação amplamente disponível aos cidadãos, etc.).

A maneira pelo qual vem se desenvolvendo o e-governo na África, pode ser decifrado da seguinte maneira:

I. Government-to-Citizen (G2C) - Falar com os cidadãos fornecendo-lhes detalhes das actividades do sector público, aumentando o contributo dos cidadãos para as decisões do sector público e melhorando os serviços públicos prestados ao público, em termos de qualidade, transparência, acessibilidade e custo. Deste modo, o G2C inclui aplicações tais como e-Banking, e-Procurement, e-Education e e-Health. Entre os serviços do G2C encontram-se a divulgação de informação, fornecimento de licenças, certidões de nascimento/morte/casamento, informação e arquivo de impostos, resultados educativos e bibliotecas em linha. Exemplos do G2C em África são os Serviços Governamentais Online do **Ruanda** e o Centro Online do Governo das **Maurícias.**

II. Government-to-Business (G2B) - Inclui serviços trocados entre o governo e a comunidade empresarial, tais como divulgação de políticas, regras e regulamentos, descarregamento de formulários de pedido de licenças, renovações, pagamento de impostos e e-procurement. Um excelente exemplo africano é o Projecto Rede de Contribuição **Mauritius;**

III. Government-to-Government (G2G) - Também conhecido como e-Administration. G2G envolve o aproveitamento da tecnologia para melhorar os processos da administração pública para uma melhor prestação de serviços. É especialmente utilizada na descentralização do governo e na ligação do governo local ao governo central. O projeto Woreda Net do governo da **Etiópia** é um projeto G2G.

IV. Além disso, existem também projectos Governo-a-Empregados (G2E), que são menos comuns do que os outros (3) três em África e envolvem serviços especializados para funcionários públicos, e Governo-a-Any (G2X), através dos quais o governo presta serviços com base nas TIC a não cidadãos, tais como a emissão de vistos em linha e a investidores estrangeiros, tal como é feito pelo **Ruanda.**

Outros desafios incluem a falta de preparação electrónica em termos de infra-estrutura de sistemas de dados, infra-estrutura jurídica, infra-estrutura institucional, infra-estrutura humana e tecnológica e a precariedade

da liderança e do pensamento estratégico (Heeks, 2002). Neste trabalho, ao analisarmos a problemática da arquitectura do governo electrónico na África, deve se considerar um conjunto de elementos entre si conectados, dos quais, constituem per si pontos de avaliação integrada:

Figura 1: Modelo e Preparação da Arquitectura Electrónica a seguir em África

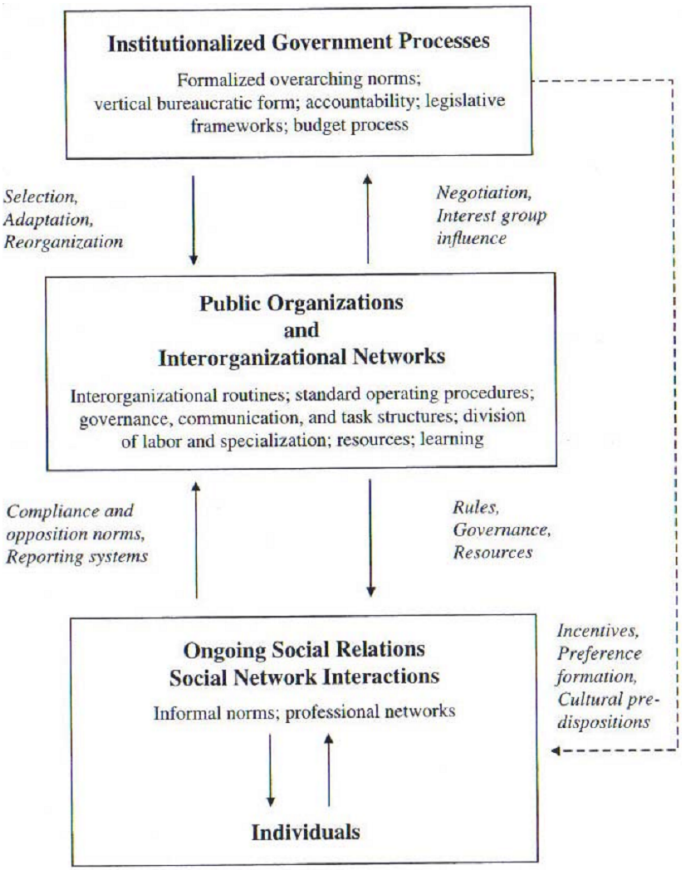


Figure 4.2
A multi-level integrated information system (MIIS).

Source: Fountain 2007

On one hand, social networks affect the flow and quality of information t

Fonte: Fountain (2007)

Embora seja difícil fazer uma identificação precisa das origens do governo eletrónico em África, podemos notar que já em 1996 a Iniciativa Africana para a Sociedade da Informação (AISA) adoptada pelos ministros africanos do planeamento e desenvolvimento económico na ECA recomendou actividades relacionadas com o governo electrónico para toda a região. A AISI apelou ao desenvolvimento e implementação de políticas e planos nacionais para promover a adopção das TIC's em todos os sectores económicos chave e na administração nacional (estratégias e planos de Infra-estruturas Nacionais de Informação e Comunicação – NICI) e especialmente para a utilização das TIC para melhorar a eficácia da prestação de serviços governamentais (ECA 1996).

Desenvolvimento do Governo Electrónico na África Diante do Novo Normal

No que diz respeito, existiram várias medidas qualitativas e quantitativas que podem ser mobilizadas para compreender os progressos quer individualmente quer do continente como um todo, sobre a implementação do e-governo na África. Dos últimos dois anos (2017-2019), notabilizou-se um certo número de marcos de referência que os países africanos alcançaram, com destaque para:

I. Moçambique, único país em África, que entrou nos 30 primeiros países que permitiu a e-participação (participação dos cidadãos na elaboração de políticas), bem como os 20 primeiros (n.° 19) na e-informação (os cidadãos recebem informação básica como base para a participação dos cidadãos);

II. O Botswana esteve no topo dos 25% de todos os países do mundo em matéria de consulta electrónica (governos que solicitam a opinião dos cidadãos)

III. Cinco países africanos têm agora fóruns web abertos para discutir tópicos;

IV. Oito países africanos têm agora 10% da sua população online.

O governo sul-africano, se encontra numa fase avançada de governo eletrônico, fornece três tipos de serviços, nomeadamente **(a)** serviços para o povo, **(b)** serviços para organizações e **(c)** serviços para cidadãos estrangeiros. Os serviços para as pessoas (isto é, cidadãos) incluem, entre outros, informação sobre nascimento, parentalidade, educação e formação, juventude,

relacionamentos, viver com um deficiênte, o mundo do trabalho, benefícios sociais, um lugar para viver, transporte, viagens fora da África do Sul, mudança para a África do Sul ou visita a África do Sul, esportes e recreação, cidadania, lidar com a lei, aposentadoria e velhice, e morte.

As informações específicas para a comunidade empresarial (ou organizações) incluem iniciar uma organização ou negócio; impostos; propriedade intelectual; importação e exportação; autorizações e licenças; transporte; questões trabalhistas; saúde e segurança no local de trabalho; e descontinuar um negócio enquanto o site fornece aos cidadãos estrangeiros informações sobre mudança para, trabalho e entrada na África do Sul.

Por sua vez, o **Kenya** fornece as seguintes informações em seu site de governo eletrônico: cidadania eletrônica, impostos e receita eletrônica, serviço civil eletrônico, educação eletrônica e negócios eletrônicos no Kenya. O governo do Kenya identifica a comunicação dentro do governo e a comunicação com as empresas e os cidadãos como suas atividades principais de governo eletrônico. Resultados semelhantes aos encontrados no website do governo do Kenya foram observados em outros websites do governo. Vale a pena mencionar que foram identificadas outras várias boas práticas de governo eletrônico em África, nomeadamente:

I. O desenvolvimento da votação electrónica em Cabo Verde, permitindo contagem de votos quase instantâneos, evitando conflitos sobre os resultados, e avançando para sistemas de informação integrados em dois países;

II. Bases de dados da Rede de Informação Ambiental e Instituto de Investigação Florestal ligado no Gana;

III. Projeto da Rede de Contribuições nas Maurícias que liga empresas para pagamento de impostos a vários departamentos governamentais (Nações Unidas 2008).

Críticas à implementação do Governo Electrónico Africano em Tempos do Novo Normal

Tem havido pouca análise e avaliação acadêmica dos esforços do governo eletrônico africano. Dada a rapidez do crescimento em África das tecnologias de informação em geral e do governo eletrônico em particular durante a última década, são necessárias e é preciso uma análise holística e mais afrocêntrica, fundamentada nas realidades da região.

Disto, a crítica mais genérica conhecida das práticas de governo eletrônico em África é a de Richard Heeks (2002) e de Heeks (2002), que estimam que 85% dos projectos de governo electrónico nos países em desenvolvimento terminam em fracasso parcial ou total (Heeks 2002) que em África se deve em grande parte *"às grandes lacunas que muitas vezes existem entre a concepção de projectos e a realidade do sector público africano"*, resultantes de um animus ocidental orientado pela oferta que não leva em conta as realidades africanas (Heeks 2002). Heeks atribui o foco ocidental dos esforços do governo electrónico africano a agências doadoras internacionais, consultores (presumivelmente internacionais), vendedores de tecnologias de informação que muitas vezes trazem consigo a mentalidade "Se funcionar para nós, funcionará para si" (Odedra-Straub 1995) e funcionários públicos africanos treinados pelo Ocidente.

Outro autor africano a tentar uma análise crítica dos esforços do governo eletrônico africano é Ngulube (2007). Ele salienta que as infra-estruturas de TIC não estão amplamente disponíveis para as populações rurais e, na maioria dos casos, os funcionários do governo e os potenciais utilizadores não possuem as competências básicas para utilizar sistemas baseados em TIC. Outros défices que ele aponta são a ausência de informação governamental devidamente organizada nos sistemas de gestão de registos, bem como a falta de digitalização dos registos existentes, o que ele chama de "calcanhar de Aquiles do governo electrónico na África Subsaariana". Ele também sublinha a falta de quadros legais sobre cibersegurança, assinaturas digitais e proteção e confidencialidade de dados pessoais, leis de privacidade e acesso à legislação sobre informação na maioria dos países africanos.

Pontos de agenda e Pesquisas futuras

Primeiro de tudo, Zhu e He (2002), Heeks (2003) divide o sucesso do e-governo em três categorias diferentes: Fracasso total; Fracasso parcial; e Sucesso. Estes níveis e sucessos podem ser verificados no contexto Africano. Por exemplo,

I. O fracasso total é uma situação em que a iniciativa nunca foi implementada, ou foram implementadas mas imediatamente abandonadas, ou foi implementada mas não atingiu nenhum dos seus objetivos.

II. Da mesma forma, um caso largamente mal sucedido é aquele em que alguns objetivos foram alcançados mas a maioria dos grupos de partes interessadas não atingiram os seus

principais objectivos e/ou tiveram resultados indesejáveis significativos.

III. Outro entendimento, um caso de sucesso parcial/ fracasso parcial é um caso em que alguns dos principais objetivos da iniciativa foram alcançados, mas alguns não o foram e/ou houve alguns resultados indesejáveis significativos.

IV. As outras medidas de sucesso do e-governo, são **a)** Muito sucesso: a maioria dos grupos de interessados atingiu os seus principais objectivos e não teve resultados indesejáveis significativos, **b)** Sucesso total: todos os grupos de interessados atingiram os seus principais objectivos e não tiveram resultados indesejáveis significativos, **c)** Muito cedo para avaliar: é demasiado cedo após a implementação e/ou há muito poucas provas ainda para avaliar o resultado.

Salvo indicação contrária, a plena utilização do governo eletrônico trará muitos benefícios à filosofia de gestão de muitos governos e irá colmatar a lacuna de interação entre os cidadãos comuns e o governo. Isto implica que os cidadãos possam participar em colaboração na tomada de decisões/ políticas. Este é o caso porque os governos têm sido vistos como estabelecimentos burocráticos complexos e com um conjunto de sigilos de informação que erguem barreiras ao acesso à informação e tornam a prestação de serviços incómoda e frustrante (Coleman, 2006; Kumar et al. 2007). Tendo percebido os benefícios que o governo eletrônico traz, muitos governos de todo o mundo adotaram o governo eletrônico como uma ferramenta eficaz para chegar aos seus cidadãos e a outros diferentes interessados.

Para uma Nova Agenda de discussão do E-Governo em África, é preciso repensar as seguintes linhas de investigação:

I. Centrar-se nas necessidades dos cidadãos – Governo 2.0?

II. Integrar o E-governo no sector público?

III. Ou uma nova agenda?

Conclusões

Como indicado anteriormente, o erro do "excepcionalismo africano" que olha o fracasso como inevitável porque as coisas, especialmente aquelas baseadas em novas tecnologias, simplesmente não funcionam em África porque as instituições burocráticas africanas "diferem fundamentalmente das dos estados ocidentais dentro dos quais a computação e as TI foram desenvolvidas" (Berman e Tettey 2001).

Examinando os três primeiros factores das quais dificulta a implementação efectiva da arquitectura do E-governo em África, podemos ver que muitos países africanos estão longe de cumprir os pré-requisitos básicos para o desenvolvimento do governo eletrônico efectivo e uma arquitetura concreta e viável de um E-governo nos moldes ocidentais. Porém, oque pode acontecer é a sua efetivação em graus variados. No que diz respeito à infra-estrutura tecnológica, é geralmente acordado que é necessário o acesso generalizado à banda larga para os sistemas de governo eletrônico baseados na Internet. Nessa medida, 4/1000 africanos têm acesso à banda larga, enquanto o número comparativo na Suécia é de 81 em cada 100.

Outro dado interessante é o fato de que, apenas cinco países africanos têm uma densidade de banda larga que pode ser medida em números inteiros (de 1 a 6) em 100: são eles **i.** África do Sul, **ii.** Cabo Verde, **iii.** Marrocos, **iv.** Seychelles **v.** Maurícias. Trinta e três países (% do total) não têm banda larga, enquanto outros poucos têm uma densidade de banda larga de 1/1000. Sobre a conectividade da Internet os líderes africanos são as **i.** Seicheles, **ii.** Maurícias, **iii.** Marrocos, **iv.** São Tomé, **v.** Tunísia, **vi.** África do Sul, **vii.** Sudão, com uma densidade de Internet que varia de 10 a 40/100, enquanto que os que se encontram na base da escala (Libéria, Etiópia, Serra Leoa, República Democrática do Congo e Níger) registam de 1 a 3 utilizadores por mil.

A implementação das TIC nos governos não representa necessariamente uma vasta redução imediata dos custos de funcionamento do governo, uma vez que isto requer investimento em grandes projectos, que muitas vezes experimentam excessos de custos substanciais (Borins 2007); também, estudos no sector privado mostram que as TIC não aumentam necessariamente a produtividade do trabalho de escritório (O'Callagham 2004). Mas a nível organizacional, o quadro pode parecer diferente, uma vez que a investigação demonstra que o uso intensivo das TIC está positivamente ligado ao desempenho e resultados firmes.

REFERÊNCIAS

Bozeman, B., and S. Bretschneider. 1986. *Public management information systems: Theory and prescription*. In Special issue: Public management information systems. Edited by B. Bozeman and S. Bretschneider. Public Administration Review 46(November): 475–487.

Carvin, J. A. Hill e S. Smothers. 2004. *E-government for all: Ensuring equitable access to online government services*. The EDC center for media & community and the NYS forum.

Chen, H., L. Brandt, V. Gregg, et al., eds. 2008. *Digital government: E-government research, case studies, and implementation*. Integrated Series in Information Systems 17. New York: Springer.

Chisenga, J. 2004. *Africa Governments in Cyberspace: are they bridging the Content Divide?* In: P. Birungi and M.G. Musoke. SCECSAL XVI. *Towards a Knowledge Society for African*. Retrieved October 10, 2006, from www.dissanet.com

Coleman, Stephen. 2006. *African e-governance: opportunities and challenges*. Oxford University Press, University of Oxford.

Curtain, G.G., Sommer, M.H. and Vis-Sommer, V. 2004. *The World of E-Government*. New York: Haworth Press.

Fang, Zhiyuan. 2002. *E-government in digital era: concept, practice, and development*. International journal of the Computer, the Internet and management. 10.2: 1-22.

Fountain, J. 2007. *Challenges to Organizational Change: Multi-level Integrated Information Structures (MIIS)*. In: Lazer, D., Mayer-Schoenberger, V. (eds.): Governance and Information Technology: From Electronic Government to Information Government. MIT Press. Cambridge, MA.

Gil-Garcia, J. R., ed. 2013. *E-government success factors and measures: Theories, concepts, and methodologies. Advancesin Electronic Government, Digital Divide, and Regional Development*. Hershey, PA: Information Science Reference.

Gronlund, A. 2002. *Electronic Government: Design, Applications and Management*. Hershey, PA: Idea Group Publishing.

Grönlund, Å. 2004. *Introducing e-Gov: History, definitions, and issues*. Communications of the Association for Information Systems, 15, 713-729.

McClure, David L. 2001. *Electronic government: challenges must be addressed with effective leadership and management*. General Accounting Office.

Moon, M. J. 2002. *The evolution of e-government among municipalities: Rhetoric or reality? Public Administration Review.* vol. 62. no. 4, pp.424-433.

Scholl, H. J., ed. 2010. *E-government: Information, technology, and transformation. Advances in Management Information Systems* 17. Armonk, NY: M. E. Sharpe.

Seifert, J. 2003. *A primer on E-government: Sectors, stages, opportunities, and challenges of online Governance*. Report for Congress. Acesado em 14 Outubro de 2020. Acesado em: http://www.fas.org/sgp/crs/

Smith, B. 2003. *E-government in Local Council's. Hunter's Hill Council, 2002.* vol.50, no. 1, pp.26-30.

Yildiz, M. 2007. *E-government research: Reviewing the literature, limitations, and ways forward*. Government Information Quarterly 24.3: 646–665.

Zwahr, Thomas, and Matthias Finger. 2007. *Towards virtual governance architecture: a perspective on information technology as a transformer of public institutions and governments. Retrieved June* 20.

RESUMO

O processo de constituição das arquitecturas dos governos eletrônicos no mundo, começam como instrumentos de gestão que focam fundamentalmente o lado técnico (TICs) e social (possibilidades estruturais do uso das TIC). Como a literatura mais recente mostra, existem um conjunto de ferramentas que mapeiam lado a lado os quatro níveis do Governo Electrónico (G2C, G2G, G2B, G2E) e os benefícios/desafios. É neste contexto, que o estudo pretende analisar e problematizar numa perspetiva comparada, o conjunto de arquitecturas que têm sido levados a cabo em vários quadrantes do mundo, no que se refere ao desenvolvimento do governo eletrônico nas suas 4 dimensões (4D) no novo normal post COVID 19. Metodologicamente e sob uma perspectiva sociotécnica e empírica, trata-se de um estudo comparativo e longitudinal, e trabalha com dados agregados e variáveis semelhantes e diferentes nos países Africanos. Além disso, foram analisados documentos governamentais e material on-line. Dos resultados em perspectiva comparada, verifica-se que há um conjunto de ferramentas e possibilidades que auxiliam na implementação de uma arquitectura do governo electrónico em todos países, mas que a sua densidade e efetividade depende sobremaneira dos investimentos e as condições sócio-econômicas de cada País que considere os aspectos tecnológicos, processos e pessoas. Em notas conclusivas, nota-se que existem falhas constantes em países Africanos que perigam os projectos concretos do Governo Electrónico, sobretudo o facto de não dar atenção especial e equilibrada entre os aspectos demográficos/sociais e a dimensão técnica.

PALAVRAS-CHAVE:
Governo Eletrônico. Arquitectura do E-Governo. Condições Sociotécnicas. África.

Recebido em 2 de fevereiro de 2021
Aceito em 25 de março de 2021

PARCEIROS

NERINT

O Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) foi o primeiro centro voltado exclusivamente ao estudo e à pesquisa em Relações Internacionais no sul do Brasil. Foi estabelecido em 1999 junto ao ILEA-UFRGS visando ao estudo crítico e inovador das principais transformações do sistema internacional pós-Guerra Fria. Desde 2014, o NERINT esteve localizado na Faculdade de Economia da UFRGS (FCE-UFRGS) e a partir de 2018 no Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), localizado no Instituto Latinoamericano de Estudos Avançados (ILEA-UFRGS). Paralelamente, buscou contribuir para a retomada da discussão de um projeto nacional para o Brasil através da análise das opções estratégicas disponíveis para a consolidação da inserção internacional autônoma do país, a partir da perspectiva do mundo em desenvolvimento. O advento de uma "diplomacia ativa, afirmativa e propositiva" no Brasil no início do século XXI veio a convergir com as análises e projeções feitas nos seminários e publicações do NERINT.

Um dos resultados de sua atividade foi a implantação de um curso de graduação em Relações Internacionais (2004), o melhor do país de acordo com o Ministério da Educação (2012), e de um Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (2010). Duas revistas também foram criadas: a bimestral Conjuntura Austral e a semestral e bilíngue Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. Assim, além da pesquisa avançada, focada prioritariamente nos países emergentes, o NERINT deu origem a programas de graduação e pós-graduação, além de propiciar intensa atividade editorial.

CEBRAFRICA

O Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) tem suas origens no Centro de Estudos Brasil-África do Sul (CESUL), um programa estabelecido em 2005 através de um convênio entre a Universidade Federal do

Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Suas atividades de pesquisa são desenvolvidas junto ao Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), no CEGOV.

Em março de 2012 o CESUL foi ampliado para abranger o conjunto geográfico do continente africano, transformando-se em CEBRAFRICA, enquanto a Série Sul-Africana, que publicou seis livros, foi transformada em Série Africana, atualmente com onze títulos. O objetivo segue sendo o mesmo: realizar pesquisas, apoiar a elaboração de teses, dissertações e trabalhos de conclusão, congregar grupos de pesquisa em temas africanos, realizar seminários, promover intercâmbio de professores e estudantes e estabelecer redes de pesquisa e projetos conjuntos com instituições africanas e africanistas, publicar obras produzidas no Brasil ou traduzidas e ampliar a biblioteca especializada fornecida pela FUNAG.

As pesquisas têm por objetivo o conhecimento do continente africano e de suas relações com o Brasil, nas seguintes áreas: Relações Internacionais, Organizações de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e sua Transformação e Correntes de Pensamento. São parceiros do CEBRAFRICA conceituadas instituições do Brasil, Argentina, Cuba, México, Canadá, Estados Unidos, África do Sul, Angola, Moçambique, Senegal, Cabo Verde, Egito, Nigéria, Marrocos, Portugal, Reino Unido, Holanda, Suécia, Rússia, Índia e China. As pesquisas em andamento versam sobre a "A presença do Brasil, da China e da Índia na África", "A África na Cooperação Sul-Sul", "Conflitos africanos", "Integração e desenvolvimento na África", "As relações da África com as Grandes Potências", "As relações interafricanas" e "Agenda de segurança e defesa na África".

CEGOV

O Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é um centro interdisciplinar vinculado à Reitoria, cujo objetivo é estudar a ação governamental no Brasil e no mundo. Nesse sentido, a missão do CEGOV é articular seus pesquisadores em áreas interdisciplinares prioritárias e realizar projetos de pesquisa aplicada. O CEGOV também desenvolve atividades de extensão e de ensino, e serve como espaço para coordenação e interlocução entre pesquisadores, grupos de pesquisa, cursos de graduação e programas de pós-graduação da UFRGS, voltados para as políticas públicas.

NORMAS DE SUBMISSÃO

1. A Revista Brasileira de Estudos Africanos publica artigos científicos e resenhas bibliográficas;
2. A revista está dividida em duas seções: Artigos e Resenhas;
3. Os artigos de pesquisa devem limitar-se a 50 mil caracteres (incluindo espaços e notas de rodapé) e as resenhas bibliográficas devem conter cerca de 4,5 mil caracteres (incluindo espaços e notas de rodapé);
4. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto;
5. A bibliografia deve ser citada de acordo com o sistema Chicago (Autor-data ou notabibliografia), referenciando a literatura citada ao final do texto;
6. As contribuições devem ser inéditas e podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
7. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação, filiação institucional (com o nome completo da instituição) e e-mail para contato;
8. O completo preenchimento, pelo(s) autor(es), do formulário de submissão do artigo é imprescindível;
9. Admite-se a publicação de estudantes de graduação, desde que em parceria com um professor orientador titulado, que constará como autor principal do trabalho;
10. No caso de resenhas bibliográficas, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
11. As contribuições devem vir acompanhadas de: 3 palavras-chave em português ou espanhol e 3 palavras-chave em inglês; Título em português ou espanhol e em inglês; Resumo em português ou espanhol e Abstract em inglês, ambos com até 50 palavras;
12. As contribuições devem ser feitas através do website da Revista: www.seer.ufrgs.br/rbea.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (não possuindo tamanho maior do que 2MB).
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço simples; usa fonte Times New Roman de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento, como anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.
7. O autor fornece seus dados institucionais e vínculos acadêmicos, tais como, departamento lotado, instituição, cidade, país, e-mail, ORCID etc.

UFRGS
GRÁFICA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Editoração e impressão:
Gráfica da UFRGS
Rua Ramiro Barcelos, 2500
Porto Alegre/RS
(51) 3308-5083
grafica@ufrgs.br
www.ufrgs.br/graficaufrgs

NUPE - Núcleo de Produção Editorial da Gráfica da UFRGS | 2021